

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	6

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições Não Contábeis	8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	13
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	14
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	17
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	18
3.7 - Nível de Endividamento	19
3.8 - Obrigações	20
3.9 - Outras Informações Relevantes	21

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	22
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	55
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	56
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	73
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	74
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	75
4.7 - Outras Contingências Relevantes	78

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	83
--	----

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	84
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	90
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	94
5.4 - Programa de Integridade	97
5.5 - Alterações significativas	101
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	102

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	103
6.3 - Breve Histórico	104
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	110
6.6 - Outras Informações Relevantes	111

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	112
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	131
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	132
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	135
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	147
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	148
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	163
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	164
7.8 - Políticas Socioambientais	165
7.9 - Outras Informações Relevantes	167

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	174
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	175

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	176
---	-----

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	177
---	-----

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	178
--	-----

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	179
---	-----

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	180
--	-----

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	189
---	-----

9.2 - Outras Informações Relevantes	192
-------------------------------------	-----

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	193
--	-----

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	231
---	-----

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	237
---	-----

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	238
---	-----

10.5 - Políticas Contábeis Críticas	243
-------------------------------------	-----

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	244
--	-----

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	245
---	-----

10.8 - Plano de Negócios	246
--------------------------	-----

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	248
--	-----

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	249
---	-----

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	251
---	-----

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	252
--	-----

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	261
---	-----

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	266
--	-----

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	268
--	-----

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	269
12.7/8 - Composição Dos Comitês	278
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	285
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	287
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	293
12.12 - Outras informações relevantes	294

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	300
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	304
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	308
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	311
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	321
13.6 - Opções em Aberto	324
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	325
13.8 - Precificação Das Ações/opções	326
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	328
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	329
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	330
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	332
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	333
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	334
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	335
13.16 - Outras Informações Relevantes	336

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	337
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	346
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	347
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	348
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	349

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária	350
15.3 - Distribuição de Capital	362
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	363
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	364
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	366
15.7 - Principais Operações Societárias	367
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	369

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	370
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	372
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	373
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	375

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social	405
17.2 - Aumentos do Capital Social	406
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	407
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	408
17.5 - Outras Informações Relevantes	409

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações	410
---------------------------	-----

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	411
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	413
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	414
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	415
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	419
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	420
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	421
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	422
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	423
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	424
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	425
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	426

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	433
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	434
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	436

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	437
20.2 - Outras Informações Relevantes	438

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	440
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	442
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	444
21.4 - Outras Informações Relevantes	445

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Frederico Trajano Inácio Rodrigues

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Roberto Bellissimo Rodrigues

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Frederico Trajano Inácio Rodrigues

Cargo do responsável

Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

DocuSigned by:
Frederico Trajano Inácio Rodrigues
Signed By: FREDERICO TRAJANO INACIO RODRIGUES/25392960847
CPF: 25392960847
Signing Time: 29/07/2020 | 17:25:23 BRT

6DE9CBB7EF391547AE948C7D0C8D4C4C

Frederico Trajano Inácio Rodrigues

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Roberto Bellissimo Rodrigues

Cargo do responsável

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

DocuSigned by:
Roberto Bellissimo Rodrigues
Assinado por: ROBERTO BELLISSIMO RODRIGUES;25167402808
CPF: 25167402808
Data/Hora da Assinatura: 28/07/2020 | 21:37:00 BRT

495393FB0C244DA3866955229BCD1FC2

Roberto Bellissimo Rodrigues

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG - AUDITORES INDEPENDENTES		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Data Início	01/01/2017		
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros – International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020; e (ii) revisão das informações trimestrais (ITR) da Companhia referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2018, 2019, 2020 e 2021, bem como 30 de junho e 30 de setembro de 2018, 2019 e 2020.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No último exercício social, os auditores independentes da Companhia auferiram honorários no valor de R\$ 2.031.151,00 referente aos serviços de auditoria e revisões trimestrais de 2020.		
Justificativa da substituição	Não aplicável, pois não houve substituição dos auditores.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A		
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Fernando Rogério Liani	01/10/2017	264.351.628-16	Av. Presidente Vargas, 2121, 14º andar, salas 1401 a 1405, 1409 e 1410, Jardim América, Ribeirão Preto, SP, Brasil, CEP 14020-260, e-mail: fliani@kpmg.com.br
Marcelle Mayume Komukai	01/07/2018	019.654.449-11	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A, Chácara Sto. Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04707-970, e-mail: mmkomukai@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	7.270.693,00	7.325.287.000,00	7.564.937.000,00	2.302.872.000,00
Ativo Total	22.610.558.000,00	24.647.203.000,00	19.791.073.000,00	8.796.741.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	8.252.813.000,00	29.177.113.000,00	19.886.310.000,00	15.590.444.000,00
Resultado Bruto	2.070.102.000,00	7.519.962.000,00	5.553.961.000,00	4.537.422.000,00
Resultado Líquido	258.640.000,00	391.709.000,00	921.828.000,00	597.429.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	6.447.659.077	6.463.387.160	6.482.410.224	6.046.854.112
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,127664	1,133351	1,166994	0,380838
Resultado Básico por Ação	0,040000	0,061000	0,142250	0,098813
Resultado Diluído por Ação	0,04	0,06	0,14	0,09

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis; (b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; e (c) Motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de nossa condição financeira e do resultado de nossas operações.

EBITDA, EBITDA LTM e Margem EBITDA

O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada (“**Instrução CVM 527**”). O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA LTM consiste no EBITDA para os últimos doze meses (*last twelve months*), calculado pelos 3 meses de 31/03/2021 mais os 12 meses de 31/12/2020 menos os três meses de 31/03/2020.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

O EBITDA, o EBITDA LTM e a Margem EBITDA não são medidas contábeis segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e não devem ser considerados como substituto para o lucro líquido e não poderá ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. Ademais, uma vez que o EBITDA, o EBITDA LTM e a Margem EBITDA não consideram certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, depreciação e amortização, o EBITDA, o EBITDA LTM e a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores da nossa rentabilidade.

O EBITDA (incluindo o EBITDA LTM) é um indicador de desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

Reconciliação do EBITDA e do EBITDA LTM com o Lucro líquido:

(em R\$ mil, exceto %)	Período de doze meses findo em 31 de março de 2021	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	(LTM)	2021	2020	2020	2019	2018
Lucro líquido do exercício	619.546	258.640	30.803	391.709	921.828	597.429
(+/-) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	78.101	88.295	32.566	22.372	296.322	189.434
(+) Resultado financeiro líquido	486.412	170.328	94.411	410.495	70.413	294.688
(+) Depreciação e amortização	706.008	178.326	174.841	702.523	486.975	163.690
EBITDA	1.890.067	695.589	332.621	1.527.099	1.775.538	1.245.241
Receita Líquida de Vendas	32.195.177	8.252.813	5.234.749	29.177.113	19.886.310	15.590.444
Margem Ebitda	5,9%	8,4%	6,4%	5,2%	8,9%	8,0%

3.2 - Medições Não Contábeis

Dívida Bruta, Caixa (Dívida) Líquida, Caixa (Dívida) Líquida Ajustada, Caixa (Dívida) Líquida/EBITDA LTM e Caixa (Dívida) Líquida Ajustada/EBITDA LTM

A Dívida Bruta corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante). Quando o saldo do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes) é subtraído pela dívida bruta, obtém-se o Caixa (Dívida) Líquida. O Caixa (Dívida) Líquida Ajustada refere-se ao Caixa (Dívida) Líquida subtraído do contas a receber de cartões de crédito não descontado (terceiros e de partes relacionadas). O Caixa (Dívida) Líquida/EBITDA LTM é calculado como Caixa (Dívida) Líquida dividido pelo EBITDA LTM. O Caixa (Dívida) Líquida Ajustada/EBITDA LTM é calculado pelo Caixa (Dívida) Líquida Ajustada dividido pelo EBITDA LTM.

Dívida Bruta, Caixa (Dívida) Líquida, Caixa (Dívida) Líquida Ajustada, Caixa (Dívida) Líquida/EBITDA LTM e Caixa (Dívida) Líquida Ajustada/EBITDA LTM não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, Caixa (Dívida) Líquida, Caixa (Dívida) Líquida Ajustada, Caixa (Dívida) Líquida/EBITDA LTM e Caixa (Dívida) Líquida Ajustada/EBITDA LTM de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Caixa (Dívida) Líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante) ¹	(847.484)	(1.667.181)	(9.967)	(130.743)
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (não circulante) ¹	(822.294)	(19.581)	(838.862)	(325.224)
Dívida Bruta	(1.669.778)	(1.686.762)	(848.829)	(455.967)
Caixa e equivalentes de caixa	639.869	1.681.376	305.746	599.087
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante) ¹	745.394	1.221.779	4.448.158	409.111
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (não circulante) ¹	-	-	214	214
Caixa (Dívida) Líquida	(284.515)	1.216.393	3.905.289	552.445
Cartões de crédito terceiros ²	2.891.022	3.847.324	2.121.008	1.492.316
Cartão de crédito de partes relacionadas ²	1.614.925	2.249.014	269.485	106.687
Caixa Líquido Ajustado	4.221.432	7.312.731	6.295.782	2.151.448
Dívida bruta de curto prazo (circulante) /Dívida Bruta	50,8%	98,8%	1,2%	28,7%
Dívida bruta de longo prazo (não circulante)/Dívida Bruta	49,2%	1,2%	98,8%	71,3%

(1) Outros passivos financeiros e outros ativos financeiros referem-se a objeto e instrumentos de hedge liquidados no exercício de 2018.

(2) Atualmente é prática da Companhia a antecipação de recebíveis de cartões de créditos de terceiros e de partes relacionadas. Assim, são ajustados ao caixa líquido, propiciando melhor leitura do desempenho financeiro e liquidez da Companhia.

3.2 - Medições Não Contábeis

(em R\$ mil, exceto índice)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
EBITDA LTM	1.890.067	1.527.099	1.775.538	1.245.241
Caixa (Dívida) Líquido(a) / EBITDA LTM	(0,2)x	0,8x	2,2x	0,4 x
Caixa Líquido Ajustado / EBITDA LTM	2,2x	4,8x	3,5x	1,7 x

Capital de Giro e Capital de Giro Ajustado

Calculamos o Capital de Giro como sendo o ativo circulante menos o saldo de: (i) caixa e equivalentes de caixa; e (ii) títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante), subtraído dos saldos do passivo circulante menos o saldo de: (a) empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante), e (b) dividendos a pagar. O Capital de Giro Ajustado refere-se ao Capital de Giro subtraído do saldo de contas a receber de cartões de crédito (terceiros e de partes relacionadas). Atualmente é prática da Companhia a antecipação de recebíveis de cartões de créditos de terceiros e de partes relacionadas. Assim, são ajustados ao Capital de Giro, propiciando melhor leitura do desempenho financeiro e liquidez da Companhia. Outras companhias podem calcular o Capital de Giro e o Capital de Giro Ajustado de maneira diferente da Companhia.

O Capital de Giro e o Capital de Giro Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital de Giro e o Capital de Giro Ajustado de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Capital de Giro e do Capital de Giro Ajustado é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de curto prazo (circulante).

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Ativo circulante	14.620.966	16.798.810	12.841.161	6.412.390
Caixa e equivalentes de caixa	(639.869)	(1.681.376)	(305.746)	(599.087)
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante)	(745.394)	(1.221.779)	(4.448.158)	(409.111)
Ativo Circulante Operacional	13.235.703	13.895.655	8.087.257	5.404.192
Passivo circulante	10.872.676	13.416.145	8.002.587	5.388.598
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante)	(847.484)	(1.667.181)	(9.967)	(130.743)
Dividendos a pagar	(39.955)	(39.953)	(123.566)	(182.000)
Passivo Circulante Operacional	9.985.237	11.709.011	7.869.054	5.075.855
Capital de Giro	3.250.466	2.186.644	218.203	328.337
Cartões de crédito terceiros	(2.891.022)	(3.847.324)	(2.121.008)	(1.492.316)
Cartão de crédito de partes relacionadas	(1.614.925)	(2.249.014)	(269.485)	(106.687)
Capital de Giro Ajustado	(1.255.481)	(3.909.694)	(2.172.290)	(1.270.666)

Ativo não Circulante Ajustado, Passivo não Circulante Ajustado e Capital Fixo

Calculamos o Ativo não Circulante Ajustado como sendo o total do ativo não circulante desconsiderando o saldo de títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (não circulante). Calculamos o Passivo não Circulante Ajustado como total do passivo não circulante desconsiderando o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (não circulante). Calculamos o Capital Fixo como Ativo não Circulante Ajustado subtraindo o Passivo não circulante Ajustado.

O Ativo não Circulante Ajustado, o Passivo não Circulante Ajustado e o Capital Fixo não são medida contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais

3.2 - Medições Não Contábeis

de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o Ativo não Circulante Ajustado, o Passivo não Circulante Ajustado e o Capital Fixo de maneiras diferentes da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Ativo não Circulante Ajustado, do Passivo não Circulante Ajustado e do Capital Fixo é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de longo prazo.

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Total do ativo não circulante	7.989.592	7.848.393	6.949.912	2.384.351
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (não circulante)	-	-	(214)	(214)
Total do ativo não circulante ajustado	7.989.592	7.848.393	6.949.698	2.384.137
Total do passivo não circulante	4.467.189	3.905.771	4.223.549	1.105.271
Empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (não circulante)	(822.294)	(19.581)	(838.862)	(325.224)
Total do passivo não circulante ajustado	3.664.895	3.886.190	3.384.687	780.047
Capital Fixo	4.344.697	3.962.203	3.565.011	1.604.090

Lucro líquido operacional - NOPLAT e Lucro líquido operacional – NOPLAT LTM

O lucro líquido operacional – NOPLAT (*Net Operating Profits Less Adjusted Taxes*) é o lucro líquido antes do resultado financeiro, exceto os encargos sobre antecipação de cartão de crédito, líquidos do efeito calculado de imposto de renda e contribuição social. O lucro líquido operacional – NOPLAT LTM consiste no NOPLAT para os últimos doze meses (*last twelve months*), calculado pelos 3 meses de 31/03/2021 mais os 12 meses de 31/12/2020 menos os três meses de 31/03/2020. Acreditamos que o lucro líquido operacional é uma importante ferramenta comparativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, de modo a embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

O Lucro líquido operacional não é uma medida contábil segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido e não poderá ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O Lucro líquido operacional não possui significado padrão e a nossa definição de Lucro líquido operacional pode não ser comparável com a definição de lucro líquido operacional de outras companhias.

Cálculo do Lucro líquido operacional

(em R\$ mil, exceto %)	Período de 12 meses findo em 31 de março de 2021	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2021	2020	2020	2019	2018
Lucro líquido	619.546	258.640	30.803	391.709	921.828	597.429
(+) Resultado financeiro líquido	486.412	170.328	94.411	410.495	70.413	294.688
(-) Despesas financeiras: Encargos sobre antecipação de cartão de crédito ¹	(292.826)	(113.342)	(60.354)	(239.838)	(402.308)	(305.422)
Impostos						
(+/-) Efeito IR/CS sobre resultado financeiro ²	(165.380)	(57.912)	(32.100)	(139.568)	(23.940)	(100.194)
(+/-) Efeito IR/CS sobre despesas financeiras: Encargos sobre antecipação de cartão de crédito ³	99.561	38.536	20.520	81.545	136.785	103.843
Lucro líquido operacional - NOPLAT	747.313	296.250	53.280	504.343	702.778	590.344

(1) As despesas com encargos sobre antecipação de cartão de crédito são ajustados ao lucro líquido operacional por se tratarem de despesas financeiras diretamente atribuíveis às receitas de vendas, onde se utiliza o meio de pagamento cartão de crédito.

(2) Efeito calculado pela alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social (34%) sobre o resultado financeiro.

(3) Efeito calculado pela alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social (34%) sobre os encargos sobre antecipação de cartão de crédito.

3.2 - Medições Não Contábeis

ROIC, ROE, Capital Investido Total e Capital Investido Médio

O ROIC (*Return on Invested Capital*) é o lucro líquido operacional (NOPLAT) dividido pelo capital investido total da Companhia, sendo o capital investido total calculado pela soma do Capital de Giro e o Capital Fixo. O ROE (*Return on Equity*) é o lucro líquido dividido pelo Patrimônio Líquido da Companhia. O Capital Investido Total é calculado pela soma do Capital de Giro e do Capital Fixo. O Capital Investido Médio é calculado pela média do Capital Investido Total do período de três meses findo em 31 de março de 2021 e do Capital Investido Total do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este cálculo visa uma melhor comparação com o Capital Investido Total dos períodos encerrados em 31 de dezembro, ajustando o cálculo dos três meses findo em 31 de março pela sazonalidade do varejo.

O ROIC, o ROE, o Capital Investido Total e o Capital Investido Médio não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROIC, o ROE, o Capital Investido Total e o Capital Investido Médio de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do ROIC, ROE, Capital Investido Total e Capital Investido Médio são úteis para a medição do resultado e do retorno da Companhia em relação aos seus investimentos, sendo uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, de modo a embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

Cálculo do ROIC, ROE, Capital Investido Total e Capital Investido Médio

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Capital de Giro ¹	3.250.466	2.186.644	218.203	328.337
Capital Fixo ¹	4.344.697	3.962.203	3.565.011	1.604.090
Capital Investido Total ²	7.595.163	6.148.847	3.783.214	1.932.427
Capital Investido Médio ³	6.872.005	N/A	N/A	N/A
Lucro Líquido Operacional – NOPLAT ^{1,4}	747.313	504.343	702.778	590.344
ROIC – 12 meses	10,9%	8,2%	18,6%	30,5%
Patrimônio Líquido	7.270.693	7.325.287	7.564.937	2.302.872
Lucro Líquido ³	619.546	391.709	921.828	597.429
ROE – 12 meses	8,5%	5,3%	12,2%	25,9%

(1) O cálculo para a reconciliação do capital de giro, capital fixo e lucro líquido operacional - NOPLAT estão descritos neste item 3.2.

(2) O Capital Investido Total refere-se à soma do Capital de Giro e o Capital Fixo.

(3) Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, o Capital Investido Médio é calculado pela média do Capital Investido Total do período de três meses findo em 31 de março de 2021 e do Capital Investido Total do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este cálculo normaliza o Capital Investido para um período de 12 meses e visa uma melhor comparação com os períodos encerrados em dezembro.

(4) Para 31 de março de 2021 é considerado o Lucro Líquido Operacional – NOPLAT, conforme descrito neste item 3.2.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações contábeis

a. Aquisição Smarthint

Em 06 de abril de 2021, a Companhia realizou a aquisição, através de sua controlada Softbox, de 100% das quotas da SmartHint Tecnologia Ltda., desenvolvedora de um sistema de busca inteligente e de recomendação de compra para o *e-commerce*. Dentre as principais ferramentas da SmartHint estão (i) a busca inteligente, que apresenta produtos mesmo com erro de grafia na pesquisa desde que o som fonético seja o mesmo, e inclui também busca por voz (*Voice Search*) e busca por cor de produto através da leitura de imagens; (ii) as vitrines de recomendação, que sugerem produtos em vitrines autônomas e personalizadas de acordo com o perfil de cada usuário e (iii) ferramentas de retenção, que despertam o desejo de compra aumentando a taxa de conversão e reduzindo o abandono de carrinho. Com a SmartHint, a Companhia irá ampliar ainda mais a assertividade da busca dentro do seu SuperApp. A Companhia pagará aos vendedores o valor total de até R\$ 66.000 mil, a depender do atingimento de determinadas metas.

b. Aquisição Jovem Nerd

Em 14 de abril de 2021, a Companhia comunicou ao mercado a aquisição, através de sua controlada Netshoes, de 100% das quotas da Nonsense Creations, LLC e da Pazos, Ottoni & Cia Ltda. ("Jovem Nerd"), a maior plataforma multimídia voltada para o público *nerd* e *geek* do país. O conteúdo do Jovem Nerd será integrado ao SuperApp do Magazine Luiza, ampliando o seu alcance e aumentando o tempo de uso do aplicativo. Finalmente, com a aquisição, a Companhia expande ainda mais a sua audiência, que já conta com a CanalTech e o Steal the Look, e aumenta o alcance e relevância do MagaluAds. A Companhia pagará aos vendedores o valor total de até R\$ 40.000, mil a depender do atingimento de determinadas metas e permanência na Companhia.

c. Aquisição da Hub Prepaid S.A.

Em 14 de abril de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, a aquisição pela controlada Magalu Pagamentos de todo o capital social da Hub Prepaid S.A., uma holding não financeira e controladora da Hub Pagamentos S.A., instituição de pagamentos autorizada a operar como credenciadora e emissora de moeda eletrônica pelo BACEN, totalmente integrada ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (PIX). Além de oferecer conta digital e cartão pré-pago diretamente para seus clientes, a Hub é uma plataforma de Banking as a Service (BaaS) e líder no processamento de cartões pré-pago, atendendo clientes de diversos segmentos como varejo, mobilidade, instituições financeiras e fintechs. Além da Hub Pagamentos S.A., a Hub Prepaid Participações S.A. controla as sociedades não operacionais Hub Voucher S.A., Paypaxx Administradora de Cartões S.A. e a Hub Pagos S.A. Na data de emissão das demonstrações contábeis referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, a transação encontrava-se sob processo de aprovação do BACEN.

d. Emissão de Notas Promissórias

Em 30 de abril de 2021, a Companhia emitiu 1.500 (mil e quinhentas) notas promissórias com o valor nominal de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) cada, com vencimento único em 29 de abril de 2024 ao custo de 100% de CDI + 1,25% a.a. O valor captado irá reforçar o capital de giro da Companhia.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
a. regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houvesse, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação: Reserva Legal: 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.	O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houvesse, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação: Reserva Legal: 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de julho de 2020, que aprovou as demonstrações financeiras de 2019, tendo em vista o resultado da Companhia verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo do lucro remanescente foi destinado para a reserva de retenção de lucros, após a destinação para a reserva legal e pagamento de dividendos.	O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houvesse, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação: Reserva Legal: 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2019, que aprovou as demonstrações financeiras de 2018, tendo em vista o resultado da Companhia verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo do lucro remanescente foi destinado para a reserva de retenção de lucros, após a destinação para a reserva legal e pagamento de dividendos.
a.i. Valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$ 391.709.791,90, o qual foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a realizada em 22 de abril de 2021, sendo que (i) R\$13.967.075,18 foram destinados à reserva legal; (ii) R\$170.000.000,00 foram destinados ao pagamento de juros sobre capital próprio; (iii) R\$112.368.288,20 foram destinados à reserva de incentivos fiscais; e (iv) R\$95.374.428,51 foram destinados à reserva de reforço de capital de giro.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$921.827.839,06, o qual foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, sendo que (i) R\$43.356.523,36 foram destinados à reserva legal; (ii) R\$322.639.743,67 foram destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas; (iii) R\$54.697.371,82 foram destinados à reserva de incentivos fiscais; e (iv) R\$501.134.200,21 foram destinados à reserva de reforço de capital de giro.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$597.429.013,55, o qual foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, sendo que (i) R\$25.721.878,16 foram destinados à reserva legal; (ii) R\$182.000.000,00 foram destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas; (iii) R\$82.991.450,37 foram destinados à reserva de incentivos fiscais; e (iv) R\$306.715.685,02 foram destinados à reserva de reforço de capital de giro.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) 43,7% foram destinados ao pagamento de juros sobre o capital próprio; (iii)	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) 35,00% foram destinados ao pagamento de dividendos aos	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal; (ii) 31,83% foram destinados ao pagamento de dividendos aos

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
	28,68% foram destinados à reserva de incentivos fiscais; e (iv) 24,34% foram destinados à reserva de reforço de capital de giro.	acionistas; (iii) 5,93% foram destinados à reserva de incentivos fiscais; e (iv) 54,36% foram destinados à reserva de reforço de capital de giro.	acionistas; (iii) 13,89% foram destinados à reserva de incentivos fiscais; e (iv) 51,34% foram destinados à reserva de reforço de capital de giro.
b. regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 15% do lucro líquido ajustado fosse, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo ser antecipado no curso do exercício até a ata de Assembleia Geral Ordinária que determina o respectivo montante, previamente autorizado pelo Conselho de Administração, observadas as demais regras do Estatuto Social e a legislação aplicável.	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 15% do lucro líquido ajustado fosse, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo ser antecipado no curso do exercício até a ata de Assembleia Geral Ordinária que determina o respectivo montante, previamente autorizado pelo Conselho de Administração, observadas as demais regras do Estatuto Social e a legislação aplicável.	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 15% do lucro líquido ajustado fosse, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo ser antecipado no curso do exercício até a ata de Assembleia Geral Ordinária que determina o respectivo montante, previamente autorizado pelo Conselho de Administração, observadas as demais regras do Estatuto Social e a legislação aplicável.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2020, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no nosso Estatuto Social.	Em 31 de dezembro de 2019, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no nosso Estatuto Social.	Em 31 de dezembro de 2018, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no nosso Estatuto Social.
d. restrições à distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2020, o Estatuto Social da Companhia previa restrição à distribuição de dividendos de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.	Em 31 de dezembro de 2019, o Estatuto Social da Companhia previa restrição à distribuição de dividendos de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.	Em 31 de dezembro de 2018, o Estatuto Social da Companhia previa restrição à distribuição de dividendos de 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2018, estabelecendo as diretrizes para a destinação dos resultados auferidos pela Companhia, e buscando dar	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2018, estabelecendo as diretrizes para a destinação dos resultados auferidos pela Companhia, e buscando dar	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2018, estabelecendo as diretrizes para a destinação dos resultados auferidos pela Companhia, e buscando dar

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
	transparência aos acionistas, investidores e demais interessados, acerca do processos adotados, disponibilizando, tempestivamente, o conjunto de informações necessárias para subsidiar a avaliação e tomada de decisão de investimento e realização de outras transações com a Companhia. A política deliberava sobre atribuições e responsabilidades da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento da Diretoria Executiva e do Departamento de Relações com Investidores. Deliberava também sobre diretrizes, ressaltando que as decisões sobre a alocação dos recursos devem respeitar as situações econômico-financeiras da Companhia, bem como suas estratégias de negócios, compreendendo: (i) capacidade de geração de caixa; (ii) necessidade de realização de investimentos e reservas; (iii) cenários e perspectivas dos mercados potenciais de atuação; e iv) realização das receitas previstas no orçamento. Além disso, a política previa, nos termos do Estatuto social, reserva legal, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e reserva de lucros.	transparência aos acionistas, investidores e demais interessados, acerca do processos adotados, disponibilizando, tempestivamente, o conjunto de informações necessárias para subsidiar a avaliação e tomada de decisão de investimento e realização de outras transações com a Companhia. A política deliberava sobre atribuições e responsabilidades da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento da Diretoria Executiva e do Departamento de Relações com Investidores. Deliberava também sobre diretrizes, ressaltando que as decisões sobre a alocação dos recursos devem respeitar as situações econômico-financeiras da Companhia, bem como suas estratégias de negócios, compreendendo: (i) capacidade de geração de caixa; (ii) necessidade de realização de investimentos e reservas; (iii) cenários e perspectivas dos mercados potenciais de atuação; e iv) realização das receitas previstas no orçamento. Além disso, a política previa, nos termos do Estatuto social, reserva legal, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e reserva de lucros.	transparência aos acionistas, investidores e demais interessados, acerca do processos adotados, disponibilizando, tempestivamente, o conjunto de informações necessárias para subsidiar a avaliação e tomada de decisão de investimento e realização de outras transações com a Companhia. A política deliberava sobre atribuições e responsabilidades da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento da Diretoria Executiva e do Departamento de Relações com Investidores. Deliberava também sobre diretrizes, ressaltando que as decisões sobre a alocação dos recursos devem respeitar as situações econômico-financeiras da Companhia, bem como suas estratégias de negócios, compreendendo: (i) capacidade de geração de caixa; (ii) necessidade de realização de investimentos e reservas; (iii) cenários e perspectivas dos mercados potenciais de atuação; e iv) realização das receitas previstas no orçamento. Além disso, a política previa, nos termos do Estatuto social, reserva legal, reserva para contingências, reserva de incentivos fiscais, distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e reserva de lucros.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	0,00	377.742.000,00	878.471.000,00	571.707.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	45,004262	36,727421	31,834489
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	3,557290	5,347354	12,185534	25,942779
Dividendo distribuído total	0,00	170.000.000,00	322.639.743,67	182.000.000,00
Lucro líquido retido	0,00	221.709.000,00	599.188.095,40	415.429.000,00
Data da aprovação da retenção		22/04/2021	27/07/2020	12/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00							
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária			170.000.000,00		170.000.000,00	05/05/2021	50.000.000,00	25/04/2018
Dividendo Obrigatório								
Ordinária					152.639.743,67	19/08/2020	75.000.000,00	25/04/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Nos últimos três exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2021	15.339.865.000,00	Índice de Endividamento	2,10982158	
31/12/2020	17.321.916.000,00	Índice de Endividamento	2,36467404	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (31/03/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		1.667.179.926,17	17.725.278,45	1.855.414,80	0,00	1.686.760.619,42
Total			1.667.179.926,17	17.725.278,45	1.855.414,80	0,00	1.686.760.619,42
Observação							

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		858.508.000,00	811.270.000,00	0,00	0,00	1.669.778.000,00
Total			858.508.000,00	811.270.000,00	0,00	0,00	1.669.778.000,00
Observação							
Observação: As informações acima referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O total demonstrado na tabela acima considera o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante).							

3.9 - Outras Informações Relevantes

Informações adicionais ao item 3.1

O número de ações informado no item 3.1 reflete os desdobramentos de ações da Companhia informados no item 17.3 deste Formulário de Referência e, consequentemente, os valores referentes ao (i) valor patrimonial por ação; (ii) resultado básico por ação; e (iii) resultado diluído por ação foram ajustados, em relação aos originalmente apresentados nas demonstrações contábeis.

Informações adicionais ao item 3.4

Em 22 de abril de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a distribuição de juros sobre capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 170 milhões, os quais foram integralmente pagos em 05 de maio de 2021.

Informações adicionais ao item 3.8

Para mais informações sobre empréstimos, financiamentos e outras obrigações da Companhia, incluindo a existência de disposições sobre *cross-default* nos contratos e valores mobiliários representativos de dívida da Companhia, ver item 10.1.f deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, conhecidos ou não. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios atuais e futuros, situação patrimonial e financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, demais indicadores financeiros e não financeiros e/ou a reputação da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos neste Formulário de Referência. Os riscos descritos são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os atuais e/ou potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na nossa participação no mercado, na nossa reputação, nos negócios atuais e futuros, situação patrimonial e financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) à Companhia

A pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), impactou e pode continuar impactando nossas operações, canais de venda, resultados operacionais e fluxos de caixa. A extensão e gravidade de tais efeitos nos nossos negócios dependem de eventos futuros altamente imprevisíveis.

A declaração da pandemia do COVID-19 em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) provocou a adoção de uma série de medidas restritivas pelas autoridades governamentais no Brasil e no mundo, visando limitar a circulação de pessoas para contenção do surto. Dentre tais medidas, foram adotadas quarentenas e *lockdowns* com fechamento de atividades de setores da economia não considerados essenciais, e rigorosas medidas de restrição a circulação e isolamento social. Neste cenário de bastante incerteza, devido à alta exposição dos nossos clientes e colaboradores à contaminação pela doença, a administração decidiu pelo fechamento temporário de todas as nossas lojas físicas durante o período de março a abril de 2020.

Após esse período, nossas operações de lojas físicas passaram por um processo de reabertura gradual exclusivamente para transações de recebimento de pagamentos e retirada de mercadorias vendidas pelos demais canais de venda, mediante autorização de decretos municipais e, principalmente, mediante avaliação interna de segurança de reabertura baseada em trabalhos de data analytics voltados para o monitoramento de casos da doença em nível municipal e adoção de rigorosos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

protocolos de segurança sanitária, até o reestabelecimento total das operações das lojas físicas. No entanto, em decorrência do aumento da disseminação do vírus observada no início do exercício de 2021 e das incertezas decorrentes deste cenário, verificamos uma retomada do processo de fechamento temporário das lojas físicas de acordo com medidas restritivas adotadas em determinados municípios através de medidas de isolamento e *lockdowns*. Dessa forma, durante a pandemia, desde março de 2020, tivemos que fechar a totalidade das nossas lojas físicas, sendo que, na data deste Formulário de Referência, todas já foram reabertas.

Frente a este cenário, não temos previsibilidade quanto ao surgimento de uma nova onda de disseminação do vírus, sua extensão ou duração de seus impactos, bem como a efetividade do programa de imunização da população, e poderemos verificar efeitos adversos de redução de vendas de lojas físicas, e consequente redução da diluição de despesas fixas, dificuldades no abastecimento de mercadorias para revenda assim como aumento dos preços de aquisição, aumento das despesas com frete das vendas do *e-commerce*, e redução das margens de retorno nos meses subsequentes, enquanto durarem as restrições de circulação e medidas de isolamento por quarentenas e *lockdowns*. Adicionalmente, verifica-se no país um cenário de recessão/desaceleração econômica com alta probabilidade de impactar significativamente os níveis de emprego e renda da população e a atividade econômica, refletido na redução dos níveis de demanda por consumo de produtos oferecidos nos nossos canais de vendas, e consequentemente impactando nossas margens de retorno.

Outros surtos de doenças transmissíveis, tais como as provocadas pelo novo coronavírus, podem ocorrer futuramente e afetar significativamente a economia e nossas operações. E caso aconteçam, não conseguimos garantir que seremos capazes de tomar as providências necessárias para mitigar riscos de tais impactos adversos nos nossos negócios. O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desse evento mundial pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Se não implementarmos totalmente nossa estratégia de crescimento e transformação digital, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à nossa estratégia de crescimento e transformação digital dependem de fatores críticos de sucesso, dentre os quais nossa competência e capacidade de:

- Proteger o poder da nossa marca;
- Abrir novas lojas físicas, novas operações de *e-commerce* e expandir nossa cobertura geográfica;
- Expandir e reter nossa base de *sellers* na plataforma digital, bem como fortalecer e expandir a oferta e variedade de serviços que lhes são oferecidas, em condições competitivas;
- Alavancar as vendas e aumentar a rentabilidade de nossas operações para clientes atuais e atrair novos clientes;
- Fortalecer e expandir a oferta e variedade de produtos e distintos serviços em condições competitivas para nossa base de clientes;
- Aperfeiçoar a experiência de vendas por meio da multicanalidade alinhada com a competente gestão das operações comerciais, logísticas e de gestão de estoques;
- Gerenciar a captação e aplicação dos recursos financeiros; e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Dar continuidade à nossa estratégia de transformação digital, por meio da inclusão digital de nossos clientes, o aprimoramento contínuo de nossas operações multicanais, desenvolvimento de nossa plataforma digital e os produtos e serviços a ela associados, reformulação e digitalização de nossas lojas físicas e fortalecimento de nossa cultura digital.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito, simultaneamente e por completo. O insucesso em implementar nossas estratégias pode afetar adversamente nossos negócios.

Se não conseguirmos manter nossa cultura e nossa marca no processo de expansão, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

Acreditamos que nosso potencial de crescimento e o alcance de nossas metas corporativas orientadas por resultados positivos financeiros e não financeiros estão diretamente relacionados à nossa capacidade de atrair e manter os melhores colaboradores compromissados com nossa cultura e nossa marca.

Na medida em que expandimos nossos negócios para diferentes naturezas e localidades, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de colaboradores alinhados à nossa cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora em nosso atendimento ao cliente e/ou no desempenho dos nossos colaboradores, e consequentemente em um enfraquecimento da nossa marca. Entendemos que nossa cultura organizacional e a nossa marca são cruciais para nossos planos de negócio. O insucesso em manter tal cultura e marca pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

A perda de membros da nossa alta administração e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores qualificados podem causar um efeito adverso sobre as nossas atividades, situação patrimonial e financeira e resultados operacionais.

Nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte de esforços e da capacidade da nossa alta administração formada por experientes executivos e funcionários-chave que detêm amplo conhecimento do nosso negócio. A perda dos membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios e nossos resultados operacional e financeiro. Além disso, caso venhamos a perder algum desses profissionais-chave, podemos não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. Nosso sucesso também depende de nossa habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa, e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, consequentemente, nossos resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

Podemos ser responsabilizados pelo inadimplemento e comercialização de produtos inadequados por parte de vendedores parceiros cadastrados em nossa plataforma de marketplace, podendo causar danos à nossa imagem, marcas e aos nossos resultados operacionais e financeiros.

Por meio de nossa plataforma de marketplace, possibilitamos que vendedores parceiros se cadastrem e ofereçam seus produtos dentro de nossos canais de e-commerce. Por meio deste modelo, nós somos intermediários das transações de venda, não estando sob nosso controle o cumprimento das obrigações e responsabilidades dos vendedores parceiros perante os respectivos clientes. Caso algum desses vendedores parceiros não cumpra com suas obrigações perante os clientes, nós podemos ter nossos indicadores de atendimento aos clientes impactados negativamente, sofrer sanções de órgãos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reguladores e verificar aumento do número de ações judiciais na esfera cível e tributária, dentre outros, bem como ser obrigados a arcar com custos perante os clientes que adquiriram seus produtos por meio da plataforma de marketplace. Podemos ainda ser responsabilizados por vendedores parceiros comercializarem, ou mesmo cadastrarem e oferecerem em nossa plataforma, produtos falsificados, ilícitos e/ou ilegais, bem como que infrinjam direitos de propriedade intelectual ou de distribuição. Estes aspectos podem afetar adversamente nossos resultados operacionais e financeiros, nossa imagem e reputação, bem como queda no valor de nossas ações.

Problemas em nossos sistemas de tecnologia da informação, ou a incapacidade (inclusive Luizalabs) de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, poderão impactar adversamente nossas operações.

Nossas operações e de nossas controladas dependem em grande parte do nosso sistema de tecnologia da informação, que é importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle dos nossos ativos tangíveis e intangíveis relevantes. Problemas de operação ou de segurança em nossos sistemas podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento. Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos a tempo e, se essa eventual interrupção se prolongar e causar a indisponibilidade de acesso ao sistema e/ou às informações, nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossos resultados. Caso não sejamos (inclusive Luizalabs) capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Nosso sucesso e habilidade de vender produtos online e oferecer serviços de alta qualidade a nossos clientes dependem da operação eficiente e ininterrupta de nossos sistemas de tecnologia da informação e computação. Qualquer falha de nossos sistemas de computação e tecnologia da informação em operar efetivamente ou de se integrar a outros sistemas, inadequações de performance ou violações em segurança podem causar interrupções ou falhas nos sistemas, que como consequência podem causar a indisponibilidade de nosso *e-commerce*, afetar a efetivação de pedidos de vendas e a entrega de produtos, resultando em perdas à nossa performance de vendas do *e-commerce*. Além do mais, falhas nos controles de segurança da rede também podem afetar nossa performance, uma vez que os servidores são vulneráveis a ataques de vírus e quebras na segurança, podendo causar interrupções, atrasos, perdas de dado ou incapacidade de aceitar e completar ordens. Nossos sistemas de back-up para determinados aspectos de nossas operações não são totalmente redundantes e nosso plano de recuperação de desastres pode não cobrir todos estes eventos.

Quaisquer falhas ou problemas podem, no futuro, afetar adversamente o número de clientes interessados em comprar os produtos que nós oferecemos. Fatores que poderiam ocorrer e prejudicar significativamente nossas operações incluem: falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas e situações similares, erros de softwares, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas em nossos sistemas de computadores e data centers. Além disso, quaisquer interrupções que afetem nossos sites também poderiam causar danos à nossa reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e nos expor a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades. Nós não temos seguros de interrupção de negócios para compensação por perdas que possam ocorrer como resultado de quaisquer desses eventos. Assim, nossos resultados de operações podem ser negativamente afetados caso qualquer das interrupções descritas acima ocorra.

A Companhia divulga certas projeções que podem não se materializar e, consequentemente, impactar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia divulga projeções relativas a: (i) número de centros de distribuição; (ii) unidades de cross-docking; (iii) área total de armazenagem e (iv) número de lojas, as quais dependem de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

determinadas premissas e fatores alheios ao controle da Companhia, incluindo aquelas descritas no item 11(c) deste Formulário de Referência. A Companhia não tem como assegurar que atingirá as estimativas divulgadas, o que poderá impactar negativamente seu resultado e frustrar as expectativas de seus acionistas.

Interrupções ou falhas dos sistemas informatizados podem afetar nossas vendas.

Nosso desempenho de vendas, e de nossas controladas, podem ser impactados em caso de interrupções ou falhas de sistema que venham a tornar os canais do *e-commerce* e sistemas de lojas indisponíveis ou que impeçam o atendimento dos pedidos e a expedição das vendas de forma eficiente. Adicionalmente, falhas nos controles de segurança de rede podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender aos pedidos dos clientes, podendo impactar adversamente nossos resultados operacionais.

Uma falha no nosso sistema de segurança, ou de nossas controladas, com relação à proteção de informações confidenciais de nossos clientes e de nossa rede poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e afetar substancialmente nosso negócio e os resultados das operações.

Uma das maiores dificuldades relacionadas ao comércio eletrônico, comunicação online e tecnologia da informação é a transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas e o armazenamento seguro de dados em nossos sistemas conectados a redes públicas. Uma falha em impedir essas quebras de segurança poderá prejudicar nossa reputação e nossa marca e, ainda, afetar substancialmente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Atualmente, a maior parte de nossas vendas é debitada diretamente das contas de cartão de crédito e débito de nossos clientes. Dependemos de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra. Ainda, nós estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais, incluindo vendas fraudulentas e ilícitas nos meios de pagamento aceito por nós, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras.

Além disso, armazenamos nosso banco de dados, que contém detalhadas informações demográficas e de vendas de cada um de nossos clientes, em nossa intranet, que está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas. Qualquer comprometimento de nossa segurança poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca e nos expor a situações de litígio, nas quais poderemos ser obrigados a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as nossas medidas de segurança poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em nossas operações.

A Netshoes celebrou o TAC nº01/2018 com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios após o incidente de segurança ocorrido em 2017 envolvendo a sua base de dados dos clientes. Novos incidentes dessa natureza podem sujeitar a Companhia ou suas subsidiárias a Termos de Compromisso (semelhantes ou não) ou outras penalidades nos termos da legislação aplicável.

Adicionalmente, estamos sujeitos a legislações que podem exigir notificação a órgãos reguladores, clientes ou funcionários, assim como podemos ter que reembolsar clientes ou operadores de cartões de crédito por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao nosso sistema de segurança, situações que poderiam aumentar significativamente os nossos custos e reduzir nossa atratividade.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em consequência da grande dependência da tecnologia para as atividades da Companhia, também podemos incorrer em perdas financeiras devido a impactos nas nossas operações. Adicionalmente, nossos sistemas de informação estão expostos a vírus, códigos maliciosos (malwares) e outros problemas, como por exemplo crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir inesperadamente nas operações. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre nossos negócios, resultados de operações e perdas financeiras.

Além disso, se a Companhia não conseguir impedir o roubo de informações valiosas, tais como dados financeiros, informações confidenciais e propriedade intelectual, ou se não conseguir proteger a privacidade dos clientes e funcionários e dados confidenciais contra violações de rede ou de segurança de TI, pode-se ter danos à reputação, e afetar negativamente a confiança dos investidores e clientes. Assim, a divulgação não autorizada de informações exclusivas ou confidenciais de clientes ou ainda de seus dados pessoais, quer seja pela violação de sistemas de computador, falha de sistema, ataques cibernéticos ou por qualquer outra forma, pode (i) prejudicar a reputação da Companhia e fazer com que esta perca os clientes existentes e os clientes em potencial, (ii) sujeitar a Companhia a penalidades previstas em lei; e (iii) afetar adversamente os negócios da Companhia, seus resultados operacionais, imagem e situação financeira.

Por fim, os custos associados a um ataque cibernético podem incluir incentivos dispendiosos, oferecidos a clientes e parceiros comerciais atuais para manter seus contratos, acrescidos de despesas com medidas de cibersegurança e o uso de recursos alternativos, perda temporária de receita com a interrupção de atividades e ações judiciais. Caso não seja possível lidar adequadamente com tais riscos de cibersegurança, ou a rede operacional e os sistemas de informação sejam comprometidos, poderá haver um efeito adverso nos negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Nossa incapacidade ou falha em proteger nossa propriedade intelectual, bem como qualquer violação de propriedade intelectual contra nós, podem ter um impacto negativo em nossos resultados operacionais

Nossas marcas, direitos autorais, domínios e outros ativos de propriedades intelectuais (incluindo aquelas relacionadas à tecnologia, produtos e marcas próprias) são ativos valiosos essenciais para o nosso sucesso. Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia e/ou prejudicar a sua reputação.

Nesse sentido, qualquer falha em proteger nossa propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais. O monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual é difícil, e, assim, podemos não proteger adequadamente nossos direitos ou impedir que terceiros se apropriem destes. Ocasionalmente terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao nosso mercado. Há também o risco de a Companhia não conseguir renovar o registro de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras solicitadas ou licenciadas pela Companhia. Ainda, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados pela Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual, podendo dar início a disputas e/ou litígios relacionados aos ativos de propriedade intelectual que, além de dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de nossos direitos de propriedade, e se não obtivermos êxito em defesa, nossos negócios podem ser negativamente impactados.

Desse modo, a Companhia não pode garantir que as medidas comumente adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

apropriarão indevidamente de seus direitos de propriedade intelectual. O uso inadequado de nossos produtos ou serviços ou as medidas tomadas para proteger nossa propriedade intelectual ou ainda a utilização de propriedade intelectual de terceiros por nossos parceiros ou fornecedores sem autorização, podem resultar em custos significativos para a Companhia. No mais, a Companhia pode precisar desviar os recursos e a atenção da administração da Companhia e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas para que se procedam as devidas proteções, correções ou alterações para a correta utilização de seus ativos, podendo afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

Nós obtemos, armazenamos, processamos e utilizamos dados pessoais, tais como dados de clientes e colaboradores, no âmbito das nossas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer tratamento de dados pessoais, tais como processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação de dados, seja realizado de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, devemos observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis no Brasil e, por vezes, poderemos estar sujeitas às leis internacionais de proteção de dados, como o Regulamento (UE) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - GDPR), quando e se aplicáveis.

No Brasil, em 14 de agosto de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709/2018 (“**LGPD**”), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, o dever de transparência por parte do controlador dos dados, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigação de designar um encarregado pelo tratamento de dados, regras relacionadas a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, requisitos e obrigações relacionadas à transferência e compartilhamento de dados, com regime especial relacionado à transferência internacional de dados. A LGPD também prevê sanções pelo descumprimento de suas disposições, conforme detalhado abaixo. A lei, ainda, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“**ANPD**”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar sanções administrativas em caso de descumprimento das disposições da LGPD, que foi estruturada por meio do Decreto nº 10.474/2020.

Após muitas discussões, a LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020. A aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD foi adiada para o dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos, a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais ou procedimentos administrativos por órgãos competentes, individuais ou coletivos pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, dentre outros, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa, tais como aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

forma isolada ou cumulativa, de (a) advertência; (b) obrigação de divulgação de incidente; (c) bloqueio temporário e/ou (d) eliminação dos dados pessoais envolvidos na infração; (e) multa diária, com o limite total de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais); (f) multa simples de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração, (g) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, (h) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período ou (i) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia, suas subsidiárias ou por terceiros que tratem dados pessoais em seu nome e/ou com quem a Companhia tenha compartilhado dados pessoais devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, falhas de prestadores de serviço ou fornecedores, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a nossa reputação e os nossos resultados e, consequentemente, o valor das nossas ações.

Dificuldades na gestão do risco de liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o nosso crescimento.

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras por nós assumidas, nos prazos estabelecidos. Descontamos nossos recebíveis e contamos com linhas de crédito junto a instituições financeiras, bem como possuímos acesso ao mercado de capitais, com o objetivo de obter capital de giro para nossas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, acessar instituições financeiras e o mercado de capitais podem causar descasamento de vencimento de nossos ativos e passivos ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para honrar nossos compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, nosso crescimento. Tais dificuldades podem ser ocasionadas por mudanças materiais no cenário econômico e no mercado financeiro em decorrência de diversos fatores, incluindo pandemias ou outros surtos regionais ou internacionais.

Os titulares de nossas ações podem não receber dividendos.

De acordo com o disposto em nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, a título de dividendo obrigatório, no mínimo 15% de nosso lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. O resultado de determinado exercício pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou no pagamento de eventuais participações estatutárias de colaboradores, o que reduz o valor possível de distribuição aos acionistas. Por exemplo, não pagaremos quaisquer dividendos a nossos acionistas no exercício social em que nosso Conselho de Administração informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com nossa situação financeira. Adicionalmente, nosso Conselho de Administração pode tomar a decisão de cancelar propostas de dividendos recorrentes ou adicionais à Assembleia Geral.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos seus resultados.

Podemos não obter resultados satisfatórios nas operações de negócios recém adquiridos ou constituídos.

Dentro do nosso plano de crescimento dos negócios, consideramos além da expansão orgânica, a possibilidade de expansão pela aquisição de participação em outras companhias ou constituição de novos negócios, como mercados digitais e inovação. A necessidade de expandirmos nossos negócios aumenta a sua complexidade e causa mais incertezas e distintos riscos a serem gerenciados, como os relacionados a captação e adequado uso de recursos financeiros, a gestão de nossos colaboradores, e aos demais recursos operacionais. Nesse contexto, podemos não ter a eficaz e eficiente gestão das mudanças em concretizar no prazo esperado o processo de maturação quando na gestão de novos negócios, inclusive com relação à duração de tal processo e sua consequente rentabilidade. E, por consequência, podemos não conseguir atingir os resultados satisfatórios nos novos negócios e que podem afetar as margens líquidas consolidadas. Sendo assim, nosso resultado e o valor de nossas ações podem ser negativamente impactados, com efeitos em nossa reputação. Adicionalmente, podemos ser impactados por passivos contingentes dos negócios adquiridos, que possam vir a se materializar.

Podemos não ser capazes de realizar associações e/ou aquisições no momento e em termos ou preços desejados. Adicionalmente, podemos não conseguir integrar e captar sinergias de aquisições.

Podemos nos deparar com riscos relacionados aos efeitos advindos das operações de incorporações e aquisições. A Companhia pode não ser capaz de realizar associações e/ou aquisições no momento e em termos ou preços desejados, inclusive pode não ser capaz de consumir a aquisição objeto do Contrato de Compra e Venda celebrado entre a Companhia e a Kabum Comércio Eletrônico S.A., (“Kabum”), em 14 de julho de 2021, conforme detalhado nos itens 7.9 e 15.8 deste Formulário de Referência (“**Aquisição Kabum**”).

Nosso plano estratégico conta com diversas aquisições de outras companhias ao longo do ano, como as que ocorreram ao longo de 2020 e 2021, inclusive a Aquisição Kabum que ainda não foi concluída. Tais aquisições envolvem riscos e desafios relacionados à integração das operações, sistemas, funcionários, equipamentos e clientes entre as companhias adquiridas e à geração de retorno esperado sobre os investimentos e a exposição aos passivos dessas companhias. Assim, a integração dos nossos negócios com os negócios das companhias adquiridas e a captação de suas sinergias podem, também, exigir mais recursos e tempo do que inicialmente esperado.

A Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, alterada pela Portaria Interministerial nº 994, de 30 de maio de 2012 (“**Lei Concorrencial**”) estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. Nesse contexto, a Lei Concorrencial estabelece a obrigação de submissão prévia ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (“**SBDC**”), formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“**CADE**”) e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, de operações de concentração econômica em que, cumulativamente, pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado faturamento bruto anual ou volume de negócios no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) e, pelo menos, o outro grupo envolvido na operação tenha registrado faturamento bruto anual ou volume de negócios no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais).

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O SBDC tem o dever, então, de analisar eventuais operações de concentração econômica de notificação obrigatória e determinar se uma operação específica geraria efeitos negativos nas condições competitivas do mercado no qual operamos, ou mesmo aos consumidores de tal mercado.

Nesse sentido, futuras aquisições, incluindo a Aquisição Kabum, podem não ser aprovadas ou podem ser condicionadas a certas restrições como condição para aprovação pelo CADE, incluindo restrições que reflitam na estrutura da operação, em remédios estruturais ou que demandem desembolsos financeiros diretos ou indiretos, o que pode impactar negativamente os nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, podemos vir a descobrir contingências não identificadas antes da aquisição de companhias, inclusive contingências não identificadas anteriormente à contratação da Aquisição Kabum. Desse modo, podemos sofrer impactos adversos relevantes em nossas atividades e em nossos resultados caso contingências e/ou riscos adicionais sejam descobertos e/ou se materializem.

Os resultados de nossas operações, e de nossas controladas, podem ser afetados adversamente pelo efeito da sazonalidade das vendas de nossos produtos e serviços.

Em determinadas épocas, os resultados de nossas operações variaram de trimestre para trimestre e entendemos que tais variações continuarão a acontecer no futuro. Historicamente, nossa receita e lucratividade atingem seus maiores níveis durante o último trimestre do ano.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o último trimestre do ano, incorremos em investimentos e despesas adicionais significativas, tais como o aumento do volume de produtos estocados, das nossas obrigações com fornecedores e da contratação temporária de equipes para as lojas físicas. Se nós previrmos erroneamente a demanda pela quantidade de produtos que nós venderemos durante o quarto trimestre de cada ano, nossas vendas líquidas podem não ser altas o suficiente para nos permitir recuperar integralmente nossos investimentos em produtos e serviços e nossas despesas com pessoal e publicidade. Consequentemente, poderemos experimentar um impacto negativo desproporcional e significativo em nossos resultados operacionais e financeiros no período em questão.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, suas controladas e seus respectivos administradores e acionistas controladores podem criar obrigações relevantes e trazer efeitos adversos relevantes à Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, suas controladas e seus respectivos administradores e acionistas controladores podem criar obrigações relevantes e trazer efeitos adversos relevantes à Companhia, afetando seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa. Somos, ou poderemos ser, no futuro, juntamente com nossas controladas, administradores, e/ou acionistas controladores, partes no polo passivo em diversos processos judiciais, arbitrais e administrativos, incluindo, mas não se limitando, nas esferas cível, tributária, regulatória, criminal, ambiental e trabalhista. Da mesma forma somos, ou poderemos ser, no futuro, juntamente com nossas controladas, administradores, e/ou acionistas controladores, autores em diversos processos judiciais, arbitrais e administrativos (perante autoridades tributárias, cíveis, regulatórias, ambientais, concorrenciais, policiais, dentre outras), incluindo, mas não se limitando, nas esferas cível, tributária, regulatória, criminal, ambiental e trabalhista, sendo que em caso de decisão desfavorável estaremos sujeitos ao pagamento de verbas de sucumbência. Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a nós, nossas controladas, administradores e/ou acionistas controladores, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos e, em consequência, que sejam realizadas constrições judiciais ou arrolamentos em nosso patrimônio, o que pode afetar adversamente o nosso resultado operacional. Alguns dos processos judiciais e administrativos, principalmente de natureza tributária, dos quais somos parte, envolvem matérias relevantes (como as ações relacionadas ao conceito de bonificações/reembolsos de fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS; à

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

violação de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a isenção de PIS/COFINS sobre as vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção; bem como outras ações relacionadas ao ICMS -- para maiores informações vide item 4.3 deste Formulário de Referência) que, caso decididos de maneira contrária aos nossos interesses poderão afetar negativa e materialmente os nossos negócios e situação patrimonial e financeira.

Podemos também estar sujeitos a fiscalizações periódicas e regulares por órgãos governamentais, incluindo o Ministério da Economia – Secretaria de Inspeção do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, em relação à conformidade de nossas práticas com as obrigações legais trabalhistas, incluindo situações envolvendo a saúde e segurança no trabalho. Essas fiscalizações podem resultar em multas e ações judiciais que podem nos afetar de forma relevante e adversa.

Ainda, decisões que afetem nossa reputação ou contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais, dispêndio de recursos relevantes, e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos nossos negócios.

Podemos enfrentar limitações em manter o ritmo de crescimento de vendas.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas “mesmas lojas” são: (i) nossa capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) nossa capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a confiança do consumidor; (iv) situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão localizadas; (v) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados, (vi) mudanças em nossas políticas de crédito, propaganda e marketing; (vii) os demais riscos estratégicos e operacionais apresentados nesse Formulário de Referência que podem impactar vendas; e (viii) concorrência. Em decorrência dos eventos descritos acima, nossa performance de vendas “mesmas lojas” pode não apresentar um crescimento contínuo ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, nosso crescimento futuro de vendas está fortemente baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce* e o marketplace, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo de nossos clientes, podendo impactar nosso ritmo de crescimento de vendas.

Caso a eficácia das campanhas de propaganda e marketing não seja alcançada podemos ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade.

O empenho de recursos significativos para campanhas de propaganda e marketing é parte inerente do nosso negócio, com o intuito de promover a atratividade e movimento em nossos canais de vendas. Caso tais campanhas não alcancem as metas e objetivos esperados, podemos ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade e não gerar a desejada valorização de nossa marca.

Consequentemente, nosso resultado operacional e nossa situação patrimonial e financeira podem ser afetados negativamente. Adicionalmente, considerando-se que grande parte das nossas campanhas são veiculadas com propagandas em televisão, podemos ter nossa rentabilidade impactada caso seja verificada elevação de custos dada a dificuldade de encontrar veículo de comunicação que apresente a mesma efetividade.

Além disso, as nossas vendas poderão ser adversamente afetadas diante do desafio por ela enfrentado na identificação das mudanças de comportamento e preferência de seus consumidores.

Podemos não conseguir ajustar o alinhamento de nossos canais de venda dentro de nossas expectativas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nossas operações são realizadas por meio de lojas físicas e canais digitais de *e-commerce*. Caso não consigamos ajustar o constante alinhamento das operações das lojas físicas e dos canais digitais de *e-commerce* sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento às expectativas dos nossos clientes, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente nossos resultados operacionais.

Podemos enfrentar dificuldades em ampliar a quantidade de lojas físicas e expansão dos nossos negócios.

Parte de nosso crescimento está ligado à nossa capacidade de avaliar, modernizar e de ampliar a quantidade e qualidade das lojas físicas e realizar fusões e aquisições com sucesso. Nossa capacidade de inaugurar e operar novas lojas com êxito depende de inúmeros fatores, muitos dos quais estão além de nosso controle. Entre esses fatores incluem-se nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, o que envolve reunir e analisar dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para nossos produtos nos locais escolhidos, assim como a negociação de contratos de aluguel em termos aceitáveis. Precisamos também concluir as obras sem atrasos, interrupções ou aumento de custos. A abertura de novas lojas, incluindo a nossa recente expansão para o estado do Rio de Janeiro, também requer a manutenção de um nível crescente de estoques a um custo aceitável para atender à sua demanda, bem como a contratação, o treinamento e a retenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente em nível gerencial. Tal estratégia gera demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, as quais podem resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho de nossas lojas individualmente e de nosso negócio como um todo. Ainda, quando as inaugurações de novas lojas ocorrerem em mercados onde já possuímos lojas, poderemos sofrer uma redução nas vendas líquidas das lojas pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas. Caso não sejamos capazes de administrar fatores e incertezas relacionados ao sucesso na abertura de novas lojas, nossos negócios e o resultado de nossas operações poderão ser negativamente afetados.

Adicionalmente, analisamos regularmente oportunidades de fusões e aquisições que julgamos interessantes para as nossas atividades, relacionadas a nosso mercado de atuação ou a novos mercados relacionados a nossos produtos. Realizar aquisições com sucesso envolve uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos sobre nossos objetivos de crescimento, como riscos relacionados à integração das estratégias de negócios, aproveitamento de sinergias, às operações, aos sistemas de informação, ao pessoal, aos produtos; à base de clientes; às autorizações governamentais; à geração dos retornos esperados; e à exposição de obrigações e contingências referentes às empresas adquiridas. O processo de diligência e auditoria financeira, operacional e legal que conduzimos para avaliar a situação jurídico-patrimonial da empresa a ser adquirida e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que recebemos de vendedores das empresas ou negócios prospectados poderão ser insuficientes para nos proteger ou indenizar em função de eventuais contingências. A concretização de qualquer um desses riscos poderá afetar de maneira adversa a aquisição em questão, bem como os nossos negócios e o resultado de nossas operações.

A Companhia e suas controladas podem não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências e preferências de consumo seus clientes.

A Companhia e suas controladas competem com outras empresas do setor de varejo em relação a preço, qualidade, experiência de compra, promoções, localização, plataformas digitais e disposição das lojas. A Companhia e suas controladas acreditam que a disponibilização de grande variedade de produtos e serviços a preços competitivos e a satisfação dos clientes são um dos pontos mais desafiadores do negócio. As preferências dos consumidores e as tendências de consumo são voláteis

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e tendem a mudar rapidamente, com o surgimento de novos produtos, serviços, tendências e demandas que influenciam fortemente o gosto dos consumidores. O sucesso das vendas depende da habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências de consumo, bem como às potenciais mudanças nas preferências dos clientes. Se os serviços e produtos disponíveis nas lojas, físicas e digital, da Companhia e suas controladas não forem capazes de atender aos gostos e preferências dos clientes, isso pode acarretar uma diminuição significativa nas vendas. Qualquer falha em antecipar, identificar e responder às mudanças de tendência de consumo pode afetar a decisão dos clientes, o que pode causar o excesso ou falta de estoque de determinados produtos, impactando adversamente o negócio, a imagem, a rentabilidade, o resultado operacional e a situação patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, não conseguimos garantir que seremos capazes de antecipar, identificar e responder às mudanças relevantes de hábitos de consumo que podem advir dos impactos de pandemias e outros surtos.

Enfrentamos riscos relacionados aos nossos centros de distribuição e infraestrutura de logística.

Atualmente, temos centros de distribuição localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil. A distribuição das mercadorias que vendemos é realizada por meio desses centros de distribuição. Se a operação normal de um desses centros de distribuição for interrompida por fatores que estão além de nosso controle, como incêndios, pandemias, epidemias ou surtos, greves de caminhoneiros, desastres naturais, falta de energia, falha nos sistemas, intrusões, entre outros, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil e a distribuição de produtos às nossas lojas atendidas pelo respectivo centro de distribuição será afetada, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação patrimonial e financeira e resultado operacional. Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento pode demandar uma expansão na capacidade de nossos centros de distribuição, uma reorganização de nossos centros de distribuição atuais ou o estabelecimento de novos centros de distribuição. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição nos novos mercados, ou não consigamos integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo em nossas vendas e na nossa estratégia de crescimento. Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que nós ou os nossos fornecedores usem para entregar produtos em nossas lojas ou centros de distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendemos em nossas lojas e afetar negativamente nossas operações. Por exemplo, a nossa rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, a disponibilidade de combustível e, por isso, qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, caso normas rigorosas para combater o trânsito de rua forem promulgadas e impuserem mais restrições na entrega de produtos para as nossas lojas, em determinadas horas do dia, em determinados municípios em que atuamos, a nossa capacidade de distribuir produtos em tempo hábil para as nossas lojas poderá ser afetada.

Uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho poderá afetar nossos negócios.

Nossos colaboradores são sindicalizados e com direitos trabalhistas previstos em convenções coletivas de trabalho e/ou acordos coletivos de trabalho que podem ser renegociados dentro dos prazos estabelecidos em lei. Greves e outras paralisações ou interrupções trabalhistas em quaisquer de nossas instalações ou interrupções trabalhistas envolvendo terceiros que nos fornecem bens ou serviços podem afetar de forma relevante nossas atividades.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro e poderemos optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o nosso capital social poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social.

Uma falha na avaliação dos riscos associados a fraudes de cartões de crédito poderá vir a prejudicar a nossa reputação e a nossa marca, afetando adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

Assumimos o risco por operações fraudulentas via cartão de crédito, visto que aceitamos o pagamento por meio de cartão de crédito sem a aposição da assinatura do titular, e também realizamos operações na modalidade “cartão não-presente” em nossas lojas virtuais. Atualmente não mantemos um seguro contra este tipo de risco. À medida que as nossas vendas cresçam e/ou ocorra falha no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações, o risco de perdas significativas em decorrência dessas operações fraudulentas também aumenta. Uma falha no controle adequado de operações fraudulentas de cartão de crédito poderá prejudicar a nossa reputação e nossa marca, o que poderá afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações. Por consequência, podemos ter questionamentos de órgãos regulatórios, aplicações de multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentarmos eventuais ações judiciais.

Qualquer investigação de má conduta por parte da Companhia e/ou o descumprimento das leis anticorrupção no Brasil pode causar danos à sua reputação e submetê-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis.

Qualquer investigação de má conduta por parte da Companhia e/ou o descumprimento das leis anticorrupção no Brasil pode causar danos à sua reputação e submetê-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis. Dentre as sanções aplicáveis estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão das atividades da Companhia, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções essas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia. Nesse sentido, a Companhia também está exposta ao risco de membros de sua administração, funcionários ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil. Em qualquer dos casos acima, a Companhia pode sofrer um impacto adverso relevante sobre sua imagem, seus negócios, resultados operacionais e situação patrimonial e financeira.

Uma redução nas vendas a prazo em função de políticas de restrição ao crédito pode afetar adversamente nossos resultados.

Vendas a prazo são um componente importante no resultado das empresas do nosso setor. No passado, o Governo Federal implantou medidas para restringir a demanda doméstica, impondo restrições de crédito a bancos, administradoras de cartão de crédito e setor de varejo, e aumentando a taxa de juros. Nossos resultados podem ser adversamente afetados se o Governo Federal implantar políticas restritivas à obtenção e à extensão de crédito causando a redução de demanda pelo consumidor.

Estamos sujeitos a perdas não cobertas pelos seguros contratados e a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios.

Estamos sujeitos à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades), ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, podemos sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por nós integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente nossos resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, não podemos garantir que conseguiremos manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, podemos ser responsabilizados judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os nossos negócios e resultados financeiros e operacionais podem ser adversamente afetados.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão nos expor a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente nossos negócios.

Nossos sistemas, políticas e procedimentos de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes, bem como as nossas políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, priorizar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes.

Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Se não formos capazes de manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de elaborar nossas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de compliance e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários, membros de nossa administração e terceiros contratados para atuar em nosso time, interesse e/ou benefício. Caso nossos funcionários ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas, desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes.

A falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.3.(d) deste Formulário de Referência.

Nossos acionistas podem encontrar limitação substancial na capacidade de venderem as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à liquidez reduzida do mercado brasileiro de valores mobiliários.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises e medidas de recuperação econômica nos Estados Unidos, na União Europeia, na Ásia ou em países emergentes podem impactar o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes, bem como conflitos referentes a relacionamentos comerciais entre países, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de nossas ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de nossas ações poderão prejudicar o valor da sua negociação.

Podemos não ser capazes de concorrer eficientemente em novos mercados, compreendendo o segmento de serviços financeiros digitais, o que poderá impactar nossos resultados de forma adversa.

Parte importante da nossa estratégia consiste em expandir nossa atuação para novos mercados, visando ofertar novos produtos e serviços aos clientes, dentro da nossa plataforma digital, o que foi

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

corroborado pela aquisição da Hub Prepaid Participações S.A. Nosso sucesso dependerá de nossa capacidade de adaptação e gestão dos diferentes ramos de negócio, oferecendo produtos adequados para a demanda dos consumidores específicos de cada setor, bem como capturando os benefícios almejados para o nosso ecossistema. Poderemos ter dificuldades para executar tal estratégia de operação de forma sustentável nesses novos mercados.

Adicionalmente, considerando que ingressamos ou possuímos como estratégia ingressar em segmentos nos quais não possuímos expertise e/ou experiência de mercado consolidados, como o segmento de produtos e serviços financeiros digitais (“*fintech*”), por exemplo, nossas operações poderão ser negativamente impactadas pelo maior risco de falhas de execução, se comparado aos demais players de mercado.

Ainda, especificamente quanto ao segmento de produtos e serviços financeiros digitais, o ambiente regulado e altamente competitivo, marcado por concorrentes já estabelecidos no mercado, pode aumentar o nosso custo de implantação. Dessa forma, não podemos garantir que seremos capazes de atuar de maneira eficiente nesses segmentos.

Para mais informações sobre a aquisição da Hub Prepaid Participações S.A., vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Podemos enfrentar situações de potencial conflito de interesses em transações com partes relacionadas.

Possuímos receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, notadamente aquelas informadas no item 16.4 deste Formulário de Referência. Contratações com partes relacionadas representam potencial conflito de interesses entre as partes, as quais podem se revelar difíceis ou complexas para nossa análise quanto a todos os potenciais conflitos de interesse envolvidos. Não podemos assegurar que os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações sejam eficazes ou que as transações com partes relacionadas foram ou serão realizadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes, o que pode impactar negativamente nossos negócios, o que poderá vir a causar um impacto adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados, bem como a nossos acionistas. Para informações adicionais a respeito de operações entre partes relacionadas, vide item 16 deste Formulário de Referência.

(b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

Nossa gestão é fortemente influenciada por nossos acionistas controladores.

Nossa gestão é consideravelmente influenciada por nossos acionistas controladores que orientam vários aspectos da condução de nossos negócios. Assim, o falecimento ou afastamento de membros que compõem direta ou indiretamente nosso bloco de acionistas controladores e que estão entre os nossos principais executivos poderá afetar adversamente nossos negócios. Podemos também nos defrontar com questões sucessórias no futuro o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Os interesses de nossos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nossos acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a nossa administração, determinar nossas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo Mercado, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias de nossos resultados operacionais, o que pode afetar adversamente a cotação de nossa ação.

(c) aos acionistas da Companhia

Entendemos que não estamos sujeitos a riscos relevantes cuja fonte seja nossos acionistas.

(d) às controladas e coligadas da Companhia

Resultados negativos de sociedades controladas e “joint ventures” podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.

Detemos participação direta e indireta em diversas sociedades conforme detalhado nos itens 9.1.c e 15.7 deste Formulário de Referência. Dessa forma, parte de nosso resultado decorre do resultado de referidas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório delas poderá afetar negativamente o nosso resultado.

Eventuais fraudes ou falhas nos controles internos relacionados ao gerenciamento dos recursos das carteiras digitais de usuários do Magalu Pagamentos, bem como relativos à segurança da informação, podem afetar negativamente os negócios da Companhia.

A controlada Magalu Pagamentos gerencia recebíveis e os recursos provenientes das carteiras digitais de nossos parceiros varejistas e clientes, e dessa forma dependemos do constante fortalecimento de seus controles internos. Uma falha nos controles de gerenciamento e contabilização dos saldos e transações, nos controles de monitoramento de operações fraudulentas, bem como falhas nos controles de segurança da informação (que poderiam levar a vazamento de dados sigilosos), poderão prejudicar nossa reputação e nossa marca, e consequentemente impactar a confiança quanto ao uso da plataforma pelos usuários, e assim resultar em perdas financeiras bem como danos à estratégia e aos resultados da Companhia. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Magalu Pagamentos podem ser questionadas por órgãos reguladores que podem aplicar multas e/ou sanções administrativas, bem como enfrentar eventuais ações judiciais.

(e) aos fornecedores da Companhia

Não há garantia de que nossos fornecedores e parceiros no marketplace não venham a se utilizar de práticas irregulares.

Devido à grande pulverização e terceirização da cadeia produtiva de nossos fornecedores, e variedade de parceiros varejistas que podem vir a se tornar usuários de nosso ambiente de marketplace, não temos controle sobre suas operações e eventuais irregularidades que possam apresentar. Não podemos garantir que alguns de nossos fornecedores e varejistas que façam uso de nosso ambiente de marketplace não venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionados à sustentabilidade, terceirização e quarterização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias, trabalho análogo a escravo, atividades criminosas contra o sistema financeiro nacional,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sonegação fiscal, ou mesmo que venham a se utilizar de irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos e, caso uma quantidade significativa de nossos fornecedores e varejistas que façam uso de nosso ambiente de marketplace o façam, nossa imagem e reputação podem ser prejudicadas e, em consequência, a perda de atratividade junto aos nossos clientes, com impacto direto na redução de nossa receita líquida e resultado operacional, bem como queda no valor de nossas ações.

Adquirimos substancialmente certas categorias de produtos de poucos fornecedores para serem comercializados e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento nossas atividades e negócios podem ser afetados adversamente.

Adquirimos substancialmente algumas categorias de produtos de poucos fornecedores para serem comercializados. No primeiro trimestre findo em 31 de março de 2021, nosso maior fornecedor representou aproximadamente 21,2% das nossas compras e nossos dez maiores fornecedores representaram aproximadamente 69% do valor das nossas compras. Caso algum fornecedor não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida e não tivermos estoques suficientes destes produtos, poderemos não ser capazes de manter o nível de vendas na categoria afetada, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nossas atividades e resultado operacional.

Nossa controlada Netshoes depende parcialmente de um número seletivo de marcas “premium” que dominam o mercado de produtos esportivos. Atualmente, não há contratos de longo prazo firmados com tais fornecedores, e sendo assim, suas vendas e resultados podem ser adversamente impactados caso estes optem por não fornecer ou limitar o acesso aos produtos (por exemplo, estabelecendo acordos de distribuição exclusivos com outros varejistas).

A utilização de colaboradores terceirizados pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

A utilização de mão-de-obra terceirizada pela Companhia pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia, na condição de tomadora de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, independentemente de ser assegurado à Companhia e às Controladas, o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

Podemos ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas, ambientais e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, ambientais e previdenciárias, poderemos ser responsabilizados solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem nos afetar de maneira material e adversa, inclusive a nossa imagem. Podemos também poder ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de empregados de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

Em se tratando de danos ambientais, a responsabilidade civil tem natureza objetiva e solidária. Nesse cenário, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros, pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos.

Portanto, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para nós – como o gerenciamento de resíduos – não atendam às exigências da legislação ambiental, poderemos ser considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, sermos incluídos no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigados a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas para recuperação do dano ambiental. Caso sejamos responsabilizados solidariamente por danos ambientais causados pelos nossos fornecedores, os resultados, nossas atividades e nossa imagem podem ser adversamente afetados.

Além disso, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para nós não atendam às exigências da legislação trabalhista, poderemos ser considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas, podendo, assim, ser incluídos no polo passivo de processos trabalhistas por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades. Neste caso, nossa imagem, nossos negócios e nossos resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

(f) aos clientes da Companhia

Estamos expostos a riscos relacionados ao financiamento e empréstimos para nossos clientes.

Com a parceria financeira que mantemos, criamos a Luizacred, por meio da qual oferecemos cartões de crédito da bandeira Mastercard, que funcionam também na modalidade privatelabel e empréstimos pessoais. Além disso, realizamos vendas financiadas pela Companhia e por outras instituições financeiras. Como grande parte das nossas vendas são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, possuímos o risco de inadimplência no pagamento do valor principal e juros, bem como qualquer inconsistência entre custos e vencimentos de nossas captações de recursos financeiros em relação aos custos e vencimentos do financiamento aos nossos clientes. Em virtude da natureza dos negócios do nosso grupo, não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber. Qualquer um destes riscos pode afetar negativamente o nosso fluxo de caixa e consequentemente os nossos negócios.

A Luizacred vem sendo responsável pelo financiamento de parte relevante de nossas vendas e a utilização do Cartão Luiza proporciona um plano de pagamento parcelado aos nossos clientes. No decorrer de processos de expansão de nossa carteira de clientes, nossos níveis de inadimplência podem aumentar. Além disto, oferecemos empréstimos pessoais e consignados em folha de pagamento aos nossos clientes nos termos de nosso acordo de joint venture. O descumprimento por nossos clientes das obrigações de pagamento de principal ou juros poderia afetar negativamente os nossos negócios. Dependemos significativamente do nosso parceiro para estabelecer políticas de financiamento para os nossos clientes. Se nosso relacionamento terminar, ou se não mais tivermos acesso ao seu conhecimento da indústria de financiamento ao consumo, os resultados da Luizacred poderiam ser afetados negativamente, o que poderia, por conseguinte, afetar negativamente os nossos resultados.

Adicionalmente, mudanças adversas nas condições econômicas brasileiras podem levar a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes, concentrados na Classe C, mais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sensível a estes fatores, pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios. Além disso, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso a demanda por crédito ao consumidor diminua, a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido seja prejudicada.

Dessa forma, quaisquer eventos que possam afetar negativamente a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido a eles por meio do Cartão Luiza ou empréstimos poderão afetar negativamente nosso resultado operacional.

Podemos deixar de cumprir as leis de privacidade ou tratar adequadamente das questões de privacidade, divulgando informações confidenciais ou sensíveis que possam prejudicar nossos negócios e reputação.

A Constituição Federal, a Lei nº 10.406/02 (Código Civil), a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e o Decreto nº 8.771/16 e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), que entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, são as principais leis que regem o uso de dados no Brasil. Considerando que coletamos, armazenamos, processamos e usamos informações pessoais e de funcionários e clientes e outros dados de usuários em nossos negócios, devemos cumprir com todas as leis de privacidade e proteção de dados pessoais vigentes. Um risco significativo associado ao nosso negócio, particularmente em relação ao negócio de *e-commerce* e comunicações em geral, é a transmissão segura de dados pessoais através de redes públicas para nossos servidores e o armazenamento seguro de dados pessoais em sistemas conectados a nossos servidores.

A percepção de negligência com o tema de proteção de dados, válida ou não, pode nos afetar adversamente. Devemos garantir que qualquer tratamento, coleta, uso, armazenamento, compartilhamento, transferência e descarte de dados pessoais pelos quais somos responsáveis estejam em conformidade com as leis aplicáveis de proteção de dados. Nossas instalações e sistemas, tanto da nossa plataforma de comércio eletrônico quanto de nossas lojas físicas, bem como de nossos provedores de serviços terceirizados, podem estar vulneráveis a violações de segurança, fraudes, atos de vandalismo, vírus de computador, extravio ou perda de dados, programação ou erros humanos ou outros eventos semelhantes.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou fornecedores, podem prejudicar nossa reputação, nos expor a riscos e responsabilidades legais, sujeitar-nos a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar nossos negócios. Não podemos garantir que nossas medidas de segurança evitarão vazamento de dados pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre nós.

Precisamos identificar e responder rapidamente e com sucesso a mudanças nas preferências dos consumidores.

O sucesso de nossas vendas e resultados de operações depende da nossa capacidade de gerenciar nosso inventário, bem como identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado (incluindo design, estilo, qualidade, produção, merchandising e preços dos produtos) e preferências dos nossos clientes. Se não gerenciarmos nosso inventário com precisão, nos mantermos atualizados com as tendências mais recentes ou ajustarmos nossos produtos com êxito às preferências dos clientes, isso poderá resultar em uma redução nas vendas devido a excesso de estoque, de má qualidade ou desatualizado e oportunidades perdidas da indisponibilidade

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de outros produtos e, portanto, pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e a imagem de nossas marcas.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

As companhias do setor de varejo, incluindo a Companhia, têm apresentado frequente volatilidade, em decorrência do cenário altamente competitivo e inovador.

O setor de varejo é tradicionalmente sensível aos eventos macroeconômicos (evolução do PIB, nível de emprego e renda, dentre outros), a eventos políticos e também, com significativa relevância, ao fator tecnológico. A tecnologia com foco em expectativas, tendências e demandas de clientes evolui de forma rápida e requer mudanças em aplicativos, produtos, serviços, marketing, mídias, formas de relacionamentos que, em certa extensão, foge ao controle da Companhia. Inovações tecnológicas devem ser introduzidas com agilidade, eficiência, eficácia e segurança de forma muitas vezes pioneira, pois o mercado nacional, e internacional principalmente, evoluem em velocidade muito rápida. A concorrência apresenta uma busca constante em se diferenciar e apresentar o melhor desempenho com foco nas expectativas de clientes, em terem a melhor relação de custo e benefício diante das distintas opções de compras em plataformas digitais e lojas físicas. A Companhia não pode garantir posição confortável diante de um mercado com frequentes mudanças, evoluções e níveis de investimentos, bem como que apresente a entrada de varejistas concorrentes multinacionais que possam apresentar tais diferenciais. Esse ambiente traz, necessariamente à Companhia, a possibilidade de impactos de queda do marketshare, de receita líquida, dos resultados operacionais e financeiros, bem como de alta volatilidade em suas ações.

O setor de varejo no Brasil é altamente competitivo, o que pode afetar adversamente nossa participação e de nossas controladas no mercado e nossa receita líquida.

Enfrentamos intensa competição de pequenos varejistas que frequentemente podem se beneficiar das ineficiências do sistema de arrecadação de tributos no Brasil. Além disso, nós competimos com um grande número de redes multinacionais de varejo de mercadorias em geral, assim como com hipermercados que oferecem aos seus clientes bens duráveis. Alguns desses competidores internacionais têm acesso a fontes maiores de financiamento a custos menores do que nós.

Além disso, as decisões de compra por parte dos consumidores são afetadas por fatores tais como reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, disponibilidade de crédito, preço e hábitos e preferências subjetivas de cada consumidor. Alguns de nossos concorrentes podem realizar investimentos em marketing substancialmente maiores do que os nossos. Se nossas estratégias publicitárias, promocionais ou mercadológicas não tiverem êxito, ou se formos incapazes de oferecer novos produtos que atendam às demandas do mercado ou às mudanças de hábito dos consumidores que representem tecnologias inovadoras que possam ser comercializadas, ou se não conseguirmos administrar com sucesso as épocas oportunas para introdução de novos produtos ou a rentabilidade destes esforços ou, se por outras razões, nossos consumidores finais acreditarem que os produtos de nossos competidores são mais atraentes, então nossas vendas, nossa rentabilidade e nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

A concorrência no comércio eletrônico também pode se intensificar. Outras empresas do ramo varejista e de comércio eletrônico podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva. À medida que a carteira de clientes for crescendo e aumentando a sua fidelização nos diversos segmentos do mercado de Internet, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado no qual atuamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do varejo online. Acreditamos que a natureza da Internet como um local de mercado eletrônico facilita a entrada de competidores e permite a realização de compras por meio de comparação de preços. Esse aumento

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

na concorrência pode vir a reduzir as nossas vendas, lucros operacionais, ou ambos. Ainda, os concorrentes, tanto no mercado de varejo físico quanto no mercado de varejo eletrônico, poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e marketing do que nós. Ademais, na medida em que o uso da Internet e de outros serviços online aumentar, os varejistas atuantes neste mercado poderão vir a ser adquiridos, receber investimentos, ou celebrar outros relacionamentos comerciais com empresas maiores, mais estabelecidas e dotadas de recursos financeiros.

Podemos não ser capazes de nos adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor.

A tecnologia empregada no *e-commerce* e na cultura digital está em constante evolução. Podemos não ser capazes de nos adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes e preferências e padrões do setor. Podemos nos deparar com alguns obstáculos em busca de uma transformação digital rápida relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, a falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Esses desafios podem ser uma limitação no crescimento do nosso *e-commerce* pela complexidade comercial, organizacional ou tecnológica. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, poderão tornar o nosso *e-commerce* e a nossa tecnologia própria ultrapassados e afetar adversamente nossos resultados.

O setor de varejo é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico geral que levaram à queda nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira, ou na economia mundial com reflexo na economia brasileira, podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, em especial o consumidor da Classe C, que tem menos acesso a crédito que as classes A e B, mais dificuldade para refinarar dívidas e potencialmente mais afetado pelo aumento do desemprego. Tais situações poderão afetar adversamente nossas vendas, resultado operacional e nossa situação patrimonial e financeira.

Dependemos do sistema de transportes e infraestrutura das cidades em que estão localizados nossos centros de distribuição para a entrega das mercadorias.

A distribuição de mercadorias parte dos nossos centros de distribuição localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. O sistema de transporte e infraestrutura no país está em desenvolvimento e necessita de investimentos por parte do governo brasileiro para que possa funcionar de maneira eficiente e atender os nossos negócios. Além disso, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes das cidades em que estão localizados nossos centros de distribuição ou em nossas operações devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, greves, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias e ocasionar queda em nossas vendas, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

As instituições financeiras no Brasil, inclusive nossa controlada em conjunto Luizacred, estão sujeitas a mudanças regulatórias por parte do Banco Central.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. A estrutura regulatória que rege as instituições financeiras brasileiras está em contínua evolução, inclusive em decorrência de tratados e acordos internacionais. Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e a maneira com que as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas também pode mudar, assim como novas leis e regulamentações podem ser adotadas. Não possuímos controle sobre as regulamentações governamentais aplicadas às nossas atividades, incluindo as relativas a requerimentos de capital mínimo; investimento em capital fixo; limites e outras restrições de crédito; gestão de riscos; requerimentos contábeis e estatísticos; dentre outros. Tais mudanças podem afetar de forma adversa nossas operações e rendimentos.

A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar o nosso negócio e de nossas controladas.

Estamos sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nosso negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais/regimes especiais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos serviços, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades.

Além disso, a pandemia causada pela COVID-19 e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas poderão afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos incidentes ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia. Além disso, um desfecho negativo na discussão em que buscamos a manutenção dos benefícios da Lei do Bem, que fora revogado pela Lei nº 13.241/2015, bem como se não conseguirmos sucesso na recuperação de todos os créditos tributários oriundos das Ações Judiciais nº 0000477-51.2007.403.6113 e nº 5001453-84.2018.403.6113 e dos Processos de Habilitação nº 13855.721667/2019-59; nº 13855.723461/2019-63; nº 10166.730542/2020-23; nº 10166.760134/2020-04; nº 10166.739731/2021-42, transitado em julgado que garantiram o nosso direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, poderá afetar adversamente nossos resultados.

Além disso, a Companhia atualmente usufrui de benefícios fiscais e regimes especiais em diversos Estados. Ademais, diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, não podemos afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos regimes especiais/benefícios fiscais relativos ao ICMS, por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), no caso de a legislação estadual que embasa sua concessão não ter sido aprovada no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), o que pode afetar adversamente os nossos negócios.

Ainda no que se refere à “Guerra Fiscal entre os Estados”, foram publicados a Lei Complementar 160/2017 (“LC 160/2017”) e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivaram a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, a diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos e a extinção da possibilidade de criação de novos benefícios. Além disso, estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação. A Companhia não pode assegurar que os Estados darão cumprimento às regras para convalidação dos benefícios usufruídos.

Eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente as atividades da Companhia, mas o setor como um todo.

Adicionalmente, não é possível assegurar que estes regimes especiais/benefícios fiscais serão mantidos ou renovados. Em caso de revogação ou alteração da legislação pertinente, os negócios, as atividades e as condições financeiras poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Além disso, para garantir a continuidade desses incentivos, uma série de requisitos devem ser cumpridos, os quais podem ser contestados, inclusive em juízo. Se esses benefícios fiscais não forem renovados ou forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, os negócios, a atividade e condição financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária.

A Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

tais processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

Parte dos imóveis que ocupamos encontra-se em processo de obtenção ou de renovação de licenças municipais e do corpo de bombeiros, bem como de licenças sanitárias. Podemos não conseguir obter ou renovar todas as licenças de operação necessárias à condução dos nossos negócios.

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos e autarquias da administração pública federal, estadual e municipal e também de licenças e alvarás para funcionamento. Parte das licenças municipais e do corpo de bombeiros, bem como de licenças sanitárias, ainda estão em processo de obtenção ou de renovação ou, ainda, estão para iniciar o processo para obtenção de tais licenças. Os alvarás de funcionamento, os alvarás do corpo de bombeiros e as licenças sanitárias em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos governamentais, podemos não ser capazes de obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva. Em alguns casos, obras de adaptação nos imóveis poderão ser exigidas pelos órgãos competentes para possibilitar a obtenção e/ou renovação destas licenças, alvarás e autorizações, obras estas que podem implicar custos relevantes para a Companhia. A não obtenção ou a não renovação de tais exigências pode resultar na impossibilidade de abertura e operação de lojas e centros de distribuição da Companhia e até, conforme o caso, na interdição e fechamento das atuais lojas e centros de distribuição, bem como na aplicação de multas. No caso dos imóveis são ocupados por contratos de locação firmado entre a Companhia e terceiros, a não obtenção das licenças municipais e do corpo de bombeiros também poderá ser configurada como inadimplemento contratual, o que poderá acarretar a impossibilidade de a Companhia renovar compulsoriamente estes contratos ou, conforme o caso, na necessidade de desocupação destes imóveis. A estratégia comercial da Companhia pode ser afetada negativamente caso ocorra a impossibilidade de abertura e operação de novas lojas e centros de distribuição e/ou a interdição ou o fechamento de suas lojas e centros de distribuição atuais em decorrência da não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente nossos resultados operacionais.

Os imóveis ocupados pela Companhia podem ser desapropriados, o que poderá impactar adversamente os nossos resultados operacionais.

Os imóveis ocupados pela Companhia, incluindo o imóvel de nossa propriedade, estão sujeitos à desapropriação, parcial ou total, por decisão unilateral do Poder Público brasileiro, a fim de atender a finalidades de utilidade e interesse público, o que pode afetar adversamente os nossos negócios, bem como os nossos resultados operacionais e financeiros, uma vez que a Companhia pode vir a ter que desocupar tais imóveis. Deve-se levar em consideração, ainda, que o valor a ser apurado em sede de perícia para pagamento de indenização decorrente da expropriação para o imóvel de propriedade da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia pode ser inferior ao valor de mercado do imóvel e pode não considerar eventuais benfeitorias instaladas por nós no imóvel.

A não obtenção, não renovação, atrasos ou cancelamento de licenças, autorizações e outros documentos de natureza ambiental podem afetar adversamente a reputação e os negócios da Companhia.

Alguns estabelecimentos da Companhia estão sujeitos a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas (por exemplo, Áreas de Preservação Permanente). Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão nos expor a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

Em relação ao licenciamento ambiental, a ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes para a concepção, construção, alteração, ampliação e operação de atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores, ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, sujeitam o infrator a sanções criminais e administrativas, incluindo multas de até R\$ 10 milhões de reais, penas restritivas de direito e outras penalidades como embargo, suspensão parcial ou total de atividades, desativação e demolição, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente.

Caso a Companhia não seja capaz de obter, manter ou renovar tempestivamente, as licenças ambientais, autorizações e demais documentos ambientais exigidos para as suas operações e atividades, os seus resultados financeiros e operacionais, bem como a sua imagem, poderão ser adversamente afetados.

Parte de nossa receita vem da comercialização de produtos da “linha de mercado” que compreende alimentos, bebidas, saneantes, itens de higiene pessoal, dentre outros; bem como de produtos cosméticos, dermocosméticos e de perfumaria. Portanto, estamos sujeitos a alterações no mercado de consumíveis, à flutuação de preços e a riscos de saúde relacionados às tais indústrias, que podem afetar adversamente nossos negócios.

Vendemos produtos do ramo de alimentos, bebidas, higiene pessoal, saneantes, cosméticos, dermocosméticos, perfumaria, dentre outros, e parte de nossa receita está condicionada ao sucesso da publicidade e das vendas desses produtos. Isso implica uma suscetibilidade às variações econômicas dos mercados, além, especificamente, do bom rendimento de marcas conexas que a Companhia veicula em sua plataforma de *e-commerce* e suas lojas físicas. Nessa linha, estamos sujeitos a riscos que afetam as indústrias de alimentos, bebidas, saneantes, itens de higiene pessoal, cosméticos, dermocosméticos e de perfumaria geral, incluindo os riscos apresentados pela contaminação ou deterioração dos produtos no âmbito de sua armazenagem e transporte pela Companhia, o não cumprimento de todas as normas determinadas pela vigilância sanitária, a evolução das preocupações nutricionais e de saúde, adulteração de produtos e a percepção pública da segurança dos produtos como um todo, abrindo portas para surtos de doenças ou o receio de que tais surtos ocorram. Adicionalmente, nossa presença em tais mercados também nos torna suscetíveis a eventuais processos judiciais e administrativos ligados à nossa presença em tais segmentos, em decorrência de eventuais problemas verificados no consumo de tais produtos com consequente responsabilização da Companhia, o que pode afetar nossos negócios e prejudicar nossa reputação. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, produtos deste ramo corresponderam a 1,2% e 1,5% da nossa receita líquida de vendas, respectivamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não podemos assegurar que os contratos de locação dos imóveis que ocupamos serão mantidos ou renovados e/ou que conseguiremos celebrar novos contratos de locação em condições favoráveis.

Todos os imóveis onde exercemos nossas atividades operacionais de centro de distribuição são objeto de contratos de locação. Os contratos de locação em que figuramos como locatária são por prazo determinado e têm, em sua maioria, prazos locatícios superiores a 5 (cinco) anos, podendo ser renovados, nos termos da Lei de Locações. Ademais, não possuímos os contratos de locação registrados e averbados nas matrículas dos imóveis, o que poderá acarretar a necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer à Companhia o direito de adquiri-lo, ou ainda, na hipótese de perda da propriedade pelo locador em razão da execução das garantias. Adicionalmente, alguns dos imóveis ocupados pela Companhia estão onerados com alienação fiduciária e/ou hipoteca. Assim, caso o locador (ou devedor) não cumpra com as obrigações garantidas pelos imóveis, poderá perder a propriedade e, conseqüentemente, comprometer a continuidade da ocupação do imóvel pela Companhia. Alguns contratos de locação não apresentam garantia, de modo que, em caso de inadimplemento pela locatária, o locador poderá propor ação de despejo pleiteando a concessão de liminar para desocupação em 15 (quinze) dias, independentemente da parte contrária e desde que prestada caução no valor equivalente a 3 (três) meses de aluguel, o que poderá afetar a operação e os resultados da Companhia. Dado que a localização estratégica das lojas e dos centros de distribuição da Companhia é fator relevante para o desenvolvimento de sua estratégia comercial, a Companhia pode ser afetada negativamente se alguns contratos de estabelecimentos considerados relevantes não vierem a ser renovados por razões alheias à vontade da Companhia.

Regulamentações monetárias impostas pelo Governo Federal podem nos afetar adversamente.

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal, por intermédio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central, introduz periodicamente regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos, de regulação do prazo máximo dos financiamentos e imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado, dentre outras medidas técnicas. Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito e podem restringir o crescimento da carteira de crédito de nossa subsidiária Luizacred. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar nossa liquidez, estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos ou mesmo a lucratividade, bem como a solvência de nossos clientes.

Podemos ser obrigados a arcar com prejuízos ou restrições em nossas atividades decorrentes de eventual insolvência de nossa co-controlada Luizaseg Seguros S.A.

Nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as sociedades seguradoras são equiparadas às instituições financeiras, as quais estão sujeitas a regimes especiais de ingerência estatal, a exemplo da intervenção, liquidação extrajudicial e/ou regime de administração especial temporária aplicável às instituições financeiras, em linha com o que dispõem o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e a regulamentação infralegal aplicável.

Caso as autoridades competentes decretem a sujeição das sociedades seguradoras aos regimes de administração especial temporária, intervenção e liquidação extrajudicial, os acionistas controladores de tais sociedades poderão ser responsabilizados pelos ônus financeiro decorrente do inadimplemento das obrigações assumidas pela sociedade seguradora, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, e da Lei 9.447, de 14 de março de 1997. Dessa forma, caso as autoridades

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

competentes sujeitem a Luizaseg a quaisquer dos regimes de intervenção estatal ora descritos, poderemos ser diretamente responsabilizados por prejuízos e obrigações de nossa co-controlada Luizaseg, o que poderá causar impacto adverso relevante em nossa condição financeira.

Por fim, o acionista controlador, direto ou indireto, de uma instituição financeira sujeita a intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária, é legalmente impedido de alienar ou onerar seus bens, por qualquer forma, direta ou indiretamente, até apuração e liquidação final de suas responsabilidades, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, da Lei 9.447, de 14 de março de 1997. Assim, caso as autoridades competentes decretem a liquidação extrajudicial, intervenção ou regime de administração especial temporária sobre nossa co-controlada Luizaseg, poderemos ter impacto adverso relevante na condução de nossas operações.

Podemos ser responsabilizados por perdas causadas por nossos serviços ou produtos aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por nossos funcionários, serviços financeiros de terceiros foram incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados, nossos produtos não são adequados para uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas e outros motivos. No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação e resultados.

Mudanças na regulamentação aplicável ao financiamento do saldo da fatura do cartão de crédito podem vir a afetar nossos resultados.

O Governo Federal implantou recentes mudanças na regulamentação das operações com cartões de crédito, com o intuito de reduzir as taxas de juros aplicáveis ao financiamento do saldo da fatura. Nesse sentido, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 4.549, determinando que o saldo da fatura de cartão de crédito, quando não liquidado integralmente no vencimento, somente pode ser objeto de financiamento na modalidade “crédito rotativo” até o vencimento da fatura subsequente. Decorrido esse prazo, o saldo poderá ser financiado apenas na modalidade “crédito parcelado” e desde que em condições mais vantajosas para o cliente. Essa medida, assim como outras mudanças regulatórias relacionadas às operações com cartões de crédito, podem implicar na redução de nossas receitas financeiras decorrentes dos juros praticados em tais operações e afetar nossos resultados.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Não aplicável, pois a Companhia atua somente em território brasileiro.

(j) questões socioambientais

O não cumprimento da legislação e regulamentação ambiental pode afetar adversamente o nosso negócio e reputação.

Estamos sujeitos a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

especialmente protegidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão nos expor a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros e impactar nossa reputação.

Adicionalmente, a Lei Federal n.º 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (“PNRS”) para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos, disciplinando a segregação, armazenamento, transporte, destinação e disposição final ambientalmente adequada desses resíduos. A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela Companhia não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades.

Afora isso, a inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela própria Companhia pode causar poluição ambiental, expondo-a a sanções administrativas, civis e criminais.

Além disso, não podemos garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo que aumentemos de forma significativa nossos investimentos a fim de cumprirmos com a legislação e regulamentação ambiental. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente nossos resultados de forma significativa.

(k) riscos macroeconômicos

Pandemias ou surtos de doenças transmissíveis, como o coronavírus (COVID-19), podem impactar a economia mundial e atribuir maior volatilidade e perdas ao mercado de negociação de ações.

Pandemias ou surtos de doenças transmissíveis podem impactar de forma adversa, diversos setores da economia mundial, causando volatilidade e perdas nos mercados de ações globais, e de forma amplificada nos mercados emergentes, que compreendem o mercado de capitais brasileiro em que nossas ações são negociadas. Dessa forma, não conseguimos garantir que a cotação das ações de nossa emissão não sofrerá quedas decorrentes inclusive da possibilidade de mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira que cause a diminuição do interesse de investidores em ativos brasileiros. A declaração da pandemia do COVID-19 em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) provocou a adoção de uma série de medidas restritivas pelas autoridades governamentais no Brasil e no mundo, visando limitar a circulação de pessoas para contenção do surto. Dentre tais medidas, foram adotadas quarentenas e lockdowns com fechamento de atividades de setores da economia não considerado essenciais, e rigorosas medidas de restrição a circulação e isolamento social. Adicionalmente, o cenário atribui incertezas quanto a possibilidade de manutenção de hábitos de consumo da população, bem como mudanças permanentes (“novo normal”). Dessa forma, nossos negócios podem ser impactados por aspectos macroeconômicos que compreendem o aumento significativo do nível de desemprego e consequente redução da renda e poder de consumo da população, a contração significativa da atividade econômica e redução do PIB, o agravamento da situação do déficit das contas públicas em relação ao PIB com a expansão da política fiscal promovida pelo governo; o rebaixamento de ratings de crédito do Brasil por agências de avaliação de risco; a volatilidade na flutuação das taxas de câmbio; bem como instabilidades sociais e políticas e outras consequências de ordem econômico-financeiras. Adicionalmente, não temos previsibilidade quanto a extensão dos impactos mencionados, bem como quanto a duração dos efeitos adversos mencionados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e de nossas controladas.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevê-las. Os nossos negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- política de controle de preço de combustíveis;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- Inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente nossas atividades e nossa análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão, gerando consequências negativas aos nossos negócios, situação patrimonial e financeira e resultados operacionais. A título ilustrativo, destaca-se o PL 2.337/2021, o qual propõe alterações significativas na legislação do imposto sobre a renda, como a diminuição gradual da alíquota incidente no imposto sobre a renda de pessoas jurídicas de 15% para 12,5% em 2022 e 10% em 2023.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto, ou PIB, fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor. Esse cenário pode se intensificar com a eleição presidencial brasileira a ser realizada em outubro de 2022.

Os mercados brasileiros têm sofrido maior volatilidade devido às incertezas derivadas das investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e ao impacto dessas investigações na economia brasileira e no ambiente político. Muitos membros do governo brasileiro e do poder legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos através de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas infraestruturas, petróleo e gás e construtoras, entre outras. Essas investigações tiveram um impacto adverso na imagem e reputação das empresas envolvidas e na percepção geral do mercado brasileiro.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. Não podemos prever se as investigações em curso e seus consequentes desdobramentos irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Na data deste Formulário de Referência, o atual presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal por alegadas condutas irregulares. Recentemente, diversos procedimentos de impeachment foram protocolados em relação ao gerenciamento da resposta à pandemia da COVID-19 pelo referido presidente. Ademais, em fevereiro de 2021, Bolsonaro substituiu o presidente da Petrobrás por um general do Exército. Tal medida sugere uma agenda mais intervencionista por parte do governo e tiveram um efeito adverso no mercado de capitais brasileiro.

Quaisquer consequências dessas investigações, incluindo potenciais procedimentos de impeachment, podem afetar material e adversamente o ambiente de negócios no Brasil e nossas atividades, em razão de poderem causar uma recessão econômica no país e, como resultado, reduzir a demanda por nossos serviços.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal recentemente anulou as condenações criminais e restaurou os direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que podem permitir sua participação como candidato na próxima eleição presidencial.

Ademais, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no Congresso Nacional poderá resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderão afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Por fim, o presidente do Brasil pode determinar políticas e emitir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas no Brasil, inclusive as da companhia. Incertezas relacionadas à implementação de mudanças nas políticas monetária, fiscal, e social pelo governo brasileiro e legislação correlata podem contribuir para a instabilidade econômica e aumentar a volatilidade dos mercados, o que pode nos afetar adversamente.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA - Standard&Poor's, Moody's e Fitch – nos últimos anos. Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações ordinárias.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa nossos resultados operacionais.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar. As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e aumento de nossos custos. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens por meio de lojas físicas e por comércio eletrônico, a prestação de serviços de marketplace, de venda de financiamento ao consumidor para as aquisições de referidos bens, de seguros e de atividades de grupos de consórcios.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Sem prejuízo destes riscos, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente ou que a Companhia considera irrelevantes, também podem afetar adversamente a Companhia.

Para informações adicionais, ver as informações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, que apresentam em sua nota explicativa nº 30 (Instrumentos Financeiros), informações sobre: gestão de risco de capital; gestão do risco de liquidez; e riscos de mercado (risco de crédito, risco de mercado, risco de taxas de juros, risco de taxa de câmbio).

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras e empréstimo e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito a seguir.

Análise de Sensibilidade

Em 31 de março de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela B3 e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 2,65% a.a..

Os efeitos esperados das despesas financeiras de empréstimos e financiamentos líquidas de receitas com aplicações financeiras para os próximos três meses são como segue:

	Consolidado 31/03/2021
Certificados de depósitos bancários	475.587
Fundos de investimentos não exclusivos	26.040
Equivalentes de caixa	501.627
Títulos e valores mobiliários	745.394
Total equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	1.247.021
Empréstimos e financiamentos	(1.669.778)
Exposição líquida	(422.757)
Despesa financeira de juros - exposição a CDI	2,65%
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:	
Cenário base – taxa de 2,65% a.a.	(2.801)
Cenário aumento 25% - taxa de 3,31% a.a.	(3.501)
Cenário aumento 50% - taxa de 3,98% a.a.	(4.201)
Cenário redução 25% - taxa de 1,99% a.a.	(2.101)
Cenário redução 50% - taxa de 1,3% a.a.	(1.400)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Para os fins deste item 4.3, consideramos como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$ 50,0 milhões; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a nossa imagem.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza trabalhista

Em 31 de março de 2021, a Companhia figurava como parte em 73 procedimentos preparatórios e inquéritos civis públicos instaurados pelo Ministério Público do Trabalho dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo, cujos objetos, em linhas gerais, versam sobre: (i) cumprimento de cota de aprendizes; (ii) contrato de trabalho intermitente; (iii) notificação para prestar informações; (iv) duração de jornada de trabalho/horas extras; (v) apresentação de documentos; (vi) temas relacionados à saúde e segurança do trabalho; (vii) cumprimento da legislação; (viii) COVID-19¹ e (ix) investigação de assédio, entre outros.

Em relação às demandas judiciais trabalhistas, a Companhia figurava como parte em 3.421 ações judiciais, cujo valor provisionado era de R\$ 43,8 milhões.

Dentre os principais objetos envolvidos nas Reclamações Trabalhistas movidas em face da Companhia, destacam-se: (i) pagamento de horas extras, nulidade dos controles de jornadas, horas extras decorrentes do não enquadramento no artigo 62, inciso II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com respectivos reflexos; (ii) intervalo intrajornada; (iii) diferenças de prêmios e comissões; (iv) acúmulo de função; e (v) indenização por danos morais.

Ação Civil Pública nº 0000790-37.2020.5.10.0015	
a. Juízo	Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
b. Instância	1ª instância – 15ª vara do Trabalho de Brasília/DF
c. Data de instauração	05/10/2020
d. Partes no processo	Defensoria Pública da União (DPU) x Magazine Luiza S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000.000,00 (valor da causa)
f. Principais fatos	A DPU ajuizou ação civil pública com pedido de tutela de urgência sob alegação de que o Programa de Trainees instituído pelo Magazine Luiza e voltado somente para profissionais negros seria inconstitucional porque caracterizaria discriminação aos demais. Foram formulados os seguintes pedidos: (i) concessão de tutela de urgência, impondo à ré a obrigação de conduzir o programa de trainee em andamento sem restrições fundadas em raça, cor, etnia ou origem nacional, devendo a ré reiniciar o período de inscrições, pelo seu prazo integral, dando iguais condições de inscrição para todos os trabalhadores interessados em participar de seu certame; ou subsidiariamente, suspender a seleção já iniciada até ulterior julgamento da presente ação; (ii) confirmação da tutela de urgência, caso deferida; (iii) deixar de limitar as inscrições para o programa de trainee em andamento por meio de critérios discriminatórios, mormente com base em raça, cor da pele ou etnia dos candidatos, conduzindo todo o processo de

¹ Normalmente as fiscalizações relacionadas ao coronavírus requisitam a juntada de documentos, tais como: Plano de contingenciamento da contaminação, PPRA e PCMSO atualizados, fotos das medidas de proteção coletiva; fotos do interior do estabelecimento disponibilizando álcool gel aos empregados; fotos dos banheiros com sabão líquido e papel toalha. Essas fiscalizações também determinam a manifestação sobre eventuais denúncias, bem como, especificação de todas as medidas adotadas pela empresa quando o retorno ao trabalho é autorizado. Recebemos também, além de fiscalizações, Notificações Recomendatórias de atuação do MPT no combate ao coronavírus. Essas notificações se referem às providências e acompanhamento das medidas de prevenção e de contenção do vírus na empresa.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0000790-37.2020.5.10.0015	
	recrutamento com base em tal premissa; (iv) compelir a ré a abster-se de condutas que discriminem o trabalhador, a qualquer título que seja, mormente nos termos do artigo 7º, inciso XXX, da Constituição da República, neste ou em futuros programas de seleção de trainees, estagiários, empregados e qualquer outro tipo de trabalhadores; (v) condenação ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, em valor não inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (vi) pagamento de honorários sucumbenciais; (vii) fixação de multa pelo descumprimento (astreintes), por dia de mora, a reverter ao fundo de aperfeiçoamento da DPU. A tutela de urgência requerida pela DPU, foi indeferida em 08/05/2021. Apresentada contestação em 30/03/2021. Em 05/04/2021, a DPU foi intimada a apresentar manifestação à contestação juntada pelo Magazine Luiza. Até o momento não foi designada audiência.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro diante de condenação por danos morais. Ademais, a perda do processo poderá acarretar dano à imagem da Companhia, ocasionado por eventual repercussão midiática.

Ação Civil Pública nº 0000633-07.2020.5.05.0661	
a. Juízo	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
b. Instância	1ª Instância – Vara única de Barreiras/BA
c. Data de instauração	03/09/2020
d. Partes no processo	Ministério Público do Trabalho (MPT) – Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região (Bahia - BA) (PRT-5) x Magazine Luiza S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000.000,00 (valor da causa)
f. Principais fatos	O MPT, por meio da PRT-5, ajuizou ação civil pública com pedido de tutela de urgência, decorrente do inquérito civil nº 000101.2019.05.002/5-52. A ação civil pública versa sobre jornada excessiva, alegações de fraudes no controle de frequência no horário de saída da filial de Barreiras/BA, assédio moral, práticas vexatórias em face dos empregados e cobrança de cumprimento de metas de produtividade. O MPT requereu a condenação da Ré ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer e não fazer: (i) abster-se de praticar assédio moral; (ii) estabelecer declaração de princípios referentes ao assédio moral; (iii) estabelecer mecanismo de recebimento de denúncias e investigação de assédio moral e abuso de poder no âmbito da empresa; (iv) abster-se de realizar vinculação a resultados (alcance de metas); (v) racionalizar as metas por meios de estudos e viabilidade de alcance; (vi) abster-se da imposição de metas abusivas; (vii) manter registros de jornada fidedignos; (viii) fixação de multa diária de R\$ 50.000,00 por descumprimento e (ix) condenação ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Apresentada contestação em 16/03/2021. Em 16/04/2021, o MPT apresentou manifestação à contestação do Magazine Luiza.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro diante de condenação por danos morais, bem como aplicação de multa. Ademais, a perda do processo poderá acarretar dano à imagem da Companhia.

Processos de natureza tributária e previdenciária

Em 31 de março de 2021, a Companhia figurava como ré em, aproximadamente, 744 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária.

Para as questões tributárias possuímos em provisão, em 31 de março de 2021, o montante total de R\$ 1.062,1 milhões, em cumprimento à nossa política interna e às normas contábeis, referentes a: i) processos tributários passivos, que de acordo com a análise de seus assessores

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

jurídicos e da administração da Companhia possuem chances prováveis de perda, no montante de R\$ 454,9 milhões; ii) valor justo identificado em processo de alocação de preço de compra durante a combinação de negócio de suas adquiridas, no montante de R\$ 299,9 milhões; e iii) depósitos judiciais de contingências tributárias ativas, no montante de R\$ 307,3 milhões.

Dentre os processos de natureza tributária e previdenciária individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de março de 2021, destacam-se em razão do valor e da matéria discutida, os seguintes:

Processo nº 0002988-52.2016.4.01.3400 (Processo Administrativo vinculado nº 13855.721.993/2019-66)	
a. juízo	4ª Vara Federal do Distrito Federal
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	15/01/2016
d. partes no processo	Autor: Magazine Luiza S.A. Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.319.345.988,00, valor do principal (em 31 de março de 2021) R\$ 808.471.982,00, valor da multa (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Ação proposta para reconhecimento do direito da Companhia em manter o benefício da aplicação de alíquota zero das Contribuições ao PIS e à COFINS sobre a receita bruta advinda da venda de produtos eletrônicos (smartphones, tablets etc.), conforme estabelecido na Lei nº 11.196/2005 ("Lei do Bem"), enquanto perdurarem os efeitos da Lei nº 13.241/2015. Para suportar os termos desta discussão temos 02 (dois) pareceres de escritório de advocacia de primeira linha, e 01 (um) parecer de um jurista renomado, os quais corroboram a linha adotada pela Companhia. Além disso, a Companhia tem tutela de urgência vigente que afasta a aplicação de multa. Não obstante a isso, contrariando decisão judicial e legislação vigente a Receita Federal do Brasil - RFB constituiu o crédito tributário acima referenciado e aplicou indevidamente a multa (Valor da Multa aplicada pela RFB: R\$ 808.471.982,00). A Companhia discutirá a multa aplicada indevidamente, a qual na avaliação de seus assessores legais possui probabilidade de perda remota.
g. chance de perda	Possível, com viés de remota para o mérito. Remota para a multa.
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, reavaliaremos o impacto da carga tributária na formação do preço dos produtos, e se existir à época imposto a pagar, avaliaremos possibilidades de parcelamentos ou mesmo utilização de outros créditos que eventualmente possamos ter contra a União, de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante.

Processo nº 93300008.09.00002436/2020-22	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba
b. instância	Primeira Instância Administrativa
c. data de instauração	04/01/2021
d. partes no processo	Autor: Estado da Paraíba Réu: Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 490.907.810,25 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Cobrança de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias (deixar de solicitar a inutilização de numeração em série de Notas Fiscais Eletrônicas ("NF-e") e/ou de Notas Fiscais ao Consumidor Eletrônicas ("NFC-e"), relacionadas, pretensamente, ao período de dezembro de 2020. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Administrativa, os quais foram confirmados e reforçados por laudo técnico elaborado por auditores independentes. Atualmente, aguarda-se julgamento da Impugnação apresentada pela Companhia.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 1020392-31.2018.4.01.3400 (Processo Vinculado nº 5001602-12.2020.4.03.6113)	
a. juízo	21ª Vara Federal do Distrito Federal
b. instância	Primeira Instância Judicial
c. data de instauração	28/09/2018
d. partes no processo	Autor: Magazine Luiza S.A. Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 280.148.704,32 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória movida contra cobrança oriunda do Processo nº 13855.721.049/2011-51 e vinculada à Execução Fiscal nº 5001602-12.2020.4.03.6113. PIS/COFINS – supostos créditos indevidos a título de bonificações concedidas pelos fornecedores da Companhia nas aquisições de mercadorias para revenda, reembolsos de verbas de propaganda, créditos decorrentes da não cumulatividade e outros. Possuímos Seguro Garantia garantindo o crédito tributário. Atualmente, aguarda-se julgamento pelo juízo da 1ª Instância, enquanto a Execução Fiscal vinculada encontra-se sobrestada.
g. chance de perda	Possível para 70% do valor. Provável para 30% do valor (provisionado).
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda da discussão no Poder Judiciário, que poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 3.133.424-6	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado de São Paulo
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	13/07/2010
d. partes no processo	Autor: Estado de São Paulo Réu: Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 110.763.015,09 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Fomos autuados em razão (i) da não comprovação da origem de créditos relativos ao ICMS de janeiro a outubro de 2007 e (ii) da não apresentação de documentos fiscais no curso de processo de fiscalização. A decisão de primeira instância administrativa reconheceu como válida parte do crédito e manteve integralmente a autuação com relação ao descumprimento das obrigações acessórias. Foi apresentado recurso à Câmara Ordinária do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo ("TIT"), a qual julgou parcialmente favorável à empresa. Na sequência, apresentou-se Recurso Especial à Câmara Especial do TIT, a qual anulou a decisão da Câmara Ordinária, e determinou que fosse feito novo julgamento com base nas provas acostadas aos autos. Ato seguinte, a Câmara Ordinária do TIT ordenou a baixa do processo em diligência e, em seguida, proferiu nova

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	decisão para cancelar grande parte da autuação. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial apresentado pela Fazenda.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 6.622.479-1	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	24/07/2017
d. partes no processo	Autor: Estado do Paraná Réu: Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 88.662.228,14 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes à divergência de cálculos de ICMS decorrente da não aplicação de diferimento parcial em determinadas operações e reduções de base de cálculo. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa. Após julgamento contrário na Primeira Instância Administrativa, a empresa apresentou Recurso Ordinário, que foi julgado parcialmente procedente. Em seguida, a Companhia apresentou Recurso de Revisão que foi julgado improcedente. Atualmente, aguarda-se inscrição em Dívida Ativa para discussão no Judiciário.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda da discussão no Poder Judiciário, que poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 45956618	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado do Rio Grande do Sul
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	27/10/2020
d. partes no processo	Autor: Estado do Rio Grande do Sul Réu: Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 80.194.772,55 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes à recuperação do imposto recolhido a maior no passado referente a mercadorias beneficiadas com redução de base de cálculo. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, porém, o julgamento foi desfavorável em 1ª Instância Administrativa. Atualmente, aguarda-se julgamento pela 2ª Instância Administrativa do Recurso Ordinário apresentado pela empresa.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. Ressaltamos que o valor total está provisionado.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 19311.720262/2017-65	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Federal
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	22/09/2017
d. partes no processo	Autor: União Federal Réu: NS2.COM Internet S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 85.867.053,02 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de PIS/COFINS dos anos-calendário de 2014 e 2015 referentes a aproveitamento de crédito sobre insumos diversos, essenciais e relevantes para suas operações. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, mas não logrou êxito em 1ª Instância. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela empresa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 13855.722.268/2019-13	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Federal
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	04/10/2019
d. partes no processo	Autor: União Federal Réu: Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 82.069.609,00 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de PIS/COFINS referentes a aproveitamento de crédito sobre despesas com frete em transferência entre seus estabelecimentos para viabilização de vendas e insumos diversos, essenciais e relevantes para suas operações. A Companhia apresentou consistentes argumentos em sua Impugnação Administrativa. Após julgamento contrário em Primeira Instância administrativa, a Companhia apresentou Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 93300008.09.00002435/2020-88	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado da Paraíba
b. instância	Primeira Instância Administrativa
c. data de instauração	04/01/2021
d. partes no processo	Autor: Estado da Paraíba Réu: Magazine Luiza S.A.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 80.820.645,75 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Cobrança de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, os quais foram confirmados e reforçados por laudo técnico elaborado por auditores independentes. Atualmente, aguarda-se julgamento da Impugnação apresentada pela Companhia.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 6.633.914-9	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	05/03/2020
d. partes no processo	Autor: Estado do Paraná Réu: Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 80.765.776,36 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes a aproveitamento de crédito do imposto na aquisição de mercadorias sujeitas à substituição tributária e ressarcimento de ICMS/ST decorrente de saídas de mercadorias para outras unidades da federação; entre outros. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, porém, o julgamento foi desfavorável em 1ª Instância Administrativa. Atualmente, aguarda-se julgamento pela 2ª Instância Administrativa do Recurso Ordinário apresentado pela empresa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 6.620.730-7	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	08/05/2017
d. partes no processo	Autor: Estado do Paraná Réu: Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 64.750.608,20 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes a aproveitamento de crédito do imposto na aquisição de mercadorias sujeitas à substituição tributária e ressarcimento de ICMS/ST decorrente de saídas de mercadorias para outras unidades da federação; entre outros. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, porém, o julgamento foi desfavorável em 1ª Instância Administrativa. Atualmente, aguarda-se julgamento pela 2ª Instância Administrativa do Recurso Ordinário apresentado pela empresa.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 6.628.673-8	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	11/12/2018
d. partes no processo	Autor: Estado do Paraná Réu: Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 47.548.278,44 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes à divergência de cálculos de ICMS decorrente da não aplicação de diferimento parcial em determinadas operações e reduções de base de cálculo. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, porém, o julgamento foi desfavorável em 1ª Instância Administrativa. Atualmente, aguarda-se julgamento pela 2ª Instância Administrativa do Recurso Ordinário apresentado pela empresa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 4.119.428-7	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado de São Paulo
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	12/12/2018
d. partes no processo	Autor: Estado de São Paulo Réu: NS2.COM Internet S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 51.853.471,96 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes a aproveitamento de crédito do imposto em operações de devolução de mercadorias. A Companhia apresentou consistentes argumentos em Impugnação Administrativa, sendo que a 1ª Instância Administrativa anulou quase a totalidade da cobrança. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos Recursos apresentados pela empresa e pela Fazenda do Estado de São Paulo pelo Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 0004744-17.2017.4.03.6113

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

a. juízo	2ª Vara Federal de Franca
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	24/11/2017
d. partes no processo	Autor: União Federal x Réu: Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 51.544.781,14 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal, sob a alegação de que teríamos recolhido a menor as Contribuições ao RAT/FAP. Contratamos Seguro Garantia para garantir o débito executado e embargamos a execução. Houve sentença desfavorável à empresa na 1ª Instância. Foi apresentado Recurso de Apelação pela Companhia, o qual aguarda julgamento.
g. chance de perda	Provável.
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não seja afetado de forma relevante. Ressaltamos que o valor total está provisionado.

Processo nº 6.622.314-0	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal – Estado do Paraná
b. instância	Segunda Instância Administrativa
c. data de instauração	17/07/2017
d. partes no processo	Autor: Estado do Paraná Réu: Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 36.458.550,31 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de ICMS referentes a aproveitamento de crédito do imposto na aquisição de mercadorias sujeitas à substituição tributária e ressarcimento de ICMS/ST decorrente de saídas de mercadorias para outras unidades da federação; entre outros. A Companhia apresentou Impugnação Administrativa com argumentos consistentes. Após julgamento contrário na 1ª Instância Administrativa, a Companhia interpôs Recurso Ordinário. Após julgamento contrário do Recurso Ordinário, a Companhia apresentou Pedido de Revisão, que se encontra pendente de julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processo nº 13855.723135/2014-41	
a. juízo	Processo Administrativo Fiscal
b. instância	Primeira Instância Administrativa
c. data de instauração	23/10/2014
d. partes no processo	Autor: União Federal Réu: Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 27.314.013,91 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Cobrança de supostos débitos de contribuições sociais relacionadas ao RAT. A Companhia apresentou Impugnação Administrativa com argumentos consistentes e informando que o valor discutido foi depositado

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	judicialmente. Atualmente, aguarda-se julgamento pela 1ª Instância Administrativa.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda do processo administrativo levaremos a discussão ao Poder Judiciário, o qual poderá levar de 5 a 8 anos para se findar, e se ao final a decisão for contrária, parcelaremos o débito ou utilizaremos o montante depositado judicialmente, de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante. Ressaltamos que o valor total está provisionado.

Processo nº 0055640-42.2003.4.03.6182	
a. juízo	11ª Vara das Execuções Fiscais de São Paulo
b. instância	Terceira Instância Judicial
c. data de instauração	11/12/2008
d. partes no processo	Autor: União Federal Réu: Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 23.076.197,83 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal, inicialmente movida em face das Lojas Kolumbus, e depois contra o Magazine Luiza, sob a alegação de que teríamos adquirido fundos de comércio da referida empresa. Contratamos carta de fiança bancária para garantir o débito executado e embargamos a execução. Possuímos Carta de Fiança bancária garantindo o crédito tributário. Houve decisão favorável à empresa na 2ª Instância. A Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial, o qual foi admitido após agravo da União. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial fazendário.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, parcelaremos o débito de modo que nosso caixa não será afetado de forma relevante.

Processos de natureza cível

Em 31 de março de 2021, a Companhia figurava no polo passivo em 17.462 processos judiciais de natureza cível. Referidos processos referem-se, principalmente, a pedidos de indenização por danos materiais e morais movidos por consumidores em decorrência de alegados vícios de produtos e atrasos na entrega de mercadorias vendidas. Há também processos relacionados aos produtos Cartão Luiza e ao Crédito Direto ao Consumidor Luizacred, versando sobre fraudes, contratação não reconhecida e negativação indevida.

De acordo com a análise dos advogados da Companhia, em 31 de março de 2021, o valor total provisionado era de R\$ 9 milhões.

Em 31 de março de 2021, a Companhia figurava no polo passivo de 8 (oito) ações civis públicas que discutem matérias de direito do consumidor relacionadas ao modelo de negócios da Companhia, como (i) uniformidade na elaboração de cartazes de preço; (ii) alegações de prática de venda casada; (iii) forma, circunstâncias e conteúdo de propagandas e promoções; e (iv) prazos de entregas de produtos.

Dentre os processos de natureza cível individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de março de 2021, destaca-se em razão do valor e da relevância da matéria discutida, o seguinte:

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0008193-81.2012.8.26.0196	
a. juízo	5ª Vara Cível da Comarca de Franca
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	12/03/2012
d. partes no processo	Epcom Eletrônica Indústria e Comércio Imp. Exp. Ltda. - MASSA FALIDA x Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 19.171.623,08 (em 31 de março de 2021) referente ao total que a Companhia terá de arcar, conforme sentença, já considerando a compensação dos valores devidos pela EPCOM à Magazine Luiza. R\$ 3.960.034,59 (em 30 de junho de 2021), referente aos valores de honorários advocatícios devidos pela Magazine Luiza.
f. principais fatos	Trata-se de ação de cobrança ajuizada pela EPCOM em face da Magazine Luiza, pretendendo o recebimento de R\$ 38.023.760,14 (em valores históricos). Em síntese, a EPCOM alegou que a Magazine Luiza não teria pago integralmente o valor faturado com a revenda de mercadorias, no período de maio de 2006 a julho de 2009, pois teria promovido descontos, supostamente, indevidos nas parcelas destinadas à Verba de Propaganda Cooperada, à Liquidação Fantástica e ao Price Rebate. Foi proferida sentença parcialmente procedente em relação aos pedidos da EPCOM, condenando a Magazine Luiza a pagar a quantia histórica de R\$ 8.885.380,10, a ser compensada com o crédito da Magazine Luiza, reconhecido judicialmente, no valor histórico de R\$ 2.730.792,77. Em razão da sucumbência recíproca, as partes foram condenadas a arcar com as custas e despesas processuais em igual proporção, bem como honorários advocatícios, arbitrados, respectivamente, em 10% do valor da condenação, a ser pago pela Magazine Luiza aos advogados da EPCOM, e em 10% do valor decaído (ou seja, R\$ 27.331.433,40 em valores históricos), a ser pago pela EPCOM aos patronos da Magazine Luiza. Contra a sentença, ambas as partes apresentaram recursos. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento aos dois recursos de apelação, tendo adotado a mesma fundamentação da sentença, com a majoração dos honorários advocatícios para 15% do valor da condenação e 15% do valor que a EPCOM decaiu, a ser pago pela EPCOM aos patronos da Magazine Luiza. Contra o acórdão, foram opostos embargos de declaração por ambas as partes, que estão pendentes de julgamento.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, não haverá impacto de resultado para a Companhia, pois o valor envolvido está integralmente provisionado, podendo haver, no entanto, impacto de caixa. (Valor provisionado: R\$ 19.171.623,08).

Processo "Midway"	
a. juízo	Miami-Dade County, Flórida
b. instância	-
c. data de instauração	07/09/2018
d. partes no processo	NS2.Com Internet S.A X Midway Labs USA LLC, Midway Tecnologia de Alimentos Ltda, Wilton Colle e Catherine Colle
e. valores, bens ou direitos envolvidos	(Valores serão apurados em Discovery)
f. principais fatos	Netshoes e Midway celebraram um Contrato de Fornecimento, Distribuição e Outras Avenças em 1º de janeiro de 2016, o qual foi posteriormente aditado em duas ocasiões. Este contrato concedia à Netshoes o direito exclusivo no Brasil de comprar, importar e distribuir produtos Midway e

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	também permitia que a Netshoes comercializasse produtos Midway através da loja virtual da Netshoes. A ação foi proposta pela Netshoes, em 7 de setembro de 2018, por violação contratual, fraude, enriquecimento ilícito, cobrança de dívida, dentre outras causas de pedir. Netshoes alega ter sido induzida a erro na assinatura do contrato, uma vez que haveria inconsistências no portfólio de clientes a quem seriam vendidos os produtos, uma majoração na estimativa de vendas anuais e práticas não competitivas com clientes de varejo para comprar produtos com base em consignação. Além disso, a Netshoes alega que a Midway interferiu nos relacionamentos contratuais da Netshoes com os clientes, divulgando indevidamente informações e avisos sobre o relacionamento da Midway com a Netshoes. Em novembro de 2018, a Midway apresentou "motion to dismiss", a qual foi posteriormente indeferida. Em março de 2019, a Netshoes apresentou petição inicial aditada ("amended complaint"). Em abril de 2019, a Midway apresentou contestação e pedido de reconvenção. Em junho de 2019, a Netshoes apresentou "motion to dismiss" contra o pedido de reconvenção, a qual foi posteriormente indeferida. Em outubro de 2019, a Midway apresentou "motion to strike" alegando que a Netshoes havia cometido fraude e apresentado informações falsas ao longo do processo e solicitando a extinção integral do processo. Em fevereiro de 2020, a "motion to strike" foi indeferida "without prejudice" pelo Juiz. O Juiz acatou pedido das partes sobre a extensão do "trial", período de "discovery" e outras datas relevantes. A fase de "discovery" deverá se findar no primeiro semestre de 2021. O "trial" foi estipulado para começar em 13 de setembro de 2021. Em junho de 2021, a Netshoes apresentou um pedido de indeferimento do pedido reconvenicional da Midway, além de pedir à Corte que a Midway fosse notificada em razão do descumprimento de prazos no processo. No dia 30.06.2021, a Corte da Flórida deferiu o pedido da Netshoes para indeferir o pedido reconvenicional formulado pela Midway, além de ter notificado a Midway acerca do descumprimento (<i>Order granting motion for default</i>).
g. chance de perda	Valores serão apurados na fase de produção de provas ("discovery")
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois (i) é uma ação de cobrança, em que a subsidiária da Companhia figura no polo ativo; e (ii) o pedido reconvenicional formulado pela Midway foi indeferido pela Corte da Flórida.

Ação Civil Pública nº 027827-45.2008.8.16.0014

a. juízo	4ª Vara Cível da Comarca de Londrina/PR
b. Instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	06/03/2018
d. partes no processo	Ministério Público do Estado do Paraná x Magazine Luiza S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor envolvido: R\$ 10.000,00 Obrigação de fazer consistente em disponibilizar os preços dos produtos de forma correta, clara, precisa e ostensiva e em língua portuguesa, discriminando o valor à vista e, no caso de financiamento ou parcelamento, o valor total a prazo, total de parcelas, periodicidade, valor das prestações, juros e os encargos que incidirem sobre o valor do financiamento, conforme Lei 8.078/1990, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 por dia de descumprimento.
f. principais fatos	Ação civil pública em que o Ministério Público alega que os requeridos não informam corretamente o preço dos produtos ofertados ao consumidor, já que se utilizam de grafias e tamanhos diferentes para os preços, e desta forma infringem deliberadamente normas de ordem pública do CDC.
g. chance de perda	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. análise de impacto em caso de perda	Em caso de perda, a companhia poderá ser obrigada a informar, de forma clara e precisa, o preço à vista dos produtos expostos, bem como, em caso de outorga de crédito, o valor da respectiva parcela, taxa de juros aplicável, o valor total da operação e demais condições de financiamento, sob pena de multa diária. Ressalta-se que não haverá impacto, pois a companhia já adota as referidas informações como padrão.
---	--

Ação Civil Pública nº 0029552-98.2014.8.16.0001	
a. juízo	9ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR
b. instância	Primeira Instância Judicial
c. data de instauração	19/08/2014
d. partes no processo	Ministério Público do Estado do Paraná x Magazine Luiza S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00
f. principais fatos	Ação civil coletiva ajuizada em face de várias empresas varejistas em razão da prática de, após vício em produto, encaminhar consumidor às assistências técnicas.
g. chance de perda	Possível
h. análise de impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia poderá ser condenada a realizar alterações em seu processo de pós-venda, sob pena de multa diária, cujo pedido formulado pelo Ministério Público é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil).

Ação Civil Pública nº 0020334-13.2008.8.24.0008	
a. juízo	Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Blumenau/SC
b. instância	Primeira Instância Judicial
c. data de instauração	15/08/2008
d. partes no processo	Ministério Público do Estado de Santa Catarina x Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 150.000,00
f. principais fatos	Ação civil pública ajuizada em razão de obra realizada pela Lojas Madol Ltda (incorporada pelo Magazine Luiza S.A.) em prédio tombado pelo patrimônio histórico.
g. chance de perda	Possível
h. análise de impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia poderá ser condenada até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e manterá direito de regresso contra terceiros.

Ação Civil Pública nº 0225413-47.2008.8.26.0100	
a. juízo	36ª Vara Cível da Comarca de São Paulo
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	25/11/2008
d. partes no processo	Ministério Público do Estado de São Paulo x Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 200.000,00
f. principais fatos	Ação civil pública ajuizada pela promotoria de justiça por suposta vantagem excessiva sobre o consumidor hipossuficiente ao não estabelecer multa ou mora em caso de atraso ou não cumprimento da obrigação nos contratos de compra e venda.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda	Possível
h. análise de impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia poderá ser obrigada a inserir nos contratos de adesão multa de até 2% sobre o valor do produto, devidos em caso de descumprimento de suas obrigações perante os consumidores, inclusive atraso na entrega do produto. Este pedido de obrigação de fazer, caso deferido pelo Juízo, poderá impactar a política interna da Companhia acerca dos contratos de adesão e impor futuros ônus financeiros em decorrência da imposição de multas contratuais. O descumprimento poderá gerar uma multa de R\$ 30.000,00.

Ação Civil Pública nº 1012148-91.2015.8.26.0554	
a. juízo	4ª Vara Cível da Comarca de Santo André
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	19/06/2015
d. partes no processo	Ministério Público do Estado de São Paulo x Magazine Luiza S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Ação civil pública em alegando que requeridas exploram atividade comercial no centro da cidade de Santo André (Ruas General Glicério e Coronel Oliveira Lima), onde realizam propagandas sonoras de seus produtos, em volume excessivo, durante todo o dia, utilizando-se de locutores e caixas de som nas portas de suas lojas. Referida prática vem causando perturbação do sossego de toda a vizinhança dos estabelecimentos.
g. chance de perda	Possível
h. análise de impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia poderá ser condenada até o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) solidariamente com outras empresas que estão no polo do processo.

Ação Civil Pública nº 0254828-75.2015.8.21.0001	
a. juízo	15ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	19/10/2015
d. partes no processo	Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul x Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 200.000,00
f. principais fatos	A ação coletiva tem por objetivo a apuração de suposta ocorrência de danos aos consumidores, especialmente pela não entrega de produtos comprados através da internet nos prazos estipulados e a demora no devido ressarcimento.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	A companhia obteve decisão favorável em 2ª instância, sendo a ação julgada improcedente, diante da reconhecida inexistência de repercussão coletiva capaz de justificar a atuação do Ministério Público.

Ação civil pública nº 5008759-86.2019.8.24.0023	
a. juízo	2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Florianópolis
b. instância	Primeira Instância Judicial
c. data de instauração	09/10/2019
d. partes no processo	Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP-SC) x Magazine Luiza S.A.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a título de danos morais coletivos. Além disso, há um valor inestimável em relação (i) ao pedido de obrigação de fazer e não-fazer e (ii) à obrigação de indenizar os danos materiais e morais aos consumidores individualmente considerados.
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, ajuizada pelo MP-SC, representado pela 29ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital, na qual pede a condenação do Magazine Luiza ao pagamento de danos morais coletivos, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e individuais, de valor inestimável, em decorrência da suposta comercialização dos produtos "Original Ervas", "Royal Slim", "Bio Slim", "Natural Dieta", "Yellow Black" e "Natuplus" ("Produtos"), produtos cujas fórmulas seriam inadequadas ao consumo sem as devidas licenças e/ou prescrição médica. É pedido, ainda, a proibição de venda desses produtos no Marketplace do Magazine Luiza – o que já havia sido atendido por ela antes mesmo de tomar ciência da ação civil pública, ainda em fase administrativa, além da condenação do Magazine Luiza em obrigação de fazer, consistente em publicar eventual sentença de procedência da ação em jornais impressos e eletrônicos de grande circulação e nas plataformas do Magazine Luiza. Em 17.10.2012, o pedido liminar do MP-SC foi parcialmente deferido para (i) determinar que o Magazine Luiza removesse qualquer conteúdo de publicidade e oferta de venda dos Produtos de todas as plataformas digitais por ele administradas, condicionando o cumprimento da ordem ao fornecimento das URLs pelo MPSC e (ii) determinar a intimação do Magazine Luiza, por ofício com aviso de recebimento, para, no prazo de 5 dias, declinar o canal de comunicação para que fosse possível informar as URLs a serem removidas. Contra essa decisão, o MP-SC interpôs agravo de instrumento para (i) que fosse deferido o pedido de implementação de ferramentas de controle prévio no âmbito do seu procedimento interno de publicação de conteúdo, sobretudo para destacar a exposição à venda dos Produtos e (ii) demonstrar que a imposição ao MP-SC de indicar as URLs relacionadas aos Produtos que pretendia remover seria incabível. Esse agravo de instrumento ainda está pendente de julgamento. Atualmente, o processo está em fase de especificação de provas. Em segunda instância, encontra-se pendente o julgamento do agravo de instrumento do MP-SC.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia poderá ser condenada a pagar danos morais coletivos, cujo pedido formulado pelo Ministério Público requer que seja de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões). Contudo, de acordo com a jurisprudência e legislação aplicável, conforme análise constante no relatório dos advogados externos, estima-se que o valor da condenação em danos morais coletivos, em caso de procedência deste pedido, poderá ser inferior ao pretendido pelo MP-SC. Além disso, a Companhia também poderá ser condenada a pagar danos morais e materiais individuais, o que não pode ser estimado neste momento, pois depende de liquidação. Por fim, a Companhia poderá ser condenada em relação ao pedido de obrigação de fazer e não-fazer, embora já tenha cumprido a ordem de exclusão da URL.

Ação civil pública nº 5039702-39.2019.8.21.0001

a. juízo	1º Juízo da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS
b. instância	Primeira Instância Judicial
c. data de instauração	28/12/2019
d. partes no processo	Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul x Magazine Luiza S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.485.714,17

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	Trata-se de ação civil pública de consumo, cumulada com indenização por dano moral coletivo e pedido de tutela de urgência antecipada. A presente ACP originou-se de um Inquérito Civil para apurar a prática de venda casada, que foi instaurado em razão de ação cível ajuizada por Loreni Maciel Pereira contra a Magazine Luiza S.A. e BNP Paribas Cardif, em razão de cobrança de seguro denominado "Casa Protegida" sem a autorização da autora. Esta ação foi julgada procedente, para condenar solidariamente a Magazine Luiza e o BNP à restituição em dobro do valor do seguro. Em sede de tutela antecipada, o Ministério Público requer a condenação da Magazine Luiza: (i) à implementação de termos de contratos de adesão específicos para cada produto ou serviço disponibilizado, contendo o objeto valor e forma de pagamento, os quais devem ser entregues ao contratante, assim como sejam exibidos nas lojas cartazes esclarecendo que se tratam de serviços opcionais e contendo informações destacadas acerca da possibilidade de devolução em dobro dos valores por eles pagos, caso contratados sem prévio conhecimento do consumidor, sob pena de multa de R\$ 20.000,00 por descumprimento; (ii) ao pagamento de danos morais coletivos, no valor mínimo de R\$ 2.000.000,00; e (iii) veiculação em 3 jornais de grande circulação da Capital, em 02 dias intercalados a parte dispositiva da eventual sentença de procedência da presente demanda, a fim de que os consumidores tomem conhecimento da demanda, sob pena de multa de R\$ 100.000,00. Em 31/10/2019, foi concedida a medida liminar, reduzindo a multa por descumprimento para R\$ 5.000,00 por ato. Contra esta decisão, a Magazine Luiza interpôs agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo, o qual foi atribuído. A Turma Julgadora deu provimento ao agravo, determinando a revogação da decisão liminar e das multas por descumprimento das obrigações. Não obstante, o MP opôs embargos de declaração pleiteando a desconstituição do acórdão em razão de nulidade no julgamento, por não ter sido intimado para apresentar parecer, os quais foram acolhidos pelo Tribunal, que entendeu pela nulidade do acórdão de mérito, desconstituindo-o. A decisão transitou em julgado em 23.02.2021 e os autos tiveram baixa definitiva. Não houve continuidade do julgamento para revogação definitiva da liminar. Na origem, os autos encontram-se em fase probatória, contudo, devido a pandemia e a impossibilidade de realização de audiências/julgamentos presenciais, estão suspensos por 60 dias desde 25.05.2021. A suspensão vem a termo em 19.08.2021.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia poderá ser condenada a pagar danos morais coletivos, cujo pedido formulado pelo Ministério Público requer que não seja inferior a R\$ 2 milhões históricos, além das obrigações de fazer acima descritas. Ressalta-se que, conquanto tenha sido reconhecida a nulidade do julgamento do acórdão do agravo de instrumento, o julgamento não foi retomado para julgamento definitivo. Há pendência de decisão definitiva no agravo de instrumento em relação à tutela de urgência deferida pelo juízo, a qual teve efeito suspensivo atribuído.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de março de 2021, o valor total provisionado envolvendo os processos relevantes descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de R\$ 295,9 milhões.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas. Assim, diante da inexistência acima mencionada não há nenhum valor provisionado.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos repetitivos ou conexos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza:

Processos de natureza tributária

Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 36 ações de natureza tributária (Execuções Fiscais e Autuações Administrativas), consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
a. valores envolvidos	R\$ 64.091.408,87(em 31 de março de 2021)
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Estamos sendo executados sob a alegação de ter creditado indevidamente a diferença de 17% para 18% do ICMS no Estado de São Paulo.

Processos de natureza trabalhistas

Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 2.517 ações de natureza trabalhistas, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
a. valores envolvidos	Os valores deste tipo de pedido fazem parte do valor total do respectivo processo, variando de acordo com a especificidade de cada demanda.
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Pedido de horas extras em decorrência de extrapolação de jornada.

Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 565 ações de natureza trabalhistas, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
a. valores envolvidos	Os valores deste tipo de pedido fazem parte do valor total do respectivo processo, variando de acordo com a especificidade de cada demanda.
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Pedido de horas extras em decorrência da não concessão do intervalo intrajornada

Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 448 ações de natureza trabalhistas, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
a. valores envolvidos	Os valores deste tipo de pedido fazem parte do valor total do respectivo processo, variando de acordo com a especificidade de cada demanda.
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Pedido referente a danos morais em decorrência de eventual ofensa ou violação da ordem moral do colaborador.

Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 44 ações de natureza trabalhistas, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
a. valores envolvidos	Os valores deste tipo de pedido fazem parte do valor total do respectivo processo, variando de acordo com a especificidade de cada demanda.
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Pedido referente ao acúmulo de função nos casos em que o colaborador exerce outras funções, além da qual ele foi originalmente contratado.

Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 446 ações de natureza trabalhistas, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
--	--

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

a. valores envolvidos	Os valores deste tipo de pedido fazem parte do valor total do respectivo processo, variando de acordo com a especificidade de cada demanda.
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Pedido referente a diferença de comissões diante da aplicação da comissão de vendas sobre o lucro bruto.

Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 53 ações de natureza trabalhistas, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.

a. valores envolvidos	Os valores deste tipo de pedido fazem parte do valor total do respectivo processo, variando de acordo com a especificidade de cada demanda.
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Pedido referente a danos morais em decorrência de supostas práticas de assédio moral e assédio sexual, bem como discriminação (cor e sexo), por outros trabalhadores.

Processos de natureza cíveis

Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 14.036 ações de natureza cível, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.

a. valores envolvidos	R\$ 8.822.542,00 (em 31 de março de 2021)
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo que tratam sobre defeito de produtos, atraso na entrega de mercadorias vendidas.

Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 2.138 ações de natureza cível, envolvendo o Cartão Luiza, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.

a. valores envolvidos	R\$ 133.530,00 (em 31 de março de 2021)
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo que tratam sobre eventuais fraudes, contratação não reconhecida e negativação indevida.

Nós figuramos como parte em, aproximadamente, 1.288 ações de natureza cível, envolvendo o Crédito Direto ao Consumidor Luizacred, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.

a. valores envolvidos	R\$ 139.240,00 (em 31 de março de 2021)
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo que tratam sobre eventuais fraudes, contratação não reconhecida e negativação indevida.

Nós figuramos como parte ativa em, aproximadamente, 229 ações renovatórias, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.

a. valores envolvidos	R\$ 5.711.241,00 (em 31 de março de 2021)
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Ações renovatórias movidas pela Companhia visando a renovação dos contratos de locação, com a manutenção do valor de aluguel vigente, ou, subsidiariamente que seja fixado um valor dentro dos padrões de mercado.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6**

Em 31 de março de 2021, o valor total provisionado envolvendo os processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência era de R\$ 122.739.251,73.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Contingências cíveis

Em 31 de março de 2021, havia 9 Termos de Ajustamento de Conduta de natureza Cível, firmados entre nós e o Ministério Público Estadual, nos quais nos comprometemos a envidar nossos melhores esforços junto a nossos colaboradores para que situações envolvendo possíveis vendas casadas não sejam praticadas em nossas filiais, entre outros assuntos. Há também entre estes o Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Netshoes e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios envolvendo o incidente de segurança sobre a base de clientes Netshoes, resultando no arquivamento do Inquérito Civil Público nº 08190.044813/18-44 da Comissão de Proteção de Dados Pessoais, sendo que as obrigações assumidas no respectivo compromisso permanecem sendo integralmente cumpridas pela Netshoes. As multas, em caso de eventual descumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta, serão aplicadas nos termos pactuados no respectivo instrumento.

Contingências Trabalhistas

Em 31 de março de 2021, havia (a) 19 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e 14 acordos judiciais em ações civis públicas firmados entre nós e o Ministério Público do Trabalho, nos quais nos comprometemos a não mais incorrer em irregularidades relacionadas à: (i) jornada de trabalho; (ii) salário e benefícios; (iii) cumprimento da cota de deficientes e cotas de aprendizes; (iv) contratação de cooperativas; (v) práticas de assédio moral; entre outros.

Dentre os casos mencionados acima, importante ressaltar os temas envolvendo assédio moral e contratação por meio de cooperativas, sendo eles:

Assédio Moral: 2 Termos de ajustamento de conduta e 1 acordo judicial firmado em Ação Civil Pública.

- (i) Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região (Bahia) x Magazine Luiza (Inquérito Civil nº 000003.2009.05.001/9-60, TAC nº 920100670): As Lojas Maia se comprometeu por prazo indeterminado, a abster-se de praticar, por qualquer de seus representantes ou chefes, (i) ato que configure assédio moral, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por trabalhador prejudicado e cláusula descumprida; (ii) ato que configure assédio sexual, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo descumprimento da obrigação; (iii) abster-se de aplicar punição em razão do não cumprimento de metas estabelecidas pela empresa, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo descumprimento da obrigação e (iv) prática de desvio de função, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo descumprimento da obrigação. O inquérito civil no qual foi firmado o TAC está arquivado desde 08/01/2015.
- (ii) Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região (Ceará) x Magazine Luiza (Inquérito Civil nº 000474.2009.07.002/0, TAC nº 1109/2012): A Companhia se comprometeu por prazo indeterminado, a abster-se de praticar ou permitir que se pratique qualquer conduta discriminatória e/ou de Assédio Moral, que possa ocasionar lesões à integridade física, psíquica ou moral de seus trabalhadores, sendo vedadas, a título exemplificativo, as seguintes condutas: xingamentos, tratamento grosseiro, agressões físicas, ameaças, humilhações, gritos, tratamento disciplinar degradante ou vexatório, imposição de penalidades abusivas ou desproporcionais, imposição de metas de trabalho impossíveis, retaliações, perseguições, pressões exageradas, tratamento diferenciado entre empregados que exerçam a mesma função, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por trabalhador prejudicado e cláusula descumprida. Abster-se de realizar revistas em bolsas e sacolas, sob pena de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por descumprimento. Com a comprovação do

4.7 - Outras Contingências Relevantes

cumprimento do TAC, o Inquérito Civil foi arquivado em 22/09/2017. Contudo, em 30/11/2020, foi juntado aos autos do Inquérito Civil Despacho de nº 7029.2020 oriundo do IC nº 000259.2019.04.002 instaurado pela Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região (Município de Santa Maria – RS), em virtude de atos de assédio moral praticados na loja Magazine Luiza naquele município (CNPJ nº 47.960.950/0341-07), houve descumprimento ao presente TAC, considerando a sua abrangência nacional. Como se extrai dos autos, as irregularidades teriam ocorrido no município de Santa Maria/RS. A multa aplicada foi no valor de R\$ 15.000,00

- (iii) Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região x Magazine Luiza (Ação Civil Pública nº 0000276-91.2010.5.15.0081): Firmado acordo judicial em ACP, por prazo indeterminado, no qual a empresa se comprometeu a abster-se de: (i) praticar ato que configure assédio moral; (ii) manipular o controle de jornada dos seus empregados, por meio de registro na entrada e saída, o descumprimento das obrigações acima implicará multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por item descumprido, por trabalhador encontrado em situação irregular. A Companhia também se comprometeu a abster-se de descumprir obrigações legais referentes à jornada (limite de duas horas extras diárias, não desrespeitar os intervalos intra e interjornada, conceder descanso semanal remunerado) e abster-se de alterar as condições ou cláusulas do contrato individual de trabalho sem o consentimento, bem como não promover alterações contratuais lesivas. No caso de descumprimento de referidas obrigações, haverá aplicação de multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). As multas estão limitadas ao valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil) reais por mês. Doação de bens no importe de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para quitação do dano moral coletivo. A abrangência de referido acordo é a unidade da Sociedade de Matão/SP.

Contratação de Cooperativas: 1 Termo de ajustamento de conduta

- (i) Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) x Magazine Luiza (Procedimento prévio investigatório nº 636/2004; TAC nº 51/2005):

A Companhia se comprometeu, por prazo indeterminado, a abster-se de contratar trabalhadores por intermédio de cooperativas de mão de obra para prestar serviços em quaisquer de suas atividades fim ou meio, quando presentes os caracteres da relação de emprego, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 por trabalhador encontrado em situação irregular.

Contingências Tributárias

Ainda, destacamos que somos autores (no polo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressamos com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperarmos tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. Dentre as principais ações, destacamos:

Processo nº 0024893-26.2010.4.01.3400	
a. juízo	8ª Vara Federal do Distrito Federal
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	18/05/2010
d. partes no processo	Magazine Luiza S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 167.024.434,25 (em 31 de março de 2021)

4.7 - Outras Contingências Relevantes

f. principais fatos	Ação proposta para afastar a cobrança indevida da Contribuição sobre a folha de pagamentos calculada a partir do índice RAT, majorado indevidamente em 2010. A Companhia mensalmente realiza depósito judicial dos valores discutidos, totalizando em 31/12/2020 a quantia de R\$163 milhões. Foi proferida sentença contrária em 1ª instância, sendo apresentados Embargos de Declaração pela empresa. Após o julgamento dos embargos declaratórios, a Companhia interpôs Apelação, a qual aguarda julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois utilizaremos o depósito judicial. No entanto, em caso de êxito, tais valores serão levantados pela empresa impactando positivamente seu caixa e resultado.

Processo nº 0037538-20.2009.4.01.3400; 0050195-57.2010.4.01.3400; 0005929-71.2013.4.03.6100; 0003768-88.2013.4.03.6100	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	23/11/2009; 25/10/2010; 05/04/2013; 04/03/2013
d. partes no processo	Magazine Luiza S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 618.454.385,81 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Ações propostas para reconhecer o direito da Companhia em apropriar créditos de despesas de determinados insumos de sua operação na apuração das Contribuições ao PIS e COFINS. 0037538-20.2009.4.01.3400: Houve decisão de 1ª Instância desfavorável à empresa. Aguardando julgamento de Recurso de Apelação interposto pela Companhia. 0050195-57.2010.4.01.3400: Houve decisão de 1ª Instância desfavorável à empresa. Aguardando julgamento de Embargos de Declaração opostos contra decisão que julgou desfavorável o Recurso de Apelação interposto pela Companhia. 0005929-71.2013.4.03.6100: Houve decisão de 1ª Instância desfavorável à empresa. Aguardando julgamento de Recurso de Apelação interposto pela Companhia. 0003768-88.2013.4.03.6100: Houve decisão de 2ª Instância desfavorável à empresa. Aguardando julgamento de Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Companhia.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois os tributos foram devidamente recolhidos ao longo dos anos. Em caso de ganho, o impacto será positivo para a companhia a qual terá o direito de recuperar os tributos pagos indevidamente, devidamente corrigidos.

Processo nº 5001623-85.2020.4.03.6113	
a. juízo	2ª Vara Federal de Franca
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	21/07/2020
d. partes no processo	Autor: Magazine Luiza S.A. Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 213.285.758,92 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Ação proposta para afastar a cobrança parcialmente indevida das Contribuições destinadas ao Sistema S. Houve sentença parcialmente favorável à empresa, a qual foi objeto de Embargos de Declaração. Atualmente, aguarda-se julgamento dos Recursos de Apelação apresentados pela empresa e pela Fazenda.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois os tributos foram devidamente recolhidos ao longo dos anos. Em caso de ganho, o impacto será positivo para a companhia a qual terá o direito de recuperar os tributos pagos indevidamente, devidamente corrigidos.

Processo nº 5002471-43.2018.4.03.6113	
a. juízo	1ª Vara Federal de Franca
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	28/03/2017
d. partes no processo	Autor: Magazine Luiza S.A. Réu: União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 98.457.572,00 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Ação proposta para afastar a cobrança indevida das Contribuições ao Sebrae e Salário Educação. Houve sentença desfavorável à empresa, sendo a decisão mantida em 2ª instância. Atualmente, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Companhia.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois os tributos foram devidamente recolhidos ao longo dos anos. Em caso de ganho, o impacto será positivo para a companhia a qual terá o direito de recuperar os tributos pagos indevidamente, devidamente corrigidos.

Processo nº 1054497-55.2018.8.26.0053	
a. juízo	6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo
b. instância	Segunda Instância Judicial
c. data de instauração	01/11/2018
d. partes no processo	Magazine Luiza S.A. x Estado de São Paulo
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 87.516.996,95
f. principais fatos	Ação proposta para afastar a cobrança do ICMS Diferencial de Alíquota cobrado pelo Estado de São Paulo nas vendas interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto. A Companhia mensalmente realiza depósito judicial dos valores discutidos, totalizando em 31/03/2021 a quantia de R\$ 87 milhões. O processo aguarda julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela Companhia. O STF julgou a matéria favoravelmente aos contribuintes ao analisar o Tema 1093 em sede de repercussão geral.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois utilizaremos o depósito judicial. No entanto, em caso de êxito, tais valores serão levantados pela empresa impactando positivamente seu caixa e resultado.

Processo nº 0260148-58.2018.8.19.0001	
a. juízo	11ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro
b. instância	Primeira Instância Judicial
c. data de instauração	31/10/2018

4.7 - Outras Contingências Relevantes

d. partes no processo	Magazine Luiza S.A. x Estado do Rio de Janeiro
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 66.491.810,44
f. principais fatos	Ação proposta para afastar a cobrança do ICMS Diferencial de Alíquota cobrado pelo Estado do Rio de Janeiro nas vendas interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto. A Companhia mensalmente realiza depósito judicial dos valores discutidos, totalizando em 31/03/2021 a quantia de R\$ 66 milhões. O processo aguarda julgamento em 1ª Instância. O STF julgou a matéria favoravelmente aos contribuintes ao analisar o Tema 1093 em sede de repercussão geral.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois utilizaremos o depósito judicial. No entanto, em caso de êxito, tais valores serão levantados pela empresa impactando positivamente seu caixa e resultado.

Processo nº 0011735-68.2005.4.03.6100	
a. juízo	10ª Vara Federal de São Paulo
b. instância	Terceira Instância Judicial
c. data de instauração	29/06/2005
d. partes no processo	Magazine Luiza S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 25.143.996,84 (em 31 de março de 2021)
f. principais fatos	Ação proposta para afastar a cobrança indevida das Contribuições ao INCRA. A Companhia mensalmente realiza depósito judicial dos valores discutidos, totalizando em 31/03/2021 a quantia de R\$ 25 milhões. O processo aguarda julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Companhia.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, não haverá impacto para a Companhia, pois utilizaremos o depósito judicial. No entanto, em caso de êxito, tais valores serão levantados pela empresa impactando positivamente seu caixa e resultado.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desses direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos formalizada, elaborada pela gerência de Gestão de Riscos e revisada pela Diretoria de Compliance, Integridade e PLD (atual denominação) e Diretoria Jurídica e aprovada pelo Conselho de Administração. A Política de Gestão de Riscos é aplicável a todos os macroprocessos e operações de negócios da Companhia, e deve ser observada por todos os seus colaboradores. A Companhia está em constante processo de reavaliação, desenvolvimento e implantação de ações de melhorias contínuas referentes ao seu processo de gerenciamento de riscos.

A Companhia também possui um Manual Anticorrupção que visa assegurar que todos os colaboradores entendam os preceitos da Lei Brasileira Anticorrupção, de forma a mitigar riscos relacionados a violações à lei e a garantir que durante a condução dos negócios sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência; e também um Código de Ética e Conduta que é revisado anualmente e disponibilizado para todos os colaboradores, os quais tomam ciência do propósito, visão e valores da Companhia, bem como das diretrizes de comportamento e responsabilidades, formalizando o aceite por meio do termo de compromisso e aceite.

Adicionalmente, o Manual de Integridade dispõe sobre as diretrizes necessárias para a operacionalização do Programa de Integridade da Companhia. O referido manual determina parâmetros para a produção, acompanhamento e controle de documentos e fornece instruções para as áreas operacionais. O Programa de Integridade visa garantir a conformidade das atividades da Companhia à legislação vigente e a regulamentação específica aos segmentos de mercado atuantes; e, ainda, assegurar a observância por todos os colaboradores do Código de Ética e Conduta, Manual Anticorrupção e das demais políticas e procedimentos internos.

A Política de Gestão de Riscos, Código de Ética e Conduta, Manual Anticorrupção e demais políticas e regimentos estão disponíveis para acesso de todos os interessados em nosso website: <https://ri.magazineluiza.com.br/>

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer diretrizes e responsabilidades relacionadas à identificação, análise e classificação dos riscos que possam afetar a Companhia e, estabelecer controles e procedimentos de monitoramento, a fim de conduzir o apetite à tomada de risco no processo decisório, na busca do cumprimento de seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor da Companhia.

O processo de gestão de riscos da Companhia, foi definido com base em orientações da OCDE, na norma ISO 31000:2009 e no trabalho do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - com o objetivo de: (i) aumentar a probabilidade de atingir as metas estabelecidas pela Companhia; (ii) melhorar a identificação de oportunidades e ameaças; (iii) atender às políticas, normas e requisitos legais e regulatórios, padronizando conceitos e práticas; (iv) melhorar o reporte das informações ao mercado, elevando a confiança das partes interessadas e garantindo a transparência para todos os stakeholders, analistas de mercado e

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

agências de crédito; (v) garantir base confiável de dados para a tomada de decisão e planejamento, fornecendo um fluxo dinâmico e eficiente de informação; (vi) alocar e utilizar eficazmente os recursos, melhorando o ambiente de controles; (vii) melhorar a governança, assegurando que a Governança Corporativa da Companhia seja seguida e criticamente analisada; (viii) prevenir ou minimizar perdas, envolvendo todos os agentes da estrutura em alguma etapa; e (ix) melhorar a eficácia e eficiência operacional, aumentando a resiliência, quando necessário, da organização.

A alta administração estabelece o seu planejamento estratégico e define metas operacionais a serem atingidas. Essas metas estão sujeitas a riscos de origem interna e externa com alto grau de incertezas. Esses riscos podem ser identificados pela administração e ações são planejadas e executadas para sua gestão. Neste processo participam também os Comitês de Assessoramento: Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance – CARC; Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor – COFIC; e, dentro de suas respectivas competências, Comitê de Pessoas – COPES; Comitê de Estratégia - COE.

Com base nesse processo, a Companhia estabelece e mantém atualizada sua matriz de riscos significativos, que é monitorada pela alta administração. Tais riscos significativos são avaliados e classificados de acordo com o direcionamento estratégico do negócio e as diretrizes de tolerância a riscos determinadas pelo Conselho de Administração, com suporte dos Comitês de Assessoramento. A Companhia busca a melhoria contínua do seu processo de gestão de riscos, aprimorando e aperfeiçoando seus controles e a atuação de seus colaboradores de acordo com as diretrizes da Política.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Os riscos tratados na Política de Gestão de Riscos, para os quais se busca proteção, são classificados da seguinte forma:

Riscos de Negócio e/ou Estratégicos: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, saúde e segurança, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços; e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros), a compliance (cumprimento de leis e regulamentos e de políticas e normas internas), à imagem e reputação e às operações (cultura empresarial, e gestão de pessoas, de processos e de demais recursos);

Risco de Mercado: decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities;

Risco de Crédito: definido como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, financiamentos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos;

Risco de Liquidez: possibilidade de perda decorrente da incapacidade de gerar e/ou realizar transações ativas em tempo e volume razoáveis e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de gerar capital próprio e/ou captar capital de terceiros para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Riscos Operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à operação do negócio como marketing, vendas, comercial, logística; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, tais como administrativas (contabilidade, controladoria, controles), suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação, relações sindicais; e

Riscos de Conformidade: são os riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira e/ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos/contratos, regulamentos e regulamentações. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia é composto pelas seguintes etapas: (i) identificação e mapeamento; (ii) classificação e priorização; (iii) monitoramento e adoção de mitigantes; e (iv) definição de planos de continuidade de negócios.

Na etapa de identificação e mapeamento, a Companhia, com base nos seus objetivos estratégicos e considerando seu apetite aos riscos, utiliza uma metodologia que identifica as fragilidades e vulnerabilidades do ambiente de negócios com foco, em áreas e processos considerados prioritários, no atual estágio de evolução do processo.

Na etapa de classificação e priorização, a Companhia utiliza uma matriz de riscos que compreende os principais riscos previamente identificados e uma avaliação qualitativa e quantitativa de sua probabilidade de ocorrência e magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia. A classificação dos riscos elencados na matriz de riscos significativos é orientada pelas diretrizes de tolerância a riscos definidas pelo Conselho de Administração, com apoio de seus Comitês de Assessoramento.

Na etapa de monitoramento e adoção de mitigantes, a Companhia acompanha a eficácia dos controles bem como os planos de ação para mitigação de riscos, que utilizam os seguintes instrumentos: (i) revisão de processos; (ii) inclusão de controles em sistemas; (iii) criação de relatórios e indicadores de desempenho; (iv) confecção de políticas, procedimentos e/ou instrução de trabalho; (v) implantação de mecanismos de monitoramento e controle; e (vi) alteração de competências e atribuições de áreas ou outros instrumentos de governança.

Em linha com o processo de desenvolvimento contínuo das práticas e processo de gestão de riscos, e em decorrência da complexidade do ambiente interno e externo, com mudanças e possibilidade de distorções, não é possível garantir que nossas práticas identificarão todos os riscos, ou que teremos respostas adequadas ou tempestivas para mitigação de seus impactos. A Companhia tem trabalhado para implantar essas etapas com atualização de políticas, procedimentos, processos, utilização de novos sistemas e aplicativos, dentre outros.

Com relação à última etapa, de definição de planos de continuidade de negócios, a Companhia está implantando melhorias quanto a formalização de seus planos de contingência e gestão de crises (de acordo com a aplicabilidade aos riscos identificados), que consistem em medidas a serem tomadas pela Companhia na hipótese de materialização de algum evento de risco, possibilitando o funcionamento dos processos vitais da Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Em função da pandemia do COVID-19, mencionada na seção “4.1 - Descrição dos Fatores de Risco”, a Companhia instituiu um Comitê de Contingência que vem liderando diversas ações conforme divulgado neste Formulário de Referência e em demais comunicações ao mercado e a seus acionistas.

Cabe ressaltar que, sem prejuízo da estrutura descrita no item (c) abaixo, quanto ao Risco de Liquidez, a Companhia promove o gerenciamento por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito, quando da necessidade de recursos externos. Ainda, a Companhia não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo e com alto risco financeiro, e possui como prática em relação a títulos de dívida (aplicações financeiras) o investimento em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito de, no mínimo, AAA ou que estejam relacionados ao risco soberano.

Por sua vez, o gerenciamento do Risco de Crédito se dá pelo próprio modelo operacional da Companhia, no qual: (i) grande parte das vendas é realizada utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito (isto é, é substancialmente securitizada com as administradoras de cartão de crédito); e (ii) o restante é pulverizado em diversos clientes. Ainda assim, são feitas análises periódicas do nível de inadimplência dos clientes, bem como são adotadas formas eficazes de cobrança. A concessão de crédito pela Companhia é feita seguindo critérios definidos com base em modelos estatísticos, combinados com informações externas de bureaus especializados, assim como informações internas, cadastrais ou comportamentais dos consumidores, sendo esses modelos periodicamente revisados, com base na perda esperada de créditos.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gestão de riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, de acordo com o conceito das 3 linhas de defesa:

1ª Linha de Defesa: Refere-se à gestão operacional, representada pelas diretorias, gerências, e demais colaboradores que atuam nas operações da Companhia. Reporta-se à Diretoria Executiva. Juntamente com a Diretoria Executiva, é responsável por: (i) identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos (tratamento) de acordo com as diretrizes da Política de Gestão de Riscos; (ii) implantar planos de ação e controles; e (iii) comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas à gestão de riscos;

2ª Linha de Defesa: Refere-se às áreas de controle da Companhia, compreendendo as funções de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Integridade (área de Compliance, Integridade e PLD) e a função da Controladoria. Reportam-se, à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento. É responsável por: (i) analisar, avaliar, e monitorar os riscos identificados pela gestão operacional; (ii) facilitar e monitorar a implantação das práticas de gestão de riscos pela gestão operacional (1ª linha de defesa); (iii) comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas à gestão de riscos; e (iv) auxiliar na identificação de riscos e no desenvolvimento de processos e controles;

3ª Linha de Defesa: Refere-se à atuação da Auditoria Interna (denominada Auditoria Corporativa na Companhia), recentemente implantada, na avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos e do sistema de governança corporativa na Companhia,

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

de forma independente e objetiva, se reportando ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A execução das diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Riscos da Companhia é continuamente aprimorada, dados os diversos macroprocessos e operações de negócio existentes. A função de Gestão de Riscos está compreendida na diretoria de Compliance, Integridade e PLD. Considerado este contexto, a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos da Companhia deve ser realizada de forma conjunta pelo Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, pela Diretoria Executiva, pela Diretoria de Auditoria Corporativa, pela área de Compliance, Integridade e PLD; pelas frentes de Gestão de Riscos e Controles Internos e por colaboradores da Companhia, através dos indicadores que avaliam a performance das áreas priorizadas de negócio e funcionais de suporte.

Nesse contexto, o Conselho de Administração: (i) estabelece as diretrizes gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (ii) avalia e aprova a matriz de riscos significativos bem como os limites aceitáveis para exposição a riscos (apetite a riscos); (iii) supervisiona as atividades do processo de gerenciamento de riscos, executadas pela Diretoria Executiva; (iv) utiliza também a atuação dos Comitês de Assessoramento no processo de monitoramento dos riscos significativos prioritários; (v) avalia a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos; e (vi) aprova a Política de Gestão de Riscos e suas revisões futuras.

Por delegação do Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance: (i) propõe ao Conselho de Administração definições gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (ii) acompanha e supervisiona, com o suporte da Auditoria Corporativa, o processo de gestão de riscos, bem como a aplicação dos KRI's/KPI's e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários, através dos trabalhos das áreas de Compliance, Integridade e PLD e Gestão de Riscos; (iii) avalia e monitora, com o suporte da Auditoria Corporativa, os riscos significativos prioritários identificados pelo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Diretoria Executiva, bem como pelas revisões das áreas de Compliance, Integridade e PLD e Gestão de Riscos, bem como os planos de ação e recomendações aplicáveis; e (iv) informa periodicamente o Conselho de Administração sobre os temas relevantes das etapas anteriores.

Já o Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, por delegação do Conselho de Administração: (i) propõe ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão dos riscos financeiros; (ii) monitora o nível de exposição da Companhia a riscos do mercado, de crédito e de liquidez; e (iii) acompanha e supervisiona o processo de gestão de riscos financeiros para geração de valor da Companhia – planejamento financeiro, orçamento, decisões de investimento e captações de recursos.

Por sua vez, a Diretoria Executiva: (i) promove a integração da gestão de riscos com os ciclos de gestão e planejamento da Companhia; (ii) promove a cultura de gestão de riscos na Companhia; (iii) garante a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas operacionais; (iv) acompanha os riscos gerenciados no nível de cada macroprocesso e/ou operação, para verificar a efetividade dos controles existente; (v) participa na validação e priorização dos riscos de suas respectivas áreas; (vi) acompanha os KRI's/KPI's e as estratégias de mitigação de riscos; (vii) avalia e monitora o tratamento dos riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

de negócio quando da execução do planejamento estratégico; (viii) avalia, ao menos anualmente, a eficácia da Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos, e prestam contas ao Conselho de Administração a respeito desta avaliação; e (ix) garante a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos.

A área de Compliance, Integridade e PLD: (i) elabora o planejamento e assegura a operacionalização da gestão de riscos, com base em áreas priorizadas, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais; (ii) avalia os riscos por macroprocesso, por unidades de negócio e portfólio; (iii) elabora, treina, dissemina e recomenda os processos e procedimentos para a gestão dos riscos; (iv) emite parecer sobre a viabilidade das operações relacionadas aos riscos de compliance e integridade; e (v) assegura a manutenção da política de gestão de riscos.

A Auditoria Corporativa, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração e pelos Comitês de Assessoramento: (i) elabora o Plano Anual de Auditoria Baseado em Riscos, a fim de verificar a eficácia dos controles internos e a efetividade da gestão de riscos; (ii) identifica e aponta oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão risco; (iii) valida as informações e controles relacionados aos indicadores de risco desenvolvidos e monitorados pelas áreas funcionais; e (iv) reporta periodicamente ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, os resultados de avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade da gestão de riscos na Companhia.

A função da área de Gestão de Riscos: (i) define a metodologia corporativa de gestão de riscos pautada na visão integrada e sistêmica das atividades da Companhia; (ii) propõe e analisa, em conjunto com as áreas funcionais e de negócios, as estratégias de mitigação dos riscos; (iii) consolida e comunica os riscos prioritários da Companhia ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e Diretoria Executiva; (iv) assessora as áreas de funcionais e de negócios priorizadas na identificação e avaliação do impacto dos diversos tipos de riscos envolvidos; e (v) executa as tarefas que permitirão um adequado monitoramento dos riscos prioritários (estratégicos, financeiros, operacionais e de integridade) e informa e discute com o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance os resultados de suas avaliações.

Por fim, os agentes de integridade bem como demais colaboradores passam por um processo contínuo de capacitação, e são responsáveis por identificar, classificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas, em conjunto com a área de Gestão de Riscos; estabelecem mitigantes para os riscos, implantam os planos e acompanham as ações corretivas e/ou preventivas em suas áreas, participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente da gestão de riscos na Companhia.

O monitoramento dos controles pela gestão nas diversas áreas da Companhia se dá através de um processo contínuo e colaborativo de conscientização e capacitação gradual, para diagnosticar, priorizar, monitorar e gerir os seus riscos, observando as mudanças do ambiente interno e externo, a fim de reduzir a probabilidade de materialização de riscos desconhecidos ou não controlados.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

As disposições sobre o gerenciamento de riscos de mercado estão compreendidas na Política de Gestão de Riscos elaborada pela Diretoria de Compliance e Integridade e Diretoria Jurídica, e aprovada pelo Conselho de Administração ("Política"). Ainda, nos termos da Política, a competência de análise de investimentos e estabelecimento das diretrizes gerais das estratégias de gestão de riscos relacionadas a (i) aplicações financeiras; (ii) aplicação em títulos públicos; (iv) por instituição financeira; (v) cambial; (vi) índices e (vii) captação de recursos, é da Diretoria Financeira da Companhia, que deverá observar as diretrizes do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor ("COFIC") uma vez que forem emitidas.

Os limites de exposição de risco estabelecidos acima deverão ser observados e executados pela própria Diretoria Financeira da Companhia quando da gestão dos negócios e contratação de transações pela Companhia.

Embora a Política não detalhe os instrumentos utilizados para efetuar a proteção da Companhia em relação aos riscos de mercado, bem como os parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos, apresentamos abaixo as práticas adotadas pela Companhia.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia, conforme indicado no item 4.2 deste Formulário de Referência, busca proteção, sobretudo, contra o Risco de taxas de juros e Risco de taxa de câmbio.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores, quando são realizadas transações em moeda estrangeira. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da Diretoria Financeira, de acordo com as diretrizes previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. A contratação de instrumentos financeiros é feita mediante análise da exposição ao risco que nossa Administração pretende cobrir em cada transação. Administramos esses instrumentos pela definição de estratégias operacionais e controles internos lastreados em nossas operações e não utilizamos tais instrumentos com outros propósitos que não de proteção (*hedge*).

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Em 31 de março de 2021, a Companhia não possuía operações cambiais significativas negociadas diretamente.

Adicionalmente, a Companhia comercializa produtos (especialmente itens de tecnologia) que são fabricados localmente, mas que possuem diversos componentes importados, de forma que seus custos podem variar conforme oscilações das taxas de câmbio. Assim, a gestão do risco cambial “indireto” relacionado a fornecimento de produtos está ligada à gestão comercial, de preço e margem de produtos e é realizada juntamente com seus fornecedores, que procura não repassar grandes oscilações aos clientes finais.

Risco de Taxa de Juros

A Companhia não utiliza estratégias de proteção patrimonial (hedge) em relação a tais riscos. São realizadas análises de sensibilidade à variação das taxas de juros, conforme indicado no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Risco de Taxa de Câmbio

Conforme mencionado anteriormente, podemos nos utilizar de diversos instrumentos a fim de protegermos o nosso patrimônio, tais como swaps, NDFs (Non-Deliverable Forward) e opções. As operações de swap são nosso principal instrumento financeiro para proteção contra riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio a que estamos sujeitos em razão de contratos firmados para repasses de recursos externos. Tais contratos eliminam nossa exposição ao risco cambial, substituindo-a por uma exposição pós-fixada em moeda local e variação do CDI (certificados de depósitos interbancários). Entendemos que a substituição da variação cambial pela variação pós-fixada em CDI nos expõe a um risco menor de mercado, uma vez que nossas obrigações financeiras sofrerão oscilações semelhantes à taxa de juros de mercado, na mesma extensão de nossos ativos financeiros e vendas financiadas caracterizando, assim, um componente de risco macroeconômico.

Risco de Taxa de Juros

Não utilizamos instrumentos para a proteção patrimonial (hedge) em relação a tais riscos.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco de Taxa de Câmbio

Contratamos operações de swap junto a instituições financeiras de primeira linha, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação de indexadores como CDI, TJLP e IPCA, entre outros. Para cada contrato de empréstimo celebrado, é realizada uma operação “casada” de swap cambial na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

Para fins de contabilidade de cobertura (hedge accounting), esses instrumentos são classificados como hedge de valor justo e são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo, tanto do derivativo de hedging (swap) quanto do objeto de hedge (empréstimos), durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, como resultado financeiro.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Como consequência de tal gerenciamento, os riscos cambiais são minimizados, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a operações de “swap”, de modo que o tratamento contábil e financeiro desses empréstimos é denominado em moeda local. A Companhia não possui limites determinados de exposição aos riscos de mercado.

Risco de Taxas de Juros

Possuímos empréstimos e financiamentos indexados ao CDI, expondo esses ativos e passivos a flutuações nas taxas de juros, além de taxa pré-fixada. Nossa administração monitora o comportamento de mercado das taxas futuras de juros (compreendendo as análises de sensibilidade) com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratar instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Não aplicável, uma vez que nós não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Nos termos da Política, o compromisso com a integridade e valores éticos, bem como com a disseminação da cultura de gestão de riscos da empresa, é responsabilidade de todos os colaboradores. Todos são responsáveis também pela gestão de riscos e podem contribuir para uma gestão eficaz.

De todo modo, o Conselho de Administração, o Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor – COFIC e a Diretoria Financeira da Companhia são os órgãos responsáveis por realizar o gerenciamento dos riscos de mercado.

O Conselho de Administração é responsável por: (i) estabelecer as diretrizes gerais das estratégias de gestão de riscos da Companhia; (ii) avaliar e aprovar a matriz de riscos estratégicos, bem como as diretrizes gerais para estabelecimento dos limites aceitáveis para exposição da Companhia a riscos (apetite a riscos); (iii) supervisionar as atividades do processo de gerenciamento de riscos, executadas pelo Presidente e Diretoria Executiva; (iv) utilizar também a atuação dos Comitês de Assessoramento no processo de monitoramento dos riscos prioritários; (v) avaliar a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos; e (vi) aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas revisões futuras.

O COFIC, por delegação do Conselho de Administração, é responsável por: (i) propor ao Conselho de Administração as definições gerais das estratégias de gestão dos riscos financeiros; (ii) monitorar o nível de exposição da empresa a riscos de mercado, de crédito e de liquidez; e (iii) acompanhar e supervisionar o processo de gestão de riscos financeiros para geração de valor da empresa - planejamento financeiro, orçamento, decisões de investimento e captações de recursos.

Os demais órgãos responsáveis pelo controle interno no gerenciamento de riscos da Companhia estão descritos no item 5.1. deste Formulário de Referência.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Considerando-se que as disposições sobre o gerenciamento de riscos de mercado estão compreendidas na Política de Gestão de Riscos, a estrutura operacional e de controles internos para sua verificação segue as diretrizes citadas (vide seção 5.1.(iii).(c)), com ênfase para a atuação do COFIC, que a partir dos reportes da Diretoria Financeira, auxilia o Conselho de Administração na supervisão das atividades de gerenciamento de riscos de mercado, dada especialização financeira este Comitê de Assessoramento. Desse modo, a Companhia entende adequada a sua estrutura operacional para verificação da efetividade da política adotada. A Auditoria Corporativa, na forma gradativa de sua estruturação, tem assumido o monitoramento das ações acima pontuadas.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos.

Dentre as práticas e ações implantadas ou em implantação, destacam-se: i) gerenciamento de riscos operacionais; ii) implantação do Programa de Integridade; iii) investimento em sistema informatizado de gerenciamento de riscos e compliance; iv) instituição de políticas corporativas relevantes; v) aprimoramento do compliance anticorrupção; vi) implantação de canal de denúncias independente terceirizado em adição aos canais existentes anteriormente; vii) estruturação da Auditoria Corporativa, com escopo de atuação baseado em riscos e que se reporta ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa; viii) estruturação da frente de controles internos (compreendida na estrutura da diretoria de Compliance, Integridade e PLD) voltada para a atuação no processo de gerenciamento de riscos (em andamento).

A respeito dos controles para elaboração das demonstrações contábeis, esta é iniciada com o processo de fechamento contábil, que possui na Companhia uma estrutura objetiva de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos, onde são monitorados os processos de integração de informações financeiras para o sistema contábil, bem como com acompanhamento de variações de dados orçados e reais e análise da necessidade de possíveis lançamentos manuais no sistema de contabilidade. O processo de fechamento contábil segue as diretrizes das políticas contábeis da Companhia (em fase de aprimoramento de formalização), e é revisado mensalmente pela Gerência de Contabilidade, Diretor de Controladoria e Diretoria Executiva, em que se assegura que os números contábeis estão adequados e confiáveis. Na sequência, com o uso de checklists de divulgação e avaliação interna sobre a necessidade e adequação qualitativa de divulgações, a área contábil prepara as demonstrações financeiras, submetendo-a para revisão da Diretoria de Controladoria e Diretoria Executiva da Companhia. A área de prevenção de perdas da Companhia efetua trabalhos em determinados processos, principalmente visando a prevenção de perdas e melhorias daqueles processos para assegurar a qualidade de determinados saldos das demonstrações financeiras. As contas contábeis sofrem um escrutínio de revisão das áreas envolvidas (Finanças, Tributária, Contabilidade e Controladoria), e quando aplicável por consultores externos (no caso tributário, principalmente) que garantem segurança razoável dos saldos das transações de riscos como de estimativas de valores de ativos e de passivos. Ademais, a Auditoria Corporativa atua de forma independente auditando os controles internos referentes ao processo de fechamento contábil e elaboração das demonstrações financeiras, apontando as deficiências de controle, recomendando melhorias, e monitorando a evolução dos planos de ação para tratamento dos controles.

Após concluídas, as demonstrações financeiras são submetidas à apreciação do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, para posterior encaminhamento e revisão pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração. Após a aprovação de todos estes órgãos da governança, as demonstrações financeiras são publicadas.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais envolvidas compreendem as áreas de Compliance, Integridade e PLD, as frentes de Controles Internos e de Gestão de Riscos, as quais são responsáveis por supervisionar o ambiente de integridade e riscos corporativos e também acompanhar o desenvolvimento e implantação dos planos de ação para mitigação dos riscos. Tais frentes reportam-se

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

administrativamente ao Diretor Presidente e funcionalmente aos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração. O departamento de Contabilidade, bem como a Diretoria de Controladoria, e a Diretoria Executiva da Companhia têm a responsabilidade de revisão final das demonstrações financeiras, para posterior envio aos órgãos de governança, quais sejam, Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, para a devida aprovação. A Auditoria Corporativa realiza a auditoria e monitoramento independente dos controles de fechamento e elaboração das demonstrações financeiras. As estruturas organizacionais envolvidas nos controles internos estão em constante processo de desenvolvimento na Companhia.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficácia dos controles internos da Companhia é realizada pelas áreas responsáveis que originam as transações através de processos manuais e eletrônicos integrados de exatidão, totalidade, avaliações e aprovações de transações, de comparação de valores orçados e reais e ações sobre variações.

Como mencionado acima, essas transações, no processo de fechamento contábil mensal, são revisadas pelas áreas de Contabilidade, Controladoria e outras áreas de controle que atuam no escopo de controles internos. A Auditoria Corporativa também realiza os trabalhos de auditoria e monitoramento independente de tais controles, bem como de verificação de temas específicos nas demonstrações financeiras, e se reporta diretamente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Como resultado desta avaliação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os auditores independentes da Companhia emitiram, em 07 de maio de 2021, o “Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos” da Companhia, que contém um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia. Dentre as deficiências identificadas no referido relatório, as seguintes foram consideradas significativas:

- (i) Solicitação, formalização e aprovação das mudanças nos sistemas: Ausência de um processo formal de gerenciamento de mudanças em sistemas, bem como mecanismos eficientes de controles para redução do risco de erros decorrentes do transporte indevido de alterações de sistemas para o ambiente de produção. Os auditores independentes recomendaram melhorias relacionadas à formalização dos processos.
- (ii) Ausência de solicitações e aprovações de concessão de acesso aos bancos de dados: Ausência de procedimento formal para registro e aprovação de acessos de acordo com as funções dos colaboradores. Os auditores independentes recomendaram melhorias relacionadas à formalização dos processos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(iii) Ausência de política para monitoramento de acessos privilegiados - bancos de dados/sistemas: Ausência de processo/procedimento de monitoramento de acessos privilegiados aos bancos de dados de sistemas relevantes e monitoramento de usuários com acessos privilegiados. Os auditores independentes recomendaram melhorias relacionadas aos controles de monitoramento sobre o uso de contas de usuários com perfil privilegiado.

(iv) Ineficácia dos controles de comunicação de assunto relevante aos órgãos de governança (caso pontual): Deficiência verificada no processo de comunicação de ocorrência específica em que a diretoria de Compliance, Integridade e PLD não foi informada de forma tempestiva para averiguação, em desacordo com o Manual de Integridade da Companhia.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração discute todas as recomendações com os auditores independentes, apontadas como significativas ou não, e concluiu que estas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras. No decorrer do exercício de 2020 a Administração trabalhou na execução de planos de ação específicos para implementação de melhorias de controles sobre tais deficiências significativas apontadas, os quais são monitorados e reportados à Administração por meio dos trabalhos das áreas de controle:

(i) Solicitação, formalização e aprovação das mudanças nos sistemas: A Companhia implementou melhorias de controles durante o exercício de 2020 que consistem na formalização do processo de gestão de mudanças a partir de ferramenta específica que compreende desde as solicitações, até os testes e aprovações. A Companhia e os auditores entendem que as ações endereçam a deficiência em questão.

(ii) Ausência de solicitações e aprovações de concessão de acesso aos bancos de dados: A Companhia implementou melhorias de controles durante o exercício de 2020, consistindo na formalização do processo de solicitação e aprovação de acessos e na revisão periódica das credenciais existentes. A Companhia e os auditores entendem que as ações endereçam a deficiência em questão.

(iii) Ausência de política para monitoramento de acessos privilegiados - bancos de dados/sistemas: A Companhia implementou melhorias de controles durante o exercício de 2020 que consistem na implantação de ferramenta para ser utilizada como cofre de senhas, que permite o monitoramento, auditoria e rastreabilidade das atividades executadas pelos usuários. Melhorias adicionais previstas para o exercício de 2021 contemplam políticas de governança de acessos a repositório de dados e controle de acessos.

(iv) Ineficácia dos controles de comunicação de assunto relevante aos órgãos de governança (caso pontual): O fluxo de avaliação e reporte de tais ocorrências foi revisado e aprimorado para que não sejam verificados novos desvios.

5.4 - Programa de Integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia sempre teve a cultura muito forte de honestidade e manteve um compromisso ético na realização de cada uma das suas atividades. Em resumo, sempre teve a integridade na sua rotina. Em 2017, a Companhia estruturou e formalizou todas as suas boas práticas em um Programa de Integridade, que foi implantado em consonância com o propósito e valores da Companhia. O Programa reúne um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate à desvios de conduta, não conformidades legais, fraudes e corrupção.

Com este intuito, o Programa de Integridade consolida e reforça regras e diretrizes gerais como o Código de Ética e Conduta, os Inegociáveis, Manual Anticorrupção, políticas e ações conduzidas por diversas áreas funcionais da estrutura organizacional da empresa, em consonância com as suas respectivas atribuições, para pautar a conduta das lideranças, colaboradores, parceiros e terceiros, evidenciando o compromisso da Companhia com a disseminação da cultura de honestidade e boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

Os principais objetivos do Programa são: promover a cultura de ética e conformidade; consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as de Anticorrupção; implantar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos colaboradores; estabelecer a cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio da prevenção; buscar a melhoria contínua com base na análise, avaliação e desenvolvimento regular do programa e do ambiente normativo aplicável; e promover a transparência.

O Programa de Integridade está estruturado em 5 pilares, quais sejam:

- (i) Comprometimento da alta direção: Tanto o Conselho de Administração quanto a Diretoria Executiva apoiam e participam ativamente na implantação do Programa de Integridade. A definição e avaliação da eficácia e efetividade dos objetivos e estratégias de implantação do Programa são realizadas pela alta direção por meio da Análise Crítica da Alta Direção. Ademais, todos os membros da alta direção atuam diretamente na disseminação na promoção da ética, transparência e conformidade, bem como em assegurar a aplicação efetiva do Programa por parte dos colaboradores;
- (ii) Instância responsável – A área de Compliance, Integridade e PLD: área independente dedicada com autonomia, recursos materiais e humanos para garantir o funcionamento do Programa de Integridade. Esta área possui acesso e reporte direto ao Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento;
- (iii) Gestão de riscos: A área de Compliance, Integridade e PLD em conjunto com a área de Gestão de Riscos atua na identificação de situações de riscos nos seus respectivos processos de atuação, avaliação e classificação destes e, quando necessário, na proposição de planos de ação para mitigação e monitoramento dos principais riscos;
- (iv) Estruturação de regras e instrumentos: A alta direção define e aprova as regras e diretrizes gerais que estão consubstanciadas no Código de Ética e Conduta, Manual

5.4 - Programa de Integridade

Anticorrupção, Manual de Integridade, Inegociáveis, entre outros; a área de Compliance, Integridade e PLD, em conjunto com as outras áreas funcionais de negócio da Companhia, trabalha na elaboração e revisão de políticas e procedimentos internos de prevenção a irregularidades; a alta direção, em conjunto com a área de Compliance, Integridade e PLD, atuou diretamente na criação e institucionalização dos canais de denúncia e nos meios de reporte de preocupações e, também, participou na definição de medidas disciplinares para casos de violação; a área de Compliance, Integridade e PLD em parceria com a Gerência Corporativa de Reputação planejam e executam a divulgação do programa e de suas ações; por fim, a Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas juntamente com a área de Compliance, Integridade e PLD desenvolvem e realizam os treinamentos acerca dos instrumentos e do próprio Programa;

- (v) Monitoramento contínuo: A Companhia adota mecanismos de monitoramento contínuo, entre eles: (i) Análise Crítica pela Alta Direção, que consiste no procedimento de verificação de efetividade e eficácia do Programa e revisão dos seus objetivos, estratégias e ações; (ii) avaliação, pelo Comitê de Integridade, dos incidentes e violações, o tratamento dado a estes e o efeito de suas correções.

A Companhia divulga recorrentemente seu Programa de Integridade junto a todos os colaboradores, com o apoio da alta administração, através dos diversos meios de comunicação internos, materiais de divulgação, eventos internos, dentre outros.

Como mencionado, o Conselho de Administração da Companhia aprovou também o Manual Anticorrupção, que instituiu regras e diretrizes, mantendo procedimentos formais para garantir o controle e a prevenção de quaisquer violações à Lei Brasileira Anticorrupção nas relações mantidas com agentes públicos, e a garantir que durante a condução dos negócios sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência. Violações aos preceitos anticorrupção podem resultar em severas sanções disciplinares e, ainda, a adoção de medidas judiciais civis e criminais, aplicadas isolada ou cumulativamente aos responsáveis.

O Manual Anticorrupção considera como infração, atos ilícitos lesivos relacionados à prática de fraude, corrupção, suborno ou propina, pagamento de facilitação e vantagem indevida; e prevê que os contatos profissionais com agentes públicos devem ser transparentes e legítimos. Devem ser realizados por profissionais capacitados de acordo com os termos do Código de Ética e Conduta e das políticas internas da Companhia. Tais contatos devem ser realizados com a participação de mais de um colaborador da Companhia, mediante agendamentos, em ambientes profissionais, sendo recomendada a elaboração de relatórios ou atas de reunião para registro dos assuntos tratados.

A Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo tem como objetivo estabelecer as responsabilidades e medidas adotadas, a fim de prevenir o uso de nossas atividades por parte de parceiros/clientes para fins de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo ou corrupção, de acordo com a legislação vigente.

A Companhia possui também o Comitê de Integridade, que tem a atribuição principal de auxiliar a Administração na adoção de mecanismos de mitigação dos riscos de não conformidade com as políticas e procedimentos internos, legislação vigente e nas medidas voltadas à disseminação da cultura de integridade. O Comitê de Integridade ainda tem a responsabilidade de: (i) zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta e Manual Anticorrupção; (ii) discutir e esclarecer dúvidas de interpretação do Código de Ética e Conduta; (iii) avaliar a necessidade de abertura de averiguações preliminares e de sindicâncias oriundas de denúncias recebidas; (iv) recomendar a aplicação de sanções, quando cabíveis; e (v) analisar acerca da efetividade da política de consequências.

5.4 - Programa de Integridade

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia, a partir de seu Programa de Integridade são: (i) definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os colaboradores, a saber: Código de Ética e Conduta; Manual Anticorrupção; Manual de Integridade; Política de Tratamento da Informação; Políticas de Privacidade e de Segurança da Informação; Política de Gestão de Riscos; Política de Neutralização de Conflitos de Interesses, Política de Contratação de Terceiros, que prevê a avaliação de integridade de fornecedores de grupo de risco; Política de Presentes, Brindes e Hospitalidades, Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro; e Financiamento do Terrorismo, entre outras específicas às suas áreas funcionais de negócio; (ii) treinamentos periódicos de todos os colaboradores e/ou das áreas e cargos mais suscetíveis aos riscos mapeado; (iii) adoção e acompanhamento de indicadores de monitoramento de riscos; (iv) detecção, por meio da institucionalização de canais de denúncias, de mecanismos de verificação de compliance; e de outros mecanismos de reporte de preocupações; (iv) instituição de comitês, tais como: Disciplinar, de Integridade, de Avaliação de Operações Atípicas, de avaliação e resposta a incidentes e também de aplicação de políticas de consequências; e (v) monitoramento contínuo, a Companhia reavalia os riscos aos quais está exposta e revisa suas políticas e procedimentos internos sempre que necessário, implantando, sempre que necessário, mecanismos e instrumentos de monitoramento e controle.

Em complemento, a Companhia realiza trabalhos de conscientização e divulgação, sobre a importância e a finalidade de tais mecanismos de integridade.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia possui uma área de Compliance, Integridade e PLD, área independente dedicada a implantação dos principais instrumentos de integridade e, também, ao monitoramento do funcionamento eficiente do Programa de Integridade. Tal área possui autonomia de recursos materiais e humanos e tem acesso e reporte direto para a Alta Administração. A Companhia possui também o Comitê de Integridade.

Ademais, o Conselho Administração e Auditoria Corporativa supervisionam, avaliam e controlam se as metas do Programa de Integridade estão sendo cumpridas.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia adota um Código de Ética e Conduta ("Código"), formalmente aprovado pela Alta Administração, que apresenta seu propósito, sua visão e seus valores. O Código define as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus colaboradores e parceiros, o papel e as responsabilidades da liderança, diretrizes de relacionamento com fornecedores e clientes. A Companhia também reforça os comportamentos não tolerados em qualquer circunstância pela Companhia, denominados "Inegociáveis".

As disposições do Código se aplicam, irrestritamente, a todos os colaboradores, acionistas, fornecedores e parceiros da Companhia. Os preceitos estabelecidos devem ser observados por todos em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros e agentes governamentais.

Em caso de violações ao Código é prevista a adoção de medidas disciplinares, que consideram desde advertência verbal até a demissão por justa causa, não excluindo, quando cabível, a adoção de medidas judiciais, por meio de processos civis e/ou criminais. No caso de violação de leis, há previsão de cooperação total da Companhia com as autoridades competentes.

O Código de Ética e Conduta é disponibilizado eletronicamente para todos os colaboradores, diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração, terceiros, fornecedores e

5.4 - Programa de Integridade

prestadores de serviços da Companhia no website
<https://ri.magazineluiza.com.br/ListEstatutos.aspx?idCanal=/EigRdOu6BBQndW6fU+bTw==>

Adicionalmente, são realizados treinamentos presenciais e na modalidade "*e-learning*" com periodicidade anual sobre o conteúdo e aplicação do Código de Conduta, sendo obrigatória a participação de todos os aderentes.

(b) canal de denúncia

A Companhia conta com canal confidencial e independente para realização de eventuais denúncias, o qual visa assegurar que os colaboradores sejam ouvidos de forma sigilosa e tenham o seu anonimato assegurado. Tal canal reforçar a cultura de transparência e a de proteção do denunciante de boa-fé.

O canal de denúncias independente é administrado por empresa especializada, e as informações captadas são direcionadas para a área de tratamento pertinente. A aplicação de sanções e consequências é realizada por um Comitê. O canal de denúncia pode ser utilizado tanto pelos colaboradores quanto por terceiros, e disponibilizará condições para que o denunciante acompanhe o andamento dos trabalhos e investigação de forma transparente e responsável.

O canal de denúncia da Companhia pode ser acessado por:

- e-mail (magazineluiza@canalconfidencial.com.br),
- *callcenter* (pelo telefone 0800 792 1007) ou
- pelo site (disquedenunciamagazineluiza.com), estando disponíveis para pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, internas ou externas.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Além daqueles já descritos neste item do Formulário de Referência, o Manual Anticorrupção da Companhia prevê que em situações de busca por novos negócios, por meio de aquisições, fusões e incorporações de outras empresas, deve ser realizado processo de diligência, para verificação do cumprimento das disposições das Leis Anticorrupção, previamente à realização do negócio. Deve ser incluído no contrato de compra e venda, cláusulas anticorrupção adequadas, além de considerar outras opções disponíveis para evitar a sucessão de qualquer passivo anterior ao fechamento da operação.

Além disso, após conclusão do negócio, deve ser conduzida uma análise de conformidade com as Leis Anticorrupção e Antitruste e a adequação ao Manual Anticorrupção, conforme necessário.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta. Os principais riscos a que a Companhia está exposta estão sujeitos a fatores internos e externos, de diferentes complexidades conforme descritos na seção 4 deste Formulário de Referência. A estrutura organizacional (Gestão e Governança – linhas de defesa), as políticas, os métodos e processos de controles internos (inclusive de monitoramento) agem de forma sistemática e consistente na identificação das mudanças, na avaliação e em respostas mais efetivas sobre os efeitos daqueles riscos. Com relação aos riscos estratégicos, em linha com as diretrizes da Política de Gestão de Riscos e de exposição a riscos, foram realizadas reavaliações da matriz de riscos significativos para reconsiderar as avaliações e classificações diante do cenário apresentado no período.

Neste contexto, a Companhia aperfeiçoa continuamente sua estrutura, seus processos e controles internos (inclusive de monitoramento) visando mitigar a sua exposição aos principais riscos a que está exposta. Os agentes de governança - Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, com suporte da estrutura de Auditoria Corporativa, área de Compliance, Integridade e PLD, área de Gestão de Riscos, bem como dos demais órgãos descritos no item 5.1 deste Formulário de Referência - têm atuado de forma efetiva no monitoramento dos principais riscos do negócio da Companhia em todos os níveis organizacionais.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na seção 4.1 deste Formulário de Referência, dadas as premissas e objetivos atuais de negócio da Companhia, compreendendo efeitos decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) mencionados, que impactaram e podem continuar impactando nossas operações, canais de venda e fluxos de caixa. A extensão e gravidade de tais efeitos nos nossos negócios dependem de eventos futuros altamente imprevisíveis.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que julgemos relevantes em relação a esta Seção 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	16/11/1957
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade limitada, sendo que, em 16 de junho de 1984, por meio de alteração contratual devidamente arquivada na Junta Comercial de São Paulo - JUCESP, a nossa Companhia transformou-se em sociedade por ações.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/04/2011

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

Nossa história teve início em 1957, quando o casal Luiza Trajano e Pelegrino José Donato fundou o Magazine Luiza em Franca, interior do Estado de São Paulo. Em 1966, a fim de impulsionar nosso crescimento, ingressou na sociedade o casal Maria Trajano Garcia, irmã de Luiza Trajano, e Wagner Garcia, e nossa primeira loja foi ampliada.

Em 1974, inauguramos a nossa primeira grande loja de departamentos. Em 1976, fizemos nossa primeira grande aquisição, com a compra das Lojas Mercantil, que possuía filiais em outras cidades da região. Em 1983, iniciamos nossa expansão para fora do Estado de São Paulo, atingindo diversas cidades do Triângulo Mineiro. Alguns anos depois, em 1986, inauguramos nosso primeiro Centro de Distribuição, em Ribeirão Preto, com sistemas automatizados e logística ágil e inteligente. Sendo este um grande passo para consolidar o crescimento de nossa rede.

Em 1991, iniciamos uma reestruturação societária a fim de propiciar uma expansão aos negócios da sociedade. Foi nessa oportunidade que ingressou em nosso quadro societário a Holding LTD. No mesmo ano, Luiza Helena Trajano, sobrinha de Luiza Trajano, assumiu a liderança da sociedade e deu início a uma grande transformação no nosso modelo de gestão com o objetivo de fortalecer a sociedade para o século seguinte.

Fomos pioneiros na criação do primeiro modelo de comércio eletrônico. Nossas Lojas Eletrônicas, hoje chamadas Lojas Virtuais, criadas por nós em 1992, foram resultado de um projeto inovador, cujas vendas eram realizadas por intermédio de terminais multimídia, composto por vendedores que orientavam os clientes, sendo que não havia produtos em exposição e nem nos estoques. Alguns anos depois, levamos a experiência adquirida em vendas virtuais para a internet, com a criação e consagração de nosso site www.magazineluiza.com, um dos maiores sites de e-commerce no Brasil. Hoje, o site é um dos maiores do setor e conta com os mais modernos canais e ferramentas de interação com os clientes, como Facebook, Youtube, podcast, blog e twitter. Ainda no início da década de 90, criamos as nossas maiores liquidações: a “Liquidação Fantástica”, um saldo de Natal, realizado imediatamente após a virada do ano, no qual os clientes compram com até 70% de desconto todas as mercadorias que conseguirem carregar, e o “Só Amanhã”, uma promoção na qual, durante um determinado dia, o cliente pode comprar um produto anunciado por um preço muito abaixo da média do mercado.

Em 1996, ampliamos nossa rede de lojas no Paraná e também ingressamos no mercado do Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul. Neste mesmo ano, apesar de ser uma companhia de capital fechado, o Magazine Luiza divulgou seu primeiro balanço financeiro auditado externamente, exigência necessária somente em companhias de capital aberto.

Em 2001, nos associamos ao Unibanco (atual Itaú Unibanco) para a criação da Luizacred, uma financeira responsável, principalmente, pelo financiamento dos clientes. A Luizacred é uma das maiores financeiras do país e conta com a sólida estrutura de financiamento e os rígidos controles de concessão de crédito do Itaú Unibanco. Adicionalmente, adquirimos a Wanel, rede de lojas na região de Sorocaba.

Em 2003, iniciamos expansão, com a aquisição das Lojas Líder, na região de Campinas, e um processo de transição de marca foi iniciado. Em 2004, a expansão seguiu, com a aquisição das Lojas Arno, no Rio Grande do Sul.

Em 2005, recebemos aporte de capital de fundos administrados pela Capital, um investidor internacional de private equity, com presença em mais de 20 países. Isso possibilitou nossa rápida expansão, a facilitação da entrada na capital paulista, a construção do centro de distribuição Bandeirantes e a ampliação de nossa estrutura em logística. No mesmo ano, nos associamos à Cardif,

6.3 - Breve Histórico

empresa do Grupo BNP Paribas, para a criação da Luizaseg, uma seguradora responsável pelos seguros de garantia estendida, com gestão compartilhada. Somos a única empresa do varejo a possuir uma seguradora própria, instituída por meio de uma associação (joint venture).

Não demorou muito para o crescimento alcançar também o Estado de Santa Catarina e expandir-se no Paraná e no Rio Grande do Sul, com a aquisição das Lojas Base, Kilar e Madol, em 2005. Neste ano, também foram criados a TV Luiza, a Rádio Luiza e o Portal Luiza, veículos de comunicação interna exclusivos para informar os colaboradores da rede. O bom trabalho executado a partir deste posicionamento foi reconhecido, cinco anos depois, com o prêmio A Melhor Empresa na Prática do Falar com Seus Colaboradores, em pesquisa do Instituto Great Place To Work.

Em razão das atitudes inovadoras e voltadas ao público feminino, recebemos, em 2007, o título de A Melhor Empresa para a Mulher Trabalhar no Brasil, em pesquisa do Instituto Great Place to Work. O prêmio foi um reconhecimento à política de Recursos Humanos baseada na valorização do trabalho da mulher e na crença de sua evolução dentro da companhia.

Em 2008, abrimos simultaneamente 46 lojas na cidade de São Paulo, o maior mercado consumidor brasileiro. O empreendimento, que começou com a mobilização de centenas de profissionais, resultou na obtenção de mais de um milhão de novos clientes.

Em 2010, com a aquisição das Lojas Maia, que possuía 136 unidades espalhadas pelos nove Estados da região Nordeste, alcançamos a expressiva marca de 20 milhões de clientes em 16 Estados do Brasil. Ao final de 2010, trouxemos para a cidade de São Paulo nosso escritório de negócios, situado no mesmo prédio da Loja-Conceito na Marginal Tietê.

Em junho de 2011, finalizamos nosso processo de Abertura de Capital e Oferta de Ações (IPO), um passo muito importante para nossa estratégia e trajetória de crescimento, permitindo o acesso a uma fonte alternativa de financiamento dos investimentos, geração de empregos e criação de valor para nossos acionistas. Também em 2011, realizamos a aquisição das lojas do Baú da Felicidade, por meio do qual foram adquiridas 100% das ações do capital social da New-UTD Utilidades Domésticas S.A. ("New-UTD"), e passamos de 604 lojas em 2010 para 728 lojas ao final do mesmo ano, sendo 24 lojas novas e 100 oriundas da aquisição do Baú.

Em abril de 2012, houve a incorporação das Lojas Maia pelo Magazine Luiza S.A. Concluímos a integração das redes Maia e Baú, apesar da sua complexidade, com o envolvimento direto de mais de 200 colaboradores da Companhia. Integramos todas as lojas do Sul/Sudeste (Lojas do Baú) e todas as lojas do Nordeste (Lojas Maia), respectivamente em fevereiro e outubro de 2012. Finalizamos o ano de 2012 com 743 lojas e 8 centros de distribuição, com sistemas contábeis e de gestão totalmente integrados.

Em 2014, a Companhia patrocinou a Copa do Mundo de futebol na rede Globo, proporcionando um impacto positivo em nossas vendas e na visibilidade da marca.

Em 2016, seguindo a estratégia de Transformação Digital, o Magazine Luiza esteve focado em 5 pilares: multicanalidade, inclusão digital, digitalização das lojas físicas, plataforma digital e cultura digital. Esse posicionamento possibilitou a entrega de grandes projetos na Logística, como o Retira Loja, o lançamento da nova plataforma de Marketplace, além de novos projetos para a digitalização das lojas físicas, como o Mobile Vendas, Mobile PinPad e o Lu Conecta. A estratégia da Transformação Digital contribuiu para o crescimento do Magazine Luiza em todos os canais, com ganhos de market share e melhoria dos indicadores de rentabilidade. O nosso marketplace foi criado em 2016 e na data deste Formulário de Referência, contamos com mais de 11 milhões de produtos integrados à essa plataforma. O desenvolvimento do marketplace é um ponto central em nossa estratégia, ser uma plataforma digital com pontos físicos e calor humano. Em 2018, os canais digitais – site, aplicativos de

6.3 - Breve Histórico

vendas e marketplace – foram responsáveis por 36% das vendas totais e cresceram 60% em relação ao mesmo período de 2017.

Em 03 de abril de 2017, o Magazine Luiza adquiriu a startup de tecnologia Donatelo Desenvolvimento de Software e Market Digital Ltda. (“**Integra Commerce**”), especializada na integração e gestão do relacionamento entre lojistas e marketplaces — plataformas digitais abertas. Com a aquisição da Integra Commerce, lojistas que desejam participar do marketplace da Companhia não precisam recorrer à intermediação de plataforma de terceiro, tudo é realizado por uma plataforma única e integrada. O principal objetivo da aquisição é acelerar a execução da nossa principal estratégia de desenvolvimento de um marketplace rentável.

Em 07 de maio de 2018, o Magazine Luiza adquiriu a startup de tecnologia aplicada à logística Logbee, de São Paulo (SP) (atual Magalog), que é uma plataforma que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos.

Em 13 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu as empresas de tecnologia Softbox Sistemas de Informação, Certa Administração e Kelex Tecnologia (em conjunto, “Softbox”). A Softbox oferece soluções para empresas de varejo e indústria de bens de consumo que desejam vender digitalmente ao consumidor final. A grande maioria das empresas brasileiras ainda está excluída do mundo digital, sem acesso a nenhum marketplace. Com a incorporação da Softbox, o Magalu vai ajudar na transformação de companhias analógicas em empresas digitais.

Em 14 de junho de 2019, a Companhia concluiu a aquisição da Netshoes (Cayman) Ltd. (“**Netshoes**”), empresa líder no varejo online de roupas, calçados e artigos esportivos. A aquisição representa um passo significativo na estratégia de crescimento da Companhia e reforça o foco em crescimento baseado em aumento no volume de clientes ativos, frequência de compra e de categorias à venda, uma vez que a Netshoes possui uma base de mais de mil lojistas no seu *marketplace* e 4 milhões de clientes ativos que foram adicionados à base da Companhia.

Em 2020, frente às limitações de isolamento impostas pelo combate à disseminação da COVID-19, o Magazine Luiza acelerou seu processo de digitalização online e desenvolveu ainda mais a sua multicanalidade com o *Ship From Store*, ganhando alta relevância na modalidade de entregas. Os *sellers* do Marketplace puderam usufruir das facilidades do Parceiro Magalu e vender online, mesmo com suas lojas fechadas temporariamente. No lado financeiro, houve o lançamento do MagaluPay como nova funcionalidade do aplicativo da Companhia e o *roll-out* do Magalu Pagamentos como forma de antecipação dos recebíveis para os *sellers*.

As aquisições também marcaram fortemente o ano de 2020 para a Companhia. Para mais detalhes sobre as aquisições, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Em 17 de fevereiro de 2020, o Magazine Luiza adquiriu a Estante Virtual, um dos maiores marketplaces de livros do Brasil. A aquisição reforça a estratégia da Companhia de crescimento em novas categorias e aumento da frequência de compra.

Em 30 de julho de 2020, a Companhia adquiriu a R.A. Marques Assessoria Comércio Digital EIRELI e a RRG Log Armazéns e Vendas On Line EIRELI (“**Hubsales**”), que possibilita que indústrias de diferentes segmentos ofereçam seus produtos diretamente ao consumidor final por meio de plataformas de marketplace, segmento conhecido como Factory to Consumers (F2C). A aquisição da Hubsales acelera a entrada de novas indústrias na plataforma marketplace do Magazine Luiza, o que representa mais um importante passo na estratégia da Companhia de digitalização do varejo brasileiro.

Em 06 de agosto de 2020, a Companhia realizou a aquisição das empresas Unilogic Media Group Ltda. e Canal Geek Internet Ltda. (“**Canaltech**”), bem como da plataforma “Inloco Media”, unidade de

6.3 - Breve Histórico

negócio da empresa Inloco Tecnologia da Informação S.A. ("**Inloco Media**" e "**Inloco**", respectivamente). O Canaltech é uma das maiores plataformas multimídia do país com foco na produção de conteúdo de tecnologia em texto, áudio e vídeo, incluindo análises de produtos, podcasts, temas corporativos e cobertura do noticiário diário. A Plataforma Inloco Media é a divisão da empresa Inloco focada na comercialização de publicidade digital. As aquisições marcam a entrada do Magazine Luiza no segmento de publicidade online, combinando a geração de conteúdo e audiência com a plataforma para comercialização de mídia digital.

Em 24 de agosto de 2020, o Magazine Luiza adquiriu a Stoq Tecnologia Ltda. ("**Stoq**"), uma startup de tecnologia, com sede em São Carlos/SP, que desenvolve sistemas de ponto de vendas (PDV) no modelo SaaS (*Software as a Service*) para pequenos e médios varejistas brasileiros. Com a aquisição, os produtos da Stoq passam a integrar o pilar estratégico *Magalu as a Service* (MaaS) e complementam o Parceiro Magalu, levando a digitalização também para os médios varejistas, que geralmente possuem mais de uma filial.

Em 03 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu a empresa AiQFome LTDA ("**AiQFome**"), uma das maiores plataformas de entrega de comida do Brasil. Com a aquisição, o Magalu reforça a expansão dos serviços oferecidos no seu aplicativo, aumentando a frequência de compra dentro do seu ecossistema. Adicionalmente, com a AiQFome, a Companhia poderá oferecer sua tecnologia a milhares de restaurantes, bem como serviços como o Magalu Pagamentos e o Magalu Entregas.

Em 02 de outubro de 2020, o Magazine Luiza realizou a aquisição da GFL Logística LTDA ("**GFL**"), uma das principais plataformas de logística para o *e-commerce* com grande presença no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais. Com esta aquisição, o Magalu reforça sua estratégia de entregar cada vez mais rápido e expandir de forma significativa serviços como a coleta e last mile para os *sellers*, reduzindo drasticamente os custos e prazos de entrega no marketplace.

Em 15 de outubro de 2020, o Magazine Luiza adquiriu a ComSchool Soluções em *E-commerce* Ltda. ("**ComSchool**"). A ComSchool oferece diversos cursos voltados para o *e-commerce* e performance digital que conferem os Certificados ComSchool que, por sua vez, são reconhecidos, carimbados e assinados pela Associação Brasileira de Comércio Eletrônico, ABComm, instituição de peso internacional. Além disso, os Certificados ComSchool dão direito a usar os Selos Profissionais, em sites, redes sociais, blogs e cartões de visitas. Através dos cursos oferecidos pela ComSchool, o Magalu irá levar conhecimento e capacitação sobre o mercado online a milhares de pessoas e empresas, promovendo a inclusão no universo digital.

Em 21 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou contratos para a aquisição de 100% da Hub Prepaid Participações S.A. e suas subsidiárias ("**Hub Fintech**" ou "**Hub**"). A conclusão da aquisição está sujeita a determinadas condições precedentes, incluindo sua aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen). A Hub Fintech é uma instituição de pagamentos regulada pelo Banco Central (código 396) e totalmente integrada ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (PIX), através da sua subsidiária Hub Pagamentos S.A. Além de oferecer conta digital e cartão pré-pago diretamente para seus clientes, a Hub é uma das maiores plataformas de Banking as a Service (BaaS) e líder no processamento de cartões pré-pago, atendendo clientes de diversos segmentos como varejo, mobilidade, instituições financeiras e fintechs. Com a aquisição da Hub, os clientes do MagaluPay -- pessoas físicas e jurídicas -- passarão a contar com uma das mais completas plataformas de produtos e serviços financeiros do mercado, gratuita e totalmente integrada ao superaplicativo. A Hub possuía mais de 5 milhões de contas digitais/cartões pré-pagos, aproximadamente R\$ 8 bilhões em TPV e R\$ 138 milhões em receita em 31 de dezembro de 2020.

Em 03 de março de 2021, o Magazine Luiza realizou a aquisição da VipCommerce Sistemas Ltda. ("**VipCommerce**"), uma startup de tecnologia no modelo *Software as a Service* (SaaS). A

6.3 - Breve Histórico

Vipcommerce é uma plataforma de *e-commerce* criada exclusivamente para atender o varejo alimentar, permitindo que supermercados e atacarejos vendam online, reforçando sua marca e o relacionamento com seus clientes. Com uma solução completa de *e-commerce*, a VipCommerce oferece não apenas uma loja online (incluindo desktop, celular e aplicativo), como também a gestão total do ciclo do pedido, desde a compra até a entrega final. Suas robustas APIs estão conectadas com os principais sistemas de gestão (ERP) de supermercados no Brasil, possibilitando o controle de itens, saldo em estoque e preços em tempo real.

Em 17 de março de 2021, o Magazine Luiza concluiu a aquisição das empresas Steal The Look Conteúdo de Moda LTDA e Push Produtora de Eventos e Workshops LTDA ("**Steal The Look**" ou "**STL**"), uma das maiores plataformas de conteúdo digital de moda, beleza e decoração do país. Fundado em 2012, o Steal the Look produz diariamente conteúdo sobre as principais tendências de moda, beleza e decoração, bem como sobre outros temas como cultura, comportamento e empreendedorismo. Com a aquisição, o Magalu passará a oferecer conteúdo especializado sobre as categorias de moda, beleza e decoração, informando e ajudando seus clientes na decisão de compra. Assim, com o STL, a Companhia amplia ainda mais o engajamento e a relevância destas categorias em sua plataforma -- incluindo o próprio Magalu, a Zattini e a Época Cosméticos -- seja através do *e-commerce* com estoque próprio ou do marketplace.

Em 30 de março de 2021, a Companhia adquiriu as empresas ToNoLucro Internet LTDA. ("**Tonolucro**") e Grandchef Desenvolvimento de Sistemas LTDA. ("**GrandChef**").

Fundada em Palmas-TO, a Tonolucro é uma plataforma de entrega de comida e de itens de supermercado com forte participação de mercado nos estados de Tocantins, Goiás e Pará. Todos os pedidos são entregues por motoristas cadastrados no aplicativo Tonolucro, que busca sempre os entregadores mais próximos e calcula a melhor rota e maximizando a eficiência da entrega.

Fundada em Paranavaí/PR, a Grandchef se tornou uma das maiores plataformas de tecnologia para pequenos e médios restaurantes do Brasil. Por meio de aplicativos para celular e sistemas para desktop, a GrandChef possibilita a gestão completa da operação do restaurante, incluindo o controle de pedidos online e offline (mesas, comandas e balcão) e a integração com plataformas de delivery, além da gestão financeira e controle de estoque.

Em 07 de abril de 2021, a Companhia realizou a aquisição da empresa a SmartHint Tecnologia LTDA. ("**SmartHint**"), sistema de busca inteligente e de recomendação de compra para *e-commerce* com grande destaque no Brasil, possuindo mais de 10.000 lojas ativas. Fundada em 2017, a SmartHint desenvolve tecnologia que eleva a experiência de compra online e auxilia o cliente a encontrar facilmente o que precisa, aumentando de forma significativa a conversão de vendas no *e-commerce*. Com a SmartHint, o Magalu irá ampliar ainda mais a assertividade da busca dentro do seu SuperApp. Além disso, a experiência de compra dentro dos mundos e mini-mundos -- especializados em categorias como moda, esportes, mercado, livros e food delivery -- será aprimorada com recomendações ainda mais personalizadas e inteligentes. Finalmente, com a aquisição, a SmartHint passa a integrar também o pilar estratégico Magalu as a Service (MaaS) oferecendo tecnologia de busca e recomendação de produtos para milhares de *sellers* conectados à plataforma do Magalu.

Em 14 de abril de 2021, o Magazine Luiza realizou a aquisição da Nonsense Creations, LLC e da Pazos, Ottoni & Cia Ltda. ("**Jovem Nerd**"), uma plataforma multimídia voltada para o público nerd e geek que conta com um dos Youtubers mais influentes da internet brasileira. Fundado em 2002, o Jovem Nerd produz conteúdo sobre diversos temas da cultura nerd, entre eles cinema, séries, games, história e ciência, e que vai ao ar em seus programas NerdCast, NerdOffice, NerdBunker, NerdPlayer e Nerdologia. O Jovem Nerd foi um dos pioneiros na produção de podcast no Brasil com o lançamento do NerdCast em 2006. No ar há 15 anos, o NerdCast é um dos líderes em audiência e abriu as portas para o mercado publicitário no segmento por meio de *branded content*. O conteúdo produzido pelo

6.3 - Breve Histórico

Jovem Nerd, tanto em formato de áudio, vídeo, texto e jogos, continuará sendo disponibilizado através dos canais atuais e a liberdade editorial da criação será mantida. Adicionalmente, o conteúdo do Jovem Nerd será integrado ao SuperApp do Magalu, ampliando o seu alcance e aumentando o tempo de uso do aplicativo. Com a aquisição, o Magalu expande ainda mais a sua audiência -- que já conta com a CanalTech, o Steal the Look e o próprio Magalu -- e aumenta o alcance e relevância do MagaluAds.

Em 08 de junho de 2021, o Magazine Luiza adquiriu a **Bit55**, uma plataforma de tecnologia para processamento de cartões de crédito e débito na nuvem, construída pelo Banco BS2 para processamento de seus próprios cartões. A tecnologia proprietária da Bit55 foi desenvolvida ao longo dos últimos dois anos por uma equipe altamente especializada em produtos financeiros digitais. Com um modelo escalável, a Bit55 possui uma capacidade de processamento de mais de 2.000 transações de cartões de crédito e débito por segundo, o que garante um tempo de resposta muito rápido e uma melhor experiência de compra. Vale ressaltar que a Bit55 oferece toda a estrutura necessária para a gestão de um portfólio de cartões de crédito, que inclui desde o recebimento da proposta, envio do cartão, captura e autorização das transações, emissão da fatura, recebimento e conciliação automática. Com a aquisição, a Bit55 complementa os serviços oferecidos pela Hub Fintech, que poderá oferecer aos seus clientes a emissão de cartões de crédito e débito, além dos atuais cartões pré-pago e contas digitais. A conclusão da aquisição está sujeita ao cumprimento de obrigações e condições precedentes, usuais a esse tipo de operação.

Em 21 de junho de 2021, a Companhia realizou a aquisição da empresa Plus Delivery Soluções Tecnológicas LTDA. ("**Plus Delivery**"), uma plataforma completa especializada no *delivery* de diversos tipos de comida, recebendo e gerenciando pedidos por meio de um aplicativo rápido, prático e seguro. Presente em mais de 30 cidades no Brasil, a Plus Delivery é uma das líderes de entrega de comida no estado do Espírito Santo. A plataforma opera no modelo de unidades próprias e processou, em maio de 2021, aproximadamente 250 mil pedidos, preparados por cerca de 1.500 restaurantes parceiros. Com a Plus Delivery, o Magalu fortalece a categoria de *food delivery*, aumentando os serviços oferecidos no seu SuperApp e a frequência de compra dentro do seu ecossistema.

Em 7 de julho de 2021, o Magazine Luiza adquiriu a empresa Juni Marketing Digital Ltda. ("**Juni**"), startup especializada na otimização da taxa de conversão de vendas para *e-commerce*, isto é, da taxa de conversão de visitas ao site em compras. A **Juni** possui metodologia proprietária desenvolvida por um time de especialistas em CRO (*Conversion Rate Optimization*), capaz de mapear e analisar diferentes comportamentos do cliente durante todas as etapas de uma compra online. Com base na análise dos dados coletados, a Juni busca soluções inovadoras que ampliam a conversão de vendas e a rentabilização dos canais digitais. Com a aquisição, o SuperApp do Magalu contará com novas ferramentas baseadas em análise de dados para aprimorar cada vez mais a experiência do cliente, otimizando a conversão e promovendo o crescimento de vendas do *e-commerce*. O time de especialistas da Juni passa a compor a área de CRO do Magalu e irá desenvolver soluções para todo o ecossistema da Companhia.

Em 31 de março de 2021, a Companhia contava com mais de 38 mil colaboradores, aproximadamente 33 milhões de clientes ativos, 23 centros de distribuição e 1.310 lojas localizados em 21 estados brasileiros.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

Visão Geral da Companhia

Somos uma plataforma digital, com pontos físicos e calor humano. Começamos nossa história há mais de 60 anos como um varejista tradicional do interior de São Paulo, com foco em bens duráveis para a classe média brasileira. O nosso propósito sempre foi levar ao acesso de muitos o que é privilégio de poucos. Acreditamos ter sido o veículo de acesso de milhões de clientes às suas primeiras geladeiras, aos seus primeiros televisores e aos seus primeiros aparelhos celulares. E agora, em uma nova fase estratégica, vamos democratizar o acesso à tecnologia e digitalizar o varejo brasileiro, oferecendo serviços do Magalu a um grande número de empresas, a maioria delas ainda presas a um mundo analógico e sem acesso às novas tecnologias e oportunidades. Para isso, estamos construindo um ecossistema digital e multicanal.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, nossas vendas totais atingiram R\$ 12,5 bilhões e cresceram expressivos 63% comparado ao mesmo período de 2020. As vendas totais do período de doze meses findo em 31 de março de 2021 atingiram R\$ 48,3 bilhões, um crescimento de 65% comparado ao mesmo período do ano anterior. Vendas totais significam (i) a receita bruta do varejo, que compreende a receita bruta oriunda de nossas vendas diretas de mercadorias e serviços (incluindo comissões cobradas a *sellers* para efetuar vendas em nosso *marketplace*) das lojas físicas e *e-commerce* (1P); e (ii) volume total de vendas efetuadas por terceiros na plataforma de *marketplace* e de entrega de comida (3P). Em 31 de março de 2021, possuíamos, aproximadamente, 33 milhões de clientes ativos, um aumento de 22% comparado à mesma data do ano anterior (para fins de comparação, em 31 de março de 2020 possuíamos 26,0 milhões de clientes ativos).

Nos últimos 5 anos, crescemos de forma acelerada e ganhamos muita participação de mercado: se considerarmos como referência o tamanho do mercado online em volume de vendas (receita bruta em bilhões de reais), segundo o E-bit Nielsen, e o volume de vendas totais do *e-commerce* do Magalu (incluindo marketplace) desde 2016, o crescimento dos anos seguintes leva às seguintes marcas¹: em 2017, 107 para o mercado e 161 para o Magalu; em 2018, 120 para o mercado e 258 para o Magalu; em 2019 139 para o mercado e 453 para o Magalu; e, finalmente, em 2020, 197 para o mercado e 1.046 para o Magalu.

Vale destacar que o crescimento do *e-commerce* também veio acompanhado do crescimento da receita das lojas físicas. As nossas vendas totais (considerando as lojas, o *e-commerce* com estoque próprio e o marketplace) cresceram em ritmo consistente ao longo dos últimos 5 anos. Partimos de R\$11 bilhões em vendas em 2016, chegando a expressivos R\$44 bilhões em 2020, um volume 4 vezes maior que 5 anos atrás, conforme ilustra o gráfico abaixo.

R\$ milhões	2016	2017	2018	2019	2020
Vendas Totais	11.290,2	14.440,3	19.667,8	27.270,7	43.516,7
Crescimento das vendas totais	-	28%	36%	39%	60%
Vendas Lojas Físicas	8.563,1	10.052,4	12.642,6	14.905,0	14.991,1
Vendas <i>E-commerce</i> Total	2.727,1	4.387,8	7.025,3	12.365,7	28.525,6
Participação do <i>e-commerce</i> nas vendas totais	24,2%	30,4%	35,7%	45,3%	65,6%

¹ Partindo de 2016, em base 100.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Adicionalmente, combinamos esse crescimento com rentabilidade e geração de caixa. Crescemos mais que nossos concorrentes, em termos de lucro e geração de caixa. Considerando o somatório do lucro líquido do Magalu nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, o montante foi de R\$1,9 bilhão, enquanto os nossos três principais concorrentes somados tiveram R\$2,4 bilhões em prejuízo no mesmo período. Em termos de geração de caixa, no mesmo período, o Magalu gerou R\$2,5 bilhões², enquanto esses mesmos concorrentes consumiram R\$6,4 bilhões de caixa.

Em 2020, a crise provocada pela pandemia de COVID-19 foi repentina, profunda e disseminada. Com as medidas de isolamento social e o fechamento do varejo físico, o *e-commerce* se tornou o principal canal para levar aos nossos clientes os produtos que eles precisaram. Foi em meio a um quadro como esse que o Magalu demonstrou seu preparo para encarar os novos tempos que se seguiram. Acreditamos que, naquele momento, tínhamos o melhor modelo de negócio para o momento e a maturidade digital necessária para rápida expansão do *e-commerce*. Em questão de dias, e mesmo com todas nossas lojas físicas fechadas, passamos a vender mais do que em trimestres ditos “normais”. O total de vendas do nosso *e-commerce*, que antes da pandemia representava cerca de 50% das nossas vendas totais (no período de três meses findo em 31 de dezembro de 2019), passou a representar mais de 70% das vendas no último trimestre (no período de três meses findo em 31 de março de 2021).

Nosso *e-commerce* é formado tanto pela nossa operação tradicional, com estoque próprio (1P), quanto pelo *marketplace* (3P), em que possibilitamos que *sellers* formais ofereçam produtos diretamente aos consumidores finais. No período de três meses findo em 31 de março de 2021, as vendas totais do *e-commerce* (1P e 3P) totalizaram R\$8,8 bilhões e cresceram 114,4%, comparado ao crescimento do mercado online de 38,2% no mesmo período, segundo dados do E-bit. As vendas do *e-commerce* no período de doze meses findo em 31 de março de 2021 atingiram R\$ 33,2 bilhões, um crescimento de 135,7% comparado ao mesmo período do ano anterior e representaram 68,7% das vendas totais do Magalu.

Temos um SuperApp (“SuperApp”) que está entre os mais baixados do Brasil, segundo dados da SensorTower, e oferece aos nossos clientes uma série de benefícios exclusivos, como promoções, frete grátis, entrega rápida, compra com um clique, navegação rápida e personalizada. Em 31 de março de 2021, o SuperApp do Magalu alcançou a marca de 21,5 milhões de usuários ativos mensais, um número 38,9% maior que em 31 de março de 2020. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, as vendas realizadas pelo SuperApp representaram 76,5% do total das vendas do nosso *e-commerce* (1P e 3P) ao consumidor final. Além disso, nosso SuperApp é o canal de vendas do nosso *e-commerce* que mais cresce.

Por meio de diferentes mini-mundos, o SuperApp do Magalu oferece uma experiência dedicada para diferentes categorias, como moda, beleza, esportes, mercado (alimentos e bebidas) e livros. O SuperApp do Magalu também integra as plataformas da Netshoes, Zattini e Época Cosméticos, o que significa que os consumidores, através do Super App, acessam não somente produtos oferecidos no *e-commerce* e marketplace do Magalu mas também produtos da Netshoes, Zattini e Época

² Valor calculado a partir da variação da posição do Caixa(Dívida) Líquida e excluindo os aumentos de capital realizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Cosméticos, tudo em uma única plataforma. Além de produtos, o SuperApp do Magalu também leva serviços aos nossos clientes. A Comschool, escola de *e-commerce* adquirida em 2020, já oferece seus cursos no SuperApp e, em breve, o cliente irá contar também com serviços de entrega de comida, por meio do mini-app (aplicativos que funcionam dentro de um grande aplicativo, o SuperApp, eliminando a necessidade do cliente baixar inúmeros aplicativos. Todas as soluções passam a operar dentro de um SuperApp.) da AiQFome. Adicionalmente, em 2020, lançamos o MagaluPay, a conta digital do Magalu totalmente integrada ao SuperApp. Também no super aplicativo, os clientes podem acessar informações do Cartão Luiza e do Cartão Magalu (nossas duas marcas de cartão de crédito), como, por exemplo, faturas, saldo disponível e últimos lançamentos.

Desenvolvemos uma plataforma de *marketplace* voltada para a experiência do cliente e com *sellers* formais. Em operação há cerca de 5 anos, o *marketplace* (3P) do Magalu inclui também as marcas Netshoes, Zattini, Época, Estante Virtual e AiQFome. O volume total de vendas efetuadas por terceiros em nosso *marketplace* atingiu R\$2,4 bilhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, crescendo 98,0% comprado ao mesmo período de 2020, e representou 27,8% das nossas vendas do *e-commerce* total (1P e 3P). Com o *marketplace*, expandimos de forma consistente o sortimento de produtos da nossa plataforma, passando de cerca de 50 mil itens em 2016 para cerca de 30 milhões em 31 de março de 2021, ofertados por nós e mais de 56 mil *Sellers*. Além disso, a AiQFome conta com aproximadamente 30 mil restaurantes ativos na nossa plataforma de entrega de comida. Temos também o Parceiro Magalu, uma plataforma na qual pequenos varejistas ainda analógicos podem cadastrar seus produtos, controlar seu estoque, vender no nosso *marketplace*, emitir nota fiscal e recolher seus impostos, com apenas poucos cliques. Desde o seu lançamento até o dia 30 de junho de 2021, mais de 33 mil pequenos varejistas se digitalizaram por meio do Parceiro Magalu.

Acreditamos que nossas lojas físicas não são simplesmente lojas, mas centros avançados de compra e distribuição que se integram às operações digitais e que proporcionam uma experiência humana e calorosa aos nossos clientes. Além disso, as lojas passam, cada vez mais, a servir também ao nosso *marketplace*, no conceito de “loja do futuro”, transformando nossa operação em um *marketplace* verdadeiramente multicanal. As “lojas do futuro” serão pontos de coleta, entrega e expedição também de produtos de *sellers*. Adicionalmente, as lojas terão um papel fundamental na captação de novos *sellers* e apoio aos parceiros em todo o Brasil. Adicionalmente, a loja também irá expandir seu sortimento, com os itens mais vendidos de categorias como mercado, esportes, moda.

Em todas as regiões onde temos lojas físicas, a participação de mercado do nosso *e-commerce* é significativamente maior. Acreditamos que isso acontece em função dos benefícios da multicanalidade, incluindo a possibilidade de retirar nas lojas os produtos comprados online (Retira Loja) e de entregar os produtos para o consumidor final por meio da loja (*ship-from-store*). Por exemplo, nossa participação de mercado em estados onde não temos loja, como era o caso do Rio de Janeiro, é praticamente metade da nossa participação total. O prazo de entrega, por sua vez, é duas vezes mais rápido em cidades em que temos loja física (por exemplo, comparando os prazos de entrega entre São Paulo, com lojas físicas, e Rio de Janeiro, que não possuía lojas físicas). Em 31 de março de 2021, possuíamos 1.310 lojas e quiosques, em 21 estados (incluindo o DF), incluindo 155 unidades abertas nos últimos 12 meses findos em 31 de março de 2021. No âmbito do nosso processo de expansão, vale destacar que, no início de julho de 2021, inauguramos as primeiras lojas físicas no estado do Rio

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

de Janeiro. Entre lojas já inauguradas e aquelas que iniciamos os investimentos, teremos um total de 50 unidades no estado ainda esse ano. Também já iniciamos investimentos para abrir 12 *cross-dockings* e para a expansão do nosso centro de distribuição no estado, que hoje tem 30 mil m², será expandido para 85 mil m².

Nas lojas físicas, continuamos crescendo e ganhando participação de mercado. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, o crescimento total de vendas das lojas físicas atingiu 3,7% comparado ao mesmo período de 2020, mesmo com parte significativa das nossas lojas fechadas em função da pandemia. Durante o mês de março de 2021, em média, 60% das lojas estiveram fechadas.

Todos os nossos canais de venda são atendidos por uma plataforma única. Contamos com um único centro de serviços compartilhados e sistemas corporativos integrados. Além de nossas lojas, possuímos 23 centros de distribuição estrategicamente localizados, 80 unidades logísticas – incluindo *cross-dockings* e hubs de *last mile* - e uma rede de mais de 8.200 entregadores parceiros. A estrutura logística que atende as nossas lojas físicas é a mesma responsável pelo atendimento do nosso *e-commerce*, o que nos permite auferir ganhos de escala e oferecer aos nossos clientes o que acreditamos ser a entrega mais rápida e com menores custos logísticos.

Adicionalmente, desde o começo de 2020, realizamos 19 aquisições, cada uma delas são peças de um quebra-cabeça que se encaixam perfeitamente e fazem parte da construção do ecossistema Magalu. Com a Estante Virtual entramos com relevância na categoria de venda de livros. A Hubsales possibilita que fábricas passem a vender diretamente ao consumidor final pela plataforma do Magalu. A plataforma de mídia da InLoco acelera a estratégia de Ads da Magalu. Os sites de conteúdo Canaltech, Steal the Look e Jovem Nerd aumentam de forma significativa nossa audiência que será monetizada por meio do Magalu Ads (cerca de 344 milhões de sessões por mês em todo o ecossistema Magalu). Com o AiQFome, GrandChef, Tonolucro e Plus Delivery, entramos no mercado de delivery de alimentação e reforçamos a recorrência de compra no SuperApp. Por sua vez, a GFL reforça nossa logística last mile³. Com a Stoq, passamos a oferecer soluções de PDV (Pontos de Venda) para os varejistas. Com a VipCommerce, digitalizamos supermercadistas por meio de uma plataforma de *e-commerce White-label*⁴. A aquisição da ComSchool permite que ofereçamos formação digital para nossos 56 mil *sellers*. Com a Smarthint e a Juni, o SuperApp do Magalu ganhará novas ferramentas com base em análise de dados, o que acreditamos irá melhorar ainda mais a experiência do cliente e também a busca e recomendação de produtos. E entramos com força no mercado de pagamentos ao adquirir a Hub Fintech e a Bit55.

Por meio da nossa plataforma fintech, oferecemos diversos produtos e serviços financeiros para nossos clientes, *sellers* e restaurantes parceiros, como a conta digital, cartão pré-pago, cartões de crédito, sub-adquirência, antecipação de recebíveis, crédito com recebíveis em garantia, entre outros.

O MagaluPay é a nossa conta digital, totalmente gratuita e integrada ao SuperApp. Em junho de 2021, o MagaluPay já possuía 2,9 milhões de contas abertas. Com a Hub Fintech, passamos a oferecer uma conta digital completa aos nossos clientes e *sellers*. Com o Cartão Luiza e o recém-lançado Cartão

³ Last mile, ou última milha, é a última etapa na entrega de um produto ao cliente,

⁴ O modelo white label consiste no modelo em que uma plataforma de *e-commerce* permite que outras empresas utilizem de maneira comercial sua tecnologia e ofereçam serviços de lojas virtuais com marca própria terceirizando a tecnologia e infraestrutura.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Magalu, oferecemos crédito ao nosso cliente por meio da Luizacred (*joint-venture* entre o Magazine Luiza e o Itaú Unibanco).

Na Luizacred, encerramos o primeiro trimestre de 2021 com 5,5 milhões de cartões emitidos, uma carteira de crédito de R\$ 12,3 bilhões, dos quais R\$ 1,0 bilhão em empréstimo pessoal no cartão. Acreditamos que os clientes que possuem os nossos cartões são mais fiéis ao Magalu, ou seja, compram com maior frequência e possuem também maior ticket médio. Oferecemos aos clientes do Cartão Luiza e Cartão Magalu benefícios exclusivos dentro de nossas lojas físicas e online, como limite de crédito ampliado, prazos mais longos, taxas de juros menores. Com o Cartão Magalu, o cliente também recebe cashback nas compras realizadas no Magalu pago diretamente na conta digital MagaluPay.

O Magalu Pagamentos é a nossa plataforma de sub-adquirência responsável por processar as transações do nosso marketplace e oferece aos nossos *sellers* a antecipação de recebíveis. Adicionalmente, começamos a oferecer crédito para os nossos *sellers* por meio de um FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios).

Ainda, Magalu Pay, Hub e Luizacred passarão a ser conectados, abrindo espaço para a criação e a oferta de serviços financeiros digitais - cartão pré-pago, cartão de crédito, empréstimos para pessoas físicas e jurídicas, seguros e *cashback* - para nossos clientes e *sellers* (incluindo os restaurantes parceiros da AiQFome).

Acreditamos que a nossa cultura é a base para o sucesso do Luizalabs, nossa área de desenvolvimento de tecnologia. Hoje, mais de 1.800 desenvolvedores e especialistas, divididos em pequenos times com missões específicas (*squads*), desenvolvem ferramentas para diversas áreas da Companhia, com o objetivo de melhorar a rentabilidade, os prazos de entrega e a experiência do cliente.

Destaques Financeiros

Acreditamos que o nosso modelo de plataforma multicanal nos permite apresentar elevado crescimento, com alto nível de serviço, alto retorno sobre o capital investido e forte geração de caixa. Nossa receita bruta passou de R\$ 6,5 bilhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 10,1 bilhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021, representando um crescimento de 56,0%. Nossa receita líquida de vendas passou de R\$ 5,2 bilhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 8,3 bilhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021, representando um crescimento de 57,7%.

O quadro abaixo apresenta nossas informações financeiras e operacionais selecionadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2020 e 2021 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas (em R\$ milhões, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Receita líquida de vendas	8.252,8	5.234,7	29.177,1	19.886,3	15.590,4
Receita bruta do <i>E-commerce</i>	6.324,4	2.855,0	20.786,2	9.338,7	6.170,2

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Crescimento da receita bruta do <i>E-commerce</i> ⁽¹⁾	121,5%	47,5%	122,6%	51,4%	48,4%
Receita bruta varejo	10.039,2	6.449,3	38.827,0	24.273,1	18.830,7
Participação do <i>E-commerce</i> na receita bruta varejo	63,0%	44,3%	58,0%	38,5%	32,8%
Crescimento Mesmas Lojas Físicas	-0,5%	-4,5%	-7,4%	7,8%	18,6%
Quantidade Total de Lojas	1.310	1.156	1.301	1.112	953
Área Total de Vendas (m ²)	670.197	647.171	666.089	648.227	572.394
Área Média por Loja (m ²)	512	560	512	582	600

	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhões de R\$, exceto %)	2021	2020	2020	2019	2018
Receita líquida de vendas	8.252,8	5.234,7	29.177,1	19.886,3	15.590,4
Crescimento da receita líquida ⁽³⁾	57,7%	20,9%	46,7%	27,6%	30,1%
Receita bruta	10.118,4	6.486,3	36.116,0	24.377,1	18.896,5
Crescimento da receita bruta ⁽²⁾	56,0%	22,1%	48,2%	29,0%	31,9%
Lucro bruto	2.070,1	1.420,5	7.520,0	5.554,0	4.537,4
Margem bruta ⁽⁴⁾	25,1%	27,1%	25,8%	27,9%	29,1%
Lucro líquido	258,6	30,8	391,7	921,8	597,4
Margem líquida ⁽⁵⁾	3,1%	0,6%	1,3%	4,6%	3,8%
EBITDA ⁽⁶⁾	695,6	332,6	1.527,1	1.775,5	1.245,2
Margem EBITDA ⁽⁷⁾	8,4%	6,4%	5,2%	8,9%	8,0%
Lucro líquido operacional – NOPLAT ⁽⁸⁾	296,3	53,3	504,3	702,8	590,3
Dívida Bruta ⁽⁹⁾	-1.669,8	-853,8	-1.686,8	-848,8	-456,0
Caixa (Dívida) Líquido ⁽¹⁰⁾	-284,5	1.766,3	1.216,4	3.905,3	552,4
Caixa (Dívida) Líquido Ajustado ⁽¹¹⁾	4.221,4	3.781,2	7.312,7	6.295,8	2.151,4
Capital de Giro ⁽¹²⁾	3.250,5	2.187,5	2.186,6	218,2	328,3
Capital Fixo ⁽¹³⁾	4.344,7	3.697,8	3.962,2	3.565,0	1.604,1
Capital Investido Total ⁽¹⁴⁾	7.595,2	5.885,3	6.148,8	3.783,2	1.932,4
Patrimônio Líquido	7.270,7	7.528,1	7.325,3	7.564,9	2.302,9
ROE ⁽¹⁵⁾	14,2%	1,6%	5,4%	12,2%	25,9%
ROIC ⁽¹⁵⁾	15,6%	3,6%	8,3%	18,6%	30,5%

⁽¹⁾ Calculamos o crescimento da receita bruta do *E-commerce* como a diferença percentual entre a receita bruta do *E-commerce* para o exercício social (e/ou período) e a receita bruta do *E-commerce* para o exercício social anterior (e/ou período).

⁽²⁾ Calculamos o crescimento da receita bruta como a diferença percentual entre a receita bruta para o exercício social e/ou período e a receita bruta para o exercício correspondente no ano e/ou período anterior.

⁽³⁾ Calculamos o crescimento da receita líquida como a diferença percentual entre a receita líquida para o exercício social e/ou período e a receita líquida para o exercício correspondente no ano e/ou período anterior.

⁽⁴⁾ A margem bruta é calculada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas.

⁽⁵⁾ A margem líquida é calculada pelo lucro líquido dividido pela receita líquida de vendas.

⁽⁶⁾ O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"). Para a reconciliação do EBITDA para o lucro líquido (prejuízo), vide seção "3.2 – Medições não contábeis".

⁽⁷⁾ A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

⁽⁸⁾ O lucro líquido operacional – NOPLAT (*Net Operating Profits Less Adjusted Taxes*) é o lucro líquido (prejuízo) antes do resultado financeiro, exceto os encargos sobre antecipação de cartão de crédito, líquidos do efeito calculado de imposto de renda e contribuição social. O lucro líquido operacional não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Relatórios Financeiros ("IFRS"). Para a reconciliação de lucro líquido operacional – NOPLAT para o lucro líquido (prejuízo), vide seção "3.2 – Medições não contábeis".

(9) A dívida bruta corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros. A dívida bruta não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"). Para a reconciliação da dívida bruta, vide seção "3.2 – Medições não contábeis".

(10) A dívida líquida refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (dívida bruta) subtraída do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros. A dívida líquida não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Para a reconciliação da dívida líquida com a dívida bruta, vide a seção "3.2 – Medições não contábeis".

(11) A caixa (dívida) líquida ajustada refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários (circulantes e não circulantes) e do contas a receber de cartões de crédito (terceiros e de partes relacionadas). A caixa (dívida) líquida ajustada não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para a reconciliação da caixa (dívida) líquida ajustada com a dívida bruta, vide a seção "3.2 – Medições não contábeis".

(12) O capital de giro refere-se ao ativo circulante menos o saldo de: (i) caixa e equivalentes de caixa; e (ii) títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante), subtraído dos saldos do passivo circulante menos o saldo de: (a) empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante), e (b) dividendos a pagar. O capital de giro não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para a reconciliação do capital de giro, vide a seção "3.2 – Medições não contábeis".

(13) O capital fixo é o total do ativo não circulante desconsiderando o saldo de títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (não circulante), subtraído do total do passivo não circulante desconsiderando o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (não circulante). O capital fixo não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para a reconciliação do capital fixo, vide a seção "3.2 – Medições não contábeis".

(14) O capital investido total refere-se à soma do capital de giro e do capital fixo. O capital investido total não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para a reconciliação do capital investido total, vide a seção "3.2 – Medições não contábeis".

(15) O ROE (*Return on Equity*) é o lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido. O ROIC (*Return on Invested Capital*) refere-se ao lucro líquido operacional (NOPLAT) dividido pelo capital investido total da Companhia, sendo o capital investido total calculado pela soma do capital de giro e o capital fixo. O ROE e o ROIC não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para a reconciliação do ROE e do ROIC, vide a seção "3.2 – Medições não contábeis".

Mercado de atuação

O mercado brasileiro de *e-commerce* representa uma oportunidade considerável e sub- penetrada, dirigindo a fortes taxas de crescimento. De acordo com Euromonitor, o mercado brasileiro de *e-commerce* cresceu a um CAGR de 25%, entre 2015 e 2020 e encerrou 2020 com 13,9% de penetração, uma taxa ainda baixa comparada a mercados mais maduros como China (27,3%), Reino Unido (25,2%) e Estados Unidos (20,3%). A expectativa é que, em 2021, o *e-commerce* no Brasil represente 14,5% do total de vendas no Varejo, equivalente a um mercado de mais de R\$186 bilhões.

- Acreditamos que o Brasil continuará como um dos *e-commerce* de maior crescimento do mundo devido aos sólidos fundamentos subjacentes, incluindo (i) população numerosa e jovem; (ii) o fato de ter um dos maiores públicos online do mundo; (iii) baixa penetração no *e-commerce*; (iv) aumento no acesso a dispositivos móveis; e (v) engajamento da população brasileira na internet e nas mídias sociais.

De acordo com o E-Bit, as vendas de lojas de departamento são responsáveis pela maior parte das vendas do *e-commerce* no Brasil, representando 43% do volume total de pedidos comercializados e 55% do total das vendas em 2019. Na medida em que o *e-commerce* cresce como um todo, novas categorias devem ganhar relevância, com destaque roupas e calçados, esportivo e perfumaria.

Pontos Fortes

Descrevemos a seguir os pontos fortes que compõe o nosso modelo de negócio:

Estamos estrategicamente posicionados para capturar o esperado crescimento do e-commerce no Brasil.

Acreditamos fortemente no crescimento da penetração do *e-commerce* no Brasil nos próximos anos. Somos uma plataforma digital, multicanal e integrada no mercado varejista brasileiro, o que nos

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

possibilita oferecer aos nossos clientes uma experiência de compra diferenciada e uma entrega mais rápida, fatores decisivos na dinâmica competitiva do mercado atual. Nosso modelo resulta da combinação de 1.310 lojas físicas localizadas em 21 estados brasileiros, nossa operação de *e-commerce* tradicional, ou seja, operada com estoque próprio, e o nosso *marketplace*.

O Magalu possui aproximadamente 30 milhões de itens disponíveis em sua plataforma. Estamos expandindo cada vez mais as categorias e sortimento de produtos ofertados, principalmente por meio do *marketplace*, e acreditamos que vendemos tudo o que os nossos clientes precisam ou desejam. Vale destacar que, nas localidades onde temos presença física, o *e-commerce* tem participação de mercado e rentabilidade significativamente maiores, pois, entre outros fatores, conseguimos oferecer a experiência de compra multicanal – com o Retira Loja (modalidade de compra que possibilita ao cliente a retirada nas lojas físicas de produtos comprados online), a Troca Multicanal (modalidade de troca que o cliente que comprou no *e-commerce* realiza a troca do produto na loja física), o *Ship From Store* (modalidade de compra que possibilita ao cliente receber os produtos adquiridos online faturados e entregues ao cliente final a partir do estoque da loja) e a entrega mais rápida e barata, incluindo pedidos entregues em 1 hora (já disponível em 92 lojas e 25 cidades, tendo representado 62% de aumento na conversão⁵ quando comparado ao prazo de 1 dia para entrega). Quanto mais lojas, mais rápido o produto chega à casa do cliente e melhor é a experiência de compra. Essa é a lógica. No final de junho de 2020, 50% de todos os produtos vendidos e entregues pelo sistema Magalu chegaram ao destino final em até 24 horas.

Somos uma plataforma multicanal, com alto nível de serviço e elevada eficiência operacional.

Nossa plataforma logística é formada por mais de 1.310 lojas físicas que atuam como mini centros de distribuição (*shoppable distribution centers*) e 23 centros de distribuição estrategicamente localizados em todas as regiões do país que atendem tanto as lojas físicas como o *e-commerce*. Em função disso, nossos centros de distribuição têm grande escala e especialização local, o que nos proporciona uma redução significativa nos prazos e custos de entrega.

Adicionalmente, nossa plataforma conta mais de 6.700 entregadores parceiros, onde geralmente os motoristas são os próprios donos dos veículos e mantêm uma relação simbiótica e de longo prazo com o Magalu. Nossa plataforma conta, ainda, com a Logbee, uma start up adquirida em maio de 2018, que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos. Por meio de um aplicativo fácil e intuitivo, a Logbee distribui os pedidos e indica o melhor roteiro a ser seguido pelos parceiros, maximizando a quantidade de entregas no mesmo dia.

Somado a isso, em outubro de 2020, adquirimos a GFL, que foi integrada à Logbee, ampliando sua capacidade de entrega e possibilitando expandir com ainda mais velocidade serviços como o *ship-from-store* e a logística de coleta e entrega para os *sellers*.

Uma vez que nossas transportadoras já abastecem as lojas físicas, serviços relacionados ao *e-commerce*, como o Retira Loja. As mais de 1.310 lojas físicas funcionam como pequenos centros de distribuição, capazes de fazer o *ship from store* e também funcionarem como *dark stores*, ou seja,

⁵ Entende-se por conversão a conversão da visita à plataforma em compras.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

armazenam produtos vendidos exclusivamente online que serão entregues ao cliente final a partir do estoque da loja, acelerando de forma significativa os prazos de entrega.

Dessa forma, encerramos 2020 com 42% dos pedidos do nosso *e-commerce* com estoque próprio entregues pela loja, seja na modalidade Retira Loja ou *ship-from-store* (31% em 31/03/2019, 32% em 30/06/2019, 35% em 30/09/2019, 39% em 31/12/2019, 36% em 31/03/2020, 20% em 30/06/2020, 38% em 30/09/2020).

Acreditamos que as lojas físicas são essenciais para elevar nossa densidade logística, reduzir os custos de entrega do *e-commerce* e otimizar o giro dos estoques. Além disso, temos um único centro de serviços compartilhados (*backoffice*) que nos permite diluir as despesas administrativas e alcançar um dos menores patamares de despesas operacionais do varejo brasileiro. Como exemplo, nossas despesas gerais e administrativas representaram apenas 2,7% da receita líquida no período de três meses findo em 31 de março de 2021, uma diluição de 1,0 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2020.

Temos uma operação de e-commerce de alto crescimento e lucrativa.

Acreditamos que o nosso *e-commerce* é um dos mais lucrativos do Brasil, apresentando forte crescimento de vendas ao longo dos últimos anos e contribuindo de forma significativa para a rentabilidade da Companhia. Vale ressaltar, também, que a participação do *e-commerce* nas nossas vendas totais passou de 22,4% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2016 para 70,3% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021.

Nesse intervalo de cinco anos, tivemos um lucro líquido acumulado de R\$2,6 bilhões. Nossa base de clientes ativos atingiu cerca de 33 milhões em 31 de março de 2021 e cresceu 22% comparado à mesma data de 2020. Nosso aplicativo é um dos mais baixados do varejo brasileiro, alcançando a marca de 21,5 milhões usuários ativos mensais em 31 de março de 2021 (se incluirmos na base os aplicativos da Época Cosméticos, Netshoes, Zattini, AiQFome, Canaltech e Cartão Luiza a base de usuários ativos mensais chega a 31,0 milhões na mesma data).

Crescimento exponencial com alta rentabilidade e forte geração de caixa.

Acreditamos que somos uma companhia financeiramente sólida e muito eficiente. Mantemos um rigoroso controle das despesas operacionais, que inclui a elaboração de nossos orçamentos anuais de acordo com a metodologia do Orçamento Base Zero (OBZ) e a Gestão Matricial de Despesas (GMD), por meio da qual avaliamos todas as principais despesas, buscando sempre questionar e entender os desvios em relação ao orçamento, estabelecer *benchmarks* e disseminar as melhores práticas. A redução de nossas despesas e, conseqüentemente, o aumento de nossa lucratividade, são potencializados pelo nosso modelo multicanal.

Nos últimos trimestres, com o objetivo de melhorar o nosso nível de serviço, investimos na qualidade do atendimento, na disponibilidade de produtos, na aprovação de crédito mais rápida, na redução dos prazos de entrega e montagem e no processo de troca mais fácil. Reinvestimos sinergias e parte dos nossos ganhos atuais pensando no nosso cliente e no seu valor a longo prazo. Dessa forma, acreditamos que temos um modelo único, com o melhor nível de serviços, elevado crescimento nas vendas, alto retorno sobre o capital investido e forte geração de caixa.

Possuímos uma forte cultura corporativa e estamos preparados para nos adaptar e inovar.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Acreditamos que temos uma forte cultura corporativa e a consideramos como um dos nossos maiores diferenciais competitivos. Nossa cultura é similar à de uma empresa *start up* e reforçamos sempre que o que não muda no Magalu, é que a gente sempre muda. Entendemos que nossa cultura é ideal para atrair e reter os melhores talentos e desenvolvedores, pois valoriza o empreendedorismo, a velocidade e a autonomia com responsabilidade. Além disso, temos uma robusta cultura data-driven, voltada para dados. Possuímos 2 peta bytes⁶ de dados armazenados, que se organizam em cerca de 8 mil datasets⁷. No Magalu, todas as pessoas são contratadas, avaliadas, promovidas e recompensadas com base nos valores da Companhia, que são: Cliente em Primeiro Lugar, Atitude de Dono, Mão na Massa, Gente que Gosta de Gente, Simplicidade e Inovação. Além disso, temos mecanismos que reforçam os valores e a nossa cultura junto aos colaboradores, como o rito de comunhão, as reuniões matinais, encontros com líderes, TV Luiza e a Rádio Luiza. Estamos entre as 10 melhores empresas para se trabalhar segundo o Instituto Great Place to Work desde 2014. Em 2020, com mais de 40 mil colaboradores, ficamos em 2º lugar nas melhores empresas do Brasil e a melhor dentre as companhias do setor de varejo.

Acreditamos ter a melhor equipe de desenvolvimento de tecnologia dentro de casa, o Luizalabs, o que nos permite ser mais ágeis e velozes.

O Luizalabs, nossa área de desenvolvimento de tecnologia, foi constituído em 2011 com apenas 2 desenvolvedores e hoje é composto por mais de 1.800 desenvolvedores e especialistas, divididos em mais de 11 verticais, e 188 pequenos times com missões específicas (*squads* e células) distribuídos em 4 escritórios. Entre outras coisas, o Luizalabs desenvolve ferramentas e *apps* para diversas áreas da Companhia, como atendimento, logística, financeiro e gestão de estoque, com o objetivo de eliminar as fricções no processo do varejo, melhorando a rentabilidade, os prazos de entrega e a experiência do cliente. Acreditamos que a nossa cultura corporativa é a base para o sucesso do Luizalabs, fundamental para nos posicionarmos como uma empresa de tecnologia. Há cerca de 20 anos, éramos compradores de tecnologia; com a criação do Luizalabs, em 2011, passamos a desenvolver nossa própria tecnologia; e agora, estamos prontos para sermos fornecedores de tecnologia, seja para os *sellers* do nosso *marketplace*, seja para milhares de varejistas analógicos.

Administração consistente e experiente, combinando o conhecimento do varejo tradicional com inovações do mundo digital.

Nossa administração reúne pessoas com profundo conhecimento do setor varejista, combinando experiência do varejo tradicional *offline* com as inovações do varejo digital. Acreditamos que a nossa experiência, somada à nossa forte cultura corporativa, contribuem para um processo ágil na tomada de decisão e nos permite redirecionar e nos adaptar sempre que necessário. A maioria dos diretores executivos está na Companhia há, em média, 14 anos, o que demonstra consistência e forte comprometimento da administração com o futuro da Companhia. Nosso modelo de gestão prevê que as lideranças tenham um painel de metas corporativas e individuais, estando os incentivos de curto e longo prazo atrelados às principais metas corporativas, como satisfação do cliente, clima organizacional, crescimento de vendas, lucro líquido e geração de caixa. Acreditamos que a nossa equipe de administradores tem contribuído para o crescimento de nossas receitas, lucratividade e

⁶ 1 peta-byte = 1.000 tera-bytes.

⁷ Conjunto de dados que geram informações para tomada de decisão e monitoramento de indicadores.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

para a expansão bem sucedida de nossos negócios.

Estratégias

Acreditamos estar construindo o ecossistema que irá digitalizar o varejo brasileiro. E faremos isso radicalizando nosso propósito. Desde nossa fundação, trabalhamos para levar ao acesso de muitos o que é privilégio de poucos. Foi assim com os aparelhos de TV, depois com as lavadoras de roupas e mais recentemente com os smartphones. Será assim com um grande número de empresas brasileiras, em que uma parcela significativa ainda atua apenas em meio analógico, sem acesso às novas tecnologias e oportunidades.

Novas categorias

Um dos pilares da estratégia de negócios da empresa — batizado de #TemNoMagalu — é vender tudo o que o cliente precisa ou deseja. A expansão de novas categorias e o aumento do nosso sortimento são as bases para ampliarmos a frequência de compra dos nossos clientes. O *marketplace* tem um papel fundamental nesse processo. Em 31 de março de 2021, os nossos 56 mil *sellers* tinham cerca de 30 milhões de itens disponíveis em nossa plataforma, das mais diversas categorias, de roupas e calçados a produtos de higiene e limpeza, de vinhos a comida de passarinho.

Após a integração da Netshoes, a Companhia se tornou uma das líderes no *e-commerce* de roupas, calçados e artigos esportivos, categorias de alto potencial de crescimento online e maior frequência de compra. Dois anos após a aquisição, a Netshoes, além do forte crescimento de vendas, atingiu *break even* (equilíbrio) de resultado (lucro líquido) na sua operação. Em saúde e beleza, a Época Cosméticos - um dos maiores vendedores online de produtos como perfumes, shampoos e maquiagem e a segunda loja mais lembrada na categoria de beleza pela pesquisa Top of Mind - tem crescido mais de 60% ao ano em termos de vendas anuais compostas desde nossa aquisição, com destaque para o crescimento de mais de 100% em 2020. Na categoria de livros, a Estante Virtual, um dos maiores *marketplaces* de livros do Brasil, conta com 6 mil *sellers* e um catálogo com mais de 20 milhões de ofertas.

Adicionalmente, vale destacar o crescimento exponencial do “Mercado Magalu” que consiste na venda de produtos itens de higiene pessoal, limpeza, bebidas, alimentos não perecíveis e cuidados do bebê, entre outros. A categoria de mercado representava, no primeiro trimestre de 2021, 37% dos itens vendidos no Magalu. Com a VipCommerce, vamos expandir o marketplace desta categoria, conectando supermercados locais e incluindo itens perecíveis. A VipCommerce conta com mais de 100 redes parceiras (clientes) em 19 estados brasileiros. A plataforma já possui aproximadamente 190 mil itens cadastrados.

Com a AiQfome, entramos no setor de entrega de comida. Hoje, as operações da AiQFome, Tonolucro e Plus Delivery estão presentes em mais de 634 cidades no Brasil e geram mais de 2,9 milhões de pedidos mensalmente, sendo que os clientes comprar, em média, 3,3x por mês.

Superapp Magalu: mais sortimento, novos serviços e maior frequência de compra

Entre os diferentes canais de venda do Magalu, nenhum tem uma importância estratégica tão grande quanto o app. *Mobile only and app first* é um dos lemas que direciona a estratégia da companhia. É por isso que o aplicativo de vendas, criado em 2015, vem se transformando em um superapp — um ambiente virtual, onde o cliente pode tanto comprar produtos do Magalu e de seus *sellers* quanto

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

acessar serviços e fazer pagamentos.

Nossos aplicativos são um dos mais baixados na internet no Brasil, com mais de 54 milhões de downloads no período de doze meses encerrado em 31 de março de 2021. Em março de 2021, o SuperApp do Magalu superou a marca de 21,5 milhões de usuários ativos mensais, um número 38,9% maior que em março de 2020. Além disso, as vendas ao consumidor através do app representaram 76,5% das vendas do nosso *e-commerce* (1P e 3P) no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, comparado a 68,7% no mesmo período de 2020.

Através do aplicativo, oferecemos aos nossos clientes uma série de benefícios, como promoções, frete grátis, entrega mais rápida, compra com 1 clique, navegação rápida e personalizada. Os clientes do App são mais fiéis e possuem uma frequência de compra maior que a média, reduzindo nossos custos de marketing e aquisição de clientes. Por meio do SuperApp do Magalu, seus mundos e mini mundos, os clientes têm acesso a um sortimento completo de produtos das mais diversas categorias, incluindo itens de mercado, artigos esportivos, moda e cosméticos. Além disso, eles também acessam o MagaluPay – a conta digital do Magalu e consultam informações do seu Cartão Luiza ou do seu Cartão Magalu. Muito em breve, os serviços de entrega de comida da AiQFome também estarão integrados ao SuperApp por meio de um *mini-app*.

Entrega mais rápida por meio da expansão da nossa plataforma logística.

Temos trabalhado intensamente para oferecer a entrega mais rápida, seja na casa do cliente ou na modalidade Retira Loja. Em junho de 2021, cerca de 67% dos pedidos do *e-commerce* próprio foram entregues em todo o território nacional em menos de 48 horas, e quase sempre com frete grátis. E continuamos evoluindo. No mesmo período, cerca de 50% dos pedidos já contavam com entrega em menos de 24 horas (essa métrica era de 42% em junho de 2020 e 50% em junho de 2021). Essa evolução só foi possível com a expansão da nossa malha logística e a total integração com as lojas, que possibilita, por exemplo, o *ship-from-store*. O crescimento da operação logística do Magalu, incluindo a operação da Logbee (adquirida em 2018), bem como a incorporação da GFL e da Sinqlog, tem sido fundamental para reduzir ainda mais os nossos prazos de entrega e alavancar o potencial das novas categorias. Juntas, estão presentes em mais de 2.000 cidades e continuam avançando. Adicionalmente, estamos progressivamente oferecendo aos *sellers* do *marketplace* toda a estrutura logística do Magalu e, com isso, reduzindo significativamente os prazos e custos de entregas. Em 31 de março de 2021, 1.900 *sellers* já eram atendidos pela nossa logística no modelo de *cross-docking* e 38% dos produtos do nosso marketplace já coletados pelo Magalu. Em 31 de março de 2021, tínhamos 103 centros de distribuição e hubs logísticos (comparado a 31 centros de distribuição e hubs logísticos em 31 de dezembro de 2019). Somado à área das lojas, tínhamos, na mesma data, 868 mil m² de área de armazenagem e cross docking (comparado a 651 mil m² em 31 de dezembro de 2019). Esperamos alcançar em 2023, 33 centros de distribuição, 450 unidades logísticas, 417 *cross dockings*, 1.680 lojas, bem como 2.000 mil m² da área de armazenagem e *cross docking*. Para mais informações, vide item 11.1 deste Formulário de Referência e Fator de Risco “A Companhia divulga certas projeções que podem não se materializar e, conseqüentemente, impactar negativamente o resultado da Companhia”⁸.

⁸ Todas as premissas consideradas nas estimativas estão sujeitas a fatores de influência externa que escapam ao controle da administração da Companhia. Caso qualquer premissa sofra alterações que causem impacto

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Magalu as a Service (MaaS)

Por meio da nossa plataforma de *marketplace* conectamos milhares de *sellers* aos nossos mais de 32 milhões de clientes. Com o *marketplace*, aumentamos de forma exponencial a quantidade de itens ofertados em nossa plataforma e levamos para nossos parceiros novos clientes e mais vendas. Acreditamos que a nossa plataforma de *marketplace* irá continuar crescendo e adicionando mais *sellers*, agora em ritmo ainda mais acelerado com a participação das lojas na captação de novos *sellers* e apoio a estes novos parceiros locais. O crescimento histórico de *sellers* e SKUs de nossa plataforma está descrito abaixo:

Evolução trimestral	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21
Número <i>Sellers</i> (mil)	26	32	40	47	57	82
Número SKUs (milhões)	15	17	21	26	30	41

Com o objetivo de oferecer a melhor experiência para nossos clientes e ajudar nossos parceiros a se digitalizarem, lançamos o conceito de *Magalu as a Service*. Estamos disponibilizando para os nossos *sellers* todos os serviços que oferecemos a nós mesmos, incluindo o desenvolvimento de tecnologia, nossa estrutura logística, pagamentos e propaganda no mundo digital. Estamos construindo o sistema operacional que irá digitalizar o varejo no Brasil.

Dentre as nossas principais iniciativas, temos o Magalu Entregas, modalidade logística na qual fazemos a coleta e a entrega de produtos do *marketplace*, seja na loja ou na casa do cliente, usando nossa logística própria. Em junho de 2021, cerca de 57% dos pedidos do marketplace Magalu já são coletados pela nossa malha logística. A multicanalidade também estará, cada vez mais, a serviço dos nossos parceiros. A loja do Magalu, além de oferecer o Retira Loja também para os pedidos 3P (já disponível em 590 lojas), será um ponto de coleta, entrega e expedição (drop-off) para os pedidos dos *sellers*. Adicionalmente, os pedidos também poderão ser entregues a partir as lojas do próprio *seller* (Entrega Local Super Expresso). Com isso, acreditamos que iremos reduzir o prazo médio de entrega e os custos logísticos dos nossos *sellers*, elevando suas vendas na nossa plataforma.

O Magalu Pagamentos, plataforma de sub-adquirência lançada no final de 2019 está ganhando cada vez mais relevância no dia a dia dos nossos *sellers*. Através dele, o *seller* pode antecipar seus recebíveis com taxas muito competitivas, fazer a conciliação e gestão dos seus valores a receber. Com o Magalu Pagamentos conseguimos, ao mesmo tempo, monetizar o crescimento acelerado do marketplace e monitorar a cadeia, com o controle do fluxo de pagamentos de nossos parceiros e a exigência de emissão de nota fiscal.

Em 2020, lançamos o Parceiro Magalu, uma plataforma de vendas voltada para micro, pequenos e médios varejistas analógicos. Assim, qualquer uma dessas milhões de empresas distribuídas pelo Brasil poderão se tornar um parceiro, cadastrar seus produtos, controlar seu estoque, vender no nosso *marketplace*, emitir nota fiscal e recolher seus impostos, tudo isso com apenas poucos cliques.

Além disso, com a aquisição da Staq e da Hubsales, adicionamos novos serviços ao nosso ecossistema. A Hubsales possibilita que indústrias de diferentes segmentos com pouca ou nenhuma familiaridade com o digital ofereçam seus produtos diretamente ao consumidor final por meio de plataformas de marketplace, segmento conhecido como *Factory to Consumers* ("F2C"). Já a Staq

relevante nessas estimativas, a Companhia pode revisá-las para patamares superiores ou inferiores em comparação às originalmente apresentadas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

desenvolve sistemas de ponto de vendas (PDV) no modelo Saas (*Software as a Service*) que propiciam o melhor processo de atendimento para varejistas físicos e seus funcionários, reduzindo drasticamente as filas e eliminando as fricções no processo de compra.

Com as aquisições da VipCommerce e da GrandChef, em 2021, o MaaS ganha novas funcionalidades. A VipCommerce é uma plataforma de *e-commerce white-label* criada exclusivamente para atender o varejo alimentar, permitindo que supermercados e atacarejos vendam online. A GrandChef, por sua vez, é uma das maiores plataformas de tecnologia para pequenos e médios restaurantes do Brasil e possibilita a gestão completa da suas operações através de sua plataforma.

Fintech

Nosso ecossistema possui uma plataforma de produtos e serviços financeiros para clientes e *sellers*. Por não se tratar de uma instituição financeira, a carga regulatória mais leve, exige menos capital intensivo na sua estruturação. A aquisição da Hub Fintech, concluída em julho de 2021, além de ser uma Instituição de Pagamento regulada pelo Banco Central e integrada ao Sistema Brasileiro de Pagamentos e Sistema de Pagamentos Instantâneo, garante à nossa plataforma tecnologia proprietária sólida e que dá autonomia e velocidade para nossa operação com foco em fintech.

Atualmente, temos mais de 450 pessoas em nosso time de fintech, entre desenvolvedores e especialistas em pagamentos. Mais recentemente, integramos o PIX à nossa plataforma, não apenas como meio de pagamento no *e-commerce*, mas também como uma funcionalidade da nossa conta digital e como ferramenta para a tesouraria no pagamento de fornecedores, *sellers* e prestadores de serviços.

As iniciativas de fintech do Magalu são impulsionadas por toda a escala proporcionada pelo seu ecossistema. Acreditamos que a forte audiência dos nossos canais - digitais e físicos - reduzem de forma significativa o nosso custo de aquisição de clientes. Além disso, os dados provenientes da nossa plataforma enriquecem o processo de aprovação de crédito para clientes e *sellers*, contribuindo para a expansão da carteira e redução dos custos de capital para a operação de crédito. Finalmente, nossos produtos e serviços financeiros crescem de forma consistente, acompanhando o crescimento das nossas vendas, principalmente do marketplace.

Para os clientes, o nosso objetivo é oferecer uma conta digital completa, com muitos benefícios, totalmente integrada ao SuperApp e com uma das melhores ofertas de cartão de crédito do país, promovendo recorrência na nossa plataforma e a inclusão financeira dos nossos clientes. Os clientes que possuem a nossa conta digital e nossos cartões contam com diversos benefícios, como (i) descontos exclusivos, (ii) prazos mais longos de pagamento (com parcelamento em até 24 vezes), (iii) atendimento multicanal, incluindo o saque e depósito nas nossas lojas, e (iv) anuidade zero e 4% de cashback no Cartão Magalu.

A conta digital do Magalu, o MagaluPay, foi lançada há cerca de 1 ano e já superou a marca de 3,3 milhões de contas abertas. Para cada conta digital aberta, o cliente também poderá ter um cartão pré-pago que reflete o saldo da sua conta. Além disso, levamos o crédito ao cliente por meio dos nossos cartões (Cartão Magalu e Cartão Luiza). Em 31 de março de 2021, tínhamos um base com mais de 5,5 milhões de cartões ativos, R\$12,3 bi de carteira de crédito, dos quais R\$ 1,0 bi em empréstimo

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

pessoal no cartão, e R\$30 bilhões em *total payment volume* (TPV)⁹, considerando o nosso cartão (on-us) e cartões de crédito de outras marcas (off-us) (o período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2021). O Cartão Magalu foi lançado em abril de 2021, repleto de benefícios, como zero anuidade e cashback, e já nasce integrado com a conta digital, o MagaluPay. Por fim, oferecemos também o parcelamento de contas.

Para os nossos *sellers*, oferecemos os produtos e serviços financeiros para que eles vendam digitalmente em nossa plataforma, como a sub-adquirência, além da antecipação de recebíveis, linhas de crédito com recebíveis em garantia e a nossa conta digital que será irrigada com todo o GMV do 3P. Adicionalmente, outros serviços complementares para os *sellers* também fazem parte do nosso portfólio, como pagamentos de fornecedores, impostos e funcionários e cartões de vale alimentação e refeição.

Além disso, por meio de parcerias com nossos *sellers* e outros parceiros, vamos buscar o TPV off-us, fazendo promoções em conjunto que trarão mais benefícios e cashback para nossos clientes e mais frequência para o nosso ecossistema. Dessa forma, na nossa plataforma de benefícios, trazemos mais parceiros investindo por meio do Magalu, expandindo de forma escalável os benefícios para os nossos clientes.

Finalmente, enquanto o ecossistema impulsiona as iniciativas fintech do Magalu, estas, por sua vez, retornam com monetização e rentabilidade para o ecossistema. Processamos, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um TPV consolidado de R\$ 43,4 bilhões (aproximadamente R\$ 14 bilhões de *sellers* e R\$ 30 bilhões de clientes). O lucro do Magalu Pagamentos, lançado há 1 ano e meio, superou a marca de R\$96,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Acreditamos que vamos continuar expandindo nosso portfólio de serviços e produtos financeiros e seu tamanho, ampliando também as oportunidades de rentabilização.

Para suportar a evolução dessa estratégia, temos também dois pilares de sustentação:

Melhor experiência de varejo.

Acreditamos que temos um dos melhores níveis de serviço do varejo brasileiro, oferecendo aos nossos clientes uma experiência única e totalmente multicanal. Ter o cliente em primeiro lugar é um dos nossos principais valores. Desde 2018, incorporamos uma série de indicadores com metas altas para medir a evolução de nosso serviço ao cliente e sua satisfação, tais como NPS (*Net Promoter Score*), a quantidade de ligações para a nossa central de atendimento resolvidas no primeiro contato (que chegou a 81% em junho de 2021), o tempo médio de espera para atendimento, processo de troca e devolução, prazo para logística reversa e número de reclamações formais. O nosso NPS passou a ser uma meta corporativa, aumentando o engajamento de todos os colaboradores na missão de encantar o cliente. Em dezembro de 2020, nosso NPS era de 77 (considerando 1P, 3P e lojas físicas). Adicionalmente, temos o Selo RA1000 de excelência em atendimento tanto nas lojas físicas quanto no *e-commerce*, destacando que essa avaliação reflete o nosso *e-commerce* total: vendas com estoque próprio e o *marketplace*. Vale ressaltar que é uma premissa da nossa plataforma oferecer ao cliente do *marketplace* a mesma experiência de compra que ele tem ao comprar produtos vendidos pelo Magalu. Diversos fatores contribuem para que essa premissa seja uma realidade, entre eles ter um processo de aprovação de novos *sellers* seletivo e a obrigatoriedade

⁹ Índice que mede a quantidade de dinheiro transacionado em determinado ambiente.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

da emissão de nota fiscal para todos os produtos vendidos através da nossa plataforma.

Acreditamos que oferecer a nossa estrutura logística própria para os *sellers* do nosso marketplace também terá um papel fundamental na melhor experiência de compra para o cliente final também nos pedidos 3P. Continuaremos trabalhando para elevar cada vez mais a qualidade do nosso atendimento e o encantamento do nosso cliente. Destacamos que temos o selo RA1000 não apenas no Magalu, mas também nas marcas Netshoes, Zattini, Época Cosméticos, Luizacred e Luizaseg.

Investimento em Sustentabilidade.

Temos consciência da grande responsabilidade assumida por uma companhia da dimensão do Magalu. Em 2020, na esfera ambiental, realizamos uma análise detalhada da geração de resíduos de toda a Companhia – incluindo escritórios, centros de distribuição e lojas. Também lançamos nosso programa de monitoramento ambiental e social de fornecedores com a categoria de fabricantes de móveis. Aderimos, ainda, ao Programa Brasileiro GHG Protocol e tornamos públicas as nossas emissões de gases de efeito estufa na plataforma da iniciativa. Por fim, passamos a integrar a carteira do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), da B3.

No âmbito social, em 2020, assumimos o compromisso de não demitir nos meses mais críticos da pandemia, incluímos milhares de empreendedores na nossa plataforma digital e trabalhamos para tentar mitigar crises aprofundadas pela pandemia de COVID-19. No Dia Internacional da Mulher, em março de 2020, o botão permanente de denúncias de violência contra a mulher no SuperApp do Magalu, lançado em 2019, foi redesenhado para ficar ainda mais eficaz: ele já permitia ligação para o Ligue 180 e passou também a fazer ligação para o canal emergencial 190 e dar acesso direto - via chat - ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio do qual é possível realizar uma denúncia online.

Adicionalmente, acreditamos que a diversidade é outro pilar importante de nosso desenvolvimento. Em 2020, decidimos abrir um programa de trainees exclusivo para negros com o objetivo de expandir a representatividade desses profissionais em cargos de liderança na companhia. No Luizalabs, abrimos vagas exclusivas para mulheres e lançamos o LuizaCODE, programa de treinamento em programação para o público feminino.

Dessa forma, pretendemos continuar investindo nos pilares de sustentabilidade descritos acima, por acreditarmos que, ao garantir que o Magalu seja uma empresa sustentável e conectada aos seus *stakeholders*, daremos melhores retornos no curto e, sobretudo, no longo prazo a nossos acionistas.

Oportunidades de Crescimento

Temos trabalhado na construção do nosso ecossistema digital multicanal com o principal propósito da digitalização do varejo brasileiro. Por meio dele, vamos explorar quatro grandes vetores de crescimento - ou TAMs - *Total Addressable Markets*. São mercados que já iniciamos operação e continuaremos a investir estrategicamente. São negócios que se encadeiam, se potencializam quando combinados e que refletem a estratégia multidimensional do Magalu. É sobretudo nessas múltiplas oportunidades que vamos atuar nos próximos anos.

Novas Categorias: Atualmente, o Magalu possui aproximadamente 30 milhões de itens disponíveis em sua plataforma, das mais diversas categorias, de estoque próprio ou de *sellers* do seu

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

marketplace. Crescemos muito nos últimos anos e chegamos a um total de vendas de aproximadamente R\$44 bilhões em 2020. E ainda assim há um mercado de 1,2 trilhão de reais (segundo ICPMaps) em vendas no varejo e de mais 196 bilhões de reais em alimentação fora de casa para conquistar. Além de continuar crescendo nas categorias principais, que nos trouxeram até aqui, enxergamos três grandes frentes de oportunidades:

1. **Produtos de Supermercado.** Na categoria de mercado, adquirimos a VipCommerce, uma plataforma de *e-commerce white-label* criada para atender o varejo alimentar, permitindo que supermercados e atacarejos vendam online. Com a inserção da empresa no nosso ecossistema, será possível combinar a categoria de mercado do Magalu (1P) à oferta de milhares de supermercados espalhados pelo Brasil e oferecer ao consumidor uma cesta completa de produtos -- inclusive perecíveis. O segmento de FMCG ("*Fast Moving Consumer Goods*") é um mercado de mais de 500 bilhões de reais por ano no Brasil¹⁰. Em contrapartida, a venda da categoria de mercado no Magalu (somadas às vendas processadas pela VipCommerce) é de cerca de R\$1,1 bilhão (em termos anualizados), demonstrando o potencial de crescimento.
2. **Delivery de Restaurantes.** A AiQFome, a Tonolucro e Plus Delivery possuem juntos 4,3 milhões de clientes e estão presentes em 634 cidades, de 22 estados brasileiros. Nesse raio geográfico, ainda limitado, as três empresas combinadas geram um GMV anualizado de mais de 1,3 bilhão de reais em junho de 2021. Seus clientes compram, em média, três vezes ao mês no aplicativo da empresa, gerando 2,9 milhões de pedidos mensais. De acordo com estimativas da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), o mercado brasileiro de delivery de refeições movimentou cerca de R\$ 18 bilhões no ano passado. Se levarmos em conta todo o mercado de alimentação fora de casa, o mercado potencial é de mais de R\$ 196 bilhões (enquanto o Magazine Luiza representa apenas R\$ 1 bilhão desse mercado). Existe, portanto, muito espaço para crescimento.
3. **Moda e Beleza.** A outra frente é a de estilo de vida, formada pelas categorias moda, beleza e esportes. Em moda, as aquisições da Netshoes e da Zattini, ambas em 2019, marcaram a entrada do Magalu no *e-commerce* da categoria, com um marketshare relevante. Com a Hubsales, adquirida em 2020, começamos a levar a digitalização a polos industriais de moda, conectando fabricantes diretamente ao consumidor final (D2C – *Direct to Consumer*) por meio do nosso marketplace. Além disso, também acreditamos que o lançamento de marcas próprias pode contribuir para o desenvolvimento da categoria de moda, que já é a quinta categoria com maior tráfego no nosso SuperApp e possui vendas anualizadas (base junho de 2021) de R\$ 1 bilhão no ecossistema Magalu. Nos primeiros 6 meses de 2021, a categoria de moda cresceu 183% comparado ao mesmo período de 2020. Em esportes, as vendas anualizadas chegam a R\$ 3 bilhões (base junho de 2021) e, no período de janeiro a junho de 2021 crescem de 71% no Magalu. Acreditamos que a expansão de sortimento de esportes, tanto com estoque próprio, quanto com o marketplace, e o crescimento do *fullcommerce* (gestão completa de *e-commerce* para terceiros) são essenciais para o desenvolvimento da categoria no

¹⁰ Fonte: IPCMaps 2020.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

ecossistema Magalu.

A Época Cosméticos, adquirida em 2013, cresceu exponencialmente nos últimos anos e atingiu liderança online nas categorias de perfumes, maquiagem e cuidados com a pele. Por meio do Parceiro Magalu, influenciadores vendem produtos da Época Cosméticos para seus seguidores nas redes sociais. Além disso, a Época Cosméticos também tem a estratégia de desenvolver produtos exclusivos em parceria com outras marcas. Em termos anualizados (base junho de 2021), as vendas da categoria de beleza no ecossistema Magalu também atingiram R\$1 bilhão. No Magalu, a Época Cosméticos cresceu 102% nos primeiros 6 meses de 2021 comparado ao mesmo período de 2020. As categorias de moda e beleza, juntas, formam um mercado extremamente pulverizado, ainda pouco digitalizado e com tamanho total de R\$ 223 bilhões anuais no Brasil. No Magalu, a vendas das três categorias somadas totaliza cerca de R\$5 bilhões (em termos anualizados).

MaaS: Também temos como estratégia, nos tornarmos o sistema operacional do varejo brasileiro. O Magalu se tornou o grande exemplo de transformação digital ao demonstrar sua capacidade de *desenvolver* tecnologia feita sob medida para quem leva produtos e serviços ao consumidor final. Com iniciativas como o Parceiro Magalu, o Magalu Pagamentos, o Magalu Entregas e os PDVs (pontos de vendas) da Stoq, o Magalu levará soluções de tecnologia e serviços para *sellers* e para outros milhões de varejistas e restaurantes que ainda não fazem parte da nossa plataforma - muitos deles com operações ainda 100% analógicas. Atualmente, existem no Brasil 5,7 milhões de varejistas formais. Apenas 82 mil deles vendem online por meio de nosso marketplace. No setor de **restaurantes**, há mais de 1,6 milhão de estabelecimentos no país e apenas cerca de 25.000 deles fazem parte da plataforma da AiQFome, o que demonstra o significativo espaço para crescimento.

Fintech: No Brasil, em 2020, foram transacionados R\$ 2 trilhões em meios eletrônicos de pagamento, que incluem cartões de crédito, débito e pré-pago. Desse total, cerca de R\$ 44 bilhões em TPV passaram pelo ecossistema Magalu no último ano - uma pequena fração diante do potencial da Companhia. Como parte das nossas iniciativas nesse mercado, há pouco mais de um ano, lançamos o Magalu Pay, nossa conta digital, totalmente multicanal e integrada ao SuperApp. Desde então, 3,3 milhões de contas foram criadas. Em dezembro de 2020, o Magalu comprou a Hub Fintech, uma plataforma completa de serviços para contas digitais e cartão pré-pago. Com isso, Magalu Pay, Hub e Luizacred passarão a ser conectados, abrindo espaço para a criação e a oferta de serviços financeiros digitais, como, por exemplo, cartão pré-pago, cartão de crédito, empréstimos para pessoas físicas e jurídicas, seguros e *cashback* - para nossos clientes e *sellers* (incluindo os restaurantes da AiQFome). Tudo feito no mesmo e único ambiente: o SuperApp.

Publicidade Digital. Em 2020, segundo dados da eMarketer¹¹, o mercado de publicidade movimentou R\$ 46 bilhões no Brasil. Anúncios digitais, que contam com a assertividade dos algoritmos e chegam no lugar certo e na hora certa a cada consumidor, de acordo com suas preferências, necessidades e ocasião, tiveram investimentos que no ano passado já ultrapassaram 40% do total do mercado de publicidade, indicando o potencial de crescimento desse tipo de publicidade.

¹¹ Empresa de pesquisa de mercado.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

No Magalu, temos o anunciante (nós e nossos *sellers*) e a audiência (milhões de clientes nos dispositivos digitais de Magalu, Netshoes, Zattini, Época e Estante Virtual) em uma mesma plataforma ("MagaluAds"). Para aumentar ainda mais a audiência e a eficácia do MagaluAds adquirimos, nos últimos 12 meses, o site especializado em conteúdo de tecnologia Canaltech (com 22,2 milhões de visitantes em março de 2021), a plataforma de mídia online da Inloco e as plataformas Steal the Look (mais de 2,5 milhões de seguidores nas redes sociais) e Jovem Nerd (mais de 800 milhões de visualizações no YouTube). Como consequência, o MagaluAds passará a contar com uma plataforma própria, simples e intuitiva, que ajudará a descomplicar a publicidade online e permitirá que milhares de *sellers* e fornecedores do Magalu tenham autonomia para investir e acelerar suas vendas. O serviço oferecido pelo MagaluAds será uma forma adicional de monetizar a audiência total do Magalu. Vale ressaltar que, atualmente, capturamos apenas aproximadamente R\$35,5 milhões de receita em publicidade entre os meses de julho de 2020 a junho de 2021, o que demonstra, portanto, o potencial dessa avenida de crescimento.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é a comercialização, em nossas lojas físicas e e-commerce, de produtos das categorias de Telefonia, Eletro Pesado, Imagem, Móveis, Informática, Eletro Portátil, Mercado, Cosméticos, Games, entre outros.

Em meados de 2016, lançamos nossa operação de Marketplace e passamos a vender também produtos de parceiros, expandindo nossa capacidade de oferta de produtos aos nossos clientes. Com isso, introduzimos a venda de categorias antes inexistentes, como produtos para casa e decoração, moda e acessórios, cosméticos e perfumarias, livros, acessórios automotivos, esporte, lazer, alimentos e bebidas, entre outros. Com isso, estamos multiplicando o sortimento de produtos e serviços, entrando em novas categorias, além de alavancar os nossos principais ativos já existentes, tais como a nossa marca, plataforma de e-commerce e base de clientes.

Através das nossas lojas físicas, também oferecemos serviços digitais aos nossos clientes, os quais destacamos: (i) Magalu Conecta: nosso serviço de configuração de aparelhos eletrônicos, tais como smartphone e smart TV, instalação de aplicativos e antivírus, além do serviço de atendimento por telefone 24 horas, (ii) Wi-fi: acesso gratuito à internet sem fio aos clientes em todas as lojas, (iii) Cartão de Conteúdo: venda de conteúdo tais como Netflix, Google Play Store e Games, (iv) Plano Pós-pago: implementação do sistema próprio de vendas de planos pós-pago de operadora em todas as lojas, com foco em oferecer conexão à internet a um preço acessível aos nossos clientes, (v) Maga Mais: é a operadora de telefonia do Magazine Luiza que oferece aos clientes um plano pré pago que inclui dados (internet móvel), ligações e SMS e (vi) Smart Troca: Programa de recompra de celulares usados como forma de crédito para a aquisição de um novo aparelho.

Como forma de viabilização de vendas e complementação de nosso negócio, disponibilizamos aos nossos clientes, através de nossas coligadas Luizacred e Luizaseg e também de nossa controlada Consórcio Luiza, serviços e produtos financeiros como cartões de crédito, crédito direto ao consumidor (CDC), empréstimos pessoais, garantia estendida, seguro prestamista, consórcio de veículos, consórcio de imóveis, etc.

Possuímos, em nossa ampla variedade de produtos, reconhecidas marcas de fornecedores que acreditamos agregar valor ao nosso negócio, como as marcas Samsung, Motorola, Whirlpool, LG, Electrolux, Apple, Dell, Esmaltec, Mondial e Panasonic. Também através da nossa plataforma de Marketplace, contamos com parceiros como Madeira Madeira, Dell, E-fácil, Mega Mamute, Samsung, Rihappy, Connect Parts, Acer, Lenovo, Mondial, entre outros. Acreditamos que a diversidade do nosso mix de produtos nos proporciona atender às necessidades do cliente, o que é um diferencial em relação aos nossos concorrentes.

Realizamos nossas vendas por meio de uma plataforma multicanal diversificada e integrada, composta por (i) website de comércio eletrônico (<http://www.magazineluiza.com.br>), que oferece conteúdo, serviços e promoções diferenciados e produtos exclusivos; (ii) 949 lojas físicas convencionais em 31 de março de 2021, que contam com amplo mix de produtos e estoque próprio e que oferecerem suporte logístico à distribuição dos produtos vendidos por meio do e-commerce, (iii) 207 lojas virtuais em 31 de março de 2021, nas quais os produtos são vendidos por meio de terminais de pontos de vendas com o auxílio de vendedores e sistema multimídia com catálogo digital de produtos, sem a necessidade de estoque físico de mercadorias, (iv) 154 quiosques do Magalu dentro das Lojas Marisa em 31 de março de 2021 (parceria fechada em

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

novembro de 2019) (v) Parceiro Magalu Pessoa Física, um canal de vendas diretas na internet, que permite a qualquer pessoa divulgar nossos produtos por meio de redes sociais e receber comissão pelas vendas originadas, (vi) televendas e (vii) vendas corporativas.

Com a Época Cosméticos, vendemos produtos de saúde e beleza, como perfumes, maquiagem e shampoos. A Época Cosméticos comercializa seus produtos através do endereço eletrônico www.epocacosmeticos.com.br, seu aplicativo próprio e também no endereço eletrônico e aplicativo do Magazine Luiza.

Em 2019, concluímos a aquisição da Netshoes e incluímos em nosso portfólio as marcas Netshoes, Zattini e Shoestock. Passamos a comercializar mais de 250 mil itens das categorias de artigos esportivos, calçados e vestuário com estoque próprio, além de produtos ofertados por mais de 1.000 sellers na plataforma de marketplace da Netshoes. Uma parte significativa do sortimento da Netshoes e Zattini já está disponível no endereço eletrônico e aplicativo do Magazine Luiza.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Outros Serviços. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia e comércio eletrônico (*e-commerce tradicional e marketplace*);

Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;

Operações de seguros - por meio da controlada em conjunto Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia;

Outros Serviços - soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada Luiza Administradora de Consórcios (LAC), que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos; serviços de gerenciamento de entregas de produtos - por meio da controlada Magalog e serviços de desenvolvimento de softwares por meio das controladas do Grupo Softbox.

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

Demonstramos na tabela abaixo a receita líquida de vendas por segmento de negócios da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, bem como sua representatividade em relação a receita líquida de vendas.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Receita Líquida de Venda por Segmento								
	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em R\$ milhões, exceto %)	2021	AV ⁽²⁾	2020	AV ⁽²⁾	2019	AV ⁽²⁾	2018	AV ⁽²⁾
Varejo	8.215,8	99,6%	28.944,9	99,2%	19.799,1	99,6%	15.530,8	99,6%
Operações Financeiras	303,7	3,7%	1.170,9	4,0%	1.284,1	6,5%	1.001,1	6,4%
Operações de Seguros	85,5	1,0%	298,2	1,0%	282,3	1,4%	237,5	1,5%
Outros Serviços	178,2	2,2%	448,5	1,5%	142,7	0,7%	74,0	0,5%
Eliminações ⁽¹⁾	(530,4)	-6,4%	(1.685,2)	-5,8%	(1.621,9)	-8,2%	(1.252,9)	-8,0%
Receita líquida de vendas	8.252,8	100,0%	29.177,1	100,0%	19.886,3	100,0%	15.590,4	100,0%

⁽¹⁾ As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional, porém são incluídos apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

⁽²⁾ Refere-se ao percentual de participação em relação à receita líquida de vendas.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O quadro abaixo mostra a distribuição do lucro líquido entre os segmentos de atuação da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para o período de três meses findo em 31 de março de 2021:

Lucro líquido (prejuízo) por Segmento								
	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(em R\$ milhões, exceto %)	2021	AV ⁽²⁾	2020	AV ⁽²⁾	2019	AV ⁽²⁾	2018	AV ⁽²⁾
Varejo	258,6	100,0%	391,7	100,0%	921,8	100,0%	597,4	100,0%
Operações Financeiras	17,9	6,9%	102,4	26,1%	20,2	2,2%	43,8	7,3%
Operações de Seguros	5,0	1,9%	17,5	4,5%	6,4	0,7%	13,9	2,3%
Outros Serviços	(8,6)	-3,3%	(1,5)	-0,4%	11,5	1,2%	7,5	1,3%
Eliminações ⁽¹⁾	(14,3)	-5,5%	(118,4)	-30,2%	(38,1)	-4,1%	(65,2)	-10,9%
Lucro líquido	258,6	100,0%	391,7	100,0%	921,8	100,0%	597,4	100,0%

⁽¹⁾ As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídos apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

⁽²⁾ Refere-se ao percentual de participação em relação à receita líquida de vendas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Não possuímos processo de produção.

(b) características do processo de distribuição

Entendemos por processo de distribuição todas as atividades relacionadas à aquisição de produtos para revenda, a administração dos estoques e a disponibilização destes produtos para nossos clientes em todos os canais de venda em que operamos. No *marketplace*, através do serviço de *cross-docking* no Magalu Entregas, nosso sistema de entregas, coletamos o produto comprado através da nossa plataforma no local onde o *seller* armazena seu estoque, e entregamos ao cliente final. Nosso objetivo nesse processo é sempre de disponibilizar os produtos que nossos clientes desejam, seja através da retirada em loja ou entregue na casa do cliente.

Canais de Venda

Possuímos diversos canais de venda que operam de forma independente, porém complementar. Acreditamos no conceito de multicanalidade como uma vantagem competitiva no setor.

Possuíamos, em 31 de março de 2021, 670.197 m² em área total de vendas, distribuída nos seguintes formatos de lojas:

Lojas Convencionais

Compreende a maior parte de nossas lojas, 72%. São lojas de rua ou em shoppings, com área média de vendas de 700 m², que possuem sortimento de produtos adequado à sua localização e público. Essas lojas possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

Lojas Virtuais

Lojas físicas que estão localizadas em cidades menores ou em determinados bairros, com área de vendas de cerca de 150 m² e o mesmo mix de produtos de uma loja convencional. Em 31 de março de 2021, possuíamos 207 lojas virtuais. Possuem a particularidade de operarem sem estoques físicos ou mostruários na loja (exceto por alguns aparelhos eletrônicos e celulares). Toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet.

Quiosques

São quiosques com cerca de 10 m² instalados dentro de unidades das Lojas Marisa. Oriundo de uma parceria anunciada em novembro de 2019, os quiosques do Magalu disponibilizam a pronta entrega, produtos de tecnologia e também possibilita que compras realizadas no nosso *e-commerce* sejam retiradas nos quiosques. Em 31 de março de 2021, a Companhia contava com 154 quiosques em operação.

E-commerce

Consiste no endereço eletrônico www.magazineluiza.com.br através do qual nossos clientes têm acesso a um sortimento muito maior de produtos em comparação com as lojas físicas. Dentro do conceito de multicanalidade, clientes que se utilizarem de nosso canal *e-commerce* podem ter seu relacionamento pós-venda com lojas físicas para operações, como retirada e troca de produtos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em 22 de agosto de 2011, a Companhia comunicou o lançamento do Parceiro Magalu Pessoa Física (antes chamado de Magazine Você), uma loja personalizada, na qual o usuário da rede monta uma vitrine e pode vender qualquer produto do Magazine Luiza e escrever dicas que ajudem seus amigos a comprar certo. A vitrine de cada perfil pode ser montada com produtos exclusivos de uma linha, como esportes, tecnologia ou decoração, por exemplo. A inovação permite aos usuários receber conselhos de pessoas de confiança, encontrar produtos e comprá-los em um só lugar.

Em 02 de outubro de 2013, o Magazine Luiza adquiriu a Campos Floridos Comércio de Cosméticos Ltda. ("**Época Cosméticos**"), empresa de capital fechado especializada no comércio eletrônico de perfumes e cosméticos. O objetivo da operação foi reforçar a estratégia de expansão e consolidação da operação de *e-commerce* em um segmento que tem margens atrativas, que cresce expressivamente no Brasil e traz fluxo de clientes para o site, dado o ticket médio mais baixo e a maior taxa de recompra.

Em 14 de junho de 2019, o Magazine Luiza concluiu a aquisição da Netshoes (Cayman) Ltd. ("**Netshoes**"), empresa líder no varejo online de roupas, calçados e artigos esportivos, com marcas renomadas como Netshoes, Zattini e Shoestock. A aquisição da Netshoes representa um passo importante para a estratégia do Magazine Luiza, pois reforça o foco no crescimento baseado no aumento da base de clientes ativos, da frequência de compra dos clientes e da expansão de categorias com alto potencial de crescimento no *e-commerce*.

Além do amplo sortimento, um dos nossos diferenciais é a "Lu", a influenciadora virtual do Magalu, que comenta os produtos e ajuda os consumidores durante o processo de compra. O canal conta também com novas parcerias B2B e marketplace, que possibilitam a venda de produtos de terceiros, como a categoria de mercado, viagens, livros, suplementos alimentares, artigos esportivos, moda, entre outros.

Marketplace

No final de 2016 lançamos nossa operação de Marketplace e passamos a vender também produtos de parceiros, expandindo nossa capacidade de oferta de produtos. Introduzimos assim diversas novas categorias e multiplicamos o sortimento de produtos oferecidos aos nossos clientes.

Em 15 de janeiro de 2020, o Magazine Luiza concluiu a aquisição da **Estante Virtual**, um dos maiores marketplaces de livros do Brasil. A aquisição reforça a estratégia do Magalu de crescimento em novas categorias e aumento da frequência de compra. A Estante Virtual conta com mais de 6 mil *sellers* e um sortimento de 20 milhões de livros, que logo estarão disponíveis também no Superapp do Magalu. Fundada em 2005, começou como uma plataforma para vendas de livros usados e, nos últimos anos, evoluiu também para a comercialização de livros novos, que já representam cerca de 1/3 de todos os livros vendidos. Em 2019, a Estante Virtual vendeu 3 milhões de livros para 1 milhão de clientes, movimentando mais de R\$120 milhões. Historicamente rentável, a Estante Virtual recebe uma comissão sobre a venda de livros muito acima da média de outras categorias no *e-commerce*.

Em 3 de setembro de 2020, o Magazine Luiza concluiu a aquisição da AiQFome LTDA ("**AiQFome**"), uma das maiores plataformas de food delivery do Brasil, presente em mais de 350 municípios distribuídos em 21 estados. Com uma estratégia de expansão inovadora, a AiQFome cresceu com foco em cidades pequenas e médias no interior do país, licenciando sua marca e tecnologia para empreendedores locais. Dessa forma, com o comprometimento de centenas de licenciados e uma operação hiperlocal, a AiQFome desenvolveu um modelo de negócio ágil, escalável e com elevado nível de serviço para os clientes e restaurantes. Com um aplicativo fácil e intuitivo, ela já conquistou milhões de usuários em um setor que apresenta forte potencial de crescimento nos próximos anos. A operação de entrega de comida do Magalu foi complementada com a Tonolucro e com a Plus Delivery, ambas adquiridas em 2021.

Televendas

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Oferece basicamente o mesmo mix de produtos da internet e é utilizado por clientes com dúvidas com relação a produtos ou que buscam negociações adicionais nas condições de venda.

Abertura e Fechamento de Lojas

Nosso crescimento orgânico é suportado por um processo de identificação e seleção de novos pontos de venda que visam a aderência do novo ponto de venda à estratégia de crescimento da empresa e aos objetivos de resultados. A tabela a seguir apresenta um resumo da abertura e fechamento de lojas convencionais e virtuais para os exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018 e para o período de três meses findo em 31 de março de 2021:

	Período de três meses findo em 31 de março de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2021	2020	2019	2018	Total
Lojas convencionais novas	7	32	121	78	231
Lojas Virtuais novas	2	10	33	22	65
Quiosques novos	2	149	5	0	154
Abertura	11	191	159	100	450
Lojas convencionais fechadas	0	2	0	3	5
Lojas Virtuais fechadas	0	0	0	1	1
Quiosques fechados	2	0	0	0	0
Fechamentos	2	2	0	4	6
Crescimento Total	9	189	159	96	444

Compras e Fornecedores

Nossa política de compras tem como objetivo o estabelecimento de parcerias comerciais de forma a garantir o suprimento adequado, tanto em termos de quantidades como de prazos de entrega, de produtos a preços competitivos e com condições de pagamento que nos permitam atingir níveis de margens compatíveis com a estrutura da empresa e com nossas metas de rentabilidade.

Operamos essencialmente com fornecedores locais através de contratos e/ou cartas de parcerias, os quais são negociados anualmente visando definir quantidades-objetivo para o ano, iniciativas comerciais conjuntas, regras para a utilização de verbas de propaganda cooperada bem como para outros eventos ao longo do ano. Esta prática contribui para a profissionalização e melhoria dos procedimentos, reduzindo riscos de planejamento. Dessa maneira, conseguimos garantir a disponibilidade de produtos necessária para a previsão de vendas do ano, bem como de condições comerciais bastante atrativas e regras operacionais claras para pautar as negociações comerciais.

Possuíamos, em 31 de março de 2021, cerca de 458 fornecedores. A seleção dos nossos fornecedores visa atender as nossas exigências de qualidade e preço. Buscamos criar parcerias estratégicas duradouras com os nossos fornecedores com o objetivo de aprimorar a gestão da cadeia de suprimentos. Nossas compras são relativamente pulverizadas. Nos três primeiros meses de 2021, nosso maior fornecedor representou 21,2% das nossas compras e nossos dez maiores representaram cerca de 69,5% do valor das nossas compras.

Através de nosso sistema de operação de lojas, definimos níveis de margem mínima para os produtos que comercializamos. Acompanhamos as margens comercializadas em base diária e solicitações de flexibilização para as margens definidas são encaminhadas, analisadas e decididas pela área de compras. Dessa maneira, fazemos um acompanhamento em tempo real de nossa estratégia de preço comparada com a de nossos concorrentes, o que constitui uma importante ferramenta para negociações futuras junto a nossos fornecedores.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Despendemos particular atenção com nosso processo de planejamento de compra de produtos. Diariamente acompanhamos o desempenho de vendas dos SKUs (Unidades de manutenção de Estoque), que designa os diferentes itens do estoque por meio de um código identificador, e ajustamos nossos indicadores de análise buscando garantir a adequação do volume de compras frente à previsão de vendas, ao nível de capital de giro em cada setor e ao fluxo de caixa da empresa. Nossos sistemas de tecnologia controlam a liberação dos volumes de produtos definidos de acordo com as condições estabelecidas entre as áreas Comercial e Financeira com base nos indicadores analisados e os pedidos de compras são transmitidos eletronicamente aos fornecedores.

Atualmente, mais de 29 milhões de itens são comercializados em nosso *e-commerce* no estoque próprio, além dos milhares de produtos vendidos por parceiros em nosso Marketplace. Muitos dos SKUs comercializados pelo canal online são produtos pertencentes ao chamado long-tail, que necessitam de uma política de compras e frequência de reposição diferenciadas. Para atender a essa particularidade, temos uma equipe de compradores especialmente direcionada para negociar a compra destes produtos. Para os demais produtos comercializados em ambos os canais, buscamos melhores condições comerciais agrupando os pedidos de todos os canais de venda e obtendo ganhos de escala.

Gestão de Estoques

Usamos a nossa experiência, modelos estatísticos e a assessoria de consultores especializados para aprimorar nossa gestão de estoque. Buscamos o aperfeiçoamento da equação composta pelas variáveis custo, capital de giro empregado, disponibilidade de produtos para venda e despesas logísticas.

Nossa gestão de estoques combina o processo automático de reposição baseado em modelos estatísticos com o conhecimento e experiência de gestores de linhas de produtos. A responsabilidade pela administração do nível de estoques é atribuída a cada gestor de produtos. Incentivamos esse monitoramento incluindo e ponderando de forma significativa o indicador de controle de nível de estoques na remuneração variável dos colaboradores da área de Compras e Planejamento Comercial. Além do processo automático de reposição baseado em modelos estatísticos, como forma de alavancar resultados, nossos compradores e gerentes de lojas têm autonomia para apresentar estratégias para produtos em lojas ou regiões específicas que podem resultar em volumes diferenciados de reposição.

Através da análise de diversas variáveis referentes às lojas e seus respectivos clientes, conseguimos agrupá-las de acordo com suas características comuns e, assim, identificar e ofertar um mix de produtos com maior propensão de vendas em cada grupo. Dessa forma, otimizamos o capital de giro empregado na empresa e reduzimos potencialmente o volume de estoques não-sadios.

Nossa área de Planejamento Comercial monitora diariamente nosso nível de ruptura (nível de produtos indisponíveis para a venda) em lojas e/ou Centros de Distribuição. Essas informações são compartilhadas com os gestores de produtos de forma a ajustar o volume de compra e projeções dos níveis de estoques.

Logística

Na data deste Formulário de Referência, operávamos com vinte e três centros de distribuição localizados estrategicamente em 16 estados brasileiros, cuja área total de armazenamento é de aproximadamente 651.600 m².

Cada centro de distribuição é responsável por abastecer lojas e fazer entregas em domicílio para as suas respectivas regiões de abrangência. A distribuição de produtos, principalmente para entrega em domicílio, também é suportada por plataformas de passagem rápida de produtos, que são equivalentes a *cross dockings*, onde acontece um processo de distribuição em que a mercadoria recebida é

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

redirecionada sem necessariamente acontecer uma armazenagem no local. Ter centros de distribuição localizados em vários Estados nos permite oferecer um nível de serviço elevado por manter o estoque próximo ao consumidor final e também minimiza os custos da operação de entrega ao cliente final (*last mile*).

O sistema de gestão dos centros de distribuição é desenhado para garantir eficiência em cada fase do processo logístico. Os nossos sistemas acompanham todas as movimentações de estoque em tempo real e adotam controles rígidos para o recebimento das mercadorias em nossos centros de distribuição. Nesse sentido, adotamos os seguintes procedimentos como práticas de gestão: (i) recebimento de mercadorias apenas em data e hora agendada com nossos fornecedores; (ii) conferência da mercadoria com a nota fiscal; (iii) conferência para garantir que os produtos apresentam plena condição de comercialização; (iv) máxima eficiência na ocupação dos espaços dentro do centro de distribuição.

Os centros de distribuição estão divididos por setores, organizados por tipos de produtos e giro dos estoques. O sistema organiza a separação de maneira a garantir alta produtividade. Todos os produtos são identificados com etiquetas que contêm as lojas para as quais eles se destinam ou com todas as informações dos clientes para quem o produto será entregue.

Possuímos cerca de 8.200 micro-transportadoras terceirizadas que distribuem nossos produtos nas localidades em que temos lojas físicas, a qual denominamos de Malha Luiza. As transportadoras são cuidadosamente selecionadas e monitoradas por nossa equipe logística. Acreditamos que nosso sistema logístico, multicanal e integrado é uma grande vantagem competitiva na medida em que nos proporciona prazos e custos de entrega menores do que a média do mercado. As transportadoras atuam com grande escala regional, atendendo numa mesma localidade, os clientes de todos os canais. A Malha Luiza é responsável pela distribuição de mercadorias dos centros de distribuição para as lojas físicas (abastecimento) e pelas entregas para o cliente final, seja das compras realizadas nas lojas físicas ou no *e-commerce*.

Em maio de 2018, adquirimos a startup de tecnologia Logbee (atual Magalog) que é uma plataforma que gerencia em tempo real entregas expressas de produtos leves, realizadas diariamente por diversos parceiros, empreendedores e donos de seus próprios veículos. Por meio de um aplicativo fácil e intuitivo, a Magalog distribui os pedidos e indica o melhor roteiro a ser seguido pelos parceiros, maximizando a quantidade de entregas no mesmo dia. Com esta aquisição, complementamos e fortalecemos a Malha Luiza, que aumentará de forma significativa a participação na entrega de produtos leves, com a mesma eficiência e qualidade das entregas que já realiza. A Magalog utiliza as nossas lojas como mini centros de distribuição, sempre com o objetivo de aumentar a velocidade e reduzir o custo total da entrega. Quando adquirimos a Logbee (atual Magalog), ela atuava apenas em São Paulo e, na data deste Formulário de Referência, já está em presente em mais de 720 cidades e avançando rapidamente.

Além disso, nosso sistema logístico possibilita a implementação da modalidade Retira Loja (sistema que permite que clientes que comprem por meio das plataformas digitais retirem os produtos adquiridos em qualquer uma de nossas lojas físicas), com custos adicionais mínimos, na medida em que as mesmas transportadoras que realizam o abastecimento das lojas físicas também levam para as lojas mercadorias compradas pelos clientes do *e-commerce*.

Em outubro de 2020, adquirimos a GFL Logística LTDA ("GFL") que é uma das principais plataformas de logística para o *e-commerce* com grande presença no interior de São Paulo e sul de Minas Gerais, reforçando a estratégia de entregar cada vez mais rápido e expande de forma significativa serviços como a coleta e last mile para os *sellers*, reduzindo drasticamente os custos e prazos de entrega no marketplace. A GFL foi fundada com o objetivo de atender com excelência o segmento de transportes para o *e-commerce*. De forma "asset-light", ela cresceu rapidamente, e hoje atende mais de 1.850

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

idades, conta com 45 áreas de cross docking e cerca de 850 motoristas independentes, que realizam todos os dias as coletas e entregas de produtos leves do *e-commerce*, com seus próprios veículos.

Além da aquisição da GFL em 2020, o Magalu também adquiriu a SincLog, uma plataforma de tecnologia que é utilizada pela GFL e por mais de 30 transportadoras. A SincLog é uma solução para empresas de logística, que possibilita gestão de cargas, emissão de documentos fiscais e averbações, controle das tabelas de frete e da remuneração dos motoristas, além de fornecer informações de qualidade e em tempo real e que possibilita ao Magalu gerenciar de forma ainda mais eficiente as entregas de last mile da sua plataforma.

(c) características dos mercados de atuação

Nossa indústria

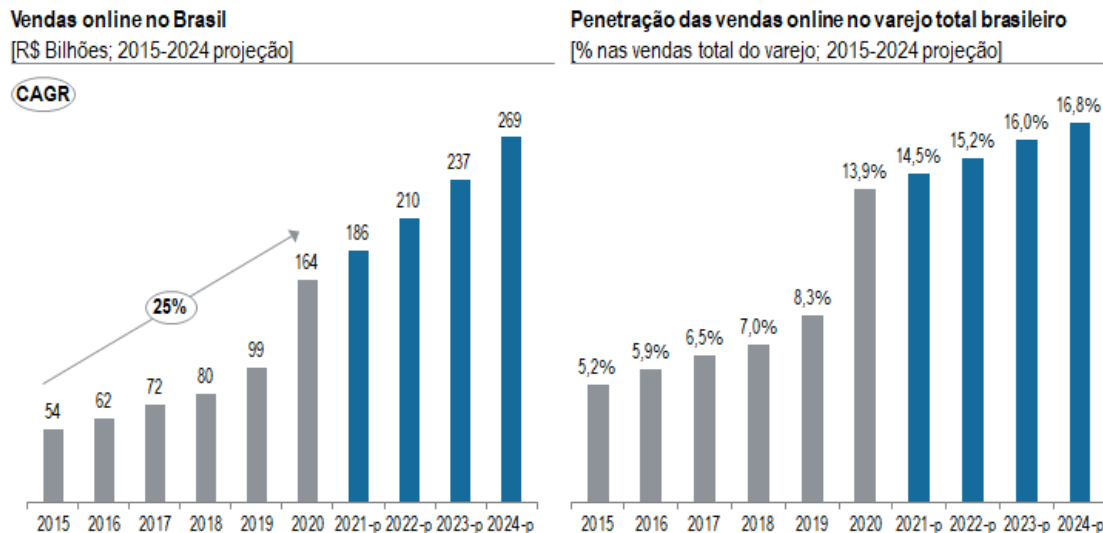
Agora mais do que nunca, entendemos que o *e-commerce* está moldando o mercado varejista brasileiro.

À medida que a penetração do acesso à internet cresce globalmente, o *e-commerce* passa a representar uma parcela significativa do crescimento do mercado varejista, sendo impulsionado, principalmente, pelo contínuo aumento de operações business to customer (B2C) e também por operações business to business (B2B).

Essa tendência global está conduzindo varejistas brasileiros a adaptarem continuamente seus canais de venda a uma realidade cada vez mais conectada, desenvolvendo plataformas on-line robustas e de fácil utilização, adaptando-se também às necessidades dos consumidores e parceiros e ao crescente intercâmbio de bens e serviços on-line. Mais especificamente, companhias têm focado estrategicamente no desenvolvimento de plataformas marketplace (3P) que, diferentemente de operações de venda direta (1P), permitem a oferta de uma gama maior de produtos, acesso instantâneo e direto a uma audiência maior de *sellers*, maior crescimento de vendas e rentabilidade operacional, entre outros benefícios para todas as partes do processo de compra e venda.

O mercado brasileiro representa uma oportunidade considerável dado seu tamanho relevante e sua, ainda baixa, penetração do canal de *e-commerce* no varejo nacional, características que lhe propiciam altas taxas de crescimento. De acordo com Euromonitor, o mercado brasileiro de *e-commerce* cresceu a um CAGR de 25%, entre 2015 e 2020 e encerrou 2020 com 13,9% de penetração, uma taxa ainda baixa comparada a mercados mais maduros como China (27,3%), Reino Unido (25,2%) e Estados Unidos (20,3%). A expectativa é que em 2021 o *e-commerce* represente 14,5% do total de vendas no Varejo, equivalente a um mercado de mais de R\$186 bilhões.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Visão geral do e-commerce

No Brasil, 79,7 milhões de consumidores fizeram pelo menos uma compra on-line em 2020, representando um aumento de 29% comparado a 2019, segundo a E-bit Nielsen - Webshoppers.

Acreditamos que o Brasil deva continuar a ser um dos mercados de *e-commerce* de maior crescimento do mundo, impulsionado pelos seus sólidos fundamentos, incluindo:

- 1) Baixa, porém crescente penetração do acesso à internet: A penetração do acesso à internet está crescendo rapidamente no Brasil, atingindo 71% da população em janeiro de 2020 (dados We are social). Apesar do intenso e constante aumento do acesso à internet, os níveis brasileiros de penetração permanecem abaixo dos níveis de mercados maduros, tais como o Reino Unido (96%) e os Estados Unidos da América (87%), o que demonstra uma oportunidade para ainda mais crescimento. Um dos maiores públicos on-line do mundo: Com uma população total de 212 milhões de habitantes em janeiro de 2020, o Brasil possui um dos maiores mercados on-line, com mais de 150 milhões de usuários de internet, segundo o We are Social. Desse modo, o Brasil posiciona-se como um dos maiores mercados em termos de usuários on-line, atrás apenas dos Estados Unidos da América, da China e da Índia.
- 2) População numerosa e jovem com vocação para o *e-commerce*: De acordo com o IBGE (Censo 2010), aproximadamente 113 milhões de brasileiros têm menos de 35 anos, representando cerca de 60% da população brasileira total. O contínuo e rápido aumento da penetração do acesso à internet no Brasil, aliada a uma população ainda jovem, deve contribuir para estimular ainda mais o crescimento e o desenvolvimento do mercado de *e-commerce* no Brasil.
- 3) Resultados positivos no mercado de *E-commerce* brasileiro: De acordo com a Euromonitor o mercado brasileiro online vem crescendo a uma taxa de 25% (CAGR 2015-2020) desde 2015. E segundo fontes da Neotrust (Compre e Confie) o mercado online no Brasil atingiu um total de 301 milhões de pedidos. Além disso, o acesso pela população brasileira a mais de 100 milhões de cartões de créditos ativos (2019), de acordo com o Banco Central do Brasil, corroborando ainda mais para a expansão da participação do *E-commerce* brasileiro.
- 4) Aumento no acesso a dispositivos móveis e crescimento de sua participação nas compras on-line: Mudanças socioeconômicas associadas a uma redução nos custos de aquisição conduziram a um expressivo aumento nos números de dispositivos móveis existentes no Brasil, juntamente com a notável preferência dos consumidores por dispositivos móveis versus

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

outros eletroeletrônicos pessoais, como desktops e notebooks. De acordo com a 31ª Pesquisa Anual do Uso de TI desenvolvida pela FGV/EAESP, o número de smartphones no Brasil atingiu 234 milhões em 2020, o que representa mais de 1 aparelho por habitante. Adicionalmente, à medida que a infraestrutura de telecomunicações no Brasil melhora continuamente, espera-se que o número de municípios com acesso às redes de internet 4G e 4.5G continue a crescer e superando os atuais níveis de penetração, de 98,6% e 91,4% em maio de 2021, respectivamente. De acordo com dados da Teleco, em maio de 2021, havia cerca de 241 milhões de linhas ativas de celulares, número superior ao de habitantes do Brasil (212 milhões). Além disso, houve um forte crescimento na participação das compras virtuais via dispositivos móveis, que segundo a E-bit aumentou em mais de 8,9 pp em pedidos, evoluindo de 46,2% em 2019 para 55,1% em 2020.

- 5) Engajamento da população brasileira na internet e nas mídias sociais: Segundo dados da We are Social, a população brasileira tem uma das taxas mundiais mais alta de tempo dedicado à internet, com uma média de 9:17 horas por dia (em comparação a 06:42 horas nos Estados Unidos, 05:28 horas no Reino Unido e 05:50 horas na China) e nas mídias sociais, com uma média de 03:31 horas por dia (comparado à 03:25 horas por dia no México, 02:03 horas nos Estados Unidos e 01:42 horas no Reino Unido). Ao dedicar mais de 9 horas diárias conectada à internet e 3 horas às mídias sociais, acreditamos que a população brasileira possui importantes características para o contínuo desenvolvimento do setor de *e-commerce* no Brasil, aumentando também a penetração de vendas do setor no varejo vis-à-vis a economias mais maduras.
- 6) Hábitos do consumidor brasileiro e interação on-line/offline: Segundo pesquisas preliminares realizadas nos Estados Unidos, França e Índia, os preços de vendas no varejo on-line tendem a ser menores do que aqueles do varejo físico, o que ajuda a fomentar o contínuo desenvolvendo do setor globalmente à medida que os consumidores buscam as melhores opções de compra. Adicionalmente, acreditamos que através de nosso mix único de lojas físicas canais de venda on-line estamos bem posicionados para atender tanto os consumidores que optam pelo “ROPO” (Research On-line/Purchase Offline) quando pelo “PORO” (Purchase On-line/Research Offline).
- 7) O advento da Internet das coisas: O crescente uso de produtos interconectados como Smart TVs, Smart Assistants, Smart Outlets, Smart Security Devices entre outros deverá impulsionar a demanda por produtos eletrodomésticos, uma de nossas principais linhas. Como consequência do aumento do uso de produtos interconectados haverá também uma constante e crescente geração de dados que necessitarão serem processados e analisados. Ferramentas de Big Data, como o nosso sistema BOB, deverão executar um papel crucial nesse novo ambiente. Espera-se que tais ferramentas sejam capazes de propiciar soluções inteligentes e eficazes para campanhas de marketing, análise de comportamento dos consumidores, gestão de estoques e gestão logística, aumentando a eficiência operacional e os volumes de venda.
- 8) Aprimoramento de plataformas marketplace: O desenvolvimento expressivo das plataformas marketplace no Brasil tem permitido um amplo acesso online a uma gama significativamente maior de produtos versus as que são tradicionalmente ofertadas em lojas físicas, resultando em uma experiência de compra mais completa e efetiva para os consumidores. O que anteriormente precisava ser procurado em lojas físicas ou sites diferentes, atualmente pode ser comprado em um só lugar, consequentemente com um aumento no volume de compras, receitas e rentabilidade.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- 9) Alto mercado endereçável de comerciantes: De acordo com dados do Serasa, existem 5.5 milhões de comerciantes no CNAE referente ao segmento de varejo. Esses comerciantes têm a possibilidade de entrar na nossa plataforma e usar nossos serviços.

A combinação de um grande mercado online e população voltada para o *e-commerce* no Brasil contribui para um expressivo TAM (Total Addressable Market), estimado em R\$1.2 trilhões¹, de acordo com o IPCMaps para o ano de 2020. Nosso market share nesse mercado varejista total, também segundo a mesma fonte, é de 3,5%.

Ainda, a digitalização da população brasileira está impulsionando o crescimento de *e-commerce* no Brasil. Essa tendência pode ser verificada a partir da evolução de e-shoppers (compradores online) no Brasil, cujo crescimento anualizado estimado pela Ebit entre 2015 a 2020 foi de 16,2%, enquanto a população total brasileira e o número de usuários de Internet cresceram à taxas de 0,7% e 6,3% respectivamente no mesmo período:

[R\$ Milhões]	2015	2020	CAGR [%; 15-20]
População Brasil	204,5	212,6	0,8%
Usuários de internet	110,6	150,6	6,4%
E-shoppers	39,1	79,7	16,2%

Fonte: Euromonitor; IBGE; Ebit-Nielsen

Visão geral do *e-commerce* em alguns de nossos segmentos de atuação

O mercado online para categorias como eletrodomésticos e eletrônicos já está em níveis semelhantes ao de países maduros. Entretanto, categorias como de vestuário, higiene e cuidados pessoais, mercado (alimentos e bebidas) e pet, por exemplo, ainda estão em patamares inferiores ao observado em outros países como China e Estados Unidos.

Eletrônicos e eletrodomésticos: Eletrônicos e eletrodomésticos são as categorias que representam o maior segmento de vendas online. Estimamos que em 2020 essas categorias tenham atingido um total de R\$80,3 bilhões em vendas no *e-commerce*, tendo alcançado níveis de penetração online semelhantes aos de países maduros.

Roupas, calçados e artigos esportivos (Moda e Esporte): O *e-commerce* de roupas, calçados e artigos esportivos é um mercado com alto potencial de crescimento. Estimamos que essa categoria tenha atingido um total de vendas online de R\$22.4 bilhões em 2020. De acordo com a Euromonitor, entre 2015 e 2020, o crescimento anualizado do segmento foi de 34.5%, o que representa um dos maiores crescimentos de vendas online.

Cosméticos, perfumaria e cuidados pessoais (Beleza, Farma e CP): Estimamos que em 2020, esse segmento tenha vendido no online um total de R\$10.8 bilhões. Essa categoria no Brasil possui uma penetração online de apenas 7%, percentual que quando comparado com o de países maduros como China (36%) e Estados Unidos (17%) demonstra o tamanho do potencial deste segmento.

Alimentos e bebidas (Mercado): O setor alimentício é o maior em termos de representatividade em vendas no varejo total, entretanto, no canal online mesmo em ano de pandemia as vendas somaram um total de apenas R\$3.9 bilhões em 2020. Essa categoria ainda possui uma penetração no online de

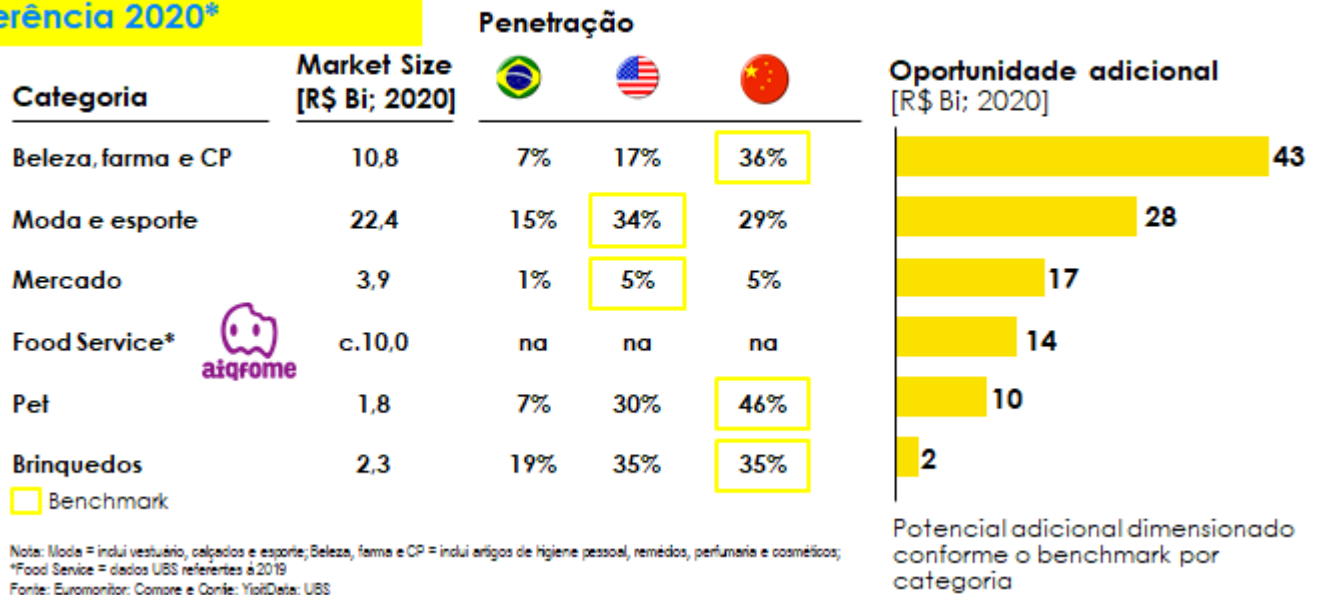
¹ Considera GMV total (online e offline).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

apenas 1% no Brasil, porém também possui grande potencial quando comparado a mercados mais maduros.

Ainda, considerando alguns dos principais segmentos de *e-commerce*, nós já estamos posicionados nas categorias que apresentam maior potencial de crescimento, conforme tabela abaixo.

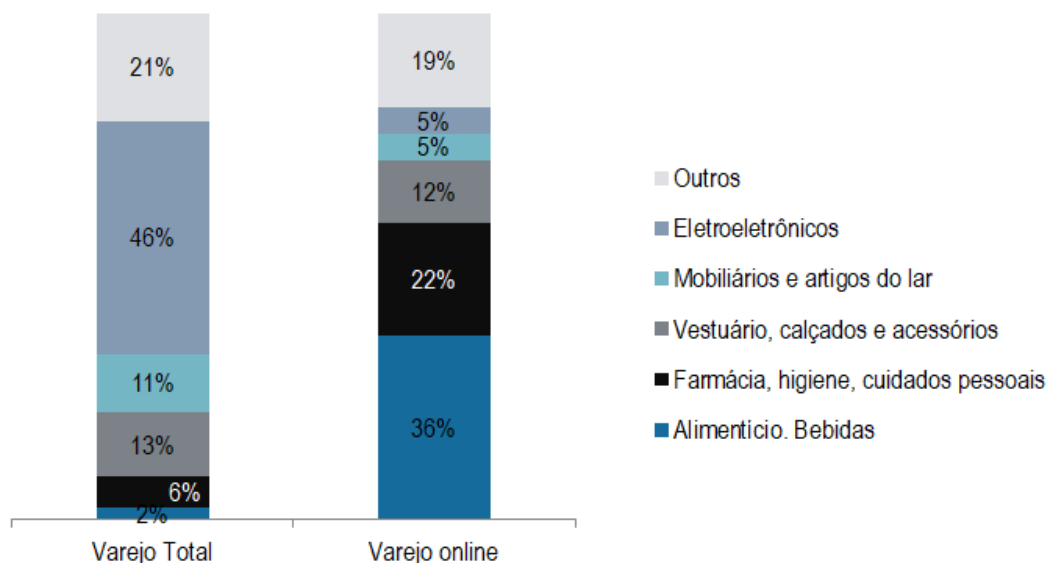
Oportunidade por categoria Referência 2020*



Fonte: Euromonitor; Compre e confie (Neotrust); YipitData; UBS; Magalu

No Brasil, o comércio online ainda é caracterizado predominantemente pela venda de bens duráveis. De acordo com a Euromonitor e dados IPCMaps, as vendas no varejo total e online têm composições bastante distintas, sendo que o segmento mais representativo no varejo total, o Alimentício, bebidas e limpeza tem representação muito inferior no comércio online.

Vendas no Varejo Total e por Categoria (% , 2020)



Fonte: Euromonitor; Compre e confie (Neotrust); YipitData; UBS; IPCMaps; Magalu

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Visão geral do mercado de móveis, eletrodomésticos e bens duráveis

O mercado de móveis, eletrodomésticos e bens duráveis possui uma maior dependência do desempenho econômico, e sendo influenciado, principalmente, pela renda dos consumidores e pela disponibilidade de crédito. Na última década, o setor apresentou um perfil de forte crescimento, apoiado pela estabilização da economia brasileira, pela redução dos níveis de desemprego e pelo aumento dos salários reais.

No entanto, desde 2015, devido à deterioração das condições macroeconômicas, o setor tem sido adversamente impactado. Os anos de 2015 e 2016 foram muito desafiadores para o setor varejista brasileiro como um todo, que foi afetado, em particular, por eventos adversos à renda disponível dos consumidores, índices mais altos de desemprego (9,0% em 2015 e 12,0% em 2016), índices mais altos de inflação (10,7% em 2015 e 6,3% em 2016) e maiores taxas de juros (14,3% em 2015 e 13,8% em 2016).

Como consequência, de acordo com o IBGE e a Pesquisa Mensal de Comércio, o setor de varejo apresentou um crescimento nas vendas nominais de 3,2% e 4,5% em 2015 e 2016, respectivamente. Durante o mesmo período, o setor de móveis e eletrodomésticos apresentou uma queda de 11,8% e 7,5%.

Em 2018, enfrentamos uma recuperação ainda lenta da economia brasileira, com desemprego elevado, porém com taxas de inflação e juros controlados. A inflação do ano ficou em 3,7% comparado a 2,9% em 2017. E a taxa de juros atingiu 6,5% em dezembro de 2018 comparado a 7,0% em dezembro de 2017. De acordo com o IBGE, o setor de móveis e eletrodomésticos apresentou uma queda de 1,4% em 2018. No final de 2018, de acordo com a FGV, o índice de confiança do consumidor voltou a subir e, somado a condições macroeconômicas favoráveis (inflação, juros, etc), encerramos o ano com sinais positivos de recuperação econômica.

Em 2019, continuamos enfrentando uma recuperação lenta da economia brasileira, com desemprego elevado, porém com taxas de inflação e juros controlados. A inflação do ano ficou em 4,3% e a taxa de juros atingiu 4,9% em dezembro de 2019 comparado a 6,5% em dezembro de 2018. De acordo com o IBGE, o setor de móveis e eletrodomésticos cresceu apenas 6,7% em 2019.

Iniciamos 2020 com sinais sólidos de retomada do crescimento, beneficiados pela elevação da confiança, a aprovação da reforma da Previdência e ao anúncio de uma agenda de medidas (reforma tributária e reforma administrativa) de forma a endereçar o quadro fiscal do país. Adicionalmente, tanto as taxas de inflação, quanto as taxas de juros continuavam em níveis historicamente baixos, o que favorece o investimento e crescimento da economia.

Porém, com a disseminação do novo coronavírus (COVID-19) pelo mundo, atingindo o Brasil durante o primeiro trimestre, o cenário econômico mudou. Uma crise de feições ainda não totalmente conhecidas se alastrou, impactando indivíduos, organizações e economias. Se por um lado a crise tem prejudicado o desempenho do varejo físico em função do fechamento temporário das lojas, o *e-commerce* passa por uma forte aceleração de vendas. De acordo com a Compra e Confie, em maio de 2020, o mercado de *e-commerce* no Brasil cresceu expressivos 128%.

Ademais, ainda existe no setor varejista brasileiro um significativo nível de informalidade. Entretanto, acreditamos que tal informalidade tem sido gradualmente combatida pelo Governo, à medida que meios de monitoramento eficientes e informatizados, tais como o Recibo Eletrônico, são adotados e implementados em todas as áreas comerciais.

Entendemos também que a regulação da substituição tributária na cobrança do ICMS contribui para redução da evasão fiscal e as consequentes operações de informalidade ao longo de toda a cadeia de suprimentos até o cliente final. Neste cenário, as empresas que têm sua rentabilidade dependente da

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

informalidade poderão ser penalizadas e ter suas operações enfraquecidas, dando espaço para um significativo movimento de reconfiguração do setor, no qual os consolidadores serão os players mais bem estruturados em termos de capacidade de gestão, governança e compliance, e estrutura de capital.

Dinâmica competitiva

Em função da crise econômica dos últimos anos, a maioria das empresas estão buscando preservar sua rentabilidade, adotando políticas de preço mais racionais. Nesse sentido, ficamos mais competitivos, pois sempre adotamos uma estratégia de crescimento com lucro sustentável. Além disso, pequenas e médias empresas continuam enfrentando dificuldades relacionadas à abastecimento e crédito para financiamento de seus clientes, favorecendo um cenário de consolidação no setor, onde as empresas maiores e mais preparadas ganham participação de mercado, o que acreditamos ser o nosso caso.

Os principais competidores da Companhia são: Mercado Livre, B2W, Via Varejo, Máquina de Vendas, Walmart, Carrefour, entre outros.

(d) eventual sazonalidade

Não possuímos relevante sazonalidade, tendo em vista o nosso calendário promocional distribuído ao longo do ano.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

Não possuímos processo de produção e, portanto, não trabalhamos com insumos e matérias primas.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total**(a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía clientes que individualmente fossem responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total no último exercício social, bem como no período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía clientes que individualmente fossem responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total no último exercício social, bem como no período de três meses findo em 31 de março de 2021.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Nossas atividades de varejo não dependem de autorizações, licenças ou alvarás expedidos por entidades governamentais para condução de seu regular exercício. A despeito de não haver necessidade de autorizações e/ou licenças de reguladores, e/ou de qualquer outro tipo de poder concedente, há obrigação de registro em alguns cadastros públicos, exigidos a níveis federal, estadual e municipal. Ademais, no que se refere ao funcionamento de nossas lojas e novas instalações é obrigatório a obtenção de alvarás e de algumas licenças.

A não obtenção ou não renovação dessas licenças ou alvarás pode acarretar um efeito adverso relevante para as condições operacionais das nossas instalações, bem como para as condições financeiras da Companhia como um todo. A incapacidade de cumprir com os regulamentos aplicáveis ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia, poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências, imposição de multa simples e/ou diária, revogação de licenças ou alvarás já concedidos, suspensão de atividades, embargos de instalações entre outros.

(i) *Regulamentação para o Funcionamento da Luizacred*

Nos termos do art. 2º do Regulamento, Anexo I da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 4.122, de 2 de agosto 2012, conforme alterada (“**Resolução nº 4.122/12**”), o funcionamento de uma Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“SCFI”) no Brasil depende: (i) da constituição da SCFI em conformidade com as normas legais e regulamentação aplicáveis; e (ii) da autorização para funcionamento da SCFI pelo BACEN.

Nos termos do inc. III, do art. 1º da Resolução do CMN nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, conforme alterada (“**Resolução nº 2.099/94**”), uma SCFI deverá observar, de forma permanente, o limite mínimo de capital integralizado e de patrimônio líquido de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Ainda, nos termos do artigo 1º do Regulamento Anexo II da Resolução nº 4.122/12, a posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais de uma SCFI são privativos de pessoas cuja eleição ou nomeação tenha sido aceita pelo BACEN, a quem compete analisar os respectivos processos e tomar as decisões que considerar convenientes ao interesse público. A eleição ou a nomeação de membros de órgãos estatutários ou contratuais deve ser submetida à aprovação do BACEN, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua ocorrência, devidamente instruída com a documentação definida pelo BACEN, observados os demais requisitos previstos na Resolução nº 4.122/12.

A Luizacred obteve sua licença para funcionamento em 2001 e desde então registra um bom histórico de relacionamento com o BACEN.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 34, inciso II da Circular Bacen, 3.885/18, a Luizacred está dispensada de obtenção de autorização para funcionar como emissor de instrumento de pagamento pós-pago, tendo em vista sua classificação de SCFI.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(ii) *Regulamentação para o Funcionamento da Luizaseg*

Os setores de seguros e previdência complementar no Brasil estão sujeitos a abrangente regulamentação. O Sistema Nacional de Seguros Privados, criado pelo Decreto-Lei nº 73/66, é composto (i) pelo CNSP, (ii) pela SUSEP, (iii) pelas companhias de seguros e entidades de previdência complementar que foram devidamente autorizadas a realizar negócios no mercado local, (iv) pelas companhias de resseguro e (v) pelos corretores de seguros devidamente registrados.

No Brasil, a regulamentação das atividades de seguro, resseguro e de previdência complementar é realizada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Subordinado ao Ministério da Economia, o CNSP é órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados. É composto por representantes de alguns ministérios e também da Superintendência de Seguros Privados, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

A SUSEP é uma autarquia encarregada da implementação e condução das diretrizes e políticas estabelecidas pelo CNSP e da supervisão das companhias de seguros, dentre outros. A SUSEP não regulamenta nem supervisiona (i) as entidades de previdência complementar fechadas nem (ii) as operadoras de planos privados de assistência à saúde.

Além disso, o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP é um órgão governamental sob a supervisão do Ministério da Economia, responsável pela revisão das decisões tomadas pela SUSEP. Esse órgão revê em segunda instância as decisões proferidas pela SUSEP. As decisões administrativas do CRSNSP são definitivas e vinculantes em relação às partes sujeitas à sua jurisdição.

A Luizaseg possui todas as licenças regulatórias para funcionamento e desde sua constituição em 2005 registra um bom histórico de relacionamento com a administração pública.

(iii) *Regulamentação Estatal para o Funcionamento do Consórcio Luiza*

O Banco Central é o órgão responsável pela normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das atividades do sistema de consórcios, conforme poderes que lhe foram conferidos pelo art. 6º, da Lei nº 11.795/08.

O grupo de consórcio é a reunião de pessoas naturais e/ou jurídicas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, promovida por administradora de consórcio, com a finalidade de propiciar a seus integrantes, de forma isonômica, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. O contrato de participação em grupo de consórcio, por adesão, poderá ter como referência bem móvel, imóvel ou serviço de qualquer natureza. Todos os grupos da administradora são independentes. Recursos de um grupo não podem ser transferidos para outro, nem se confundem com o patrimônio da administradora.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Também compete ao Banco Central conceder autorização para constituição e funcionamento de uma administradora de consórcios, além de fiscalizar as administradoras e as operações de consórcio, bem como os atos de seus administradores.

As administradoras de consórcio devem remeter periodicamente ao Banco Central informações contábeis e não-contábeis sobre as operações de consórcio.

De autoria do Poder Legislativo, em 8 de outubro de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.795, que “dispõe sobre o Sistema de Consórcio”, a qual entrou em vigor em 6 de fevereiro de 2009, constituindo assim, um marco e conquista do sistema de consórcio. Ela define, dentre outros assuntos, que (i) os interesses do grupo prevalecem sobre o interesse individual do consorciado; (ii) o grupo de consórcio é autônomo em relação aos demais e possui patrimônio próprio, que não se confunde com o de outro grupo, nem como o da própria administradora; (iii) os recursos dos grupos serão contabilizados separadamente; (iv) estabelece regras para a responsabilização e punição dos gestores das administradoras de consórcio; (v) as garantias que serão exigidas dos consorciados contemplados; (vi) a devolução ao consorciado excluído; (vii) define as penalidades a serem impostas aos administradores em caso de cometimento de infrações.

A constituição e o funcionamento de grupos de consórcio são regulados pelas Circulares nº 2.332/93 e 3.432/09, do Banco Central do Brasil, esta última dispõe sobre (i) os requisitos mínimos que deverão constar na proposta de participação em grupo de consórcio; (ii) as garantias que serão exigidas dos contemplados, observando-se o segmento; (iii) a aplicação dos recursos do grupo; (iv) as normas de constituição do grupo, quantidade de participantes e limite de cotas por participante; (v) as formas de contemplação e utilização do crédito; (vi) dissolução do grupo; (vii) realização de assembleias.

Já os processos de concessão de autorização para constituição e funcionamento, transferência de controle, prática de outros atos societários e exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais em administradoras de consórcio, são regulados pela Circular nº 3.433/09, do Banco Central do Brasil.

O Consórcio Luiza obteve sua licença para funcionamento em 1992 e desde então registra um bom histórico de relacionamento com o BACEN.

(iv) Regulamentação para Magalu Pagamentos

Em outubro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.865 que dispõe, dentre outros, sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiros. A Lei instituiu o Banco Central do Brasil como órgão regulador do mercado de meios de pagamento no país e estabeleceu uma série de novos conceitos, como: (i) arranjo de pagamento, (ii) instituidor de arranjo de pagamento, (iii) instituição de pagamento, (iv) conta de pagamento, (v) instrumento de pagamento e (vi) moeda eletrônica.

Em março de 2018, o BACEN publicou a Circular nº 3.885 que determina, dentre outros, os requisitos e os procedimentos para autorização para funcionamento de instituições de pagamento e prestação de serviços de pagamento por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Nos termos do art. 6º da Circular nº 3.885/2018, uma vez atingidos determinados valores financeiros de transação, a instituição de pagamento estará sujeita aos requisitos e procedimentos de autorização para funcionamento, devendo submeter um pedido de autorização ao BACEN.

A Companhia constituiu uma instituição de pagamentos denominada Magalu Pagamentos, que começou o exercício das suas atividades em novembro de 2019, e em abril de 2020 atingiu a volumetria definida inciso I do artigo supracitado.

Assim, o pleito para obtenção de autorização foi submetido ao BACEN em maio de 2020 e desde então, a Companhia aguarda a deliberação para atuar com uma Instituição de Pagamentos autorizada pelo Bacen.

Cabe pontuar que as instituições de pagamento não são consideradas instituições financeiras e não podem exercer atividades típicas de tais instituições, conforme disposto na regulamentação aplicável. Contudo, as instituições de pagamento e seus administradores devem observar e cumprir certas leis e regulamentações aplicáveis a instituições financeiras, relacionadas, por exemplo, à obtenção de aprovação para realização de determinadas operações societárias, ao sigilo bancário, ao cadastro de clientes do Sistema Financeiro Nacional, à implantação de sistemas de controles internos, às atividades relacionadas à prevenção de lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, às penalidades, ao Regime Especial de Administração Temporária, à intervenção e à liquidação extrajudicial.

(v) *Regulação das Operações de Tratamento de Dados Pessoais*

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema privacidade e proteção de dados, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo Poder Judiciário, tendo como base as mencionadas normas.

Ainda, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores., estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes. Com a evolução da tecnologia de processamento e tratamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores., determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais, e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020.

Conforme anteriormente mencionado, a LGPD trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia e incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD é aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais.

A título exemplificativo, a LGPD prevê, dentre outras providências, o dever de transparência por parte do controlador dos dados, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigação de designar um encarregado pelo tratamento de dados, regras relacionadas a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, requisitos e obrigações relacionadas à transferência e compartilhamento de dados, com regime especial relacionado à transferência internacional de dados.

Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que tem poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

A LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, mas, a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) somente poderá ser feita a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente;

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Ademais, após a entrada em vigor da LGPD, caso nossas operações de tratamento de dados estejam em desconformidade com as disposições previstas em referida lei, estaremos sujeitos às seguintes sanções administrativas previstas na LGPD: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) multa de até 2% do faturamento da empresa ou do grupo, observado o limite de R\$ 50 milhões por infração; (c) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (d) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização; e (e) eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.

Assim, com a entrada em vigor da LGPD, estamos em processo de adaptação de nossas operações e modelo de negócios de forma a atender aos limites e obrigações estabelecidos em referida lei e, desse modo, revendo nossos processos internos, políticas e práticas comerciais para adaptá-los à nova lei.

Cabe a ressalva de que a aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD foi adiada para o dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

(vi) Regulamentação Anatel para MVNO

Com o intuito de viabilizar a oferta dos serviços denominados Maga+, a Companhia celebrou o Contrato de Representação para Prestação do Serviço Móvel Pessoal por Meio de Rede Virtual Credenciada com a EuTV Consultoria e Intermediação de Negócios S.A. - atualmente sob a denominação Surf Telecom S.A.. Destarte, desde 2018, atuamos como uma Mobile Virtual Network Operator (“**MVNO**”) na modalidade credenciada (“**MVNO Credenciada**”), nos sujeitando a regulamentação da Agência Nacional das Telecomunicações (“**Anatel**”) aplicável a esse tipo de operação.

MVNO é uma sigla para Mobile Virtual Network Operator, em português traduzida como Operadora de Rede Virtual Móvel, e se trata de uma operadora de serviços móveis que não possui rede ou radiofrequência própria, portanto, utiliza a estrutura de prestadoras de serviços de telecomunicações já atuantes no setor.

É aplicável a esse tipo de operação a Resolução nº 550 de 22 de novembro de 2010, que aprovou o Regulamento sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual (“**Regulamento MVNO**”). O Regulamento de MVNO determinou a possibilidade de prestação do serviço em duas modalidades: (i) MVNO Credenciada; e (ii) MVNO autorizada.

Como a Companhia atua como MVNO Credenciada, a sua atuação no setor se limita a uma representante da Surf Telecom, revendendo os serviços de telecomunicações de acordo com o seu modelo de negócio, conforme Contrato de Representação para Prestação do Serviço Móvel Pessoal por Meio de Rede Virtual Credenciada e seus aditivos. A atuação da Companhia como MVNO Credenciada não se confunde com a efetiva prestação de serviços de telecomunicações, que somente pode ser prestado mediante autorização da Anatel.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Como consequência do modelo, a MVNO Credenciada está sujeita a uma interação menor com a Anatel, se responsabilizando pelo cumprimento das obrigações previstas no próprio Regulamento MVNO, e outras de natureza consumerista por ter responsabilidade solidária com a Surf Telecom nos limites previstos na matriz de responsabilidade do Contrato de Representação para Prestação do Serviço Móvel Pessoal por Meio de Rede Virtual Credenciada.

(vii) Prevenção à lavagem de dinheiro

A lei brasileira de prevenção à lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998, modificada pela Lei nº 12.683/2012), que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, estabelece um rol de pessoas obrigadas a auxiliar o poder público na prevenção e combate às atividades de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo. As pessoas jurídicas obrigadas a manter controles e monitoramento de prevenção à lavagem de dinheiro são todas aquelas que exercem atividades em algum setor de riscos, que foram elencados no art. 9º da citada lei.

A Companhia atua em alguns desses setores e, portanto, já instituiu e mantém: (i) procedimento de identificação do seu cliente e manutenção das informações cadastrais; (ii) registros das operações envolvendo moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais ou qualquer outro ativo passível de conversão em dinheiro; (iii) controles internos e registros consolidados, que permitam verificar a identidade do cliente, sua capacidade financeira e eventual compatibilidade com a movimentação de recursos e a atividade econômica desenvolvida; (iv) procedimentos de acompanhamento e monitoramento das operações ou propostas realizadas pelos clientes, com vistas a detectar situações que, por suas características (forma de realização, partes envolvidas, valores, frequência, instrumentos utilizados ou falta de fundamento econômico ou legal) possam indicar a existência de indícios de lavagem de dinheiro ou tentativas de violar os mecanismos de controle existentes; e, (v) procedimento de comunicação às autoridades competentes (sem o conhecimento do cliente) dos indícios de irregularidades detectados e de operações realizadas em espécie, acima do valor definido pelo regulador específico de cada atividade.

Em janeiro de 2020, o Banco Central do Brasil editou a Circular nº. 3.978/20, que entrou em vigor em 1º de outubro de 2020. O novo regramento atualizou os requisitos dos programas de prevenção à lavagem de dinheiro que eram adotados pelas administradoras de consórcio e pelas Instituições de Pagamento. Dentre as inovações trazidas pela referida Circular, destacam-se: (i) ampliação do grupo de pessoas caracterizadas como expostas politicamente dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e nas esferas federal, estadual e municipal; (ii) detalhamento de programa de monitoramento de riscos, que exige uma estrutura robusta para fins de análise e reporte de operações suspeitas; e (iii) atualização das regras de comunicação de operações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

Destarte, a Companhia realizou as adequações necessárias em suas políticas e procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo a fim de garantir a conformidade com os novos requisitos instituídos pela referida Circular.

(viii) Regulação Ambiental

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Licenciamento Ambiental

De acordo com a Lei Federal nº 6.938/1981 (“**Política Nacional do Meio Ambiente**”), a construção, instalação, ampliação e operação de estabelecimentos ou atividades que utilizem recursos naturais ou que possam ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou, ainda, passíveis de causar degradação ambiental, estão sujeitas ao licenciamento ambiental, que pode vir a ocorrer em âmbito federal, estadual ou municipal. As diretrizes para a determinação do órgão ambiental competente para a realização do licenciamento estão disciplinadas na Lei Complementar nº 140/2011.

Conforme definido pela Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“**CONAMA**”), o processo de licenciamento ambiental engloba, em regra, três diferentes modalidades de licença, cada uma correspondendo a uma fase particular do empreendimento: a Licença Prévia (“**LP**”), concedida na fase preliminar e que avalia a viabilidade ambiental e locacional do empreendimento, bem como as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade; a Licença de Instalação (“**LI**”), que autoriza a sua efetiva instalação e implementação, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, a Licença de Operação (“**LO**”) que autoriza o início de seu funcionamento ou das operações do empreendimento e/ou atividade licenciada.

A Companhia desenvolve atividades comerciais, bem como possui centros de distribuição. Sua atividade industrial pode estar sujeita ao licenciamento ambiental municipal, no qual os órgãos ambientais de cada município onde a unidade ou filial está localizada são os responsáveis pelo processo de licenciamento. A Companhia possui licenças vigentes e certificados de dispensa de licenciamento para suas unidades comerciais e centros de distribuição.

As licenças ambientais devem ser periodicamente renovadas. Como regra geral, a sua renovação deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 dias da data de expiração, para que a vigência desta licença fique automaticamente renovada até a manifestação definitiva do órgão ambiental sobre o pedido de renovação. O não atendimento ao prazo legal implica a perda de validade da licença tão logo ocorra seu o vencimento, independentemente da continuidade do processo de renovação eventualmente iniciado tempestivamente. A operação sem licença ambiental vigente pode sujeitar a Companhia a penalidades nas esferas administrativa e criminal, bem como na pretensão de reparação de eventuais danos ambientais causados pela atividade (responsabilidade civil).

A Resolução CONAMA nº 237/1997 define, de forma geral, quais atividades são consideradas potencialmente poluidoras. O licenciamento ambiental é feito com base na discricionariedade técnica do órgão ambiental competente e nas normas ambientais aplicáveis. Caso a atividade exercida não implique em impacto ambiental, haverá isenção do licenciamento ambiental.

Os estados e municípios, no exercício da competência legislativa concorrente, podem editar legislação própria para complementar o rol das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental previstas na Resolução CONAMA nº 237/1997.

Cabe ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, as especificidades, riscos ambientais, porte e outras características referentes aos empreendimentos ou atividades sujeitas ao licenciamento ambiental. Assim, mesmo que determinada atividade não esteja expressamente indicada na legislação aplicável, o órgão ambiental competente pode exigir o licenciamento por entender se tratar de atividade que, por suas características e/ou localização, seja efetiva ou potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Lei Complementar nº 140, que fixa diretrizes para a atuação cooperativa da União, Estados e Municípios, relativas às ações administrativas decorrentes do exercício de competência comum para proteção do meio ambiente. A execução de atividades potencialmente poluidoras sem as devidas licenças e autorizações válidas pode caracterizar infração administrativa e crime ambiental, sem prejuízo da obrigação de recuperar e indenizar eventuais danos causados. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de simples advertência, aplicação de multa (de R\$ 500,00 a R\$50.000.000,00), embargo ou demolição de obra e até suspensão parcial ou total da atividade.

Uso de recursos hídricos

A Lei Federal nº 9.433/1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (“**PNRH**”) estabelece que os usos de recursos hídricos estão sujeitos à outorga de direito de uso por parte do Poder Público, ato administrativo que confere ao outorgado o direito de uso dos recursos hídricos superficiais ou subterrâneos por prazo determinado, mediante o atendimento a condicionantes expressamente determinadas pelo órgão gestor dos recursos hídricos. Além da outorga, a perfuração e o tamponamento de poços tubulares estão sujeitos a autorizações específicas temporárias, por meio das quais o órgão gestor autoriza a perfuração do poço, pelo prazo e condições previstas expressamente no respectivo ato, e autoriza a sua lacração.

Em termos gerais, a legislação federal dispõe que estão sujeitos à obtenção de outorga e de autorização os seguintes usos de recursos hídricos: (i) derivação ou captação; (ii) lançamento de esgotos e/ou efluentes líquidos; e (iii) a perfuração e tamponamento de poços tubulares. No caso de utilização da rede pública de esgoto para o despejo de efluente sanitário e/ou industrial, a concessionária do serviço é responsável pela obtenção da outorga e o interessado (por exemplo, a Companhia) deve solicitar à concessionária a ligação à rede pública. Caso não seja possível nas condições atuais dos sistemas, a concessionária apresentará as obras complementares necessárias para prolongamento ou reforço da rede. É importante destacar ainda que o rebaixamento do lençol freático, por exemplo, para a construção de subsolos, pode estar sujeito à obtenção de outorga.

A água utilizada pela Companhia em suas atividades é proveniente do sistema público de captação e/ou de soluções alternativas, como por exemplo, poços artesianos. A Companhia possui outorgas válidas para as unidades que realizam atividades de captação de água.

A intervenção em recursos hídricos sem as devidas autorizações e outorgas pode caracterizar infração administrativa e crime ambiental, sem prejuízo da obrigação de indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente. Em nível federal, no âmbito administrativo, as sanções podem variar de simples advertência, aplicação de multas que variam de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e interdição da fonte de utilização dos recursos hídricos, podendo impactar indiretamente as obras relacionadas.

Tais sanções podem ser aplicadas independentemente da eventual necessidade de reparação de danos ambientais, como, por exemplo, no caso de captação superior à permitida que impacte a vazão do corpo d'água envolvido ou no caso de lançamento de efluentes fora dos padrões que implique na poluição do corpo hídrico.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (“**PNRS**”), contém instrumentos importantes para permitir o enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. A referida lei dispõe acerca da (i) prevenção e

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

redução na geração de resíduos, com um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos; (ii) instituição de instrumentos de planejamento; e (iii) imposição que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“**PGRS**”).

O PGRS é um documento que pode ser integrante ou independente do processo de licenciamento ambiental, baseado nos princípios da não geração de resíduos e na minimização da geração de resíduos, que aponta e descreve as ações relativas ao seu manejo, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, reciclagem, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente

A PNRS dispõe que estão sujeitos à elaboração de PGRS os geradores de resíduos industriais, gerados nos processos produtivos e instalações industriais. Nesse caso, considerando a atividade desenvolvida pela Companhia, a elaboração de um PGRS é obrigatória.

Ainda, a comercialização de produtos em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro e demais produtos e embalagens sujeita a Companhia à obrigatoriedade de implementação de sistemas de logística reversa, nos termos da PNRS. Conforme disposto no art. 33 da referida norma, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos são responsáveis por minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados e reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental. O descumprimento de obrigação prevista no sistema de logística reversa sujeita o infrator a multas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), nos termos do art., 61, c/c art. 62, XII do Decreto Federal nº 6.514/2008. A Companhia está em cumprimento com suas obrigações relativas à implementação de logística reversa.

A disposição, o transporte ou o tratamento desses resíduos pode implicar na poluição ou contaminação do solo e de águas superficiais e subterrâneas, e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal, sem prejuízo de eventual obrigação de recuperação do dano causado ao meio ambiente (vide subitem “Responsabilidade Ambiental”, acima). Cabe reiterar que a responsabilidade ambiental na esfera civil possui caráter solidário e que, dessa forma, a Companhia pode vir a ser responsabilizada por danos ambientais causados por terceiros por ela contratados para a coleta e destinação de resíduos sólidos.

Note-se que, além da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente, a ação ou omissão de pessoas físicas ou jurídicas que importem não-conformidade com os termos da PNRS sujeitam-nas às penalidades previstas em lei, que podem chegar a multas de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

(a) Responsabilização Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal.

Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas acima são “diversas e independentes” porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilização ambiental nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(b) Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental.

De acordo com a legislação brasileira, as infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R\$ 50 milhões; multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; e restritiva de direitos.

A aplicação de tais sanções pressupõe a observância dos seguintes parâmetros: (i) a gravidade dos fatos, (ii) os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente, (iii) os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação ambiental, e (iv) a sua situação econômica.

Considerando a legislação federal que estabelece as normas genéricas sobre o tema, a regra geral para a prescrição de ação administrativa é de 05 (cinco) anos, contados da data da prática do ato ou do dia em que estiver cessado, no caso de infração permanente ou continuada.

No caso da conduta que ensejou a infração administrativa também constituir crime, aplica-se a regra específica da prescrição, regulada pelo prazo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, conforme previsto na lei penal.

O Decreto Federal nº 6.514/2008 ainda conceitua a prescrição intercorrente que ocorre nos casos de procedimentos de apuração de auto de infração que fiquem paralisados por mais de 03 (três) anos, pendentes de julgamento ou despacho.

As sanções penais e administrativas serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente.

(c) Responsabilidade Civil

A responsabilização civil objetiva por danos causados ao meio ambiente e a terceiros é regulada pela Lei Federal nº 6.938/1981, bem como no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal.

A caracterização da responsabilidade civil ambiental como objetiva significa que sua imputação ao agente econômico depende tão somente da constatação do dano, da conduta, do agente e do nexo de causalidade entre o dano e a conduta, independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência) ou dolo do agente.

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental, sendo atribuída aos responsáveis, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 6.938/1981). De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, qualquer um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base nos princípios que regem o direito ambiental brasileiro.

Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica na esfera civil, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Dessa forma, a contratação de terceiros para proceder qualquer serviço em nossos estabelecimentos, incluindo, por exemplo, a destinação final de resíduos sólidos, não nos isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

O Ministério Público, tanto Estadual quanto Federal, é competente para a instauração de procedimentos investigatórios preliminares e inquéritos civis que visem à identificação do dano ambiental a serem civilmente reparados. As obrigações do agente poluidor para a reparação civil ambiental podem ser objeto de Termo de Ajustamento de Conduta (“**TAC**”), firmado com o Ministério Público, ou Termo de Compromisso (“**TC**”), firmado com os órgãos públicos fiscalizadores das esferas federal, estadual ou municipal, conforme o caso.

Além da via acordada por meio de TAC ou TC, a reparação civil de dano ambiental pode se dar de maneira litigiosa por meio de ações judiciais coletivas. No caso da Ação Civil Pública, os legitimados para a sua propositura são: Ministério Público, Defensoria Pública, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos públicos ambientais, além das associações sem fins lucrativos que tenham a proteção do meio ambiente como finalidade institucional. Importante frisar que a adoção da via judicial não impede a definição das obrigações civis de reparação do dano que podem ser estabelecidas em acordo firmado no bojo do próprio processo.

Não há previsão de limitação quanto ao valor envolvido em ações indenizatórias ou obrigação de reparar o dano ambiental. Ainda, em razão de precedente do Supremo Tribunal Federal, não há prazo prescricional para o ajuizamento de ações visando a reparação de danos ambientais.

(d) Responsabilidade Criminal

Pessoas físicas e jurídicas que agem em desacordo com a legislação ambiental e cujas condutas estejam tipificadas na Lei Federal nº 9.605/1998 (“**Lei de Crimes Ambientais**”) podem ser punidas penalmente por seus atos. Como exemplo, caso as autoridades competentes comprovem que nossas atividades são sujeitas a licenciamento ambiental e estão operando sem as devidas licenças ambientais, poderemos estar sujeitos ao crime ambiental previsto no artigo 60 da Lei de Crimes Ambientais, punível com pena de detenção para os diretores ou executivos responsáveis pelo ato e que tenham agido intencionalmente para tanto, na medida de sua culpabilidade, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

A Lei de Crimes Ambientais prevê, ainda, outros tipos penais como, por exemplo, causar poluição de qualquer natureza ou danificar vegetação especialmente protegida, sujeitos a sanções penais, tais como: (a) a suspensão total ou parcial de atividades do respectivo empreendimento; (b) a perda de benefícios e incentivos fiscais, a suspensão de financiamentos e proibição para contratar com a administração pública; e (c) o aprisionamento dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários, e concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos à Companhia, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

(ix) Regulação sanitária

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, em seu parágrafo 1º do artigo 8º elenca os principais bens e produtos sujeitos ao controle sanitário, dentre os quais se verificam os alimentos. Assim, estabelecimentos que praticam atividades com alimentos devem se ater a regras e exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“**ANVISA**”).

No âmbito federal, a ANVISA é o órgão responsável pela promoção da proteção da saúde da população, que executa o controle sanitário da cadeia de produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, incluindo os ambientes, processos, insumos e tecnologias a eles relacionados. Os estabelecimentos que pretendam desenvolver atividades com produtos sob fiscalização sanitária, em regra, devem solicitar autorização para tanto perante a ANVISA, denominada de Autorização de Funcionamento. Especificamente no que se refere às atividades envolvendo alimentos, a ANVISA não emite Autorização de Funcionamento, sendo competência do departamento da vigilância sanitária local o licenciamento e a fiscalização da empresa.

No âmbito estadual, distrital ou municipal, os departamentos de vigilância sanitária locais são os responsáveis pela fiscalização das ações sanitárias, atuando em conjunto ao controle sanitário federal, de forma descentralizada. Assim, estabelecimentos que praticam atividades com alimentos devem também se ater às regras e exigências do departamento da vigilância sanitária local situada na respectiva unidade federativa em que o estabelecimento se encontra.

Por força do Decreto nº 986, de 21 de outubro de 1969, estabelecimentos que fabriquem, preparem, beneficiem, transportem, comercializem ou depositem alimentos estão sujeitos à prévia obtenção de alvará sanitário, que autorize seu funcionamento ou operação conforme atividade desenvolvida, perante a VISA Local. Trata-se de medida que visa eliminar, diminuir ou prevenir possíveis riscos à saúde humana.

Pressupõe-se que, para a emissão do alvará sanitário, inspeções no local sejam realizadas para análise das condições de produção, acondicionamento, armazenamento, comercialização, manuseio, transporte etc. de produtos, máquinas e/ou equipamentos que apresentem riscos à saúde.

O descumprimento de qualquer disposição do regulamento supramencionado e de eventual legislação sanitária aplicável, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, poderá ensejar a autuação da Companhia, de acordo com a Lei Federal nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, e a imposição das seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis: (i) advertência; (ii) multa (R\$2.000,00 a R\$ 1.500.000,00 - aplicadas em dobro nos casos de reincidência); (iii) apreensão, inutilização e/ou interdição de produto; (iv) suspensão de vendas e/ou fabricação de produto; (v) cancelamento de registro de produto; (vi) cancelamento do alvará sanitário e/ou da autorização de funcionamento de empresa; (vii) interdição total ou parcial do estabelecimento; e (viii) proibição e/ou suspensão de propaganda e publicidade, de acordo com a gravidade da infração. A aplicação das penalidades levará em conta as condições subjetivas do infrator (como faturamento, gravidade da infração, etc.), e somente poderá ser aplicada mediante a instauração de processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia busca desenvolver políticas e práticas de preservação e conscientização em relação aos recursos naturais ao longo dos anos. Para maiores informações a respeito da política socioambiental da Companhia e das medidas de proteção ambiental adotadas, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

Até a data deste Formulário de Referência, não havíamos aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas:

No Brasil, a titularidade de uma marca adquire-se pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

Via de regra, a proteção das marcas recai sobre os produtos e serviços correspondentes à atividade do requerente, incluídos na classe na qual a marca foi registrada, limitando-se ao território do país onde foi concedida. Assim, após o registro, o titular passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil na respectiva classe registrada, por um período de 10 (dez) anos, podendo ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços, podendo vendê-las ou licenciá-las a terceiros, bem como zelar por sua integridade e reputação no mercado. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar, que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular); (iii) caducidade (falta de uso da marca); (iv) declaração de nulidade administrativa ou judicial; ou (v) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (referente à necessidade de a pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Nomes de Domínio:

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Atualmente, somos titulares e depositantes de pedidos de registros de diversas marcas nominativas e mistas junto ao INPI, seja em nome próprio, seja em nome de nossas subsidiárias, em diferentes classes de serviços e produtos condizentes com nossas atividades. Dentre elas, incluem-se: “Magazine Luiza”, “Magalu”, “Luiza”, “Magalu Pay”, “Magalu Entregas”, “MagaLog”, “Lu Vendedora Virtual”, “Consórcio Nacional Luiza”, “Consórcioluiza”, “Cartão Luiza”, “Quero de casamento”, “Luizaseg”, “Magalu”, “Luizacred” e “Época Cosméticos”. Ainda somos titulares de diversos nomes de domínios, entre eles “www.magazineluiza.com.br” e “www.epocacosmeticos.com.br”. Ademais, também buscamos o registro autoral da campanha “#PISCOU, CHEGOU! TEM NO MAGALU”.

Com a recente aquisição da Netshoes, passamos a ser titulares de diversas outras marcas, bem como depositantes de pedidos de registros de marcas, no Brasil e em outros países da América Latina e Estados Unidos da América. Dentre as principais, incluem-se: “Netshoes”, “Zattini” e “Shoestock”. Também passamos a ser titulares de alguns nomes de domínio vinculados ao negócio da Netshoes, tais como “www.netshoes.com.br”, “www.netshoes.com”, “www.shoestock.com.br” e “www.zattini.com.br”.

Especialmente nossas marcas “Magazine Luiza”, “Magalu”, “Netshoes”, “Shoestock” e “Zattini” são nacionalmente reconhecidas. A marca “Netshoes” também é reconhecida em diversos países no exterior. Na hipótese de perda ou de falha na proteção de tais marcas, nossas atividades seriam significativamente prejudicadas, razão pela qual mantemos constante vigilância com relação aos terceiros que oportunamente tentam se aproveitar de forma parasitária de nossas marcas.

Para maiores informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Companhia, favor verificar item 9.1.b.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas no exterior.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas no exterior.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas no exterior.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

Relato Integrado – Relatório Anual e de Sustentabilidade

Em 2016, o Magazine Luiza publicou o seu Relato Integrado 2015, que segue as diretrizes G4 da Global Reporting Initiative (GRI) e também toma como referência a metodologia do relato integrado, criado com base na proposta do Comitê Internacional para Relatos Integrados (IIRC). O Relato Integrado 2016 foi publicado no primeiro semestre de 2017, o qual foi pautado pelas diretrizes do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e do *Global Reporting Initiative* (GRI). Em 2018 foi publicado o Relato Integrado de 2017, mantendo a mesma metodologia utilizada no relato anterior. A publicação está em linha com nossos Valores, Princípios e Cultura, trazendo maior transparência e fortalecendo a comunicação com o mercado, colaboradores e todos os nossos stakeholders. Todos os Relatórios podem ser acessados no site de Relações com Investidores.

Em 2019, o nosso desejo de nos tornarmos uma "empresa B" se tornou público. Na prática, isso significa conquistar um selo de excelência internacional para nossas políticas e práticas nas searas de transparência e governança, comunidade, trabalhadores, clientes e meio ambiente. Além de todos os esforços mencionados acima, na jornada rumo a essa certificação, realizamos uma análise detalhada da geração de resíduos de toda a companhia - escritórios, centros de distribuição e lojas. Estamos no processo de implantação do descarte adequado em nossos centros de distribuição e em nossos escritórios Magalu. Lançamos nosso programa de monitoramento ambiental e social de fornecedores com a categoria de fabricantes de móveis. Aderimos ao Programa Brasileiro GHG Protocol e tornamos públicas as nossas emissões de gases de efeito estufa na plataforma da iniciativa. Também passamos a integrar a carteira do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), da B3. Para além da transparência em relação à nossa pegada de carbono, em 2021 dividiremos com os stakeholders metas de redução de longo prazo e iniciativas de compensação.

(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Todas as informações sobre ações e práticas sociais e ambientais em que a Companhia está engajada foram divulgadas em nosso Relato Integrado (Relatório Anual e de Sustentabilidade).

(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

A elaboração do Relato Integrado segue os princípios do International Integrated Reporting Council (IIRC) e cumpre os requisitos para a opção Essencial da versão G4 das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), principal referência mundial no relato da sustentabilidade.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Apesar de não serem auditadas ou revisadas por entidades independentes, as informações passam por um rigoroso processo interno entre as áreas até chegar à aprovação final para a sua publicação.

(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

No site de Relações com Investidores: www.magazineluiza.com.br/ri (neste site, selecionar "Informações Financeiras" e, sem seguida, acessar a última versão do Relatório Anual e de Sustentabilidade disponível).

(e) se o relatório leva em conta ou não os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU

7.8 - Políticas Socioambientais

Para elaboração do Relatório Integrado de 2019, foi feito levantamento prévio de temas que são relevantes não apenas para o setor, mas que também configuram tendências e movimentos da sociedade. Nessa etapa, foram analisados os temas atuais da matriz do Magazine Luiza, estudos setoriais da GRI, temas ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do Pacto Global, e certificações socioambientais. Ao todo, foram levantados 24 temas abrangentes potenciais. Desse universo, 17 deles foram selecionados como de maior relevância para o processo de escuta dos stakeholders.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável considerados materiais para os negócios da Companhia foram: (i) trabalho decente e crescimento econômico; (ii) igualdade de gênero; (iii) paz, justiça e instituições eficazes; (iv) erradicação da pobreza; (v) fome zero e agricultura sustentável; (vi) saúde e bem-estar; (vii) energia limpa e acessível; (viii) redução das desigualdades; (ix) cidades e comunidades sustentáveis; (x) parcerias e meios de implementação; e (xi) consumo e produção sustentáveis.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Aquisição da Kabum Comércio Eletrônico S.A.

Em 14 de julho de 2021, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças com os acionistas da Kabum Comércio Eletrônico S.A. (“**Kabum**”) referente à aquisição da totalidade das ações do capital social da Kabum (“**Aquisição Kabum**”). A Kabum é uma das maiores plataformas de *e-commerce* de tecnologia e games no Brasil, com aproximadamente 2 milhões de clientes ativos em 31 de dezembro de 2020.

Nos termos acordados entre as partes, a Aquisição Kabum compreenderá as seguintes etapas, todas interdependentes e vinculadas entre si e a ocorrerem na data de fechamento da Aquisição Kabum: (a) pagamento pela Companhia em recursos financeiros no valor de R\$1 bilhão; (b) incorporação das ações de emissão da Kabum pela Companhia (“**Incorporação de Ações**”), em razão da qual a Kabum se tornará uma subsidiária integral da Companhia e a Companhia emitirá em favor dos acionistas da Kabum: (i) 75 milhões de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia (MGLU3); e (ii) bônus de subscrição a serem exercidos em 31 de janeiro de 2024, sendo o exercício condicionado ao cumprimento de meta de performance, que conferirão aos acionistas da Kabum o direito de subscrever até 50 milhões de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia (MGLU3).

A emissão das ações e dos bônus de subscrição e a Incorporação de Ações serão submetidas à deliberação dos acionistas da Companhia e eventuais acionistas dissidentes da Incorporação de Ações terão direito de recesso nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Além da aprovação pelos acionistas da Companhia, o fechamento da Aquisição Kabum está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo, sem limitação, a aprovação da sua consumação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE de forma definitiva.

Seguros

A contratação de seguros é compatível com a natureza de nossas atividades e com os riscos envolvidos em nossas operações e com os padrões do setor econômico em que atuamos. Nossos seguros refletem as condições usuais de mercado e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados por nossa Administração. Contratamos apólices (i) de seguro de Responsabilidade Civil Geral (D&O), (ii) de seguro de Riscos Diversos – Estoques, (iii) de seguro de Veículos/Frota, (iv) de seguro Compreensivo Empresarial e (v) de seguro de Riscos Operacionais. A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros da Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2021 totalizaram R\$ 6,1 bilhões.

Formas de Pagamento

Nossos clientes têm à sua disposição uma grande variedade de formas de pagamentos, como cartões de crédito, cartões de débito, cheque, dinheiro e crédito direto ao consumidor. A participação de cada meio de pagamento em nossa receita total bruta é ilustrada abaixo:

7.9 - Outras Informações Relevantes



Uma das formas de pagamentos para compras dos nossos produtos é o Cartão Luiza e o CDC (Crédito Direto ao Consumidor), que, no período de três meses findo em 31 de março de 2021, representaram conjuntamente 20% das nossas vendas totais. Em comparação, na mesma data, as outras formas de pagamento: venda à vista / entradas e cartão de terceiros representaram 22% e 58%, respectivamente, do valor total das nossas vendas totais.

Operações Financeiras

Em 2001, a Luizacred foi criada, em parceria com o Itaú Unibanco, para deter a exclusividade dos direitos de comercialização de produtos e serviços financeiros para a nossa base de clientes. Como detemos 50% da participação da Luizacred, beneficiamo-nos de 50% dos lucros e perdas associados a suas operações, e beneficiamo-nos do conhecimento e experiência do Itaú Unibanco em matéria de aprovação de crédito. Em 2009, celebramos a renovação do contrato da Luizacred, por meio do qual, a Luizacred detém direitos exclusivos de distribuição e venda de produtos e serviços financeiros para a nossa base de clientes por 20 anos, até 31 de dezembro de 2029.

Na Luizacred, o principal papel do Magazine Luiza é a gestão dos colaboradores e o atendimento dos clientes, ao passo que o Itaú Unibanco é responsável pelo funding da Luizacred, elaboração das políticas de crédito e cobrança e atividades de suporte como contabilidade e tesouraria.

Operações de Seguros

Em 2005, foi criada a Luizaseg em parceria com a Cardif, como forma de ampliar o leque de produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes. Além de Garantia Estendida para móveis e eletrodomésticos, oferecemos aos nossos clientes o Troca Certa (onde garantimos a troca do produto com defeito até o limite do valor segurado) além de outros seguros individuais tais como Seguro Prestamista (garante o pagamento de prestações de financiamento), seguro de vida, hospitalar, assistência médica, entre outros. Em 2015, a parceria foi estendida por um prazo adicional de 10 anos, com data de término em 2025.

Administração de Consórcios

O Consórcio Luiza está em operação desde 1992, com o objetivo de financiar nossos clientes na aquisição de eletrodomésticos. Atualmente operamos em diversos segmentos de produtos, desde veículos (como automóveis, motos, etc.), eletrodomésticos, serviços (viagens, material de construção, pós-graduação) e imóveis.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Oferecemos consórcios em todas as nossas lojas e operamos com funcionários próprios e através de representantes comerciais. Além disso, a venda de produtos de consórcios pode ser realizada por qualquer funcionário do Magazine Luiza, bastando para isso solicitar acesso ao sistema de vendas.

Práticas sociais

A emergência econômica e sanitária trazida pela pandemia de COVID-19 fez com que 2020 também fosse um ano marcado por três letras: ESG (Environmental, Social and Governance).

Rapidamente, preocupações relacionadas ao meio-ambiente, ao bem-estar da sociedade e aos padrões de governança tornaram-se imperativos para companhias de todo o mundo. A tragédia enfatizou a necessidade de as empresas se empenharem para entregar valor no longo prazo não só a seus acionistas, mas a todos os seus stakeholders.

Acreditamos que, ao trabalhar para que o Magalu seja uma empresa sustentável e conectada a seus stakeholders, daremos melhores retornos no curto e, sobretudo, no longo prazo a nossos acionistas. Temos consciência que a responsabilidade assumida por uma companhia da dimensão do Magalu é imensa e não se esgota. Essa responsabilidade só ficou ainda maior desde março do ano passado.

Ações sociais:

Nesse período, focamos sobretudo no S (social) de nossas ações de ESG. Assumimos o compromisso de não demitir nos meses mais críticos da pandemia, incluímos milhares de empreendedores na nossa plataforma digital e trabalhamos para tentar mitigar crises aprofundadas pela COVID. O aumento dos casos de violência doméstica - uma epidemia brasileira - foi uma delas.

No Dia Internacional da Mulher, em março, o SuperApp ganhou um botão de denúncias permanente. A nova versão do botão permite o acesso via chat ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Em 2020, o número de denúncias feitas pelo dispositivo aumentou mais de 800% em relação ao ano anterior.

Em 2020, as famílias Trajano e Garcia, controladoras do Magalu, e a Companhia doaram 50 milhões de reais para ações de combate aos efeitos da pandemia no Brasil. Esta verba foi destinada para aquisição de equipamentos hospitalares, EPIs, mais de 700 toneladas de alimentos em cestas básicas, doação de tablets em apoio a projetos de suporte do ensino à distância, lançamento de fundo de investimento para ONGs que atuam no combate à violência contra a mulher, entre muitas outras iniciativas.

Ser sustentável também significa ser diverso, refletir entre quatro paredes a realidade da sociedade na qual se está inserido. Recentemente, após uma pesquisa, chegamos à conclusão de que tínhamos um problema. Pessoas negras formavam mais de 50% do total dos nossos quadros de funcionários -- mas apenas 14% da liderança. Por isso, em 2020, decidimos abrir um programa de trainees exclusivo para negros. Mais de 22.000 jovens de todo o país se inscreveram. Um capital humano extraordinário. Dezenove deles venceram as etapas de seleção.

Ações ambientais:

Também tomamos uma série de medidas voltadas à frente ambiental, tais como:

- Publicamos oficialmente nosso inventário de emissões de carbono no GHG Protocol (metodologia para realização de inventário de gases do efeito estufa utilizada mundialmente);
- 26% do total da energia utilizada pela Companhia vem de fontes renováveis (como solar, eólica, ou de pequenas centrais hidrelétricas), ou sendo contratada no Mercado Livre de Energia ou no modelo de geração distribuída - de usinas solares. Nosso objetivo é que, até o final do ano, esse número cresça para 70%;

7.9 - Outras Informações Relevantes

- Instalamos coletores de eletroeletrônicos em nossas lojas;
- Lançamos nosso programa de monitoramento ambiental e social de fornecedores com a categoria de móveis;
- Implantamos em 70% dos CDs e 100% dos escritórios um sistema de gestão e descarte adequado de resíduos.

Todas essas ações geraram reconhecimento por parte da sociedade. Segundo pesquisa da consultoria global Interbrand, o Magalu conquistou o nono lugar entre as marcas mais valiosas do Brasil, com o maior crescimento entre todos os participantes da pesquisa.

Práticas ambientais

Dentre as medidas de proteção do meio ambiente implementadas em nossas atividades, adotamos recipientes de coleta seletiva de lixo em nossos escritórios e centros de distribuição, utilizamos papel reciclado e desenvolvemos campanhas de conscientização.

O Centro de Distribuição Bandeirantes é um exemplo de nossas iniciativas de preservação de recursos naturais, pois foi projetado para grande aproveitamento da iluminação natural, reduzindo o consumo de energia, bem como para o aproveitamento da água da chuva, contribuindo para a redução do consumo de água tratada. Além disso, possui certificação de responsabilidade ambiental emitida pela CETESB por cumprir com os procedimentos necessários para a destinação final ambientalmente correta dos pneus inservíveis, em conformidade com o disposto na Resolução nº 416/2009 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Como uma maneira de oficializar e divulgar ainda mais nosso comprometimento com valores de sustentabilidade, todos os nossos contratos com fornecedores, firmados a partir de 2010, passaram a conter a seguinte cláusula: “Da Responsabilidade Social e Ambiental - O Magazine Luiza defende o cumprimento da legislação, a preservação do meio ambiente, o respeito às pessoas e aos direitos humanos. A empresa se posiciona firmemente contrária a práticas de desmatamento de áreas embargadas ou de proteção ambiental, assim como é contra a utilização de trabalhadores em condições indignas e/ou ilegais, e também é contra a utilização de mão de obra infantil, práticas de preconceito, assédio moral e assédio sexual. O Magazine Luiza explicita que seus fornecedores e parceiros empresas devem comungar destas convicções e adotar práticas contra a degradação do meio ambiente e do ser humano. Caso haja evidências de práticas contrárias a estas premissas, o Magazine Luiza romperá os acordos e compromissos comerciais com as empresas até que elas sejam revistas”.

Vale destacar que, desde meados de 2018, como fruto do reconhecimento que, para atingir suas metas econômico-financeiras, impactos ambientais são produzidos, a Companhia decidiu avançar nessa seara. Por isso, vem trabalhando na execução de uma estratégia de sustentabilidade mais sólida e ambiciosa. O passo mais importante nesse sentido foi a realização do primeiro inventário formal de emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE). Para calculá-lo, consideramos o volume total das nossas emissões nos escopos 1, 2 e 3 – ou seja, incluímos o consumo de gases refrigerantes em equipamentos de ar condicionado das nossas centenas de lojas, passando pela compra e uso de energia de diferentes fontes, até o serviço de transporte e distribuição realizado pela Malha Luiza, a nossa rede de mais de 2.000 microtransportadores terceirizados. Nosso inventário seguiu os padrões da norma NBR ISO 14.064:2007 Parte 1 e do Programa Brasileiro GHG Protocol. O Magalu tem o tema Aquecimento Global na sua matriz de relevância e está preocupado com a sua "pegada de carbono".

Projetos Patrocinados – Sociais, Culturais e de Saúde

7.9 - Outras Informações Relevantes

A Companhia patrocina projetos que promovam e protejam a diversidade das expressões culturais e demonstram as diretrizes, encorajando o diálogo entre culturas, fomentando a interculturalidade e fortalecendo os vínculos entre cultura e desenvolvimento sustentável.

O Magazine Luiza investe em projetos sociais por meio do **Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON)** para destinar recursos ao **Centro Nacional de Pesquisa e Energia em Materiais, localizado em Campinas - SP**. O projeto tem como foco desenvolvimento de uma linhagem celular produtora de um anticorpo monoclonal anti-PD1, biossimilar do Nivolumab, utilizado para imunoterapia de câncer e a produção do banco de células de pesquisa (*Research Cell Bank*).

Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD): Projeto aprovado e executado pelo **Centro Nacional de Pesquisa e Energia em Materiais, localizado em Campinas - SP**. Tem como foco a descoberta de compostos bioativos para alvos moleculares relacionados a transtornos do neurodesenvolvimento. Identificar moléculas capazes de modular a atividade das enzimas UBE2A, ADK e/ou processos relacionados a DDX3X, caracterizar moléculas-alvo (hits) no contexto estrutural, funcional e molecular, visando a prover ferramentas farmacológicas que permitam um avanço no conhecimento acerca do papel dessas proteínas no desenvolvimento e função neuronal e que sirvam como ponto de partida para o desenvolvimento de novos fármacos para DI e/ou TEA.

Isso significa promover benefícios sociais cada vez mais significativos e duradouros nas localidades de atuação do Magazine Luiza, gerando um ambiente propício para a operação sustentável dos negócios.

Lei de Incentivo à Cultura

Outra frente de atuação do Magazine Luiza é a promoção do acesso à cultura. Nessa área, a empresa patrocinou por meio da **Lei de Incentivo à Cultura, 17 projetos**, e pela **Lei Federal do Esporte, 04 projetos**. Projetos com segmentos de museologia, artes cênicas, moda, cinema, música erudita, literatura infantil e esporte.

Patrocinamos projetos de grande visibilidade, os quais nos trouxeram bom retorno de marca. Incluir para celebrar. O **Projeto Natal na Avenida da Paz - Edição 2020, em Maceió-AL** é um conjunto de ações formado por: iluminação temática, apresentações artísticas, com a participação de crianças de instituições públicas e abrigos, e ocorreu em quatro finais de semana na cidade de Maceió-AL. O projeto em 2020 aconteceu seguindo todos os protocolos preconizados pela Organização Mundial da Saúde e órgãos nacionais do setor.

Moda: O projeto Renda-se -1ª Mostra de Moda Alagoana, tem o objetivo valorizar a cultura do estado de Alagoas, com foco na divulgação e promoção da arte de rendeiras locais que trabalham com o artesanato têxtil do filé. Foi realizado um grande desfile de moda inspirada no filé e uma exposição que exibiu as peças criadas pelos estilistas em parceria com rendeiras de Alagoas, contribuindo para democratizar o acesso e dar visibilidade ao conteúdo desenvolvido pelos profissionais da moda e do artesanato produzidos no estado de Alagoas.

Literatura Infantil Para Crianças com Deficiência Auditiva: Patrocinado pelo Magazine Luiza, o livro infantil Jota e Chico, tem música e acessibilidade, mostra a importância da inclusão na escola das crianças com deficiência auditiva. O livro tem aplicativo com áudio, tradução em libras e personagem em realidade aumentada. Projeto que ganhou menção honrosa pelo antigo ministério da cultura pelo grande respeito às crianças com deficiência auditiva.

Nas Artes plásticas, o destaque foi o projeto **13º FestFoto - Festival Internacional de Fotografia de Porto Alegre**. Foi alterado para **O FESTFOTO DIGITAL**, por conta da pandemia, a exposição foi totalmente alterada para o formato digital. Ao longo dos últimos quatorze anos, o FestFoto criou espaço

7.9 - Outras Informações Relevantes

para produção fotográfica brasileira e internacional, realizando exposições, projeções, palestras, leituras de portfólio e convocatórias. Constituímos uma rede internacional da arte que deu visibilidade e oportunidade a centenas de talentos de novas e antigas gerações valorizando a diversidade cultural.

Música Erudita - Projeto “Música para um novo tempo” da Orquestra Filarmônica de Paraisópolis. Sobre o projeto de realização de oficinas de Instrumentos de Iniciação Musical e Teoria Musical para crianças e jovens da comunidade integrada à série de concertos com a Orquestra Filarmônica de Paraisópolis. O projeto conta com acessibilidade, democratização do acesso aos cursos oferecidos e tem como premissa a **diversidade étnica e de gênero**.

Cinema: Patrocínio do segundo documentário , **Jairzão**, é focado no olhar dos filhos do artista, Jair Oliveira e Luciana Mello, sobre o pai.. A intenção é documentar as origens familiares de Jair Rodrigues desde o nascimento há 80 anos na cidade paulista de Igarapava (SP), abordando na sequência a trajetória profissional deste cantor negro e com uma contagiante a alegria estampada no onipresente sorriso esfuziante para se projetar como um dos artistas negros mais influente da música brasileira. O documentário “Jairzão”, devido a pandemia, com produção executiva de Marcelo Braga e direção de Alexandre Sorriso, no segundo semestre deste ano.

Em patrocínios esportivos, tivemos 04 projetos com o objetivo de promover a (re) integração social, o conhecimento de valores sociais, o senso crítico e o desenvolvimento de potencialidades em crianças e jovens sob condição de vulnerabilidade social, bem como promover o bem estar junto à comunidade idosa através de atividades esportivas saudáveis. Os projetos estão aguardando autorização para execução, devido a pandemia foram proibidas ações presenciais até que se tenha a total segurança dos participantes e integrantes das equipes de cada projeto.

O Magazine Luiza, também investiu na proteção dos direitos da criança e do adolescente, por meio da Lei do Fundo da Criança e do Adolescente. Apoiamos projetos voltados à educação popular, orientação para cidadania, e conscientização política de crianças e adolescentes, que contemplem uma prática pedagógica que respeite a criança ou adolescente como sujeito protagonista do conhecimento.

Obras Sociais Irmã Dulce - Salvador: Humanizar o atendimento oferecido pelo Hospital da Criança das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), criando um ambiente mais acolhedor, com mais segurança e um desenvolvimento mais efetivo das atividades, garantindo um melhor acolhimento das crianças e adolescentes e seus familiares.

Fundação Judas Iscariotes - Franca: Melhoria no SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS IDOSAS com deficiência e suas famílias – Modalidade - Centro -Dia Para Pessoas Idosas. O projeto oferece diversas atividades que contribuem no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social para as pessoas acima de 60 anos. O projeto ainda não pode ser presencial, aguardando a autorização para sua execução com total segurança.

Patrocínio Direto a eventos técnicos 2020

Desde 2018, o Magazine Luiza está implementando uma nova orientação estratégica para sua atuação, que norteará também suas diretrizes, estando atreladas aos seguintes pontos:

Propósito: transformar a vida de gerações de brasileiros, promovendo desenvolvimento sustentável.

Missão: viabilizar soluções que adicionem conhecimento e desenvolvimento sustentável de instituições e pessoas.

Projeto: VIRADA DA CONSCIÊNCIA NEGRA -Troféu Raça Negra, FlinkSampa.

7.9 - Outras Informações Relevantes

O Magazine Luiza, patrocinou a Virada da Consciência de 2020, maior e mais importante evento do país para promoção da igualdade racial, ganha um novo formato. Em um momento que exige adaptações, esta edição se utilizou dos melhores recursos digitais em uma plataforma virtual de conteúdo, que reuniu as ações e parceiros em um único ambiente com palestras, arte, shows e uma grande campanha para o Fundo Vidas Negras Importam, em prol da educação, dentro do projeto MovimentoAr.

Realizado: 16 A 22 DE NOVEMBRO 2020 - **Formato digital**

Projeto: Fundo de Concessão de Microcrédito para Mulheres Empreendedoras de Comunidades Carentes

Instituição: Instituto Dona de Si

Trabalho Executado: Projeto e a operações, com foco na redução das desigualdades e suporte às ações com objetivos sociais. O projeto está em fase de captação e terá a definição da execução quando for autorizado cursos presenciais (mentoria para criação e formatação do projeto).

Programa de incentivo ao voluntariado: Rede do Bem

Por meio do projeto Rede do Bem, criado em 2010, os colaboradores são incentivados a se engajarem em ações sociais que beneficiem as pessoas de baixa renda e levem melhorias ao bairro ou cidade onde vivem. Com mais de 200 ações já cadastradas, e mais de 600 colaboradores envolvidos, a Rede do Bem utiliza o mesmo conceito das redes sociais, ou seja, são os próprios colaboradores que dão vida ao programa por meio da publicação das ações realizadas nas suas comunidades. É possível, também, dar sugestões e indicar ações voluntárias no espaço de comentários. Todas as ações também são divulgadas nos canais de comunicação internos da companhia - Rádio Luiza, TV Luiza e Workplace - para dar mais visibilidade ao projeto e estimular a multiplicação dos exemplos de solidariedade entre os colaboradores.

Em Franca, onde fica um dos escritórios administrativos, a empresa apoia duas entidades: a ONG Franca Viva --- especialmente o projeto de formação de crianças e adolescentes em Informática, no projeto de inclusão digital; e o "Secos e Não Molhados", que distribui fraldas descartáveis para idosos --- e o Instituto Pró-Criança, que tem como bandeira o combate ao trabalho infantil nas indústrias de calçados. Os colaboradores da companhia na cidade também promovem, voluntariamente, ações constantes de apoio ao Hospital do Câncer, como rifas, cujos recursos arrecadados são direcionados à manutenção do hospital.

8.1 - Negócios Extraordinários

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou pelas suas controladas que não estivessem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Os ativos imobilizados, patentes, marcas, licenças e participação em sociedades relevantes estão descritos a seguir.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As informações relativas ao item 9.1.a foram prestadas no item 9.2 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 906573165 referente à marca mista "QUERO DE CASAMENTO" na classe NCL(10) 35	03/05/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 824629337 referente à marca mista "LUIZACRED" na classe NCL(8) 36	10/11/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 827986785 referente à marca nominativa "LUIZASEG" na classe NCL(8) 36	05/06/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registros nº 911418741 e 911418750 referente à marca mista "MAGALU" nas classes NCL (10) 03 e 07	22/10/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"ÉPOCA COSMÉTICOS"; 822449749, 824684397, 824684389; NCL(7) 03, NCL (8) 35, NCL(8) 03	08/09/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"NETSHOES"; NCL(9) 5, 12, 18, 25, 28, 35; 902893742, 902893696, 902893920, 902893866, 902893807, 902893629	18/06/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 904071898 referente à marca nominativa "NETSHOES" na classe NCL(9) 16	09/12/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 904072070 referente à marca nominativa "NETSHOES" na classe NCL(9) 41	09/06/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 905576080 referente à marca nominativa "NETSHOES" na classe NCL(10) 09	27/10/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de registro nº 915922991 referente à arca mista "MAGALU ENTREGAS" na classe NCL(11) 39	02/07/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 840643152 referente à marca nominativa "NETSHOES" na classe NCL (10) 36	12/07/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 905934709 referente à marca "NETSHOES" na classe NCL (10) 38	05/01/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 908807783 referente à marca "NETSHOES" na classe NCL(10) 14	25/07/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 840643179 referente à marca "NETSHOES" na classe NCL(10) 35	12/03/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"SHOESTOCK"; NCL (10) 05, 14, 16, 28, 38, 41	31/07/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"SHOESTOCK"; NCL (10) 9, 12, 18, 25, 35; 911688722, 911688765, 911688927, 911688943, 911689052	02/10/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"ZATTINI"; NCL(10) 09, 12, 14, 16, 18, 25, 28, 41	09/05/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 908499205 referente à marca nominativa "ZATTINI" na classe NCL(10) 05	29/05/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 908499345 referente à marca nominativa "ZATTINI" na classe NCL(10) 35	12/03/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de registro nº 911418776 referente à marca mista "MAGALU VEM SER FELIZ" na classe NCL (10) 09	Aguardando notificação de paga	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI .De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades
Marcas	Registro nº 911418784 referente à marca mista "MAGALU" na classe NCL (10) 11	03/12/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	magazineluiza.com.br	06/10/2030	A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre as marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possível perda de mercado eletrônico. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	netshoes.com.br	05/05/2029	A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre as marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possível perda de mercado eletrônico. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	shoestock.com.br	28/08/2023	A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre as marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possível perda de mercado eletrônico. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	zattini.com.br	24/10/2028	A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre as marcas, eventuais contestações de domínios possuem baixo risco.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possível perda de mercado eletrônico. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 822210819, referente à marca nominativa "MAGAZINE LUIZA.COM" na classe NCL(7) 42	29/05/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém existe a remota possibilidade de perda de algumas marcas que consideramos estratégicas, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da nossa empresa. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 901356360 referente à marca mista "MAGAZINELUIZA" na classe NCL(9) 28	07/12/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registros nº 902072323 e nº 902072609 referente da "LU VENDEDORA VIRTUAL" nas classe NCL(9) 09 e 11	14/11/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 818197951 referente à marca mista "CONSÓRCIO NACIONAL LUIZA" na classe 40:16	25/02/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 828982635 referente à marca mista "CONSÓRCIOLUIZA" na classe NCL (9) 36	Até 31/07/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"CHUTERÇAS"; 917093151, 917093267 e 917093054 nas classes NCL (11) 28, 35 e 25	Até 24/12/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 902271091 referente à marca nominativa "LUIZA" na Classe NCL(9) 07	12/12/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedidos de registro nº 922568170, 922568308, 922568391, 922568685 referentes à marca	Aguardando exame do mérito.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nºs. 918158753 e 918158761 referentes à marca mista "MAGALUPAY" nas classes NCL (11) 36 e 4	02/06/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima.
Marcas	Pedidos de registro nº 922408904, 922409005, 922409056, 922409102, 922409129, 922409153, 922409161, 922	Aguardando exame do mérito.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº. 916180867 referente à marca mista "MAGALOG" na classe NCL (11) 39	16/07/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº. 916539660 referente à marca mista "BLACK APP MAGALU" na classe NCL (11) 35	11/02/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registros nºs 911418792 e 911418814 referentes à marca mista "MAGALU" nas classes NCL (10) 20 e NCL (	03/12/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registros nºs 911418830, 911418857 e 911418881 referentes à marca mista "MAGALU" nas classes NCL (10)	22/10/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 911004890 referente à marca mista "DIA DE OURO MAGAZINE LUIZA" na classe NCL (10) 35.	08/10/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registros nº 918031184 e 918032148 referentes à marca mista "MAGALU BANK" nas classes NCL(11) 36 e	02/06/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registros nº 917103750, 917103815 e 917103840 referentes à marca mista "MAGALU CONECTA" nas classes N	03/12/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 920521410 referente à marca mista "BLACK DAS BLACKS MAGALU" na classe NCL(11) 41	25/05/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registros nº 920453309 e 920453376, referentes à marca mista "PARCEIRO MAGALU" na classe NCL (11) 09	25/05/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de registro nº 922051992 referentes à marca mista "TROCO PREMIADO" na classe NCL(11) 36	Aguardando manifestação oposiç	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedidos de registro nº 921828152 e 921828179 referentes à marca mista "TEMNOMAGALU #PISCOU CHEGOU!"	Aguardando exame de mérito.	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedidos de registro nº 920265650, 920265731 e 920265790 referentes à marca mista "DINHEIRO DE VOLTA"	Aguardando análise do recurso	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Marca figurativa "N"; 916874680, 916875717, 916875776 e 916874788 nas classes NCL (11) 35 e 38	Até 01/10/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"MAGALU CONECTA"; 917103750, 917103815 e 917103840 nas classes NCL (11) 35, 38 e 42	Até 03/12/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"MAGALU PAGAMENTOS"; 916701662 e 916701778 nas classes NCL (11) 36 e 42	Até 17/09/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedido de registro nº 918789303 referente à marca mista "BLACK DAS BLACKS MAGALU" na classe NCL (11)	Aguardando análise do recurso	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Pedidos de registro nº 915813114, 915813149, 915813173, 915813190 e 915813246 referentes à marca mist	Aguardando pagamento da Taxa	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro Nº 824629310 referente à marca nominativa "CARTÃO LUIZA" na classe NCL (8) 36	02/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 902207610 referente à marca nominativa "LU VENDEDORA VIRTUAL" na classe NCL(9) 28	09/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 902141570 referente à marca nominativa "LU VENDEDORA VIRTUAL" na classe NCL(9) 21	31/12/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 812376307 referente à marca mista "MAGAZINE LUIZA" na classe 28:10	08/12/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 812376315 referente à marca mista "MAGAZINE LUIZA" na classe 20:10	27/10/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 902072277 referente à marca nominativa "LU VENDEDORA VIRTUAL" na classe NCL (9) 07	18/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 902072668 referente à marca nominativa "LU VENDEDORA VIRTUAL" na classe NCL(9) 21	18/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Registro nº 905721187 referente à marca nominativa "CLUBE DA LU" na classe NCL(10) 35	17/11/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Campos Flóridos Comércio de Cosméticos Ltda.	01.239.313/0001-60	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comércio eletrônico de perfumes, cosméticos e livros. Este último através de sua controlada Estante Virtual.	100,000000
31/03/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2020	109,310000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	121.455.663,18		
31/12/2019	1,660000	0,000000	0,00					
31/12/2018	22,540000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Campos Flóridos (Época Cosméticos) supre as vendas de comércio eletrônico de itens de perfumaria e cosméticos. Sua controlada integral Estante Virtual (controlada indireta pela Companhia) atua no comércio eletrônico de livros novos e usados.								
Luiza Administradora de Consórcios Ltda.	60.250.776/0001-91	-	Controlada	Brasil	SP	Franca	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos.	99,970000
31/03/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2020	17,480000	0,000000	2.610.111,44	Valor contábil	31/12/2020	52.128.906,73		
31/12/2019	21,430000	0,000000	2.093.201,26					
31/12/2018	22,540000	0,000000	1.782.488,50					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Luiza Administradora de Consórcios fomenta o aumento de vendas por meio dos consórcios de eletro e móveis, além de consolidar a marca através de outros produtos ofertados (consórcio de imóveis e veículos).								
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Sociedades de crédito, financiamento e investimento – financeiras.	50,000000
31/03/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2020	30,280000	0,000000	1.321.873,31	Valor contábil	31/12/2020	384.951.349,36		
31/12/2019	2,500000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-1,810000	0,000000	21.000.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Luizacred suporta e viabiliza a maior parte das operações de crédito junto aos nossos clientes.								
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Seguros não-vida.	50,000000
31/03/2021	-1285,850000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2020	81,560000	0,000000	23.429.590,10	Valor contábil	31/12/2020	1.774.405,14		

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2019	52,380000	0,000000	19.145.005,80					
31/12/2018	13,650000	0,000000	16.660.421,50					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Luizaseg suporta e viabiliza a maior parte das operações de seguros vendidos aos nossos clientes.								
Magalu Log Serviços Logísticos Ltda.	24.230.747/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Plataforma de gerenciamento de serviços logísticos.	100,000000
31/03/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2020	934,340000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	145.212.804,18		
31/12/2019	67,670000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Trata-se da empresa encarregada do gerenciamento logístico da Companhia.								
Magalu Pagamentos Ltda.	17.948.578/0001-77	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Instituição de arranjos de pagamentos	99,990000
31/03/2021	21,130000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2020	8410,840000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2021	205.351.475,58		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Netshoes Cayman Limited	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Cayman			E-commerce voltado a artigos esportivos e lifestyle.	100,000000
31/03/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2020	0,710000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	763.451.058,23		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição representa um passo significativo na estratégia de crescimento exponencial da Companhia, aumentando a base de clientes online e a frequência de compra, e representa a entrada de novas categorias com alto potencial de crescimento.								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Softbox Serviços de Informação Ltda	07.623.088/0001-47	-	Controlada	Brasil	MG	Uberlândia	Desenvolvimento de soluções em tecnologia da informação.	100,000000
31/03/2021	97,430000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2020	43,080000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	64.395.213,33		
31/12/2019	8,720000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O principal objetivo da aquisição é acelerar a criação de um ecossistema de parceria entre varejistas e indústria no ciclo de Full Commerce.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

Os principais ativos imobilizados da Companhia são as benfeitorias em imóveis nos quais estão localizadas nossas lojas, centros de distribuição e escritórios. A tabela abaixo demonstra a localização e quantidade de filiais que contém tais ativos em 31 de março de 2021:

UF	Centro de Distribuição	Escritório	Loja	Próprio ou Alugado	Total
AL	0	0	19	Alugado	19
BA	1	0	73	Alugado e Próprio (Candeias)	74
CE	2	0	40	Alugado	42
DF	1	0	13	Alugado	14
ES	0	0	2	Alugado	2
GO	1	0	45	Alugado	46
MA	0	0	36	Alugado	36
MG	2	1	133	Alugado	136
MS	0	0	20	Alugado	20
MT	1	0	26	Alugado	27
PA	3	0	55	Alugado	58
PB	1	1	33	Alugado	35
PE	1	0	58	Alugado	59
PI	1	0	9	Alugado	10
PR	3	0	121	Alugado	124
RJ	2	1	16	Alugado	19
RN	0	0	24	Alugado	24
RS	2	0	113	Alugado	115
SC	1	0	67	Alugado	68
SE	0	0	11	Alugado	11
SP	3	5	396	Alugado	404

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas informações contábeis intermediárias consolidadas referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020 e das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. As informações contábeis intermediárias consolidadas de 31 de março de 2021 foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB. As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo IASB.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de caixa relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto e de longo prazo. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e do período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia melhorou significativamente os indicadores de estrutura de capital e liquidez, conforme apresentamos abaixo.

Em 31 de março de 2021, a Dívida Bruta totalizava R\$1.669,8 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$1.385,3 milhões, perfazendo um Caixa (Dívida) Líquida de R\$284,5 milhões, equivalente a -0,2 vezes o EBITDA LTM. No mesmo período, o Caixa (Dívida) Líquida Ajustada totalizou R\$ 4.221,4 milhões, equivalente a 2,2 vezes o EBITDA. O Caixa (Dívida) Líquida Ajustada passou de R\$ 7.312,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4.221,4 milhões em 31 de março de 2021, uma redução de R\$ 3.091,3 milhões no período. A variação de Caixa (Dívida) Líquida Ajustada foi reflexo de (i) redução de R\$17,0 milhões no saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante), que passou de R\$1.686,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.669,8 em 31 de março de 2021, e (ii) redução de R\$3.108,3 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito de terceiros e partes relacionadas, que passou de R\$8.999,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$5.891,2 milhões. Essa variação está relacionada, principalmente, à sazonalidade do varejo que impacta o capital de giro e a geração de caixa no período e ao fechamento parcial e temporário das lojas durante os primeiros três meses do ano em função da pandemia de COVID-19. Em 31 de março de 2021, o capital de giro ajustado foi negativo em R\$ 1.255,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta totalizava R\$ 1.686,8 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$ 2.903,2 milhões, perfazendo Caixa (Dívida) Líquida de R\$ 1.216,4 milhões, equivalente a 0,8 vezes o EBITDA. No mesmo período, o Caixa (Dívida) Líquida Ajustada totalizou R\$ 7.312,7 milhões, equivalente a 4,8 vezes o EBITDA. O Caixa (Dívida) Líquida Ajustada passou de R\$ 6.295,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.312,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de R\$ 1.016,9 milhões no período. A variação de Caixa (Dívida) Líquida Ajustada foi reflexo de um (i) aumento de R\$ 837,9 milhões no saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante), que passou de R\$848,8 milhões em 31 de dezembro

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de 2019 para R\$ 1.686,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, e (ii) do aumento de R\$ 1.854,9 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito de terceiros e partes relacionadas, que passou de R\$7.144,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 8.999,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido à forte geração de caixa no período. Em 31 de dezembro de 2020, o Capital de Giro Ajustado foi negativo em R\$ 3.909,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Bruta totalizava R\$848,8 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$4.754,0 milhões, perfazendo um Caixa (Dívida) Líquida de R\$3.905,2 milhões, equivalente a 2,2 vezes o EBITDA LTM. No mesmo período, o Caixa (Dívida) Líquida Ajustada totalizou R\$6.295,8 milhões, equivalente a 3,5 vezes o EBITDA LTM. O Caixa (Dívida) Líquida Ajustada passou de R\$2.151,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$6.295,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R\$4.144,3 milhões no período. A variação de Caixa (Dívida) Líquida Ajustada foi reflexo de um (i) aumento de R\$392,9 milhões no saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante), que passou de R\$456,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$848,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, reflexo da captação de recursos realizada através da 4ª emissão de notas promissórias comerciais concluída em junho de 2019, e (ii) do aumento de R\$4.537,2 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito de terceiros e partes relacionadas, que passou de R\$2.607,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$7.144,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido à forte geração de caixa no período e à bem sucedida oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019, no montante de R\$4,3 bilhões. Em 31 de dezembro de 2019, o Capital de Giro Ajustado foi negativo em R\$2.172,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, a Dívida Bruta totalizava R\$456,0 milhões, e o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulante e não circulante) totalizava R\$1.008,2 milhões, perfazendo Caixa (Dívida) Líquida de R\$552,2 milhões, equivalente a 0,4 vezes o EBITDA. No mesmo período, o Caixa (Dívida) Líquida Ajustada totalizou R\$2.151,4 milhões, equivalente a 1,7 vezes o EBITDA. Em dezembro de 2018, o Capital de Giro Ajustado foi negativo em R\$1.270,7 milhões.

O número de lojas passou de 953 em 2018 para 1.310 em 31 de março de 2021. A Companhia continuou o ritmo de abertura orgânica de lojas ao longo dos últimos anos, somando 96 lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 159 novas lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 189 novas lojas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 9 novas lojas no período de três meses findo em 31 de março de 2021.

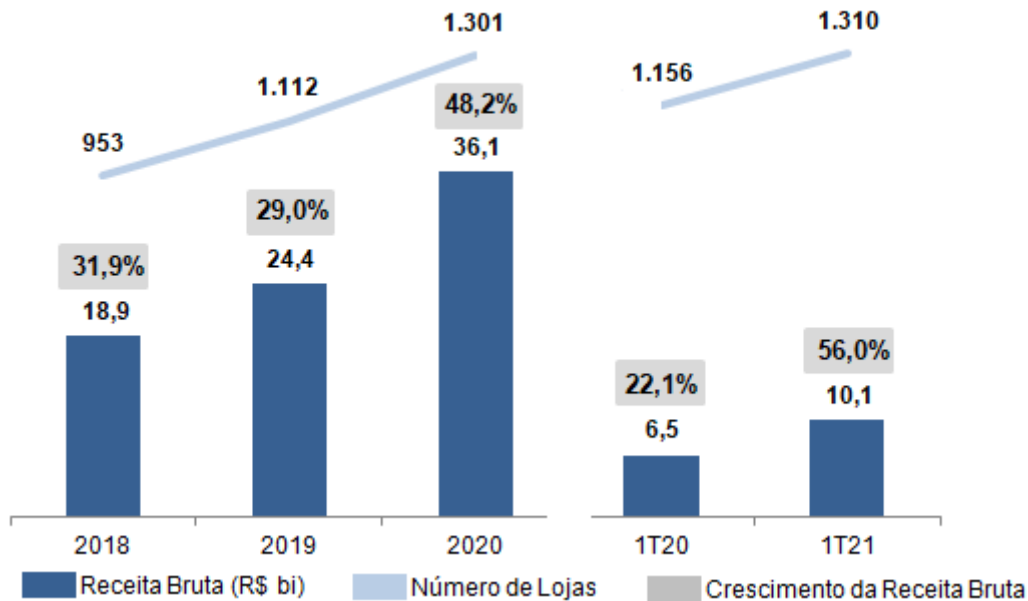
A receita líquida de vendas aumentou R\$ 3.018,1 milhões, ou 57,7%, de R\$ 5.234,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 8.252,8 milhões no mesmo período em 2021. A receita líquida de vendas aumentou R\$ 9.290,8 milhões, ou 46,7%, passando de R\$ 19.886,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 29.177,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A receita bruta atingiu R\$ 10.118,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021, um aumento de 56% em relação ao mesmo período em 2020. A receita bruta atingiu R\$ 36.116,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 48,2% em relação ao mesmo período em 2019. A receita bruta atingiu R\$24.377,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 29,0% em relação ao mesmo período em 2018.

(R\$ milhões, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Receita Líquida de Vendas (a)	8.252,8	5.234,7	29.177,1	19.886,3	15.590,4

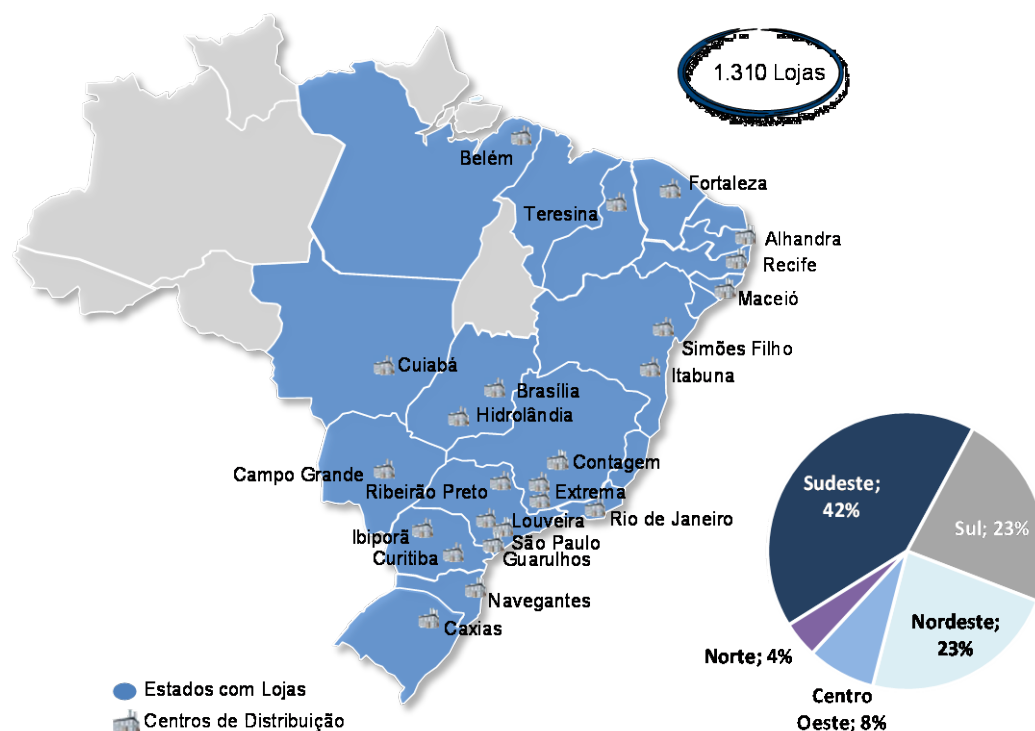
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Impostos e Cancelamentos (b)	1.865,6	1.251,5	6.938,9	4.490,8	3.306,1
Receita Bruta (a) + (b)	10.118,4	6.486,3	36.116,0	24.377,1	18.896,5
Crescimento da Receita Bruta	56,0%	22,1%	48,2%	29,0%	31,9%



O Magazine Luiza é um dos maiores varejistas brasileiros, segundo o Ranking Ibevar-FIA, e oferece uma ampla gama de produtos e serviços para brasileiros de todas as classes através do seu ecossistema digital multicanal (dispositivos móveis, site e lojas físicas). No período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia operava 1.310 lojas e 23 centros de distribuição estrategicamente localizados em 21 estados brasileiros e contava com mais de 38 mil colaboradores e uma base de cerca de 33 milhões de clientes ativos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia operava 23 centros de distribuição e 1.301 lojas estrategicamente localizadas em 21 estados brasileiros e contava com mais de 38 mil colaboradores e uma base de mais de 32 milhões de clientes ativos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia operava 1.112 lojas em 17 estados e centros de distribuição estrategicamente localizados em 18 estados brasileiros e contava com mais de 34 mil colaboradores e uma base de cerca de 25 milhões de clientes ativos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais



Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas

(R\$ milhões, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Receita líquida de vendas	8.252,8	29.177,1	19.886,3	15.590,4
Receita bruta	10.118,4	36.116,0	24.377,1	18.896,5
Lucro bruto	2.070,1	7.520,0	5.554,0	4.537,4
Margem bruta ⁽¹⁾	25,1%	25,8%	27,9%	29,1%
Lucro líquido	258,6	391,7	921,8	597,4
Margem líquida ⁽²⁾	3,1%	1,3%	4,6%	3,8%
EBITDA ⁽³⁾	695,6	1.527,1	1.775,5	1.245,2
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	8,4%	5,2%	8,9%	8,0%
Crescimento nas vendas mesmas lojas físicas ⁽⁵⁾	-0,5%	-7,4%	7,8%	18,6%
Crescimento nas vendas internet ⁽⁶⁾	114,4%	130,7%	76,0%	60,1%
Quantidade de lojas - Final do Período	1310	1301	1112	953
Área de Vendas - Final do Período (M²)	670.197	666.089	648.227	572.394

(1) A margem bruta é calculada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas.

(2) A margem líquida é calculada pelo lucro líquido dividido pela receita líquida de vendas.

(3) O EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"). Para a reconciliação do EBITDA para o lucro líquido, vide seção "3.2 – Medições não contábeis".

(4) A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(5) Inclui as vendas de lojas convencionais e lojas virtuais da Companhia abertas a mais de 12 meses.

(6) Inclui as vendas do e-commerce tradicional (com estoque próprio) e as vendas na plataforma de marketplace.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido totalizava R\$ 7.270,7 milhões, enquanto a Dívida Bruta era de R\$ 1.669,8 milhões e o Caixa (Dívida) Líquida Ajustada era de R\$ 4.221,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido totalizava R\$ 7.325,3 milhões, enquanto a Dívida Bruta era de R\$ 1.686,8 milhões e o Caixa (Dívida) Líquida Ajustada era de R\$ 7.312,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido totalizava R\$ 7.564,9 milhões, enquanto a Dívida Bruta era de R\$848,8 milhões e o Caixa (Dívida) Líquida Ajustada era de R\$6.295,8 milhões. Ao longo dos últimos anos, a Companhia reduziu de forma significativa seu Caixa (Dívida) Líquida Ajustada passando para uma posição de Caixa (Dívida) Líquida Ajustada, por meio de uma evolução nos resultados operacionais e na melhor relação entre os níveis de estoque e saldo de fornecedores a pagar. Vale destacar que, em 14 de junho de 2019, Companhia concluiu a aquisição da Netshoes e realizou o pagamento integral. Em novembro de 2019, a Companhia concluiu uma oferta subsequente de ações no montante de R\$4,3 bilhões, que contribuiu para fortalecer sua posição de caixa líquido e, consequentemente, reforçar sua estrutura de capital.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital:

(R\$ milhões, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2021	2020	2019	2018	
Patrimônio Líquido	7.270,7	7.325,3	7.564,9	2.302,9	
Dívida Bruta ⁽¹⁾	(1.669,8)	(1.686,8)	(848,8)	(456,0)	
Caixa (Dívida) Líquido ⁽²⁾	(284,5)	1.216,4	3.905,3	552,4	

⁽¹⁾ Dívida Bruta corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante). A Dívida bruta não é medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão.

⁽²⁾ O Caixa (Dívida) Líquido é calculado como o saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante) (Dívida Bruta) subtraído do saldo do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes). O Caixa (Dívida) Líquido não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Cumprimos todas as nossas obrigações financeiras até a data deste Formulário de Referência, bem como mantivemos assiduidade nos pagamentos desses compromissos. Nos últimos exercícios sociais, nossas necessidades de recursos foram suportadas basicamente por nossa capacidade de geração de caixa operacional e através de recursos de terceiros. No exercício social de 2019, considerando o perfil de nosso endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades e investimentos, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, atingimos lucro líquido R\$ 258,6 milhões e R\$695,6 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 8,4%). O crescimento das vendas totais, a contribuição positiva do *e-commerce* e a diluição das despesas operacionais contribuíram para uma evolução do EBITDA e, consequentemente, do lucro líquido. Além disso, o lucro líquido e o EBITDA do período foram influenciados por efeitos tributários, conforme apresentados nas demonstrações financeiras. No período de três meses findo em 31 de março de 2021, o fluxo de caixa consumido pelas atividades operacionais foi de R\$ 487,1 milhões. Em 31 de março de 2021, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 1.669,8 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R\$ 4.221,4 milhões,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

representando 2,2x vezes o EBITDA do mesmo período. Em 31 de março de 2021, 49,2% da Dívida Bruta da Companhia consistia em empréstimos e financiamentos não circulante (longo prazo).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, atingimos lucro líquido R\$ 391,71 milhões e R\$1.527,1 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 5,2%). O crescimento das vendas totais, a contribuição positiva do *e-commerce* e a diluição das despesas operacionais contribuíram para uma evolução do lucro líquido e, consequentemente, do EBITDA. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$2.603,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 1.686,8 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R\$ 7.312,7 milhões, representando 4,8 vezes o EBITDA do mesmo período. Em 31 de dezembro de 2020, 1,2% da Dívida Bruta da Companhia consistia em empréstimos e financiamentos não circulante (longo prazo).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, atingimos lucro líquido R\$921,8 milhões e R\$1.775,5 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 8,9%). O crescimento das vendas totais e a contribuição positiva do *e-commerce* contribuíram para uma evolução do lucro líquido e, consequentemente, do EBITDA. Além disso, o lucro líquido e o EBITDA do período foram influenciados pelo início da adoção inicial do IFRS 16 e por efeitos tributários, conforme apresentados nas demonstrações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R\$3.329,5 milhões. Em função dos recursos captados através da oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019, a Companhia manteve parte significativa do seu caixa aplicado como títulos e valores mobiliários e manteve recebíveis não descontados em seu ativo, o que afetou o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$848,8 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R\$6.295,8 milhões, representando 3,5x vezes o EBITDA de doze meses do mesmo período. Em 31 de dezembro de 2019, 98,8% da Dívida Bruta da Companhia consistia em empréstimos e financiamentos não circulante (longo prazo).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, atingimos lucro líquido R\$597,4 milhões e R\$1.245,2 milhões de EBITDA (margem EBITDA de 8,0%). O crescimento das vendas totais, a contribuição positiva do *e-commerce* e a diluição das despesas operacionais contribuíram para uma evolução do lucro líquido e, consequentemente, do EBITDA. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$1.236,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, nossa Dívida Bruta era de R\$456,0 milhões e o caixa líquido ajustado totalizou R\$2.151,4 milhões, representando 1,7x vezes o EBITDA do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, 71,3% da nossa Dívida Bruta consistia em empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros não circulante (longo prazo).

(R\$ milhões, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Fluxo de Caixa gerado pelas atividades operacionais	(487,1)	2.603,9	(3.329,6)	1.236,2
Dívida Bruta ⁽¹⁾	(1.669,8)	(1.686,8)	(848,8)	(456,0)
Caixa (Dívida) Líquido ⁽²⁾	(284,5)	1.216,4	3.905,3	552,4
Caixa (Dívida) Líquido Ajustado ⁽²⁾	4.221,4	7.312,7	6.295,8	2.151,4
Dívida Bruta – circulante (curto prazo)	50,8%	98,8%	1,2%	28,7%
Dívida Bruta – não circulante (longo prazo)	49,2%	1,2%	98,8%	71,3%
Caixa (Dívida) Líquida Ajustada / EBITDA LTM ⁽³⁾	2,2x	4,8x	3,5x	1,7 x

(1) Corresponde ao saldo de empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros (circulante e não circulante)

(2) O Caixa (dívida) líquido ajustado refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros (Dívida Bruta) subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros (circulantes e não circulantes) e do contas a receber de cartões de crédito não descontado (terceiros e de partes relacionadas). O caixa (dívida) líquido ajustado não é uma medida contábil reconhecida

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS). Para a reconciliação da dívida líquida com a Dívida Bruta, vide a seção “3.2 – Medições não contábeis”.

(3) Corresponde à divisão do Caixa (Dívida) Líquida Ajustada pelo EBITDA.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nosso capital de giro é financiado pela geração de caixa e, quando necessário, por recursos de terceiros. Nossos ativos operacionais de curto prazo são compostos, principalmente, pelos estoques, contas a receber e impostos a recuperar, a maior parte decorrentes de ICMS substituição tributária. Do lado passivo, contamos principalmente com nossos fornecedores de mercadorias para revenda.

Para o financiamento de nossos investimentos em ativos não circulantes, contamos com geração de caixa e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de primeira linha. A tabela abaixo apresenta o nosso capital de giro.

(R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Ativo Circulante	14.621,0	16.798,8	12.841,2	6.412,4
Passivo Circulante	10.872,7	13.416,1	8.002,6	5.388,6
Capital de Giro ⁽¹⁾	3.250,5	2.186,6	218,2	328,3
Capital de Giro Ajustado ⁽²⁾	(1.255,5)	(3.909,7)	(2.172,3)	(1.270,7)
Capital Fixo ⁽³⁾	4.344,7	3.962,2	3.565,0	1.604,1

(1) O Capital de Giro não é uma medida contábil reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS) e não possui significado padrão. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) O Capital de Giro Ajustado refere-se ao Capital de Giro menos o saldo de contas a receber de cartões de crédito terceiros e de partes relacionadas. O Capital de Giro Ajustado não é uma medida contábil reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) O Capital Fixo não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS). Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a nossa geração de caixa operacional é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais divergências entre as disponibilidades com montantes vencidos no curto prazo, contamos também com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nosso endividamento é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, cuja finalidade principal é prover recursos para nossos investimentos, como: aberturas de novas lojas, investimentos em tecnologia e logística, além do alongamento do endividamento da Companhia. Em 31 de março de 2020 e 2021, os nossos empréstimos e financiamentos apresentavam saldos de R\$ 853,8 milhões e R\$1.669,8 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, os nossos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) apresentavam saldo de R\$456,0 milhões, R\$848,8 milhões e R\$ 1.686,8 milhões, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta as principais características das operações como, taxa de juros e o saldo devedor em cada data-base indicada:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Modalidade	Encargos	Vencimento	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
			2021	2020	2019	2018
(em R\$ mil)						
FINEP/BNB	4% a.a. a 7% a.a.	dez/22	12.849	14.776	24.418	32.556
Debêntures e NP	104% a 113,5% do CDI	jun/21	852.225	847.239	822.542	420.476
Debêntures	100% do CDI + 1,50% a.a.	mar/21	801.829	821.832	-	-
Outros ⁽¹⁾	113,5% do CDI		2.875	2.915	1.869	2.935
Total			1.669.778	1.686.762	848.829	455.967
Passivo Circulante			847.484	1.667.181	9.967	130.743
Passivo não Circulante			822.294	19.581	838.862	325.224

⁽¹⁾ Refere-se a dívidas da Companhia, Netshoes, Magalog e Softbox.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores.

FINEP

Em 28 de Maio de 2014, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$45,0 milhões, a serem liberados em quatro parcelas, e com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas, garantido por fiança bancária. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros equivalente a 4,0% ao ano. O contrato deve ser pago em 73 parcelas, com prazo de carência de 30 meses, sendo a primeira parcela da amortização devida em 15 de dezembro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2022. Em julho de 2016 foi liberado a última parcela e, portanto, a totalidade dos recursos.

Em 31 de março de 2021, o saldo em aberto desse contrato era de R\$12.849 mil.

O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Debêntures

- 9ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2021, foram emitidas 800.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$800 milhões, que serão destinados para a otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 1.095 dias, vencendo, portanto, em 15 de janeiro de 2024. As debêntures não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios, calculados a partir da primeira Data de Integralização, equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no informativo diário disponível em sua página na internet, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,25% ao ano, base 252 Dias Úteis. As debêntures não contam com qualquer tipo de garantia. A amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será realizada em uma única parcela na Data de Vencimento ou na Data de Amortização Antecipada Facultativa, se for o caso.

A escritura de emissão contém cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Em 31 de março de 2021 o saldo em aberto desse contrato era de R\$801,8 milhões.

Notas Promissórias Comerciais

- 5ª Emissão

Em 30 de abril de 2021, a Companhia promoveu sua 5ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única no valor total de R\$1.500 milhões, tendo emitido um total de 1.500 notas comerciais com valor unitário de R\$1 milhão mediante taxa de juros equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), no informativo diário disponível em sua página na internet, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,25% ao ano, base 252 Dias Úteis.

Esta emissão ocorreu sem garantia, com esforços restritos de colocação, no âmbito da Instrução CVM 476. A amortização do valor nominal unitário das Notas Promissórias será realizada integralmente em 29 de abril de 2024.

A cártula de emissão contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

- 4ª Emissão

Em 18 de junho de 2019, a Companhia promoveu sua 4ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única no valor total de R\$800 milhões, tendo emitido um total de 160 notas comerciais com valor unitário de R\$5 milhões mediante taxa de juros de 104% da Taxa DI.

Esta emissão ocorreu sem garantia, com esforços restritos de colocação, no âmbito da Instrução CVM 476. A amortização do valor nominal unitário das Notas Promissórias foi realizada integralmente em 18 de junho de 2021.

Em 31 de março de 2021, o saldo em aberto desse contrato era de R\$852,2 milhões.

A cártula de emissão contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Para maiores informações sobre nosso endividamento de curto e longo prazo, vide item 3.7 deste Formulário de Referência.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de março de 2021, não possuíamos qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior. No entanto, mantemos relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro. Adicionalmente, firmamos (i) com o Itaú Unibanco e com o Banco Itaúcard S.A. um Acordo de Associação relativo à nossa operação com a Luizacred, nossa controlada em conjunto financeira; e (ii) com a Cardif um Acordo relativo à nossa operação com a Luizaseg, nossa controlada em conjunto que oferece trabalho de seguros com garantia estendida e outros seguros.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, estamos cumprindo com todas as obrigações constantes nos nossos contratos de empréstimos e financiamentos, firmados junto às instituições financeiras, incluindo as notas promissórias.

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo o atingimento de índices financeiros, distribuição de dividendos, alienação de ativos e alienação de controle societário, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

9ª Emissão de Debêntures, 5ª Emissão de Notas promissórias Comerciais e 4ª Emissão de Notas promissórias Comerciais	As debêntures e a nota promissória serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência dos seguintes casos: (i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou não pecuniárias relativas às Debêntures; (ii) caso a Companhia não mantenha a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada⁽¹⁾ / EBITDA Ajustado⁽²⁾ não superior a 3,0 vezes, sendo apurada trimestralmente, levando em consideração, para cálculo do EBITDA, o desempenho acumulado nos últimos 12 meses da data do encerramento dos demonstrativos financeiros; (iii) ocorrer mudança do acionista controlador direto ou indireto da Companhia, conforme definido no artigo 116 de Lei das Sociedades por Ações; (iv) ocorrer cisão, fusão ou incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, que resulte em alteração de controle da Companhia e/ou qualquer de suas controladas, salvo se houver o prévio consentimento de 75% dos titulares das debêntures reunidos em assembleia geral de debenturistas especificamente convocada para esse fim; e (v) caso a Companhia não apresente balancetes trimestrais, durante a vigência desta operação.
FINEP	A Companhia Informar à FINEP todas as alterações realizadas no capital social e/ou estrutura societária, que possam influenciar no processo decisório da Companhia, bem como aquelas que possam influenciar na capacidade de pagamento da Companhia, no prazo de 10 dias após o registro na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente. O contrato será considerado antecipadamente vencido caso ocorra alteração do controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia que, a juízo da FINEP, possa comprometer o regular desenvolvimento do projeto objeto do contrato e/ou inviabilizar a fiel execução do contrato.

(1) Dívida Financeira Líquida Ajustada = (+) Dívida Financeira Total, incluídas as Debêntures; (-) Disponibilidade de Caixa/Aplicações Financeiras/Títulos e Valores Mobiliários; (-) Recebíveis de Cartão de Crédito. Trata-se de uma medida para fins exclusivamente de covenants.

(2) EBITDA Ajustado é calculado excluído de eventos operacionais (receitas/despesas) que consideramos de caráter extraordinário. Trata-se de uma medida para fins exclusivamente de covenants.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de março de 2021, possuíamos um total de R\$ 1.669,8 milhões de empréstimos e financiamentos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020, possuíamos um total de R\$1.686,8 milhões de empréstimos e financiamentos.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Evolução de Número de Lojas por Estado

Número de Lojas por Estado	31 de março de		31 de dezembro de		
	2021	2020	2018	2019	2020
SP	396	354	307	328	394
MG	133	124	114	123	133
RS	113	96	66	96	111
SC	67	64	61	64	67
PR	121	107	106	107	120
MS	20	19	19	19	21
MT	26	21	-	21	24
GO	45	38	30	36	45
RJ	16	15	-	-	17
ES	2	-	-	-	2
DF	13	-	-	-	13
Sub-total S/SE/CO	952	838	703	794	947
PB	33	28	25	28	32
RN	24	19	17	19	24
PE	58	52	45	52	56
CE	40	36	36	36	40
AL	19	18	18	18	19
SE	11	11	10	11	11
BA	73	65	64	65	73
PI	9	7	7	7	9
MA	36	33	28	33	35
PA	55	49	-	49	55
Sub-total NE/N	358	318	250	318	354
Total	1.310	1.156	953	1.112	1.301

Abertura de Loja por Canal de Vendas

Número de Lojas por Canal - Final do Período	31 de março de		31 de dezembro de		
	2021	2020	2018	2019	2020
Lojas virtuais ¹	207	195	162	195	205
Lojas convencionais ²	949	910	791	912	942
Quiosques	154	51	-	5	154
Total	1.310	1.156	953	1.112	1.301
Área total de vendas (m²):	670.197	647.171	572.394	648.227	666.089

(¹) Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 b) desse formulário.

(²) Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

Vendas Totais por Canal

As vendas totais significam (i) a receita bruta do varejo, que compreende vendas de mercadorias e serviços (incluindo comissões das vendas no marketplace) das lojas físicas e *e-commerce*; e (ii) vendas no marketplace.

Vendas Totais por Canal	1T21		1T20		Crescimento
	AV		AV		AH

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R\$ milhões)

Lojas virtuais	291,5	2,3%	269,9	3,5%	8,0%
Lojas convencionais	3.418,6	27,4%	3.306,1	43,1%	3,4%
Subtotal - Lojas Físicas	3.710,1	29,7%	3.576,0	46,7%	3,7%
E-commerce Tradicional (1P)	6.324,4	50,7%	2.855,0	37,3%	121,5%
Marketplace (3P)	2.438,2	19,5%	1.231,5	16,1%	98,0%
Subtotal - E-commerce Total	8.762,6	70,3%	4.086,5	53,3%	114,4%
Vendas Totais	12.472,7	100,0%	7.662,5	100,0%	62,8%

Vendas Totais por Canal	2020	AV	2019	AV	Crescimento
					AH
(em R\$ milhões)					
Lojas virtuais¹	1.131,2	4,1%	1.119,2	4,1%	1,1%
Lojas convencionais²	13.859,9	50,8%	13.785,8	50,6%	0,5%
Subtotal - Lojas Físicas	14.991,1	55,0%	14.905,0	54,7%	0,6%
E-commerce Tradicional (1P)	20.786,2	47,8%	9.338,7	34,2%	122,6%
Marketplace (3P)	7.739,4	28,4%	3.027,0	11,1%	155,7%
Subtotal - E-commerce Total	28.525,6	104,6%	12.365,7	45,3%	130,7%
Vendas Totais	43.516,7	159,6%	27.270,7	100,0%	59,6%

(¹) Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 b) desse formulário.

(²) Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

Vendas totais por Canal	2019	AV	2018	AV	Crescimento
					AH
(em R\$ milhões)					
Lojas virtuais¹	1.119,2	4,1%	908,8	4,6%	23,1%
Lojas convencionais²	13.785,8	50,6%	11.734,3	59,7%	17,5%
Subtotal - Lojas Físicas	14.905,0	54,7%	12.643,2	64,3%	17,9%
E-commerce Tradicional (1P)	9.338,7	34,2%	6.169,6	31,4%	51,4%
Marketplace (3P)	3.027,0	11,1%	855,1	4,3%	254,0%
Subtotal - E-commerce Total	12.365,7	45,3%	7.024,7	35,7%	76,0%
Vendas Totais	27.270,7	100,0%	19.667,8	100,0%	38,7%

(¹) Lojas físicas onde toda demonstração de produtos aos clientes é feita por vendedores através de recursos de multimídia, computadores e smartphones, com o uso da internet. Para maiores informações, veja seção 7.3 b) desse formulário.

(²) Lojas físicas que possuem mostruário físico e estoque próprio e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e em 31 de março de 2020.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	1T21	%AV	1T20	%AV	Var(%)	Var(R\$)
Receita Líquida de Vendas	8.252,8	100,0%	5.234,7	100,0%	57,7%	3.018,1
Custo das Mercadorias Revendidas e das Prestações de Serviços	(6.182,7)	-74,9%	(3.814,3)	-72,9%	62,1%	(2.368,4)
Lucro Bruto	2.070,1	25,1%	1.420,5	27,1%	45,7%	649,6
Despesas com Vendas	(1.420,2)	-17,2%	(938,3)	-17,9%	51,4%	(481,9)
Despesas Gerais e Administrativas	(225,6)	-2,7%	(194,6)	-3,7%	15,9%	(31,0)
Perdas por redução ao valor recuperável de créditos	(33,8)	-0,4%	(30,0)	-0,6%	12,7%	(3,8)
Depreciação e Amortização	(178,3)	-2,2%	(174,8)	-3,3%	2,0%	(3,5)
Resultado de Equivalência Patrimonial	23,0	0,3%	2,4	0,0%	858,3%	20,6
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	282,1	3,4%	72,6	1,4%	288,6%	209,5

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total de Despesas Operacionais	(1.552,8)	-18,8%	(1.262,7)	-24,1%	23,0%	(290,1)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	517,3	6,3%	157,8	3,0%	227,8%	359,5
Resultado Financeiro Líquido	(170,3)	-2,1%	(94,4)	-1,8%	80,4%	(75,9)
Lucro Operacional	346,9	4,2%	63,4	1,2%	447,2%	283,5
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos	(88,3)	-1,1%	(32,6)	-0,6%	170,9%	(55,7)
Lucro Líquido	258,6	3,1%	30,8	0,6%	739,6%	227,8

Receita líquida de vendas

A tabela abaixo descreve a distribuição de receita líquida da Companhia:

Receita Líquida por Canal	Período de três meses findo em 31 de março de			
	2021	2020	Var(%)	Var(R\$)
<i>(em R\$ milhões)</i>				
Receita Líquida - Varejo - Revenda de Mercadorias	7.792,5	4.916,0	58,5%	2.875,6
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	423,3	289,0	46,5%	134,3
Receita Líquida - Varejo	8.215,8	5.205,0	57,8%	3.010,9
Receita Líquida - Outros Serviços	178,2	58,5	204,6%	119,7
Eliminações Inter-companhias ⁽¹⁾	(141,2)	(28,7)	392,0%	(112,5)
Receita Líquida - Total	8.252,8	5.234,7	57,7%	3.018,1

⁽¹⁾ Eliminação em decorrência da consolidação das empresas do grupo controladas pela Companhia.

A receita líquida de vendas aumentou R\$ 3.018,1 milhões, ou 57,7%, de R\$ 5.234,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 8.252,8 milhões no mesmo período em 2021, principalmente devido ao aumento da receita líquida decorrente de revenda de mercadorias e de prestação de serviço, conforme explicado abaixo.

Revenda de mercadorias. A receita líquida de revenda de mercadorias aumentou R\$ 2.875,6 milhões, ou 58,5%, passando de R\$ 4.916,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 7.792,5 milhões no mesmo período em 2021, principalmente devido ao crescimento do *e-commerce* com estoque próprio (1P).

Prestação de serviços. A receita líquida de prestação de serviços cresceu R\$ 134,3 milhões, ou 46,5%, passando de R\$ 289,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 423,3 milhões no mesmo período em 2021, principalmente devido ao aumento da comissão recebida por vendas geradas na plataforma de marketplace, das vendas de seguros, serviços financeiros (como garantia estendida) e do Magalu Pagamentos.

Outros Serviços. A receita líquida de outros serviços aumentou R\$ 119,7 milhões, ou 204,6%, passando de R\$ 58,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 178,2 milhões no mesmo período em 2021, principalmente devido ao aumento das operações da Magalog.

Os Impostos e devoluções aumentaram R\$ 614,1 milhões, ou 49,1%, passando de R\$ 1.251,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 1.865,6 milhões no mesmo período em 2021. Assim, a receita bruta total aumentou R\$ 3.632,1 milhões, ou 56,0%, passando de R\$ 6.486,3 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 10.118,4 milhões no mesmo período em 2021, conforme explicação da receita líquida de vendas.

Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R\$ milhões	1T21	1T20	Var(%)	Var(R\$)
Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(6.053,5)	(3.773,3)	60,4%	(2.280,2)
Custos - Outros Serviços	(129.194)	(44,0)	201,6%	(88,7)
Eliminações Inter-companhias ⁽¹⁾	3,5	3,0	16,7%	0,5
Custos - Total	(6.182,7)	(3.814,3)	62,1%	(2.368,4)

⁽¹⁾ Eliminação em decorrência da consolidação das empresas do grupo controladas pela Companhia.

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R\$ 2.368,4 milhões, ou 62,1%, passando de R\$ 3.814,3 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 6.182,7 milhões no mesmo período em 2021, principalmente devido ao aumento da receita líquida e conforme explicado abaixo em lucro bruto.

Lucro Bruto

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

R\$ milhões	1T21	1T20	Var(%)	Var(R\$)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	1.739,0	1.143,5	52,1%	595,5
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	423,3	288,1	46,9%	135,2
Lucro Bruto - Varejo	2.162,3	1.431,6	51,0%	730,7
Lucro Bruto - Outros Serviços	45,5	14,5	213,8%	31,0
Eliminações Inter-companhias ⁽¹⁾	(137,7)	(25,6)	437,9%	(112,1)
Lucro Bruto - Total	2.070,1	1.420,5	45,7%	649,6
Margem Bruta - Total	25,1%	27,1%	-2,0 pp	-

⁽¹⁾ Eliminação em decorrência da consolidação das empresas do grupo controladas pela Companhia.

O lucro bruto aumentou R\$ 649,6 milhões, ou 45,7%, de R\$ 1.420,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 2.070,1 milhões no mesmo período de 2021. A margem bruta reduziu 2,0 p.p., de 27,1% no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para 25,1% no período de três meses findo em 31 de março de 2021, devido ao crescimento do *e-commerce* tradicional (isto é, com estoque próprio) (1P), que possui margens brutas menores que as vendas em lojas físicas.

Receitas (despesas) operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

R\$ milhões	1T21	%AV	1T20	%AV	Var(%)	Var(R\$)
Receitas (Despesas) Operacionais	(1.552,8)	-18,8%	(1.262,7)	-24,1%	23,0%	(290,1)
Com Vendas	(1.420,2)	-17,2%	(938,3)	-17,9%	51,4%	(481,9)
Gerais e Administrativas	(225,6)	-2,7%	(194,6)	-3,7%	15,9%	(31,0)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(33,8)	-0,4%	(30,0)	-0,6%	12,7%	(3,8)
Depreciação e Amortização	(178,3)	-2,2%	(174,8)	-3,3%	2,0%	(3,5)
Resultado de equivalência patrimonial	23,0	0,3%	2,4	0,0%	858,3%	20,6
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	282,1	3,4%	72,6	1,4%	288,6%	209,5

As receitas (despesas) operacionais aumentaram R\$ 290,1 milhões, ou 23,0%, de R\$ 1.262,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 1.552,8 milhões no mesmo período em 2021, devido principalmente ao crescimento das vendas. Além disso, parte do crescimento nominal das despesas com vendas foi decorrente dos investimentos em aumento do nível de serviço, incluindo logística e atendimento. Como percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais foram diluídas em 5,3 p.p. para 18,8% da receita líquida de vendas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 em relação ao mesmo período em 2020.

Despesas com vendas. As despesas com vendas aumentaram R\$ 481,9 milhões, ou 51,4%, de R\$ 938,3 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 1.420,2 milhões no mesmo período em 2021. Esse aumento reflete o crescimento nas despesas com vendas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

decorrente dos investimentos em marketing na aquisição de novos clientes, incluindo logística e atendimento. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas foram diluídas em 0,7 p.p. para 17,2% da receita líquida de vendas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 em relação ao mesmo período em 2020.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 31,0 milhões, ou 15,9%, de R\$ 194,6 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 225,6 milhões no mesmo período em 2021, principalmente devido ao aumento no quadro de pessoal, necessária para a condução dos negócios. Por outro lado, as despesas gerais e administrativas foram diluídas em 1,0 p.p. para 2,7% da receita líquida de vendas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 em função, principalmente, do forte crescimento nas vendas.

Perdas por redução ao valor recuperável de créditos. As despesas com perdas por redução ao valor recuperável de créditos aumentaram R\$ 3,8 milhões, ou 12,7%, de R\$ 30,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 33,8 milhões no mesmo período em 2021, principalmente devido ao crescimento das lojas físicas e do *e-commerce* com estoque próprio (1P).

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização aumentaram R\$ 3,5 milhões, ou 2,0%, de R\$ 174,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 178,3 milhões no mesmo período em 2021, devido ao aumento dos investimentos em imobilizado e intangível, principalmente relacionados a abertura de lojas, reformas e investimentos em tecnologia e logística.

Resultado de equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial aumentou R\$ 20,6 milhões, ou 858,3%, de R\$ 2,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 23,0 milhões no mesmo período em 2021, principalmente em função do resultado de equivalência patrimonial de nossa controlada em conjunto Luizacred, que, com o aumento dos recebimentos e redução da carteira vencida, gerou um menor volume de provisões.

Outras receitas operacionais, líquidas. Outras receitas operacionais, líquidas, aumentaram R\$ 209,5 milhões, ou 288,6%, de R\$ 72,6 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para R\$ 282,1 milhões no mesmo período em 2021, devido principalmente ao impacto de efeitos tributários, que inclui a reversão de provisão relacionada ao julgamento pelo STF da inconstitucionalidade do recolhimento de ICMS (Difal).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido teve uma redução de R\$ 75,9 milhões, ou 80,4%, de uma despesa R\$ 94,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para uma despesa de R\$ 170,3 milhões no mesmo período em 2021, devido principalmente às despesas de encargos sobre a antecipação de cartão de crédito em função do forte crescimento das vendas. Em relação à receita líquida de vendas, o resultado financeiro representou 2,1% no período de três meses findo em 31 de março de 2021, aumento de 0,3 p.p. versus o mesmo período de 2020.

Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social teve um aumento de R\$ 283,5 milhões, ou 447,2%, passando de um lucro de R\$ 63,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para um lucro de R\$ 346,9 milhões no mesmo período em 2021, principalmente em função do aumento das vendas seguido de uma diluição das despesas operacionais e de efeitos tributários.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de R\$ 32,6 milhões, com alíquota efetiva de 51,4% no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para despesa de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R\$ 88,3 milhões, com alíquota efetiva de 25,5% no mesmo período em 2021, em função da apuração de maior lucro tributável no período. A variação da taxa efetiva refere-se ao aumento no resultado de equivalência patrimonial das controladas em conjunto no período de três meses findo em 31 de março de 2021, que é excluído da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, bem como a diminuição na constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o resultado da controlada Netshoes, por não haver base contábil para tal constituição.

Lucro Líquido do Exercício

O resultado líquido teve uma melhora de R\$ 227,8 milhões, ou 739,6%, passando de lucro líquido de R\$ 30,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2020 para lucro líquido de R\$ 258,6 milhões no mesmo período em 2021. Os principais aspectos que contribuíram para a rentabilidade da Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foram o elevado crescimento de vendas de lojas físicas e *e-commerce*, a diluição das despesas operacionais e os impactos da reversão de provisão relacionada ao julgamento pelo STF da inconstitucionalidade do recolhimento do ICMS – Difal.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	2020	%AV	2019	%AV	Var(%)	Var(R\$)
Receita Líquida de Vendas	29.177,1	100,0%	19.886,3	100,0%	46,7%	9.290,8
Custo das Mercadorias Vendidas e das Prestações de Serviços	(21.657,2)	-74,2%	(14.332,3)	-72,1%	51,1%	(7.324,9)
Lucro Bruto	7.519,9	25,8%	5.554,0	27,9%	35,4%	1.965,9
Despesas com Vendas	(5.162,6)	-17,7%	(3.444,1)	-17,3%	49,9%	(1.718,5)
Despesas Gerais e Administrativas	(906,8)	-3,1%	(701,6)	-3,5%	29,2%	(205,2)
Perdas por redução ao valor recuperável de créditos	(118,1)	-0,4%	(76,0)	-0,4%	55,4%	(42,1)
Depreciação e Amortização	(702,5)	-2,4%	(487,0)	-2,4%	44,3%	(215,5)
Resultado de Equivalência Patrimonial	119,9	0,4%	26,6	0,1%	350,8%	93,3
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	74,7	0,3%	416,7	2,1%	-82,1%	(342,0)
Total de Despesas Operacionais	(6.695,4)	-22,9%	(4.265,4)	-21,4%	57,0%	(2.430,0)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	824,6	2,8%	1.288,6	6,5%	-36,0%	(464,0)
Resultado Financeiro Líquido	(410,5)	-1,4%	(70,4)	-0,4%	483,0%	(340,1)
Lucro Operacional	414,1	1,4%	1.218,2	6,1%	-66,0%	(804,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos	(22,4)	-0,1%	(296,3)	-1,5%	-92,4%	273,9
Lucro Líquido	391,7	1,3%	921,8	4,6%	-57,5%	(530,1)

Receita líquida de vendas

A tabela abaixo descreve a distribuição de receita líquida da Companhia:

Receita Líquida por Canal	2020	2019	Var(%)	Var(R\$)
<i>(em R\$ milhões)</i>				
Receita Líquida - Varejo - Revenda de Mercadorias	27.447,3	18.786,7	46,1%	8.660,6
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	1.497,5	1.012,9	47,8%	484,6
Receita Líquida - Varejo	28.944,8	19.799,6	46,2%	9.145,2
Receita Líquida - Outros Serviços	448,5	142,7	214,3%	305,8

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Eliminações Inter-companhias ⁽¹⁾	(216,2)	(55,5)	289,7%	(160,7)
Receita Líquida - Total	29.177,1	19.886,8	46,7%	9.290,3

⁽¹⁾ Eliminação em decorrência da consolidação das empresas do grupo controladas pela Companhia.

A receita líquida de vendas aumentou R\$ 9.290,3 milhões, ou 46,7%, passando de R\$ 19.886,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 29.177,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente decorrente de revenda de mercadorias e de prestação de serviço, conforme detalhado abaixo:

Revenda de mercadorias. A receita líquida de revenda de mercadorias aumentou R\$8.660,6 milhões, ou 46,1%, tendo passado de R\$18.786,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$27.447,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao crescimento das vendas do *e-commerce* com estoque próprio (1P).

Prestação de serviços. A receita líquida de prestação de serviços cresceu R\$484,6 milhões, ou 47,8%, tendo passado de R\$1.012,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.497,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento da comissão recebida por vendas geradas na plataforma de marketplace, das vendas de seguros, serviços financeiros (como garantia estendida) e do Magalu Pagamentos.

Outros Serviços. A receita líquida de outros serviços aumentou R\$ 305,8 milhões, ou 214,3%, tendo passado de R\$ 142,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 448,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento das operações na Magalog. Para mais informações sobre os “outros serviços”, vide item 7.2 deste Formulário de Referência.

Impostos e devoluções aumentaram R\$ 2.448,1 milhões, ou 54,5%, passando de R\$ 4.490,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 6.938,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Assim, a receita bruta total aumentou R\$ 11.738,9 milhões, ou 48,2%, passando de R\$24.377,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 36.116,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme explicação da receita líquida de vendas.

Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

R\$ milhões	2020	2019	Var(%)	Var(R\$)
Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(21.312,4)	(14.259,7)	49,5%	(7.052,7)
Custos - Outros Serviços	(355,6)	(87,4)	-306,9%	(268,2)
Eliminações Inter-companhias ⁽¹⁾	10,8	14,7	-26,5%	(3,9)
Custos - Total	(21.657,2)	(14.332,4)	51,1%	(7.324,8)

⁽¹⁾ Eliminação em decorrência da consolidação das empresas do grupo controladas pela Companhia.

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R\$ 7.324,8 milhões, ou 51,1%, de R\$ 14.332,3 milhões no exercício social encerrado em 2019 para R\$ 21.657,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao aumento da receita líquida, consequência do aumento da venda de mercadorias e conforme detalhado na rubrica “lucro bruto” abaixo.

Lucro Bruto

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

R\$ milhões	2020	2019	Var(%)	Var(R\$)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	6.141,0	4.526,4	35,7%	1.614,6
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	1.491,4	1.012,5	47,3%	478,9
Lucro Bruto - Varejo	7.632,4	5.538,9	37,8%	2.093,5
Lucro Bruto - Outros Serviços	92,9	55,3	68,0%	37,6
Eliminações Inter-companhias ⁽¹⁾	(205,3)	(40,3)	409,5%	(165,0)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro Bruto - Total	7.520,0	5.554,0	35,4%	1.966,0
Margem Bruta - Total	25,8%	27,9%	-2,1 pp	-

(1) Eliminação em decorrência da consolidação das empresas do grupo controladas pela Companhia.

O lucro bruto aumentou R\$ 1.966,0 milhões, ou 35,4%, de R\$ 5.554,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.520,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A margem bruta reduziu 2,1 p.p., de 27,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para 25,8% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, devido ao crescimento do *e-commerce* com estoque próprio (1P), que possui margens brutas menores que as vendas em lojas físicas.

Receitas (despesas) operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

R\$ milhões	2020	%AV	2019	%AV	Var(%)	Var(R\$)
Receitas (Despesas) Operacionais	(6.695,4)	-22,9%	(4.265,4)	-21,4%	57,0%	(2.430,0)
Com Vendas	(5.162,6)	-17,7%	(3.444,1)	-17,3%	49,9%	(1.718,5)
Gerais e Administrativas	(906,8)	-3,1%	(701,6)	-3,5%	29,2%	(205,2)
Perdas por redução ao valor recuperável de créditos	(118,1)	-0,4%	(76,0)	-0,4%	55,4%	(42,1)
Depreciação e Amortização	(702,5)	-2,4%	(487,0)	-2,4%	44,3%	(215,5)
Resultado de equivalência patrimonial	119,9	0,4%	26,6	0,1%	350,7%	93,3
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	74,7	0,3%	416,7	2,1%	-82,1%	(342,0)

As receitas (despesas) operacionais aumentaram R\$ 2.430,0 milhões, ou 57,0%, de R\$ 4.265,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 6.695,4 milhões no mesmo período em 2020, devido, principalmente, ao crescimento das vendas da Companhia. Além disso, parte do crescimento nas despesas com vendas foi decorrente dos investimentos em marketing na aquisição de novos clientes, incluindo logística e atendimento. Vale ressaltar que no exercício anterior (2019), a Companhia fez o reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS, o que impacta a base de comparação do crescimento das despesas. Como percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais aumentaram em 1,5 p.p. para 22,9% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação ao mesmo período em 2019. Esse aumento é reflexo do fechamento temporário das lojas em função da pandemia de COVID-19, visto que a Companhia continuou arcando com as despesas fixas das lojas nesse período, sem que houvesse a correspondente venda em tais lojas.

Despesas com vendas. As despesas com vendas aumentaram R\$ 1.718,5 milhões, ou 49,9%, de R\$ 3.444,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5.162,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento reflete o crescimento das vendas e da receita líquida de vendas. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas aumentaram em 0,4 p.p. para 17,7% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação ao mesmo período em 2019. Esse aumento é reflexo do fechamento temporário das lojas em função da pandemia de COVID-19, visto que a Companhia continuou arcando com as despesas fixas das lojas nesse período.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 205,2 milhões, ou 29,2%, de R\$ 701,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 906,8 milhões no mesmo período em 2020, principalmente devido ao aumento no quadro de pessoal, necessária para a condução e expansão dos negócios. Por outro lado, em decorrência do

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

crescimento das vendas, as despesas gerais e administrativas foram diluídas em 0,4 p.p. para 3,1% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Perdas por redução ao valor recuperável de créditos. As despesas com perdas por redução ao valor recuperável de créditos aumentaram R\$ 42,1 milhões, ou 55,4%, de R\$ 76,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 118,1 milhões no mesmo período em 2020, principalmente devido ao crescimento das vendas das lojas físicas e do *e-commerce* com estoque próprio (1P).

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização aumentaram R\$ 215,5 milhões, ou 44,3%, de R\$ 487,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 702,5 milhões no mesmo período em 2020, devido ao aumento dos investimentos em imobilizado e intangível, principalmente relacionados a abertura de lojas, aquisições, reformas e investimentos em tecnologia e logística.

Resultado de equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial aumentou R\$ 93,3 milhões, ou 350,8%, de R\$ 26,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 119,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente em função do resultado de equivalência patrimonial de nossa controlada em conjunto Luizacred, que com o aumento dos recebimentos e redução da carteira vencida teve uma melhora nos seus resultados no exercício social de 2020.

Outras receitas operacionais, líquidas. Outras receitas operacionais, líquidas, diminuíram R\$ 342,0 milhões, ou 82,1%, de R\$ 416,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 74,7 milhões no mesmo período em 2020, devido ao reconhecimento, em 2019, de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS. Em 2020, as outras despesas operacionais líquidas foram compostas, principalmente, pela apropriação de receitas diferidas no montante de R\$ 57,0 milhões.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido teve uma redução de R\$ 340,1 milhões, ou 483,0%, de uma despesa R\$ 70,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma despesa de R\$ 410,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido, principalmente, à atualização monetária dos créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS que foram reconhecidos em 2019.

Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um lucro de R\$ 1.218,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um lucro de R\$ 414,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente em função do reconhecimento, em 2019, de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de R\$ 296,3 milhões, com alíquota efetiva de 24,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para despesa de R\$ 22,4 milhões, com alíquota efetiva de 5,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em função da apuração de lucro tributável no período. A redução da alíquota efetiva é explicada principalmente por (i) maior valor de declaração de juros sobre o capital próprio, que é excluído da

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos, em relação ao lucro tributável; e (ii) maior valor de subvenção governamental (isto é, subvenção para investimentos, concedida por alguns entes governamentais onde a Companhia possui operação, na forma de créditos presumidos de ICMS), que é excluída da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos, em relação ao lucro tributável do exercício.

Lucro Líquido do Exercício

O resultado líquido passou de lucro líquido de R\$ 921,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para lucro líquido de R\$ 391,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao reconhecimento, em 2019, de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS. Por outro lado, o elevado crescimento de vendas no *e-commerce* e a diluição das despesas financeiras contribuíram para a rentabilidade da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	2019	%AV	2018	%AV	Var(%)	Var(R\$)
Receita Líquida de Vendas	19.886,3	100,0%	15.590,4	100,0%	27,6%	4.295,9
Custo das Mercadorias Vendidas e das Prestações de Serviços	(14.332,3)	-72,1%	(11.053,0)	-70,9%	29,7%	(3.279,3)
Lucro Bruto	5.554,0	27,9%	4.537,4	29,1%	22,4%	1.016,5
Despesas com Vendas	(3.444,1)	-17,3%	(2.747,4)	-17,6%	25,4%	(696,7)
Despesas Gerais e Administrativas	(701,6)	-3,5%	(596,1)	-3,8%	17,7%	(105,5)
Perdas por redução ao valor recuperável de créditos	(76,0)	-0,4%	(59,7)	-0,4%	27,3%	(16,3)
Depreciação e Amortização	(487,0)	-2,4%	(163,7)	-1,1%	197,5%	(323,3)
Resultado de Equivalência Patrimonial	26,6	0,1%	57,8	0,4%	-54,0%	(31,2)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	416,7	2,1%	53,4	0,3%	680,3%	363,3
Total de Despesas Operacionais	(4.265,4)	-21,4%	(3.455,9)	-22,2%	23,4%	(809,5)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	1.288,6	6,5%	1.081,6	6,9%	19,1%	207,0
Resultado Financeiro Líquido	(70,4)	-0,4%	(294,7)	-1,9%	-76,1%	224,3
Lucro Operacional	1.218,2	6,1%	786,9	5,0%	54,8%	431,3
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos	(296,3)	-1,5%	(189,4)	-1,2%	56,4%	(106,9)
Lucro Líquido	921,8	4,6%	597,4	3,8%	54,3%	324,4

Receita líquida de vendas

A tabela abaixo descreve a distribuição de receita líquida da Companhia:

Receita Líquida por Canal	2019	2018	Var(%)	Var(R\$)
<i>(em R\$ milhões)</i>				
Receita Líquida - Varejo - Revenda de Mercadorias	18.786,7	14.811,8	26,8%	3.974,3
Receita Líquida - Varejo - Prestação de Serviços	1.012,9	718,9	40,8%	293,6
Receita Líquida – Varejo	19.798,7	15.530,8	27,5%	4.267,9
Receita Líquida - Outros Serviços	142,7	74,0	92,8%	68,7
Eliminações Inter-companhias ⁽¹⁾	(55,5)	(14,3)	285,3%	(40,8)
Receita Líquida – Total	19.886,3	15.590,4	27,6%	4.295,9

⁽¹⁾ Eliminação em decorrência da consolidação das empresas do grupo controladas pela Companhia.

A receita líquida de vendas aumentou R\$4.295,9 milhões, ou 27,6%, de R\$15.590,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$19.886,3 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento da receita bruta decorrente de revenda de mercadorias e de prestação de serviço, conforme explicado abaixo.

Revenda de mercadorias. A receita líquida de revenda de mercadorias aumentou R\$3.974,3 milhões, ou 26,8%, de R\$14.811,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$18.786,2 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao crescimento do e-commerce com estoque próprio (1P), incluindo a consolidação do resultado da Netshoes, aumento nas vendas das mesmas lojas físicas e significativa contribuição das lojas novas.

Prestação de serviços. A receita líquida de prestação de serviços cresceu R\$293,6 milhões, ou 40,8%, de R\$718,9 milhões no exercício social encerrado em dezembro de 2018 para R\$1.012,5 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento da comissão recebida por vendas geradas na plataforma de marketplace, das vendas de seguros, serviços financeiros (como garantia estendida) e dos serviços digitais (como Magalu Conecta).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros Serviços. A receita líquida de outros serviços aumentou R\$ 68,7 milhões, ou 92,8%, de R\$ 74,0 milhões no exercício social encerrado em 2018 para R\$ 142,7 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido a receita da Softbox, adquirida no final de 2018 e aumento das operações na Magalog. Para mais informações sobre os “outros serviços”, vide item 7.2 deste Formulário de Referência.

Impostos e devoluções aumentaram R\$1.184,7 milhões, ou 35,8%, de R\$3.306,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.490,8 milhões no mesmo período em 2019, reflexo do crescimento da receita bruta total e também do fim da “Lei do Bem” que implica no aumento da carga tributária para algumas categorias de produtos de tecnologia. Assim, a receita bruta aumentou R\$5.480,6 milhões, ou 29,0%, de R\$18.896,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$24.377,1 milhões no mesmo período em 2019, conforme anteriormente explicado.

Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

R\$ milhões	2019	2018	Var(%)	Var(R\$)
Custos - Varejo - Revenda de Mercadorias	(14.259,7)	(11.031,1)	29,3%	(3.228,6)
Custos - Outros Serviços	(87,4)	(34,4)	154,1%	(53,0)
Eliminações Inter-companhias ⁽¹⁾	14,7	12,4	18,5%	2,3
Custos - Total	14.332,3	11.053,0	29,7%	3.279,3

⁽¹⁾ Eliminação em decorrência da consolidação das empresas do grupo controladas pela Companhia.

O custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços aumentou R\$3.279,3 milhões, ou 29,7%, de R\$11.053,0 milhões no exercício social encerrado em 2018 para R\$14.332,3 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento da receita líquida e conforme explicado abaixo em lucro bruto.

Lucro Bruto

A tabela abaixo demonstra o lucro bruto para os períodos indicados:

R\$ milhões	2019	2018	Var(%)	Var(R\$)
Lucro Bruto - Varejo - Revenda de Mercadorias	4.526,4	3.780,8	19,7%	745,64
Lucro Bruto - Varejo - Prestação de Serviços	1.012,5	718,9	40,8%	293,6
Lucro Bruto - Varejo	5.538,9	4.499,7	23,1%	1.039,24
Lucro Bruto - Outros Serviços	55,3	39,7	39,3%	15,6
Eliminações Inter-companhias ⁽¹⁾	(40,3)	(1,9)	2021,1%	-38,4
Lucro Bruto - Total	5.554,0	4.537,4	22,4%	1.016,5
Margem Bruta - Total	27,9%	29,1%	-1,2 pp	-

⁽¹⁾ Eliminação em decorrência da consolidação das empresas do grupo controladas pela Companhia.

O lucro bruto aumentou R\$1.016,6 milhões, ou 22,4%, de R\$4.537,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$5.554,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A margem bruta reduziu 1,2 p.p., de 29,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para 27,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A redução da margem bruta foi reflexo da maior participação do *e-commerce* com estoque próprio (1P) nas vendas, que possui margens brutas menores que as vendas em lojas físicas e do fim da “Lei do Bem”, que implica no aumento da carga tributária para algumas categorias de produtos de tecnologia. Tais fatores foram compensados parcialmente pelo crescimento acelerado do marketplace e, consequentemente, da sua receita de serviços e também pela maior participação de novas categorias nas vendas, especialmente aquelas ofertadas pela Netshoes.

Receitas (despesas) operacionais

A tabela abaixo apresenta os componentes das receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R\$ milhões	2019	%AV	2018	%AV	Var(%)	Var(R\$)
Receitas (Despesas) Operacionais	(4.265,4)	-21,4%	(3.455,9)	-22,2%	23,4%	(809,5)
Com Vendas	(3.444,1)	-17,3%	(2.747,4)	-17,6%	25,4%	(696,7)
Gerais e Administrativas	(701,6)	-3,5%	(596,1)	-3,8%	17,7%	(105,5)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(76,0)	-0,4%	(59,7)	-0,4%	27,3%	(16,3)
Depreciação e Amortização	(487,0)	-2,4%	(163,7)	-1,1%	197,5%	(323,3)
Resultado de equivalência patrimonial	26,6	0,1%	57,8	0,4%	-54,0%	(31,2)
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	416,7	2,1%	53,4	0,3%	680,3%	363,3

As receitas (despesas) operacionais aumentaram R\$809,5 milhões, ou 23,4%, de R\$3.455,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.265,4 milhões no mesmo período em 2019. Como percentual da receita líquida de vendas, as receitas (despesas) operacionais foram diluídas em 0,7 p.p., para 21,4% da receita líquida de vendas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em relação ao mesmo período em 2018. Essa diluição reflete o forte crescimento nas vendas, a continuidade do programa de Orçamento Base Zero (OBZ) e Gestão Matricial de Despesas (GMD), que tem por objetivo a redução de despesas nas diversas matrizes orçamentárias da Companhia. Por outro lado, parte do crescimento nominal das despesas com vendas foi decorrente dos investimentos em marketing na aquisição de novos clientes, incluindo logística e atendimento. No período, a Companhia fez o reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS. Além disso, em 01 de janeiro de 2019, a Companhia adotou inicialmente o IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários e, conseqüentemente, reconheceu despesas de depreciação e juros, ao invés de despesas de arrendamento operacional.

Despesas com vendas. As despesas com vendas aumentaram R\$696,7 milhões, ou 25,4%, de R\$2.747,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$3.444,1 milhões no mesmo período em 2019. Parte do crescimento nominal das despesas foi decorrente do forte crescimento nas vendas, além disso, houve investimentos em marketing, na aquisição de novos clientes, incluindo logística e atendimento. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas foram diluídas em 0,3 p.p. quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Vale ressaltar também que em 01 de janeiro de 2019, a Companhia adotou inicialmente o IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários e, conseqüentemente, reconheceu despesas de depreciação e juros, ao invés de despesas de arrendamento operacional. Assim, em função da adoção do IFRS 16, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 houve uma redução de despesas de aluguel de lojas físicas e centros de distribuição.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$105,5 milhões, ou 17,7%, de R\$596,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$701,6 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao aumento no quadro de pessoal, necessária para a condução dos negócios e correções salariais (dissídios coletivos). Porém, nota-se que as despesas gerais e administrativas foram diluídas em 0,3 p.p. para 3,5% em 2019 da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em função do forte crescimento nas vendas e a continuidade do programa de orçamento base zero (OBZ) e gestão matricial de despesas (GMD).

Perdas por redução ao valor recuperável de créditos. As despesas com perdas por redução ao valor recuperável de créditos aumentaram R\$16,3 milhões, ou 27,3%, de R\$59,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$76,0 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao crescimento das vendas das lojas físicas e do e-commerce com estoque próprio (1P).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Depreciação e amortização. As despesas com depreciação e amortização aumentaram R\$323,3 milhões, ou 197,5%, de R\$163,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$487,0 milhões no mesmo período em 2019, devido ao aumento dos investimentos em imobilizado e intangível, principalmente relacionados a abertura de lojas, reformas e investimentos em tecnologia e a adoção inicial do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários e, conseqüentemente, reconheceu despesas de depreciação, ao invés de despesas de arrendamento operacional, relacionado a alugueis de lojas físicas, escritórios e Centros de Distribuição da Companhia.

Resultado de equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial reduziu R\$31,2 milhões, ou 54,0%, de R\$57,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$26,6 milhões no mesmo período em 2019, principalmente em função do resultado de equivalência patrimonial de nossa controlada em conjunto Luizacred, que, com o forte crescimento da base de cartões e do limite de crédito disponível para os melhores clientes, gerou um aumento nas provisões devido a alteração da metodologia de cálculo da provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa devido a adoção do IFRS 9, que partiu de um modelo de “perda incorrida” para um modelo de “perda de crédito esperada” para a vida inteira da carteira e limites de crédito fornecidos aos clientes.

Outras receitas operacionais, líquidas. Outras receitas operacionais, líquidas, aumentaram R\$363,3 milhões, ou 680,3%, de R\$53,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$416,7 milhões no mesmo período em 2019, devido ao reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS, compensado em parte pelo aumento de provisões tributárias, despesas pré-operacionais com lojas e despesas referentes ao processo de aquisição da Netshoes.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido melhorou R\$224,3 milhões, ou 76,1%, de uma despesa R\$294,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para uma despesa de R\$70,4 milhões no mesmo período em 2019, devido, principalmente, à atualização monetária dos créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS que foram reconhecidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 .

Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social passou de um lucro de R\$786,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um lucro de R\$1.218,2 milhões no mesmo período em 2019, principalmente em função de uma melhora no lucro operacional antes do resultado financeiro que passou de R\$1.081,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.288,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e da melhora do resultado financeiro, em função da atualização monetária dos créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS que foram reconhecidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 .

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos passaram de R\$189,4 milhões, com alíquota efetiva de 24,1% no período de exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para despesa de R\$296,3 milhões, com alíquota efetiva de 24,3% no mesmo período em 2019, em função da apuração de maior lucro tributável no período. A redução da alíquota efetiva é explicada

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

principalmente pela declaração de juros sobre o capital próprio, que é excluído da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e Diferidos.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

O resultado líquido passou de lucro líquido de R\$597,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para lucro líquido de R\$921,8 milhões no mesmo período em 2019, principalmente devido ao elevado crescimento de vendas em todos os canais, a contribuição positiva do *e-commerce* e a diluição das despesas operacionais e financeiras, além do reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais em 31 de março de 2021 comparado a 31 de dezembro de 2020.

ATIVO	31/mar/21	AV	31/dez/20	AV	Var(%)	Var(R\$)
(em milhões de R\$, exceto percentual)						
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa	639,9	2,8%	1.681,4	6,8%	-61,9%	(1.041,5)
Títulos e Valores Mobiliários	745,4	3,3%	1.221,8	5,0%	-39,0%	(476,4)
Contas a Receber	3.714,3	16,4%	4.761,9	19,3%	-22,0%	(1.047,6)
Estoques	6.808,4	30,1%	5.927,2	24,0%	14,9%	881,2
Partes Relacionadas	1.633,9	7,2%	2.329,6	9,5%	-29,9%	(695,7)
Tributos a Recuperar	895,4	4,0%	716,1	2,9%	25,0%	179,3
Outros Ativos	183,6	0,8%	160,8	0,7%	14,2%	22,8
Total do Ativo Circulante	14.621,0	64,7%	16.798,8	68,2%	-13,0%	(2.177,8)
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Contas a Receber	17,0	0,1%	16,1	0,1%	5,6%	0,9
Tributos a Recuperar	690,3	3,1%	787,9	3,2%	-12,4%	(97,6)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	128,3	0,6%	196,7	0,8%	-34,8%	(68,4)
Depósitos Judiciais	980,6	4,3%	843,9	3,4%	16,2%	136,7
Outros Ativos	4,9	0,0%	6,3	0,0%	-22,2%	(1,4)
Investimentos em Controladas	381,8	1,7%	386,7	1,6%	-1,3%	(4,9)
Direito de uso	2.472,6	10,9%	2.465,5	10,0%	0,3%	7,1
Imobilizado	1.308,0	5,8%	1.258,2	5,1%	4,0%	49,8
Intangível	2.006,1	8,9%	1.887,0	7,7%	6,3%	119,1
Total do Ativo não Circulante	7.989,6	35,3%	7.848,4	31,8%	1,8%	141,2
TOTAL DO ATIVO	22.610,6	100,0%	24.647,2	100,0%	-8,3%	(2.036,6)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/mar/21	%RL	31/dez/20	%RL	Var(%)	Var(R\$)
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	7.070,5	31,3%	8.501,4	34,5%	-16,8%	(1.430,9)
Parceiros e Outros Depósitos	756,7	3,3%	718,5	2,9%	5,3%	38,2
Empréstimos e Financiamentos	847,5	3,7%	1.667,2	6,8%	-49,2%	(819,7)
Salários, Férias e Encargos Sociais	380,2	1,7%	359,7	1,5%	5,7%	20,5
Tributos a Recolher	211,2	0,9%	401,3	1,6%	-47,4%	(190,1)
Partes Relacionadas	36,2	0,2%	130,3	0,5%	-72,2%	(94,1)
Arrendamento Mercantil	353,7	1,6%	351,2	1,4%	0,7%	2,5
Receita Diferida	43,1	0,2%	43,0	0,2%	0,2%	0,1
Dividendos a Pagar	40,0	0,2%	40,0	0,2%	0,0%	0,0
Outras Contas a Pagar	1.133,7	5,0%	1.203,7	4,9%	-5,8%	(70,0)
Total do Passivo Circulante	10.872,7	48,1%	13.416,1	54,4%	-19,0%	(2.543,4)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e Financiamentos	822,3	3,6%	19,6	0,1%	4095,4%	802,7
Arrendamento Mercantil	2.191,9	9,7%	2.175,2	8,8%	0,8%	16,7
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21,1	0,1%	24,8	0,1%	-14,9%	(3,7)
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	1.131,2	5,0%	1.379,9	5,6%	-18,0%	(248,7)
Receita Diferida	287,4	1,3%	301,3	1,2%	-4,6%	(13,9)
Outras Contas a Pagar	13,4	0,1%	5,0	0,0%	168,0%	8,4
Total do Passivo não Circulante	4.467,2	19,8%	3.905,8	15,8%	14,4%	561,4
TOTAL DO PASSIVO	15.339,9	67,8%	17.321,9	70,3%	-11,4%	(1.982,0)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Capital Social	5.952,3	26,3%	5.952,3	24,1%	0,0%	-
Reserva de Capital	421,7	1,9%	390,6	1,6%	8,0%	31,1
Ações em Tesouraria	(943,5)	-4,2%	(603,7)	-2,4%	56,3%	(339,8)
Reserva Legal	123,0	0,5%	123,0	0,5%	0,0%	-
Reserva de Retenção de Lucros	1.451,9	6,4%	1.451,9	5,9%	0,0%	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	6,6	0,0%	11,2	0,0%	-41,1%	(4,6)
Lucros Acumulados	258,6	1,1%	-	0,0%	-	258,6
Total do Patrimônio Líquido	7.270,7	32,2%	7.325,3	29,7%	-0,7%	(54,6)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.610,6	100,0%	24.647,2	100,0%	-8,3%	(2.036,6)

Ativo Circulante

O ativo circulante reduziu 13,0%, ou R\$ 2.177,8 milhões, passando de R\$ 16.798,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 14.621,0 milhões em 31 de março de 2021. O ativo circulante representava 68,2% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 e 64,7% em 31 de março de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) (a) redução de 61,9%, ou R\$1.041,5 milhões, no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$1.681,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$639,9 milhões em 31 de março de 2021; e (b) redução de 39,0%, ou R\$476,4 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$1.221,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$745,4 milhões em 31 de março de 2021. A variação de ambas as contas somadas decorreu principalmente da sazonalidade do varejo e, conseqüentemente, da variação do capital de giro, com redução na conta de fornecedores, em R\$ 1.430,9 milhões, relacionada ao pagamento das compras de final de ano;
- (ii) redução de 22,0%, ou R\$1.047,6 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$4.761,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$3.714,3 milhões em 31 de março de 2021. Essa variação justifica-se pela sazonalidade do varejo e pelo maior volume de antecipações e recebimento do contas a receber de cartões de crédito de terceiros. A antecipação de recebíveis de cartões de crédito ocorre de acordo com a análise de necessidade de caixa e custo benefício da antecipação, realizada pela diretoria financeira da Companhia. Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía o volume de R\$ 5,1 bilhões de carteira de cartões antecipada, frente a R\$ 4,5 bilhões em 31 de dezembro de 2020;
- (iii) aumento de 14,9%, ou R\$881,2 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$5.927,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$6.808,4 milhões em 31 de março de 2021. Esse aumento está relacionado ao crescimento nas vendas e ao fechamento parcial e temporário das lojas físicas em função da COVID-19 nos primeiros três meses de 2021;
- (iv) redução de 29,9%, ou R\$695,7 milhões, no saldo de contas a receber de partes relacionadas, que passou de R\$2.329,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.633,9 milhões em 31 de março de 2021. Essa redução decorreu, principalmente, da redução do saldo de recebíveis de Cartão Luiza não descontados, tendo em vista a análise da necessidade de caixa e custo benefício da operação de antecipação de tais recebíveis; E
- (v) aumento de 25,0%, ou R\$179,3 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$716,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$895,4 milhões em 31 de março de 2021, substancialmente em função de créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais.

Ativo Não Circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O ativo não circulante aumentou 1,8%, ou R\$ 141,2 milhões, passando de R\$ 7.848,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 7.989,6 milhões em 31 de março de 2021. O ativo não circulante representava 31,8% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 e 35,3% em 31 de março de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) redução de 12,4%, ou R\$97,6 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$787,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$690,3 milhões em 31 de março de 2021. Essa variação decorre da compensação de tributos devidos pela Companhia com o saldo a recuperar, principalmente junto aos órgãos federais;
- (ii) aumento de 16,2%, ou R\$136,7 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$843,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$980,6 milhões em 31 de março de 2021. Esse aumento refere-se principalmente aos depósitos mensais de contestações de débitos tributários que estão em discussão judicial; e
- (iii) aumento de 6,3%, ou R\$119,1 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$1.887,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$2.006,1 milhões em 31 de março de 2021. Essa variação está relacionada ao aumento do saldo investido em softwares e projetos de desenvolvimento interno da Companhia, bem como pelos ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios de empresas adquiridas nos três primeiros meses de 2021.

Passivo Circulante

O passivo circulante reduziu em 19,0%, ou R\$ 2.543,4 milhões, passando de R\$ 13.416,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 10.872,7 milhões em 31 de março de 2021. O passivo circulante representava 54,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 48,1% em 31 de março de 2021. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) redução de 16,8%, ou R\$1.430,9 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$8.501,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$7.070,5 milhões em 31 de março de 2021. Essa variação decorreu em função da sazonalidade do varejo, considerando o volume relevante de compras realizadas pela Companhia no final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 em preparação para as fortes vendas da Black Friday e Natal, saldos os quais foram quitados durante exercício social corrente;
- (ii) redução de 49,2%, ou R\$819,7 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$1.667,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$847,5 milhões em 31 de março de 2021. Essa variação decorreu do pagamento do principal de R\$ 805,4 milhões referentes a 8ª emissão de debêntures com vencimento único em 13 de março de 2021;
- (iii) redução de 47,4%, ou R\$190,1 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$401,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$211,2 milhões em 31 de março de 2021. Essa variação decorre da movimentação sazonal do negócio, o que faz com que os tributos decorrentes principalmente das vendas de final de ano são liquidados no início do ano subsequente;
- (iv) redução de 72,2%, ou R\$94,1 milhões, no saldo de partes relacionadas, que passou de R\$130,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$36,2 milhões em 31 de março de 2021. Essa variação deve-se ao fechamento parcial e temporário das lojas em função da COVID-19 durante os primeiros três meses de 2021 e menor movimentação de valores a repassar para as subsidiárias; e
- (v) redução de 5,8%, ou R\$70,0 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$1.203,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.133,7 milhões em 31 de março de 2021. Essa variação deve-se principalmente à redução nos valores a repassar a terceiros, que reduziram de R\$133,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$91,8 milhões em 31 de março de 2021, bem

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

como à redução das despesas gerais de frete que passou de R\$154,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$78,5 milhões em 31 de março de 2021.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou em 14,4%, ou R\$ 561,4 milhões, passando de R\$ 3.905,8 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4.467,2 milhões em 31 de março de 2021. O passivo não circulante representava 15,8% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 19,8% em 31 de março de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 4.095,4%, ou R\$802,7 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$19,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$822,3 milhões em 31 de março de 2021. Essa variação decorreu em função da captação de R\$ 800 milhões por meio da 9ª emissão de Debêntures no dia 15 de janeiro de 2021, com vencimento único em 15 de janeiro de 2024;
- (ii) redução de 18,0%, ou R\$248,7 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$1.379,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.131,2 milhões em 31 de março de 2021. Essa variação decorreu principalmente da reversão de provisões tributárias no montante de R\$432,2 milhões, baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido manteve-se praticamente estável entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, tendo passado de R\$ 7.325,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 7.270,7 milhões em 31 de março de 2021. O patrimônio líquido representava 29,7% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 32,2% em 31 de março de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019.

ATIVO	31/dez/20	AV	31/dez/19	AV	Var(%)	Var(R\$)
(em milhões de R\$, exceto percentual)						
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.681,4	6,8%	305,7	1,5%	450,0%	1.375,7
Títulos e Valores Mobiliários	1.221,8	5,0%	4.448,2	22,5%	-72,5%	(3.226,4)
Contas a Receber	4.761,9	19,3%	2.915,0	14,7%	63,4%	1.846,9
Estoques	5.927,2	24,0%	3.801,8	19,2%	55,9%	2.125,4
Partes Relacionadas	2.329,6	9,5%	370,0	1,9%	529,6%	1.959,6
Tributos a Recuperar	716,1	2,9%	864,1	4,4%	-17,1%	(148,0)
Outros Ativos	160,8	0,7%	136,3	0,7%	18,0%	24,5
Total do Ativo Circulante	16.798,8	68,2%	12.841,1	64,9%	30,8%	3.957,7
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Títulos e Valores Mobiliários	-	0,0%	0,2	0,0%	-	(0,2)
Contas a Receber	16,1	0,1%	16,8	0,1%	-4,2%	(0,7)
Tributos a Recuperar	787,9	3,2%	1.137,8	5,7%	-30,8%	(349,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	196,7	0,8%	12,7	0,1%	1448,8%	184,0
Depósitos Judiciais	843,9	3,4%	570,1	2,9%	48,0%	273,8
Outros Ativos	6,3	0,0%	11,0	0,1%	-42,7%	(4,7)
Investimentos em Controladas	386,7	1,6%	305,1	1,5%	26,7%	81,6
Direito de uso	2.465,5	10,0%	2.273,8	11,5%	8,4%	191,7
Imobilizado	1.258,2	5,1%	1.076,7	5,4%	16,9%	181,5
Intangível	1.887,0	7,7%	1.545,6	7,8%	22,1%	341,4

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total do Ativo não Circulante	7.848,4	31,8%	6.949,9	35,1%	12,9%	898,8
TOTAL DO ATIVO	24.647,2	100,0%	19.790,7	100,0%	24,5%	4.856,1

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/20	AV	31/dez/19	AV	Var(%)	Var(R\$)
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	8.501,4	34,5%	5.934,9	29,6%	43,2%	2.566,5
Parceiros e Outros Depósitos	718,5	2,9%	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	1.667,2	6,8%	10,0	0,1%	16572,0%	1.657,2
Salários, Férias e Encargos Sociais	359,7	1,5%	354,7	1,8%	1,4%	5,0
Tributos a Recolher	401,3	1,6%	352,0	1,8%	14,0%	49,3
Partes Relacionadas	130,3	0,5%	152,1	0,8%	-14,3%	(21,8)
Arrendamento Mercantil	351,2	1,4%	330,6	1,6%	6,2%	20,6
Receita Diferida	43,0	0,2%	43,0	0,2%	-0,0%	(0,0)
Dividendos a Pagar	40,0	0,2%	123,6	0,6%	-67,7%	(83,6)
Outras Contas a Pagar	1.203,7	4,9%	701,7	3,5%	71,5%	502,0
Total do Passivo Circulante	13.416,3	54,4%	8.002,6	39,9%	67,6%	5.413,7
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e Financiamentos	19,6	0,1%	838,9	4,2%	-97,7%	(819,3)
Arrendamento Mercantil	2.175,2	8,8%	1.949,8	9,7%	11,6%	225,4
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24,8	0,1%	39,0	0,2%	-36,4%	(14,2)
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	1.379,9	5,6%	1.037,1	5,2%	33,1%	342,8
Receita Diferida	301,3	1,2%	356,8	1,8%	-15,6%	(55,5)
Outras Contas a Pagar	5,0	0,0%	2,0	0,0%	150,0%	3,0
Total do Passivo não Circulante	3.905,8	15,8%	4.223,6	21,1%	-7,5%	(317,8)
TOTAL DO PASSIVO	17.322,1	70,3%	12.226,1	61,0%	41,7%	5.095,9
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	5.952,3	24,1%	5.952,3	29,7%	0,0%	-
Reserva de Capital	390,6	1,6%	323,3	1,6%	20,8%	67,3
Ações em Tesouraria	(603,7)	-2,4%	(124,5)	-0,6%	348,8%	(479,2)
Reserva Legal	123,0	0,5%	109,0	0,6%	12,8%	14,0
Reserva de Retenção de Lucros	1.451,9	5,9%	1.301,8	6,6%	11,5%	150,1
Ajuste de Avaliação Patrimonial	11,2	0,0%	3,2	0,0%	252,0%	8,0
Total do Patrimônio Líquido	7.325,3	29,7%	7.565,1	38,2%	-3,2%	(239,8)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.647,4	100,0%	19.791,3	100,0%	24,5%	4.856,1

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 30,8%, ou R\$ 3.957,7 milhões, passando de R\$ 12.841,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 16.798,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. O ativo circulante representava 64,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 68,2% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) aumento de 63,4%, ou R\$1.846,0 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$2.915,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$4.761,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação justifica-se pela sazonalidade do varejo e pelo menor volume de antecipações e recebimento do contas a receber de cartões de crédito de terceiros. A antecipação de recebíveis de cartões de crédito ocorre de acordo com a análise de necessidade de caixa e custo benefício da antecipação, realizada pela diretoria financeira da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o volume de R\$ 4,5 bilhão de carteira de cartões antecipada, frente a R\$ 1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) aumento de 55,9%, ou R\$2.125,4 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$3.801,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$5.927,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento está relacionado ao crescimento nas vendas;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iii) aumento de 529,6%, ou R\$1.959,6 milhões, no saldo de contas a receber de partes relacionadas, que passou de R\$370,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$2.329,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento do saldo de recebíveis de Cartão Luiza não descontados, tendo em vista a análise da necessidade de caixa e custo-benefício da operação de antecipação de tais recebíveis;

(iv) redução de 17,1%, ou R\$148,0 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$864,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$716,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, substancialmente, em função da compensação de créditos de PIS/COFINS com os débitos da mesma natureza gerados pela operação.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 12,9%, ou R\$ 898,8 milhões, passando de R\$ 6.949,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.848,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. O ativo não circulante representava 35,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 31,8% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) redução de 30,8%, ou R\$349,9 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$1.137,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$787,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre da compensação de tributos devidos pela Companhia com o saldo a recuperar, principalmente junto aos órgãos federais.

(ii) aumento de 1.148,8%, ou R\$184,0 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$196,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre da movimentação de diferenças temporárias, principalmente da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

(iii) aumento de 48,0%, ou R\$273,8 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$570,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$843,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento refere-se principalmente aos depósitos mensais de contestações de débitos tributários que estão em discussão judicial.

(iv) aumento de 8,4%, ou R\$191,7 milhões, no saldo da conta direitos de uso, que passou de R\$2.273,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$2.465,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu em função do aumento do número de lojas e centros distribuição alugados pela Companhia, o que reflete na contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários.

(v) aumento de 16,9%, ou R\$181,5 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$1.076,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.258,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação reflete, principalmente, os investimentos em máquinas e equipamentos, mobiliários para lojas, benfeitorias e obras; e

(vi) aumento de 22,1%, ou R\$341,4 milhões, no saldo da conta intangível, que passou de R\$1.545,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.887,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada ao aumento do saldo investido em softwares e projetos de desenvolvimento interno da Companhia, bem como em ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios de empresas adquiridas em 2020.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou em 67,6%, ou R\$ 5.413,7 milhões, passando de R\$ 8.002,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 13.416,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. O passivo circulante representava 40,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 54,4% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- (i) aumento de 43,2%, ou R\$2.566,5 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$5.934,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$8.501,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu em função do aumento do volume de vendas e, principalmente, pela melhor estratégia comercial junto aos fornecedores;
- (ii) aumento de 16.572,0%, ou R\$1.657,2 milhões, no saldo da conta empréstimos, financiamentos, que passou de R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.667,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu da reclassificação de saldos relacionados às debêntures para o passivo circulante e da nova emissão de debêntures realizada pela Companhia em abril de 2020 e com vencimento em menos de 12 meses;
- (iii) aumento de 14,0%, ou R\$49,3 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$352,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$401,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se ao aumento do volume de tributos a pagar em virtude do crescimento das vendas;
- (iv) registro de R\$718,5 milhões no saldo da conta parceiro e outros depósitos em 31 de dezembro de 2020 em função dos valores a repassar para os parceiros do marketplace, relacionados a compras realizadas por clientes na plataforma digital do Magazine Luiza, de produtos vendidos por lojistas parceiros (*sellers*) e transacionados pelo Magalu Pagamentos;
- (v) aumento de 6,2%, ou R\$20,6 milhões, no saldo da conta arrendamento, que passou de R\$330,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$351,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu em função do aumento do número de lojas e centros distribuição alugados pela Companhia que reflete a contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários;
- (vi) redução de 67,6%, ou R\$83,6 milhões, no saldo de dividendos a pagar, que passou de R\$123,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$40,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se ao pagamento referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e a provisão dos valores mínimos obrigatórios de juros sobre capital próprio e dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e ainda não liquidados; e
- (vii) aumento de 71,5%, ou R\$502,0 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$701,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.203,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se principalmente a despesas gerais de frete, marketing, serviços especializados, entre outros, a pagar no montante de R\$ 368,2 milhões e de vendas pendentes de entrega, líquidas de devoluções, no montante de R\$ 567,1 milhões.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante diminuiu em 7,5%, ou R\$ 317,8 milhões, passando de R\$ 4.223,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 3.905,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. O passivo não circulante representava 21,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 15,8% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- (i) redução de 97,7%, ou R\$819,3 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$838,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$19,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu da reclassificação de saldos relacionados às debêntures para o passivo circulante;
- (ii) redução de 36,4%, ou R\$14,2 milhões, no saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$39,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$24,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, em função da movimentação de diferenças temporárias na apuração do imposto de renda e contribuição social; e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iii) aumento de 33,1%, ou R\$342,8 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$1.037,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.379,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu principalmente de novas adições de provisões tributárias baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos e nossa administração em relação aos riscos prováveis de perdas de processos.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido manteve-se praticamente estável entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, tendo passado de R\$ 7.565,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.325,3 milhões. O patrimônio líquido representava 38,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 29,7% em 31 de dezembro de 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais 31 de dezembro de 2019 comparado a 31 de dezembro de 2018.

ATIVO	31/dez/19	AV	31/dez/18	AV	Var(%)	Var(R\$)
(em milhões de R\$, exceto percentual)						
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa	305,7	1,5%	599,1	6,8%	-49,0%	(293,4)
Títulos e Valores Mobiliários	4.448,2	22,5%	409,1	4,7%	987,3%	4.039,1
Contas a Receber	2.915,0	14,7%	2.051,6	23,3%	42,1%	863,4
Estoques	3.801,8	19,2%	2.810,2	31,9%	35,3%	991,6
Partes Relacionadas	370,0	1,9%	190,2	2,2%	94,5%	179,8
Tributos a Recuperar	864,1	4,4%	303,7	3,5%	184,5%	560,4
Outros Ativos	136,3	0,7%	48,5	0,6%	181,0%	87,8
Total do Ativo Circulante	12.841,1	64,9%	6.412,4	72,9%	100,3%	6.428,7
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Títulos e Valores Mobiliários	0,2	0,0%	0,2	0,0%	-	-
Contas a Receber	16,8	0,1%	7,6	0,1%	121,1%	9,2
Tributos a Recuperar	1.137,8	5,7%	150,6	1,7%	655,5%	987,2
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12,7	0,1%	181,0	2,1%	-93,0%	(168,3)
Depósitos Judiciais	570,1	2,9%	349,2	4,0%	63,3%	220,9
Outros Ativos	11,0	0,1%	34,2	0,4%	-67,8%	(23,2)
Investimentos em Controladas	305,1	1,5%	308,5	3,5%	-1,1%	(3,4)
Direito de uso	2.273,8	11,5%	-	0,0%	-	2.273,8
Imobilizado	1.076,7	5,4%	754,3	8,6%	42,7%	322,5
Intangível	1.545,6	7,8%	598,8	6,8%	158,1%	946,8
Total do Ativo não Circulante	6.949,8	35,1%	2.384,4	27,1%	191,5%	4.565,4
TOTAL DO ATIVO	19.791,1	100,0%	8.796,7	100,0%	125,0%	10.994,1

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/dez/19	AV	31/dez/18	AV	Var(%)	Var(R\$)
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	5.934,9	30,0%	4.105,2	46,7%	44,6%	1.829,7
Empréstimos e Financiamentos	10,0	0,1%	130,7	1,5%	-92,3%	(120,7)
Salários, Férias e Encargos Sociais	354,7	1,8%	259,0	2,9%	36,9%	95,7
Tributos a Recolher	352,0	1,8%	141,0	1,6%	149,6%	211,0
Partes Relacionadas	152,1	0,8%	125,4	1,4%	21,3%	26,7
Arrendamento Mercantil	330,6	1,7%	-	0,0%	-	330,6
Receita Diferida	43,0	0,2%	39,2	0,4%	9,7%	3,8
Dividendos a Pagar	123,6	0,6%	182,0	2,1%	-32,1%	(58,4)
Outras Contas a Pagar	701,7	3,5%	406,1	4,6%	72,8%	295,6
Total do Passivo Circulante	8.002,6	40,4%	5.388,6	61,3%	48,5%	2.614,0
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e Financiamentos	838,9	4,2%	325,2	3,7%	158,0%	513,7
Arrendamento Mercantil	1.949,8	9,9%	-	0,0%	-	1.949,8
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39,0	0,2%	-	0,0%	-	39,0
Prov. para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	1.037,1	5,2%	387,4	4,4%	167,7%	649,7

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita Diferida	356,8	1,8%	391,0	4,4%	-8,7%	(34,2)
Outras Contas a Pagar	2,0	0,0%	1,7	0,0%	17,6%	0,3
Total do Passivo não Circulante	4.223,6	21,3%	1.105,3	12,6%	282,1%	3.118,3
TOTAL DO PASSIVO	12.226,1	61,8%	6.493,9	73,8%	88,3%	5.732,3

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social	5.952,3	30,1%	1.719,9	19,6%	246,1%	4.232,4
Reserva de Capital	323,3	1,6%	52,2	0,6%	519,3%	271,1
Ações em Tesouraria	(124,5)	-0,6%	(87,0)	-1,0%	43,1%	(37,5)
Reserva Legal	109,0	0,6%	65,6	0,7%	66,2%	43,4
Reserva de Retenção de Lucros	1.301,8	6,6%	546,9	6,2%	138,0%	754,9
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3,2	0,0%	5,3	0,1%	-39,6%	(2,1)
Total do Patrimônio Líquido	7.565,1	38,2%	2.302,9	26,2%	228,5%	5.262,2
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.791,1	100,0%	8.796,7	100,0%	125,0%	10.994,5

Ativo Circulante

O ativo circulante aumentou 100,3%, ou R\$6.428,7 milhões, passando de R\$6.412,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$12.841,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. O ativo circulante representava 72,9% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 64,9% em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 987,3%, ou R\$4.039,1 milhões, no saldo da conta títulos e valores mobiliários, que passou de R\$409,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.448,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação de ambas as contas somadas decorreu principalmente devido a geração de caixa operacional da Companhia e conclusão da oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019 no montante de R\$4,3 bilhões, bem como pelo pagamento pela aquisição da Netshoes, no valor de R\$ 453,2 milhões, pago em junho de 2019;

(ii) aumento de 42,1%, ou R\$863,4 milhões, no saldo das contas a receber, que passou de R\$2.051,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.915,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação justifica-se pela sazonalidade do varejo e pelo menor volume de antecipações e recebimento do contas a receber de cartões de crédito de terceiros. A antecipação de recebíveis de cartões de crédito ocorre de acordo com a análise de necessidade de caixa e custo benefício da antecipação, realizada pela diretoria financeira da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía o volume de R\$ 1,7 bilhão de carteira de cartões antecipada, frente a R\$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2018;

(iii) aumento de 35,3%, ou R\$991,6 milhões, no saldo da conta estoques, que passou de R\$2.810,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$3.801,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento está relacionado ao crescimento nas vendas;

(iv) aumento de 94,5%, ou R\$179,8 milhões, no saldo de contas a receber de partes relacionadas, que passou de R\$190,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$370,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorreu, principalmente, devido ao aumento do saldo de recebíveis de Cartão Luiza não descontados, tendo em vista a análise da necessidade de caixa e custo benefício da operação de antecipação de tais recebíveis;

(v) aumento de 184,5%, ou R\$560,4 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$303,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$864,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada, principalmente, ao reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito da Companhia em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS, no valor total de R\$ 1.228,0 milhões, sendo que R\$360,0 milhões foram registrados no ativo circulante e parte já foi compensada nesse mesmo exercício; e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(vi) aumento de 181,0%, ou R\$87,8 milhões, no saldo da conta outros ativos, que passou de R\$48,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$136,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação está relacionada principalmente a despesas antecipadas e outros adiantamentos (a fornecedores, empregados, etc) e também ao saldo advindo pela aquisição da Netshoes no valor de R\$ 32,8 milhões.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante aumentou 191,5%, ou R\$4.565,4 milhões, passando de R\$2.384,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$6.949,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. O ativo não circulante representava 27,1% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 35,1% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 655,5%, ou R\$987,2 milhões, no saldo da conta tributos a recuperar, que passou de R\$150,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.137,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Conforme descrito na rubrica do ativo circulante, essa variação refere-se, principalmente, ao reconhecimento de créditos tributários em virtude do êxito da Companhia em ações judiciais referentes à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS/COFINS, no valor total de R\$ 1.309,0 milhões, sendo que R\$ 735,3 milhões foram registrados no ativo não circulante;

(ii) redução de 93,0%, ou R\$168,3 milhões, no saldo da conta impostos de renda e contribuição social diferidos, que passou de R\$181,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorre pela compensação de impostos e contribuições diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, bem como pelo efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre créditos fiscais reconhecidos no exercício;

(iii) aumento de 63,3%, ou R\$220,9 milhões, no saldo da conta depósitos judiciais, que passou de R\$349,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$570,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento refere-se principalmente ao saldo agregado pela aquisição da Netshoes, no montante de R\$ 129,9 milhões e aos depósitos mensais de contestações de débitos que estão em discussão judicial pelos nossos assessores jurídicos;

(iv) registro do saldo de R\$2.273,8 milhões na conta direitos de uso em 31 de dezembro de 2019 pela adoção do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Assim, a Companhia passou a registrar o direito de uso principalmente das lojas, escritórios e Centros de Distribuição alugados, descritos com mais detalhes nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia; e

(v) aumento de 42,8%, ou R\$322,5 milhões, no saldo da conta imobilizado, que passou de R\$754,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.076,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação reflete, principalmente, os investimentos em máquinas e equipamentos, mobiliários para lojas, benfeitorias e obras, bem como pelo saldo de imobilizado agregado pela aquisição da Netshoes, no montante de R\$ 89,8 milhões.

Passivo Circulante

O passivo circulante aumentou em 48,5%, ou R\$2.614,0 milhões, passando de R\$5.388,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$8.002,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. O passivo circulante representava 61,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 40,4% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 44,6%, ou R\$1.829,7 milhões, no saldo da conta fornecedores, que passou de R\$4.105,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$5.934,9 milhões em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Essa variação decorreu em função do aumento do volume de vendas e, principalmente, pela melhor estratégia comercial junto aos fornecedores;

(ii) aumento de 149,6%, ou R\$211,0 milhões, no saldo da conta tributos a recolher, que passou de R\$141,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$352,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se ao aumento do volume de tributos a pagar em virtude do crescimento das vendas;

(iii) registro de R\$330,6 milhões no saldo da conta arrendamento em 31 de dezembro de 2019 pela adoção do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Assim, a Companhia passou a registrar o valor de arrendamento das lojas, escritórios e Centros de Distribuição alugados, descritos com mais detalhes nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia; e

(iv) aumento de 72,8%, ou R\$295,6 milhões, no saldo da conta outras contas a pagar, que passou de R\$406,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$701,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se principalmente a despesas gerais de frete, marketing, entre outros a pagar no montante de R\$ 190,8 milhões, vendas faturadas e ainda não entregues aos nossos clientes no montante de R\$ 59,5 milhões e honorários de especialistas, que apoiaram em alguns projetos da Companhia, no montante de R\$ 47,5 milhões.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante aumentou em 282,1%, ou R\$3.118,3 milhões, passando de R\$1.105,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.223,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. O passivo não circulante representava 12,6% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 21,3% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

(i) aumento de 158,0%, ou R\$513,7 milhões, no saldo da conta empréstimos e financiamentos, que passou de R\$325,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$838,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu principalmente pela emissão de notas promissórias no valor de R\$ 800,0 milhões, compensada pelo pagamento de R\$ 607,0 milhões de outros empréstimos;

(ii) registro de R\$1.949,8 milhões no saldo da conta arrendamento em 31 de dezembro de 2019 pela adoção do IFRS 16 que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Assim, a Companhia passou a registrar o valor de arrendamento das lojas, escritórios e Centros de Distribuição alugados, descritos com mais detalhes nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia; e

(ii) aumento de 167,7%, ou R\$649,7 milhões, no saldo da conta provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, que passou de R\$387,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.037,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu principalmente de novas adições de provisões tributárias baseadas nas avaliações de nossos assessores jurídicos em relação aos riscos prováveis de perdas, bem como pelas obrigações legais, bem como provisões relacionadas ao valor justo identificado em processo de alocação de preço de compra durante a combinação de negócio da Netshoes.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido cresceu 228,5%, ou R\$5.262,2 milhões, passando de R\$2.302,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$7.565,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente ao resultado líquido positivo do exercício e também pelo ganho reconhecido sobre a alienação de ações em tesouraria. O patrimônio líquido representava 26,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 38,2% em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentadas os Fluxos de Caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(R\$ milhões)	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Caixa Líquido Gerado pelas (Utilizado nas) Atividades Operacionais	(487,2)	443,5	2.603,9	(3.329,6)	1.236,2
Caixa Líquido Gerado pelas (Utilizado nas) Atividades de Investimentos	(197,7)	(135,3)	(651,4)	(928,6)	(394,1)
Caixa Líquido Gerado das (Utilizado nas) Atividades de Financiamentos	(356,6)	(225,0)	(576,8)	3.964,8	(655,7)
(=) Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.041,5)	83,2	1.375,6	(293,3)	186,4

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$1.236,2 milhões, devido a evolução do resultado operacional, com destaque para o crescimento nas vendas e também da gestão de capital de giro, devido as negociações de prazos de compras com fornecedores e maior eficiência na gestão dos estoques, que foi parcialmente compensado pelo aumento de contas a receber.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais foi de R\$ 3.329,6 milhões, devido, principalmente, a um maior nível de aplicações de títulos e valores mobiliários em função da oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019 e do crescimento do resultado operacional da Companhia. Além disso, o caixa utilizado com o aumento do contas a receber reflete um menor volume de recebíveis antecipados e as variações das contas de estoques e fornecedores refletem a melhor gestão do capital de giro.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a geração de caixa operacional foi de R\$2.603,9 milhões, devido principalmente a um maior nível de aplicações de títulos e valores mobiliários e da gestão do capital de giro, com o aumento da conta fornecedores devido à melhor negociação de compras com fornecedores, parcialmente compensado pelo aumento da conta de estoques, e também da conta parceiros e outros depósitos devido à implementação do Magalu Pagamentos no processamento dos pagamentos do marketplace.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais foi de R\$ 487,2 milhões, frente a uma geração de caixa operacional de R\$ 443,5 milhões no mesmo período em 2020, devido principalmente a uma redução no nível de aplicações de títulos e valores mobiliários, ao aumento na posição de estoques em função do fechamento temporário das lojas devido à evolução da pandemia de COVID-19 no Brasil e à redução das contas a pagar de fornecedores em função da sazonalidade do varejo (pagamentos das compras para Black Friday e Natal).

Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi de R\$394,1 milhões, influenciado principalmente pela aquisição de imobilizado e intangível, no valor de R\$364,4 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 928,6 milhões, influenciado principalmente pela aquisição de imobilizado e intangível, no valor de R\$ 521,5 milhões e pelos investimentos em controlada de R\$ 407,1 milhões, sendo a aquisição da Netshoes, o investimento mais representativo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 651,4 milhões, devido à aquisição de imobilizado e intangível, no valor de R\$ 543,8 milhões e aos investimentos em controlada de R\$ 107,6 milhões, com destaque para as aquisições realizadas ao longo do ano: Estante Virtual, Hubsales, Canaltech, Plataforma Inloco Media, GFL, Sinqlog, Stoq, Betta, AiQFome, ComSchool e Hub Fintech. Para mais informações sobre as aquisições, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 197,7 milhões, devido à aquisição de imobilizado e intangível, no valor de R\$ 160,4 milhões e pelos investimentos em controlada de R\$ 37,1 milhões, com destaque para as aquisições realizadas no período de três meses: VipCommerce, Steal The Look, Tonolucro, Grandchef.

Caixa Líquido Gerado pelas (Utilizado nas) Atividades de Financiamento

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o caixa utilizado nas atividades de financiamento foi de R\$655,7 milhões, em função de pagamentos de empréstimos e juros no montante de R\$465,7 milhões, aquisição de ações de emissão da própria Companhia no valor de R\$75,7 milhões e pagamento de dividendos no valor de R\$114,3 milhões.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o caixa gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 3.964,8 milhões, em função da oferta subsequente de ações concluída em novembro de 2019, resultando no recebimento pela Companhia do valor líquido de R\$ 4.232,4 milhões, à 4ª emissão de notas promissórias no montante líquido de R\$ 798,9 milhões, parcialmente compensado pelo pagamento de empréstimos e juros no montante de R\$ 659,3 milhões, ao pagamento de dividendos no valor de R\$ 182,0 milhões, ao pagamento de juros de arrendamento mercantil no montante de R\$ 366,7 milhões e à venda de ações em tesouraria, líquido do montante recomprado ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 141,1 milhões.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o caixa utilizado nas atividades de financiamento foi de R\$ 576,8 milhões, devido ao pagamento de empréstimos e juros no montante de R\$23,5 milhões, ao pagamento de dividendos no valor de R\$ 299,4 milhões, ao pagamento de juros de arrendamento mercantil no montante de R\$ 487,7 milhões e à recompra de ações em tesouraria de R\$ 567,4 milhões, que foram parcialmente compensados pela captação referente à emissão de debêntures pela Companhia no montante líquido de R\$ 801,1 milhões.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021 o caixa utilizado nas atividades de financiamento foi de R\$ 356,6 milhões, devido ao pagamento de principal de R\$ 805,4 milhões referentes à 8ª emissão de debêntures, ao pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 27,6 milhões, ao pagamento de juros de arrendamento mercantil no montante de R\$ 123,9 milhões e à recompra de ações no valor de R\$199,8 milhões, parcialmente compensados pela captação da 9ª emissão de debêntures de emissão da Companhia no montante líquido de R\$ 800,0 milhões.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita líquida de vendas é composta principalmente por: (i) revenda de mercadorias e (ii) prestações de serviços e (iii) outros serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas.

Revenda de mercadorias - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente.

A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

Receita de prestações de serviços - as receitas de prestação de serviços estão principalmente vinculadas a:

- a) intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;
- b) comissão por marketplace;
- c) taxa de administração dos grupos de consórcio, que é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço;
- d) integração e gestão entre lojistas e marketplaces;
- e) operações logísticas de entrega.

As receitas de prestações de serviços são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia.

Outros serviços - as receitas de prestação de outros serviços estão principalmente vinculadas a:

- a) soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada LAC, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos;
- b) serviços de gerenciamento de entregas de produtos – por meio da controlada Magalog; e
- c) serviços de desenvolvimento de softwares por meio das controladas do Grupo Softbox.

Abaixo descrevemos os impostos e devoluções sobre vendas que impactam esta linha das demonstrações de resultado:

ICMS

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre circulação de mercadorias e serviços em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 4% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Nos 16 estados em que atuamos vigora, para a maioria das categorias de produtos do nosso mix de vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (Mark-up), determinada pelas autoridades fiscais de cada Estado. Os impostos antecipados na forma de substituição tributária são registrados como custo de mercadorias revendidas de acordo com o regime de competência de venda dos produtos base de incidência.

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, exceto produtos beneficiados com isenções fiscais. Adotamos o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, pelos quais as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre produtos que compramos e outras despesas.

Impostos sobre Serviços - ISS

O Imposto Sobre Serviço (ISS) é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. Efetuamos o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

Devoluções sobre Vendas

Os montantes relativos às devoluções de vendas, efetuadas pelos nossos clientes, são registrados como deduções que impactam nossa receita líquida.

Custo das Mercadorias Revendidas e das Prestações de Serviços

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição (“CDs”) são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

Receitas (Despesas) Operacionais

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas são substancialmente decorrentes das operações das nossas lojas. As principais despesas são: pessoal, incluindo salários, comissões, encargos sociais e benefícios, propaganda e marketing, distribuição e logística, aluguel, comunicação, segurança, energia e manutenção.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As nossas principais despesas envolvem as atividades regulares dos nossos centros de distribuição, escritórios centrais de Franca e João Pessoa, escritório de negócios de São Paulo e outras despesas corporativas, tais como consultorias e assessorias especializadas.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Perdas por redução ao valor recuperável de créditos

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do ativo. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forward looking”. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

Depreciação e amortização

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, ou do conjunto destes, por meio do método linear, fazendo com que o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado das nossas demonstrações financeiras. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial a participação da Companhia sobre os resultados líquidos de nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas consistem substancialmente da apropriação de receitas diferidas relativas a acordos de cessão de direito de exploração, realizadas por instituições financeiras para (i) gerirem a nossa folha de pagamento e oferecerem com exclusividade serviços bancários a nossos empregados; (ii) terem o direito de exclusividade para oferecerem serviços financeiros e produtos de seguros para os nossos clientes, por nossas controladas em conjunto Luizacred e Luizaseg e (iii) direito exclusivo de prestação do serviço de assistência tecnológica a partir do seguro de garantia estendida adquirido pelos clientes da Companhia. Os acordos de cessão de direitos de exploração, que são geralmente recebidos à vista, são registrados nas contas contábeis de caixa e receita diferida, no balanço patrimonial e apropriadas ao resultado do exercício mensalmente na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”. Adicionalmente, são registradas nessa rubrica as receitas e despesas que ocorrem de maneira específica em determinado exercício como créditos tributários extemporâneos, despesas pré-operacionais de lojas, entre outras.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais despesas financeiras são juros de empréstimos e financiamentos, encargos sobre antecipação de cartão de crédito, provisão para perda com juros de garantia estendida. As principais receitas financeiras são rendimento de aplicações financeiras e títulos mobiliários, juros de vendas de garantia estendida e descontos obtidos e atualizações monetárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto sobre a renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e de consórcio de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Imposto corrente: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do grupo da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Imposto diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“**impostos diferidos**”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, não sendo passíveis à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossas operações dependem das condições macroeconômicas e são afetadas principalmente por fatores como: (i) o crescimento do PIB; (ii) a distribuição de renda; (iii) a taxa de desemprego;

(iv) a variação real do salário; (v) a disponibilidade de crédito; (vi) a taxa de inflação; (vii) a taxa de juros; e (viii) o grau de confiança dos consumidores, entre outros.

Segundo o IBGE, a receita nominal de vendas do comércio varejista restrito apresentou crescimento de 6,0% em 2020 e crescimento de 4,8% e 5,0%, em 2018 e 2019, respectivamente, e o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou queda de 1,4% em 2018, crescimento de 6,7% em 2019 e crescimento de 11,5% em 2020. No período de três meses findo em 31 de março de 2021, o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou um crescimento de 11,3%.

Apesar deste cenário macroeconômico desafiador nos últimos três anos, o Magazine Luiza conseguiu crescer de forma significativa, com ganhos de marketshare em todos os canais e também nas principais categorias de produtos.

Permanecemos confiantes na nossa capacidade de crescer, de continuar ganhando participação de mercado e melhorar cada vez mais nossa eficiência operacional. A execução disciplinada da nossa estratégia da Transformação Digital tem produzido bons resultados, e entendemos que existem grandes oportunidades para continuar crescendo nos próximos anos.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, a receita líquida de vendas da Companhia cresceu 57,7% em relação ao ano anterior, comparado com o crescimento do mercado de móveis e eletrodomésticos que apresentou crescimento de 11,3%, segundo dados do IBGE. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do e-commerce da Companhia de 114,4% no período de três meses findo em 31 de março de 2021, em relação ao mesmo período em 2020, versus o crescimento do mercado online de 38,2%, segundo dados do Ebit, para o mesmo período.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida de vendas da Companhia cresceu 46,7% em relação ao ano anterior, comparado com o crescimento do mercado de móveis e eletrodomésticos que apresentou crescimento de 11,5%, segundo dados do IBGE. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do e-commerce da Companhia de 130,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 em relação ao mesmo período em 2019, versus o crescimento do mercado online de 32,2%, segundo dados do Ebit, para o mesmo período.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida de vendas da Companhia cresceu 27,0% em relação ao ano anterior, comparado com o crescimento do mercado de móveis e eletrodomésticos de 6,7%, segundo dados do IBGE. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do e-commerce da Companhia de 51,4% no exercício social encerrado em 31 de

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

dezembro de 2019 em relação ao mesmo período em 2018, versus o crescimento do mercado online de 16,3%, segundo dados do Ebit, para o mesmo período.

No longo prazo, as perspectivas são ainda mais positivas, considerando fatores como: (i) o crescimento do e-commerce, fomentado pela população jovem e cada vez mais conectada, pelo aumento da penetração de smartphones e da velocidade de transmissão de dados cada vez mais rápida; (ii) a evolução do nosso marketplace, incluindo o aumento significativo do sortimento atual e de novas categorias de produtos; (iii) o crescimento da Classe C, que representa a maior parte da população brasileira (iv) a baixa penetração de bens duráveis nos domicílios da Classe C; e (iv) o upgrade de consumo em função das novas tecnologias e funcionalidades dos produtos.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Historicamente, temos sido capazes de repassar para nossos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossas mercadorias. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem um ou mais setores em que atuamos, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, taxa de inflação ou na taxa de juros. Muitos produtos que comercializamos, especialmente nas linhas de eletroeletrônicos e informática, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados de forma que seus custos variam significativamente com a variação do câmbio.

As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços de nossos produtos. Por um lado, os produtos eletroeletrônicos estão cada vez mais baratos para nós e para nossos clientes, em função das inovações tecnológicas e dos ganhos de escala, decorrentes da produção de volumes maiores. Por outro lado, os lançamentos de produtos têm sido mais frequentes e com funcionalidades cada vez mais atraentes para nossos consumidores, estimulando muitas vezes a compra de produtos mais caros e sofisticados.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

	31 de março de		31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Crescimento do PIB (%) ⁽¹⁾	1,2%	-1,5%	-4,1%	1,4%	1,1%
Inflação (IGP-M) (%) ⁽²⁾	8,3%	1,7%	23,1%	7,3%	7,5%
Inflação (IPCA) (%) ⁽³⁾	6,1%	3,3%	4,5%	4,3%	3,7%
CDI Médio ⁽¹⁾ (%) ⁽⁴⁾	1,9%	4,1%	2,8%	6,0%	6,4%
TJLP (%) ⁽⁵⁾	4,4%	5,1%	4,6%	5,6%	7,0%
Taxa SELIC Média (%) ⁽⁶⁾	2,0%	4,2%	2,7%	4,5%	6,6%
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (%)	-8,8%	-22,5%	-22,4%	-3,9%	-14,6%
Taxa de câmbio (fechamento) - R\$ por US\$1,00 ⁽⁷⁾	5,7	5,2	5,2	4,0	3,9
Taxa média de câmbio - R\$ por US\$1,00 ⁽⁸⁾	5,5	4,5	5,2	3,9	3,7

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

(1) Fonte: Banco Central

(2) Inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

(3) A inflação (IPCA) é um índice de Preços ao Consumidor

(4) Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

(5) Taxa média ajustada e ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no sistema SELIC ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas (dados do fim dos períodos). Fonte: Banco Central.

(6) Taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

(7) Média das taxas de câmbio (para venda) do último dia de cada mês, durante o período. Fonte: Banco Central.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. Um aumento significativo do dólar norte americano encareceria os produtos eletroeletrônicos, com efeito negativo sobre sua demanda. Por outro lado, uma redução do dólar norte americano tornaria esses produtos ainda mais baratos, estimulando ainda mais suas vendas.

A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de nossos fornecedores e, conseqüentemente, os preços para nossos clientes. Como vendemos milhares de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, acreditamos que nossa exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias. Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, principalmente nas operações de varejo, tipicamente alavancadas por capital de terceiros. O custo das operações de crédito, oriundos das captações via depósitos inter- financeiros na Luizacred, também seriam adversamente afetados. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira, juros de empréstimos bancários e principalmente o custo com a antecipação dos recebíveis.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Além das aquisições descritas no item 15.7 deste Formulário, não houve, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, qualquer aquisição ou alienação de participação societária que tenha efeitos relevantes para a Companhia.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia aplicou em 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

Efeito de transição

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, alugueis de impressoras), bem como de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 4,29% a.a. a 4,64% a.a na controladora, a depender dos prazos dos contratos e, aproximadamente, 8,00% a.a. na controlada Netshoes.

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R\$ 1,9 bilhões de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

Considerando os requisitos da norma, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, antes registradas como despesas de arrendamento operacional.

A movimentação do direito de uso, durante os trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, foi a seguinte:

	Consolidado
Direito de uso em 31 de dezembro de 2020:	2.465.514
Depreciação	(93.795)
Direito de uso em 31 de março de 2021:	<u>2.472.580</u>
Composição:	
Valor de custo	3.273.233
Depreciação acumulada	(800.653)
Direito de uso em 31 de março de 2021:	<u>2.472.580</u>

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o trimestre findo em 31 de março de 2021, foi a seguinte:

	Consolidado
Arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2020:	2.526.304
Remensuração/adição	96.802
Pagamento de principal	(72.505)
Pagamento de juros	(51.348)
Juros	46.387
Arrendamento mercantil em 31 de março de 2021:	2.545.640
Passivo circulante	353.726
Passivo não circulante	2.191.914

CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas.

O efeito da aplicação inicial dessa norma é atribuído principalmente:

- Estimativa da contraprestação variável relacionada às devoluções de mercadorias.

	01/01/2018
Receita líquida de vendas	(3.226)
Custo das mercadorias revendidas	2.458
IR/CS	261
Efeito da adoção inicial	(507)

A Companhia avaliou os impactos do programa de fidelização de clientes, devoluções de serviços, serviços oferecidos gratuitamente e não foi identificado valores materiais para ajuste na adoção inicial.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge).

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA (ver nota explicativa 29): Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Categoria de Instrumentos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 39/	Nova classificação de acordo com o CPC	Valor Contábil de acordo com o CPC 38/IAS 39	Novo valor originalcontábil de acordo com o CPC
--	---	---	---	--

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

	IAS 39	48/ IFRS 9		48/IFRS 9
Caixa e bancos	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	91.928	91.928
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	Empréstimos e Recebíveis	VJORA	837.201	817.717
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	408.830	394.105
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	54.428	54.428
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	Empréstimos e Recebíveis	VJR	42.338	40.328
Mantidos para negociação - Equivalentes de caixa	A valor justo por meio do resultado	VJR	320.779	320.779
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo não exclusivos	A valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	10.995	10.995
Mantidos para negociação - Títulos e valores mobiliários - Fundo exclusivo	A valor justo por meio do resultado	VJR	1.247.180	1.247.180
Instrumentos Derivativos Ativo	A valor justo por meio do resultado	VJR	1.378	1.378
			3.015.057	2.978.838

ii) Impairment de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e aos mensurados a VJORA. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forwardlooking”. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Apresentação do impairment

Provisões para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para os ativos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA.

As perdas por impairment relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA.

Impacto do novo modelo de impairment

Para ativos no escopo do modelo de impairment do CPC 48 / IFRS 9, as perdas por impairment devem aumentar e se tornar mais voláteis.

Contas a receber e ativos contratuais

A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 12 meses.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como: nível de risco de crédito e status de inadimplência. A experiência real de perda de crédito foi ajustada por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos macroeconômicos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A seguir apresentaremos o efeito total do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

	01/01/2018
Contas a receber-Cartão de Crédito-VJORA	(19.483)
Contas a receber - PCLD - <i>Impairment</i>	(14.726)
	(2.010)
Contas a receber com partes relacionadas – Cartão de Crédito - VJR	(56.816)
Investimentos em controlada em conjunto - <i>Impairment</i>	
IR/CS	12.315
Efeito da adoção inicial	(80.720)

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como sobre as informações contábeis intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, foram emitidos sem ênfases ou ressalvas.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nos seguintes aspectos:

- Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.

Incertezas sobre estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nos seguintes aspectos:

- Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques.
- Imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Investimentos em controladas: aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. A determinação desses valores envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das metodologias e premissas, tais como a receita operacional bruta, as deduções, os custos operacionais, as despesas operacionais, o imposto de renda e a contribuição social, o capex, o capital de giro, a depreciação e a taxa de desconto inerentes à mensuração do valor justo;
- Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão;
- Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("*impairment*"): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Como mencionado no item 10.4 deste Formulário de Referência, a Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, registrando em seu balanço um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento relacionado aos contratos de arrendamento detidos naquela data. Como permitido na regra de transição, a Companhia não reapresentou as demonstrações financeiras dos períodos comparativos. Assim, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018 não estão evidenciados os contratos de arrendamento mercantis operacionais, estando evidenciados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como em 31 de março de 2021.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como em 31 de março de 2021.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como em 31 de março de 2021.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como em 31 de março de 2021.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social e nas informações contábeis intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social e nas informações contábeis intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social e nas informações contábeis intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os investimentos na aquisição de imobilizado e ativo intangível somaram R\$ 543,9 milhões, incluindo a abertura de 191 novas lojas e maiores investimentos em tecnologia e logística.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, os investimentos na aquisição de imobilizado e ativo intangível somaram R\$ 160,4 milhões, incluindo a abertura de 9 novas lojas e maiores investimentos em tecnologia e logística.

Adicionalmente, para o exercício social corrente, a Companhia pretende realizar investimentos em ativos de longo prazo, com destaque para: (a) Expansão da logística, incluindo automação e novos centros de distribuição e *cross dockings*; (b) Investimentos em tecnologia, inovação, pesquisa e desenvolvimento; e (c) Aquisições estratégicas.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pela nossa geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto a terceiros. Adicionalmente, a Companhia poderá contar com os recursos advindos da oferta pública subsequente de distribuição de ações de sua emissão.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem desinvestimentos relevantes em andamento ou previsão de realiza-los.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Além das aquisições informadas no item 15.7, não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10.8 - Plano de Negócios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

COVID-19

A propagação da COVID-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global. Neste cenário de bastante incerteza, a Companhia instituiu um Comitê de Contingência interno, que vem acompanhando a evolução da pandemia, tomando algumas decisões importantes e elegeu três prioridades: a saúde e segurança de seus colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos.

Dentro desses três pilares de enfrentamento da crise, a Companhia tomou as seguintes medidas de curto prazo:

- a) Fechamento temporário de 25% das lojas, em média, no primeiro trimestre de 2021 – sendo os fechamentos mais concentrados no mês de março de 2021 –, seguindo uma rígida análise de mapa de risco da pandemia nas localidades onde opera, bem como os decretos locais.
- b) Reforço de caixa: apesar de finalizar o exercício de 2020 com forte posição de caixa, a Companhia realizou em 15 de janeiro de 2021 a captação de R\$ 800 milhões via distribuição pública, com esforços restritos da 9ª. Emissão de Debêntures, com remuneração de CDI + 1,25% a.a. e vencimento único em 15 de janeiro de 2024
- c) Negociação com fornecedores e prestadores de serviços: a Companhia abriu uma frente de negociação de prazos de pagamentos com seus principais fornecedores e de redução de despesas com seus prestadores de serviços, bem como renegociação de aluguéis de imóveis. Em 2020, o pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos sofreu uma revisão afim de prever um expediente prático relacionado aos descontos obtidos por arrendatários, em contratos de arrendamento, relacionados à COVID-19. Tal expediente prático prevê que o arrendatário poderia optar por não avaliar se um benefício concedido em função da pandemia seria reconhecido como uma modificação do contrato de arrendamento. Assim, a Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios negociados com os arrendadores de imóveis em função de descontos obtidos em 889 contratos de arrendamentos.

Além dessas medidas de curto prazo, a Companhia, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras. Abaixo elencamos as principais análises realizadas:

- a) Risco de continuidade operacional: A Companhia não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional.
- b) Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada de créditos: a Companhia observou uma diminuição no fluxo de pagamentos do CDC (Crédito Direto ao Consumidor) no início da pandemia. Porém, de acordo com análises internas, esta diminuição estava significativamente vinculada ao fechamento de suas lojas físicas e a cultura de seus clientes de pagarem suas prestações diretamente nos caixas das lojas, configurando assim em uma restrição temporária de liquidez e não um aumento significativo no risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia já observava índices de recebimento similares ao período pré-pandemia. Assim, a Companhia não registrou provisões adicionais significativas em 31 de dezembro de 2020. O montante registrado de provisão para perda esperada de créditos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 115,2 milhões no Consolidado.
- c) Risco de perda por realização dos estoques: a Companhia tem por política contábil o registro e apresentação de seu estoque pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização.
- d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – “impairment”: A Companhia não identificou necessidade de impairment no exercício.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Este item apresenta projeções, estimativas, expectativas e declarações futuras da Companhia. Tais projeções, estimativas, expectativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem vir a afetar o setor de atuação da Companhia, sua participação de mercado, seus negócios, suas operações e seus resultados. Embora a Companhia acredite que estas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, conforme abaixo descritas, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições fora do controle da Companhia (incluindo os fatores de riscos descritos neste Formulário de Referência) e são feitas com base nas informações de que a Companhia atualmente dispõe.

As informações apresentadas nesse item refletem as expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia, sujeitas a riscos e incertezas, sendo dados estimativos e indicativos que não constituem promessa de desempenho. Estas expectativas dependem das condições do mercado e do cenário econômico brasileiro e dos setores em que a Companhia atua. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores abaixo descritos pode fazer com que os resultados concretos sejam diferentes das projeções apresentadas.

Sobre as incertezas relacionadas à divulgação de projeções, veja também o fator de risco “A Companhia divulga certas projeções que podem não se materializar e, consequentemente, impactar negativamente o resultado da Companhia.” no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(a) objeto da projeção

A Companhia possui indicadores operacionais-chave que demonstram a evolução da sua estrutura logística, como número de centros de distribuição, unidades de cross-docking, área total de armazenagem e número de lojas. Dada a sua operação multicanal, ou seja, lojas e *e-commerce* totalmente integrados, a área total de armazenagem inclui também a parte da área das lojas que é destinada para o manuseio e estoque de mercadorias.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções indicadas neste item se referem aos períodos: (i) de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021; (ii) de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022; e (iii) de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. O prazo de validade da projeção é até 31 de dezembro de 2023, sendo que os valores serão revistos, ao menos, anualmente.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho, estando sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições razoáveis da nossa Diretoria e Conselho de Administração e informações que a Companhia tem acesso no momento, considerando, principalmente, no que se refere à Companhia:

- Demanda de mercado para os produtos comercializados pela Companhia;
- Desempenho da economia brasileira e internacional, incluindo taxas de inflação, taxas de juros, crescimento do PIB - Produto Interno Bruto e crescimento populacional;
- Para 2021, o impacto da pandemia de COVID-19 e a capacidade da Companhia de gerenciar seus negócios; e
- Estratégia da administração para expansão orgânica, inorgânica e gestão de capital.

Todas as premissas consideradas nas estimativas estão sujeitas a fatores de influência externa que escapam ao controle da administração da Companhia. Caso qualquer premissa sofra alterações que causem impacto relevante nessas estimativas, a Companhia pode revisá-las para patamares superiores ou inferiores em comparação às originalmente apresentadas.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas**(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão**

	2021	2022	2023
Número de CDs	26	30	33
Número de Cross-dockings	199	350	417
Total Unidades Logísticas	225	380	450
Número de Lojas (quantidade)	1440	1560	1680
Área Total das Lojas destinadas a armazenagem + áreas dos CDs e XD's (mil m²)	1180	1630	2000

Os valores dos indicadores apresentados acima são aproximados, com base na melhor estimativa da Companhia na data deste Formulário de Referência, não constituem promessa de desempenho futuro da Companhia e podem sofrer alterações adversas de forma material.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Item não aplicável, a Companhia passou a divulgar projeção conforme descrita no item 11.1 em 15 de julho de 2021.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não divulgava projeções nos três últimos exercícios sociais.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não divulgava projeções nos três últimos exercícios sociais.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Nossa administração é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria, regidos pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, e em nosso Estatuto Social. Não possuímos comitês estatutários. Nosso Estatuto Social permite a criação de comitês pelo nosso Conselho de Administração, para auxiliá-lo no exercício de suas funções, e neste sentido criamos quatro comitês, sendo eles: (i) Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance; (ii) Comitês de Finanças e Crédito ao Consumidor; (iii) Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional; e (iv) Comitê de Estratégia e Inovação.

Além dos órgãos que administram a Companhia, o Magazine Luiza tem um Conselho Fiscal permanente com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conselho de Administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei: (a) exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria; (b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (c) eleger e destituir os Diretores da Companhia; (d) atribuir aos Diretores as respectivas funções, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores; (e) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; (f) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e os papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (g) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia; (h) escolher e destituir os auditores independentes; (i) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários; (j) apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; (k) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução; (l) aprovar a criação e supressão de subsidiária e a participação da Companhia no capital de outras sociedades; (m) determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia, bem como em fundações que patrocine; (n) manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; (o) autorizar a emissão de ações da Companhia, observado o seu capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir ou reduzir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedade por Ações; (p) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (q) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, observado o limite do capital autorizado da Companhia previsto no Estatuto Social da Companhia; (r) aprovar, nos termos da Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia, a celebração de contratos entre a Companhia e acionistas controladores, diretores estatutários, membros do Conselho de Administração ou dos comitês de assessoramento, ou suas partes relacionadas, com a exclusão de participar da deliberação os eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes; (s) outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de programa previamente aprovado em Assembleia Geral; (t) deliberar sobre a emissão de debêntures

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

simples, não conversíveis em ações e sem garantia real; (u) autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros; (v) estabelecer alçada da Diretoria para alienação ou oneração de bens do ativo permanente, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; (w) estabelecer alçada da Diretoria para aquisição de bens do ativo permanente e outros compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretende investir, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; (x) estabelecer alçada da Diretoria para contratar quaisquer captações de recursos e a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam debêntures, notas promissórias e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; (y) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; (z) dispor, observadas as normas do Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e (aa) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

Compete ainda ao Conselho de Administração instituir e extinguir Comitês, nomear seus membros e estabelecer seus respectivos regimentos e competências.

Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance

O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance (“**CARC**”) é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no artigo 22, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia, e tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: na supervisão das atividades normativas do Magazine Luiza a seguir descritas através de: (i) avaliação das Demonstrações Financeiras, Formulário de Referência, Press Release e Relatório da Administração divulgados externamente de acordo com os requerimentos regulamentares, (ii) avaliação da qualificação, performance e independência dos auditores independentes, (iii) monitoramento sobre a adequação do Magazine Luiza às exigências das leis e demais regulamentos, e (iv) monitoramento das atividades de gerenciamento dos principais riscos corporativos delegados formalmente pelo Conselho. O CARC, que possui Regimento Interno próprio, tem a função de assessorar o Conselho na supervisão:

I. Avaliação das Demonstrações Financeiras, Formulário de Referência, Press Release e Relatório da Administração divulgados externamente de acordo com os requerimentos regulamentares:

a. Discutir com a administração do Magazine Luiza e os auditores independentes, as demonstrações financeiras intercalares e anuais;

b. Discutir com os Auditores Independentes: as políticas e práticas contábeis adotadas pelo Magazine Luiza na preparação de seus relatórios financeiros; os tratamentos alternativos das informações financeiras, que tenham sido discutidas com a administração da empresa, as ramificações do uso desses tratamentos alternativos, as divulgações e o tratamento recomendado pelos auditores independentes; as dificuldades encontradas no decorrer da auditoria, limitação no escopo dos trabalhos ou no acesso às informações e eventuais pontos de discordância com a

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

administração com relação aos relatórios financeiros; e as comunicações relevantes entre os auditores independentes e a administração da empresa, tais como, correspondência sobre assuntos contábeis e controles internos, carta de gerência e planilha de diferenças apuradas pelos auditores independentes e não ajustadas pela empresa; e

c. Revisar com a administração da empresa: a efetividade dos procedimentos e controles de informações a serem divulgadas nos relatórios e informações financeiras; as tendências e desenvolvimentos nas práticas de elaboração e divulgação de relatórios financeiros da empresa; as transações relevantes com as partes relacionadas;

II. Avaliação da qualificação: performance e independência dos auditores independentes:

a. Opinar quanto à existência de eventuais conflitos de interesse que afetem a independência dos auditores independentes;

b. Opinar sobre a contratação ou destituição do auditor independente, bem como de qualquer contratação de serviços adicionais, não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, a serem prestados pelos auditores independentes do Magazine Luiza;

c. Discutir com os auditores independentes, o escopo, o planejamento e a alocação da equipe para a auditoria proposta para o ano corrente;

d. Supervisionar os trabalhos dos auditores independentes (incluindo a manifestação quanto a eventuais discordâncias entre a administração da empresa e os auditores independentes relacionadas com as demonstrações financeiras e formulário de referência), estabelecendo protocolo de comunicação com a empresa dos auditores independentes;

e. Discutir com o sócio líder do trabalho da empresa de auditoria independente, no mínimo anualmente: os procedimentos internos de controle de qualidade; a política de rotação do sócio responsável e dos demais membros das equipes de trabalho da auditoria independente; todos os relacionamentos profissionais e comerciais entre a empresa dos auditores independentes e a empresa para analisar a questão da independência dos mesmos; e

f. Avaliar anualmente as qualificações, a independência e o desempenho dos auditores independentes, recomendando ao Conselho a sua retenção ou substituição.

III. Monitoramento sobre adequação do Magazine Luiza às exigências das leis e demais regulamentos da Empresa:

a. Revisar com a administração da Empresa: a adequação e efetividade dos procedimentos para assegurar a aderência às normas legais e regulatórias aplicáveis; a quaisquer assuntos legais incluindo os estágios dos litígios pendentes e quaisquer relatórios ou questionamentos das agências reguladoras ou governamentais que possam ter impacto relevante nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

IV. Monitoramento das atividades de gerenciamento dos principais riscos corporativos delegados formalmente pelo Conselho, gerenciados e monitorados pelos Diretores responsáveis de cada área relevante do Magazine Luiza:

a. Manter, periodicamente, reuniões com os gestores dos principais processos operacionais do Magazine Luiza com o objetivo de conhecer as operações, os principais riscos do negócio e os controles internos em vigor para mitigar estes riscos;

b. Monitorar o gerenciamento dos principais riscos corporativos delegados por meio de Indicadores de Risco e Indicadores de Performance, e informando periodicamente ao Conselho de administração o resultado deste monitoramento;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- c. Discutir com a administração, os auditores independentes e os auditores internos sobre quaisquer deficiências relevantes nos controles internos da empresa e as providências tomadas pela administração;
- d. Revisar a estrutura organizacional de auditoria interna, o plano de trabalho e sua atuação na avaliação sobre a efetividade dos controles internos, bem como sobre o cumprimento de políticas e procedimentos do Magazine Luiza;
- e. Periodicamente, manter reuniões com os executivos da auditoria interna para conhecer o progresso dos trabalhos planejados e os resultados das ações e recomendações efetuadas.

Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor

O Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor (“**COFIC**”) é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 22, do Estatuto Social da Companhia. O Comitê tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: (i) na definição da política e do planejamento financeiro da Companhia; (ii) na definição das políticas e dos níveis de endividamento adequados para as atividades da Companhia, bem como monitoramento de covenants contratuais e garantias; (iii) na definição da política de aplicações financeiras e de investimentos; (iv) monitoramento dos riscos financeiros para o Magazine Luiza e; (iv) no monitoramento das atividades das subsidiárias Luizacred S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, e Luizaseg Seguros S.A.

O COFIC, que possui Regimento Interno próprio, tem as seguintes atribuições e responsabilidades, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, em ata específica:

- I. Auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise dos potenciais reflexos da conjuntura econômica brasileira e mundial na posição financeira da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no âmbito de sua política e planejamento financeiro;
- II. Referendar e submeter à aprovação do Conselho de Administração as políticas de endividamento, definição de covenants contratuais, concessão de garantias, definição de caixa mínimo, política de aplicações financeiras e investimentos, bem como todas as políticas complementares propostas pela Diretoria da Companhia, inclusive definição de alçadas;
- III. Referendar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o orçamento anual e plurianual do Magazine Luiza;
- IV. Acompanhar a implantação das políticas listadas no item anterior, aprovadas pelo Conselho, a fim de assegurar que estão sendo atendidas as orientações definidas pelo Conselho;
- V. Assessorar o Conselho nos assuntos específicos de sua competência e de acordo com as solicitações efetuadas pelo mesmo;
- VI. Supervisionar o cumprimento das políticas financeiras e suas políticas complementares, acompanhando o conjunto das operações realizadas pela Companhia através do monitoramento de indicadores definidos pelo Comitê;
- VII. Supervisionar a aderência das estratégias de riscos de mercado sob enfoque de cumprimento das políticas;
- VIII. Supervisionar e monitorar as atividades das subsidiárias Luizacred e Luizaseg;
- IX. Definir a política de contratação de seguros para o Magazine Luiza;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

X. Acompanhar e avaliar as transações e negócios com partes relacionadas, verificando sua aderência às boas práticas de governança corporativas.

Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional

O Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional (“**COPES**”) é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 22, do Estatuto Social da Companhia. O Comitê tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: (i) no planejamento e desenvolvimento das estratégias de gestão de pessoas; (ii) no estabelecimento das políticas de remuneração e benefícios dos funcionários e administradores da Companhia; (iii) no acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas de gestão de pessoas e (iv) na preservação da cultura e valores da organização. O COPES, que não possui regimento interno próprio, tem as seguintes atribuições definidas pelo Regimento Interno do Conselho de Administração, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, em ata específica:

I. Discutir o modelo de estrutura organizacional da companhia, acompanhando e avaliando o quadro de pessoal definido pelo Diretor Presidente e aprovado pelo Conselho de Administração;

II. Recomendar e acompanhar o processo de definição do perfil, nomeação, remuneração, avaliação, desenvolvimento e destituição dos membros do Conselho de Administração, membros dos Comitês de Assessoramento, do Diretor Presidente e da Diretoria Executiva;

III. Elaborar e revisar o programa de integração de novos Conselheiros Independentes;

IV. Analisar e opinar sobre políticas de recursos humanos propostas pela área corporativa correlata, à luz das melhores práticas universalmente reconhecidas, bem como sobre as estratégias, as oportunidades e os riscos a que a empresa está exposta nesta área;

V. Propor a política de remuneração variável de curto e de longo prazo, fixa e variável, para todos os níveis da estrutura organizacional, acompanhado especialmente a adequação competitiva da remuneração dos membros da Diretoria Executiva;

VI. Analisar as propostas de sistemas de avaliação de desempenho, as políticas de cargos e salários e os programas de treinamento e desenvolvimento do quadro funcional das áreas de negócios e de apoio;

VII. Acompanhar e contribuir de forma continuada com os processos de atração, desenvolvimento e retenção de talentos, bem como os planos de sucessão de Diretores e de outras posições críticas da estrutura da Companhia;

VIII. Recomendar ações que promovam e disseminem os valores e a cultura organizacional, alinhando-os aos propósitos orientadores da Companhia;

IX. Acompanhar a evolução da estrutura organizacional da Companhia e recomendar ajustes exigidos por diretrizes estratégicas de negócios e gestão;

X. Propor objetivos e critérios, acompanhar os trabalhos e propor ações decorrentes de avaliações do clima organizacional;

XI. Propor diretrizes para mobilização da administração no enfrentamento de situações de crise;

XII. Recomendar diretrizes relacionadas à adoção de padrões de integridade ética por toda a organização, apoiando os canais instituídos para denúncias, para que operem com alta efetividade e senso de equidade e justiça;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- XIII. Acompanhar a gestão do Código de Conduta da Companhia;
- XIV. Analisar o processo de saída, incluindo entrevista de demissão de pessoas-chave e dados de turnover; e
- XV. Acompanhar os principais ofensores e riscos trabalhistas, bem como, as ações para mitigação do passivo trabalhista da Companhia.

Comitê de Estratégia e Inovação

O Comitê de Estratégia e Inovação ("CEI") é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma do disposto no Parágrafo 1º, do Artigo 22, do Estatuto Social da Companhia. O Comitê tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração: (i) no desenvolvimento das estratégias de negócios da Companhia; (ii) na definição e acompanhamento do planejamento de longo prazo; e (iii) no desenvolvimento das estratégias de transformação digital e de inovação. O CEI, que não possui regimento interno próprio, tem as seguintes atribuições definidas pelo Regimento Interno do Conselho de Administração, além de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, em ata específica:

- I. Promover a discussão e o consenso prévio de grandes direcionadores para os negócios e a gestão da Companhia, a ser levados para o Conselho, para o planejamento estratégico plurianual abrangendo: escopo empresarial; novos negócios; verticalizações e integração; ingresso em novos mercados, aquisições, fusões e associações, grandes metas de crescimento dos negócios, expectativas de excelência operacional e de resultados; restrições relacionadas a recursos, níveis de endividamento e riscos; macro-políticas corporativas;
- II. Propor anualmente o conjunto de direcionadores estratégicos que o Conselho encaminhará à Diretoria para a formulação das estratégias anuais de negócios e de gestão;
- III. Avaliar o alinhamento dos planos estratégicos anuais ao planejamento plurianual, apontado ajustes que venham a ser recomendáveis;
- IV. Avaliar a conveniência e oportunidade das propostas de fusões, aquisições e novos negócios, considerando a aderência aos planos estratégicos da Companhia;
- V. Acompanhar anualmente os trabalhos de revisão e de realinhamento do planejamento plurianual e de formulação de diretrizes anuais;
- VI. Recomendar, em listas tríplices qualificadas, se julgar necessária, a contratação de empresa de consultoria especializada em estratégia empresarial para atuação junto à Diretoria, na formulação de planos estratégicos;
- VII. Definir painéis para acompanhamento, pelo Conselho, das diretrizes e de grandes projetos estratégicos em curso na Companhia;
- VIII. Orientar trabalhos para manter atualizado o mapeamento de todos os projetos de transformação digital em andamento na Companhia;
- IX. Orientar trabalhos de acompanhamento das inovações das empresas concorrentes no mercado nacional; e
- X. Orientar a promoção de pesquisas de âmbito mundial sobre inovações tecnológicas relacionadas aos negócios da Companhia, desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração deverão atuar em conjunto, sempre que necessário, mantidas as atribuições específicas de cada um dos Comitês.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(i) regimento interno próprio

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, cuja última revisão foi aprovada em 27 de setembro de 2018. O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance possui regimento interno próprio, cuja última revisão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 03 de abril de 2014. O Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2012. O Comitê de Estratégia e Inovação e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional não possuem regimento interno próprio.

(ii) comitê de auditoria estatutário

Não aplicável. A Companhia possui um Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance não estatutário, o qual possui autonomia operacional, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração. Possui membro independente especialista com experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria, cumulativamente, bem como orçamento compartilhado com os demais órgãos de governança corporativa (não vinculado à gestão executiva), o que permite a contratação de especialistas externos, quando necessário.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

O Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* ("**CARC**") é responsável por assessorar o Conselho de Administração no processo de avaliação dos trabalhos da auditoria independente. Periodicamente são realizadas análises quanto à qualificação, independência (conflitos de interesse) e desempenho dos auditores, recomendando ao Conselho de Administração sua retenção ou substituição.

O CARC realiza discussões e avaliações quanto ao escopo, planejamento e orçamento dos trabalhos de auditoria independente, ao menos anualmente. A execução dos trabalhos de auditoria também é supervisionada e avaliada em base recorrente ao menos trimestral, reportando ao Conselho de Administração os resultados dessa avaliação.

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra-Auditoria, cuja última revisão foi aprovada em 28 de março de 2018 pelo Conselho de Administração. Tal política determina os princípios e diretrizes formais para o processo de contratação da empresa de auditoria independente e de serviços extra-auditoria, pela Companhia.

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria da Companhia será composta de até 6 (seis) membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente de Operações, um Diretor Vice-Presidente de Negócios, um Diretor Vice-Presidente de Plataforma, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor de Administração e Controle, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu Estatuto Social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) 2 (dois) membros da Diretoria; (b) 1 (um) membro da Diretoria, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração; (c) 1 (um) membro da Diretoria e um procurador; ou (d) 2 (dois) procuradores.

Compete ao Diretor Presidente: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte; (ii) prestar contas ao Conselho de Administração, atuando nos assuntos institucionais da Companhia, dirigindo o desenvolvimento

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

de inovações e novos negócios; (iii) dirigir os negócios e a administração geral da Companhia, orientando os trabalhos dos demais diretores; (iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (v) conceder licença aos membros da Diretoria e indicar-lhes substitutos; (vi) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação de cada Diretor e (vii) tomar decisões de caráter de urgência de competência da Diretoria, "ad referendum" desta.

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte; (ii) elaborar o planejamento de operações da Companhia; (iii) supervisionar as atividades logísticas e de operações de lojas; (iv) estabelecer políticas operacionais; e (v) zelar pela satisfação e fidelização dos clientes da Companhia.

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Negócios: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte; (ii) elaborar planejamento comercial da Companhia (online e offline); (iii) supervisionar fornecedores e atividades de compra de produtos; (iv) monitorar gestão de indicadores de comércio varejista e elaborar estratégias para aumento da taxa de conversão; (v) desenvolver estratégia de comunicação e campanhas; (vi) adotar uma política de preços competitivos; (vii) estabelecer sortimento de produtos em consonância com as exigências do mercado; (viii) estabelecer políticas de vendas; e (ix) zelar pela satisfação e fidelização dos clientes da Companhia.

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Plataforma: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte; (ii) criar e desenvolver políticas, operações e processos que tornem a gestão das plataformas tecnológicas da empresa mais efetiva, reduzindo custos, aumentando a eficiência dos sistemas e facilitando o acesso a desenvolvedores e empresas de software para criação de soluções inovadoras, visando a digitalização do varejo brasileiro; (iii) alinhar a estratégia e os objetivos da organização com as equipes das plataformas tecnológicas, identificando oportunidades e riscos; (iv) criar e manter padrões de desenvolvimento tecnológico, de operação sistêmica e análise de performance; (v) orientar trabalhos e manter atualizado o mapeamento de todos projetos de inovação tecnológica em andamento na Companhia, bem como de atualização de plataformas; (vi) acompanhar as inovações no mercado nacional e internacional; e (vii) promover pesquisas de âmbito mundial sobre inovações tecnológicas relacionadas aos negócios da Companhia, desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte; (ii) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e suas controladas, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria e o planejamento e controle financeiro da Companhia; (iii) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (iv) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (v) manter atualizado os registros da Companhia perante a CVM.

Compete ao Diretor de Administração e Controle: (i) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a Companhia faça parte; (ii) acompanhar as metas orçamentárias da Companhia; e (iii) exercer o controle dos bens patrimoniais e promover a gestão contábil e fiscal da Companhia e de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2012, e se tornou permanente por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 13 de setembro de 2013. O Conselho Fiscal possui regimento interno próprio, cuja última revisão foi aprovada em 02 de agosto de 2013 e publicada no site da Companhia (ri.magazineluiza.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da secretaria de governança de forma colegiada que a ele se reporta(m) conforme políticas e práticas adotadas internamente.

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

As avaliações do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento que a ele se reportam devem ser realizadas ao menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, ocorrendo costumeiramente com periodicidade anual. As avaliações são realizadas de forma colegiada.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração e dos comitês que a ele se reportam, sendo que a avaliação objetiva pode resultar do cumprimento de metas anuais enquanto a avaliação subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

Não houve, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, quaisquer alterações na metodologia e critérios utilizados na avaliação dos administradores da Companhia.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento implementam planos de ações como, por exemplo, revisões dos planejamentos dos trabalhos para abordagem ou priorização de tópicos específicos, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(a) prazos de convocação

Conforme determina a Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias são convocadas com 15 dias de antecedência para a primeira convocação e 8 dias para a segunda. Em determinadas circunstâncias, a pedido de qualquer acionista, a CVM poderá aumentar o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação para até 30 dias.

(b) competências

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, desde que, em qualquer caso, a remuneração não seja diversa da contemplada nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia; (d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (e) reformar o Estatuto Social; (f) deliberar sobre o aumento ou redução do capital social, fora do limite do capital autorizado; (g) deliberar sobre qualquer reestruturação financeira envolvendo direta ou indiretamente a Companhia; (h) deliberar sobre fusão, cisão, transformação, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como transferência de parte substancial dos ativos da Companhia que gere a descontinuidade de suas atividades; (i) deliberar sobre resgate, amortização, desdobramento ou grupamento de ações ou quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; (j) deliberar sobre a recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou requerimento de sua falência; (k) deliberar sobre a dissolução da Companhia, bem como eleger o Conselho Fiscal que deverá atuar no período de liquidação; (l) distribuir dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório; (m) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados; (n) deliberar o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a adesão e saída do Novo Mercado; (o) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou da conversão de categoria do registro perante a CVM, aquisição de participação relevante ou saída do Novo Mercado; (p) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e (q) suspender o exercício de direitos de acionistas, conforme previsto em lei e no Estatuto Social da Companhia, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400- 490, Franca/SP; e (ii) internet: site da Companhia (ri.magazineluiza.com.br); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

Nos termos do item 5.2.3 do Código Brasileiro de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, a Companhia possui mecanismos de administração de conflitos de interesses nas votações submetidas a assembleias gerais da Companhia.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Caso os acionistas identifiquem durante a realização da assembleia geral um conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, o Presidente da assembleia deverá ser informado em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias sob análise, para que o membro em questão seja ausentado imediatamente das discussões sobre o tema. Adicionalmente, os acionistas que tenham conhecimento de situação de conflito de interesses em relação a outro acionista deverão conduzir o mesmo procedimento, informando o Presidente da assembleia o nome do acionista, a matéria objeto da deliberação e a existência do conflito, para que o acionista em questão seja ausentado imediatamente das discussões sobre o tema e abstenha-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais acionistas que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Caso o Presidente da assembleia confirme a situação de acionista conflitado, e este se recuse a abster-se das deliberações, o próprio Presidente da assembleia deverá determinar a anulação dos votos por ele proferidos.

Caso seja identificado uma situação de conflito de interesses por um membro de órgão deliberativo da Companhia ou por um acionista e não seja comunicado na assembleia em questão, os acionistas deverão informar à Companhia em até 15 (quinze) dias da data da assembleia para que a administração da Companhia possa tomar as medidas cabíveis em relação àquela deliberação.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Neutralização de Conflito de Interesses, a qual determina expressamente que os acionistas da Companhia devem manifestar-se imediatamente sempre que identificarem situações de potencial conflito de interesse, devendo ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar, sendo vedadas as formas de remuneração de assessores, consultores, ou intermediários da Companhia que gerem conflito de interesses próprio e/ou de seus administradores, acionistas ou classe de acionistas.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não envia aos seus acionistas pedidos públicos de procuração. No entanto, os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano e que, cumulativamente, seja acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Conforme consta do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá ser constituído há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Não há disposição estatutária acerca de prazo mínimo de antecedência para a recepção dos instrumentos de procuração. No entanto, a Companhia orienta seus acionistas a depositar os

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

instrumentos de procuração com uma antecedência de 24 horas da realização da Assembleia Geral.

Nos termos da legislação vigente, os documentos devem ser apresentados com firma reconhecida e, quando provenientes do exterior, devem ser notariados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de apostilamento, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

A Companhia poderá, em caráter excepcional, determinar que o encaminhamento dos documentos indicados neste item ocorra por meios digitais, bem como dispensar o reconhecimento de firma, a notariação, apostilamento e a tradução juramentada dos boletins de voto à distância assinados fora do país, e a autenticação dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral e para o exercício do direito de voto a distância. Mudanças, autorizações e dispensas neste sentido constarão do “Manual da Assembleia” para cada Assembleia Geral.

A Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Nos termos da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**ICVM 481**”), adotamos a possibilidade do nosso acionista exercer o direito de voto à distância nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.

O acionista que optar por exercer o direito de voto à distância por meio do envio do boletim de voto à distância diretamente à Companhia deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, Franca/SP, ou alternativamente ao Escritório de Negócios da Companhia, na Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme, CEP 02051-000, São Paulo/SP, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico ri@magazineluiza.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio, com antecedência de 4 (quatro) dias da realização da Assembleia Geral, da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos documentos requeridos, para

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a sede ou para o Escritório de Negócios da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Os documentos firmados no exterior deverão ser notariados e legalizados por autoridade competente no local de sua emissão.

A Companhia poderá, em caráter excepcional, determinar que o encaminhamento dos documentos indicados neste item ocorra por meios digitais, bem como dispensar o reconhecimento de firma, a notariação, apostilamento e a tradução juramentada dos boletins de voto à distância assinados fora do país, e a autenticação dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral e para o exercício do direito de voto a distância. Mudanças, autorizações e dispensas neste sentido constarão do “Manual da Assembleia” para cada Assembleia Geral.

Conforme disposição do artigo 21-B da ICVM 481, o boletim de voto à distância e demais documentos comprobatórios será recebido até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, sendo que os boletins de voto à distância recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados.

Ainda, nos termos do artigo 21-U da ICVM 481, comunicaremos ao acionista, em até 3 (três) dias da data de recebimento do boletim de voto à distância e respectivas documentações exigidas, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Caso o boletim de voto à distância seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, será desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado boletim de voto à distância.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância.

A partir de 2020 e nos termos da ICVM 481, alterada pela ICVM 622, a Companhia passou a realizar as Assembleias Gerais de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica. As informações completas para participação do acionista, bem como para acesso e utilização da plataforma eletrônica, constarão no “Manual da Assembleia” para cada Assembleia Geral.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da ICVM 481, e enviar por correspondência para Rua Amazonas da Silva, nº 27, Vila Guilherme, São Paulo/SP, CEP 02051-000, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do envio de correio eletrônico para o endereço ri@magazineluiza.com.br, nos prazos estabelecidos pela legislação vigente.

Nos termos da ICVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de Assembleia Geral Ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de Assembleia Geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse fim.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e/ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social

O estatuto social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos a cada 2 (dois) meses, e, extraordinariamente, caso o Presidente do Conselho de Administração solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 15 (quinze) dias de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia reservam sessões exclusivas para os conselheiros, que são na sua totalidade externos ou independentes, sem a presença dos executivos e demais convidados.

No último exercício social, foram realizadas 23 reuniões do Conselho de Administração, sendo 12 reuniões ordinárias e 11 reuniões extraordinárias.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existem acordos de acionistas que estabeleçam restrições ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho de administração em vigor.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira.

De acordo com o estatuto social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa em Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a Companhia. A lei proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

A Companhia não adota práticas adicionais sobre identificação e eventual administração de conflitos de interesses.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

Em 27 de setembro de 2018, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária, a qual estabelece requisitos mínimos e consolida procedimentos a serem observados no processo de indicação de membros para composição do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária da Companhia, de acordo com a legislação vigente e as melhores práticas de governança corporativa.

(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração foi aprovada em 27 de setembro de 2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, e publicada no site da Companhia (ri.magazineluiza.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

(ii) principais características

A indicação de membros para composição do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária, deve seguir as disposições do Estatuto Social da Companhia, dos Regimentos Internos, do Código de Ética e Conduta, legislação vigente e das melhores práticas de governança corporativa. Os critérios observados para indicação de membros de cada órgão estão definidos em procedimentos específicos, e devem ser periodicamente revistos em seus processos anuais de avaliação.

A Administração da Companhia deve envidar os melhores esforços para facilitação do processo de indicação, divulgação de candidaturas e eleição de membros do Conselho de Administração, resguardando o importante direito de voto de todos os acionistas. A indicação dos membros do Conselho deve considerar os seguintes critérios: qualificação técnica, profissional e acadêmica compatível com as atribuições requeridas; alinhamento com os valores e a cultura da Companhia; complementaridade de perfis e competências; diversidade de conhecimentos, experiências, aspectos culturais, faixas etárias e gênero; disponibilidade de tempo para dedicação adequada à função; isenção de conflitos de interesses que não possam ser neutralizados de acordo com as disposições da legislação vigente e das melhores práticas de governança corporativa; não exercer qualquer cargo de gestão na Companhia; reputação ilibada. As indicações para reeleição de membros do Conselho devem considerar também o bom desempenho, assiduidade e dedicação de tempo à função, no mandato anterior.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Roberto Bellissimo Rodrigues	29/09/1975	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	Até 1ª RCA após AGO 2022	7
251.674.028-08	Administrador	12 - Diretor de Relações com Investidores	30/04/2021	Sim	0.00%
Diretor Financeiro.					
Eduardo Benjamin Galantenick	08/08/1975	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	Até 1ª RCA após AGO 2022	1
028.384.327-61	Administrador	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Sim	0.00%
Não há.					
André Luiz de Souza Fatala	12/03/1982	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	Até 1ª RCA após AGO 2022	1
306.571.038-29	Cientista de Computação	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Sim	0.00%
Não há.					
Maria Isabel Bonfim de Oliveira	13/09/1962	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	Até 1ª RCA após AGO 2022	10
046.688.188-60	Contadora	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Sim	0.00%
Não há.					
Frederico Trajano Inácio Rodrigues	25/03/1976	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	Até 1ª RCA após AGO 2022	9
253.929.608-47	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	30/04/2021	Sim	0.00%
Não há.					
Fabício Bittar Garcia	06/01/1978	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	Até 1ª RCA após AGO 2022	7
212.460.718-94	Empresário	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	30/04/2021	Sim	0.00%
Não há.					
Carlos Renato Donzelli	29/10/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/04/2021	Até AGO de 2022	12
122.456.288-70	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/04/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor e do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.					
Inês Corrêa de Souza	09/08/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/04/2021	Até AGO de 2022	12

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
299.870.677-00	Administradora de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	22/04/2021	Não	95.65%
Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor.					
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	09/10/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/04/2021	Até AGO de 2022	16
052.571.868-02	Empresária	20 - Presidente do Conselho de Administração	22/04/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação.					
Marcelo José Ferreira e Silva	18/03/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/04/2021	Até AGO de 2022	5
018.752.214-68	Economista	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	22/04/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação.					
José Paschoal Rossetti	18/09/1941	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/04/2021	Até AGO de 2022	5
016.391.880-53	Professor	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	22/04/2021	Sim	95.65%
Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.					
Betânia Tanure de Barros	14/04/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/04/2021	Até AGO de 2022	4
385.001.086-49	Psicóloga e Empresária	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	22/04/2021	Sim	100.00%
Membro Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional.					
Sílvio Romero de Lemos Meira	02/02/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/04/2021	Até AGO de 2022	3

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
851.577.168-34	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	22/04/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Estratégia e Inovação.					
Márcio Kumruian	20/01/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/04/2021	Até AGO de 2022.	0
168.764.418-73	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/04/2021	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Estratégia e Inovação.					
Robinson Leonardo Nogueira	29/04/1976	Conselho Fiscal	22/04/2021	Até AGO de 2022	9
201.470.788-06	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	22/04/2021	Sim	0.00%
Não há.					
Thiago Costa Jacinto	08/09/1985	Conselho Fiscal	22/04/2021	Até AGO de 2022	5
010.562.761-50	Empresário	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	22/04/2021	Não	0.00%
Não há.					
Walbert Antônio dos Santos	26/10/1957	Conselho Fiscal	22/04/2021	Até AGO de 2022	3
867.321.888-87	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	22/04/2021	Sim	100.00%
Não há.					
Estefan George Haddad	18/10/1949	Conselho Fiscal	22/04/2021	Até AGO de 2022	0
564.042.128-20	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	22/04/2021	Sim	0.00%
Não há.					
Experiência profissional / Critérios de Independência					

Roberto Bellissimo Rodrigues - 251.674.028-08

Roberto Bellissimo Rodrigues – Tem graduação em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1997. Iniciou sua carreira na área de mercado de Capitais no Bradesco BBI no período de 1997 a 2001. Iniciou suas atividades na Companhia em maio de 2001, onde respondeu pela Coordenação no Departamento de Orçamento, Gerente de Controladoria, Diretor de Controladoria e, em 2010, assumiu nossas Diretorias Financeira e de Relações com Investidores. Atualmente, é também membro do conselho de administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2012. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Eduardo Benjamin Galantenick - 028.384.327-61

Eduardo Benjamin Galaternick – Formado em administração de empresas pela PUC do Rio de Janeiro, tem MBA Executivo na paulistana FAAP. Iniciou sua carreira no Carrefour.com e depois teve sua primeira passagem como diretor no e-commerce do Magazine Luiza. Ocupou o cargo de CMO na B2W, antes de retornar aos quadros do Magazine Luiza para liderar a área de comércio eletrônico. Atualmente, Eduardo Galaternick é diretor de E-commerce da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

André Luiz de Souza Fatala - 306.571.038-29

André Luiz de Souza Fatala – Formou-se como Técnico em Processamento de Dados pela Escola Técnica Estadual de São Paulo (Etec/SP). Iniciou sua carreira profissional em 2000 no Submarino como desenvolvedor onde adquiriu experiência participando da construção de uma plataforma de E-commerce para grande escala. Foi gerente de produtos da Predicta, onde foi responsável pelo desenvolvimento de ferramentas com alto poder de processamento para análise de dados em ambiente digital. Iniciou sua carreira no Magazine Luiza em 2010 no time de tecnologia do E-commerce. Em 2011 foi responsável pelo desenvolvimento do Magazine Você e logo depois pela área de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia - que veio a se tornar o Luizalabs. Em 2015 assumiu a Diretoria do Luizalabs e passou a liderar o desenvolvimento dos canais de venda - e-commerce e lojas físicas. Atualmente é Diretor de Tecnologia da companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Maria Isabel Bonfim de Oliveira - 046.688.188-60

Maria Isabel Bonfim de Oliveira – Formada como Técnica de Contabilidade pelo Instituto Francano de Ensino em 1982, iniciou suas atividades na Companhia. em 1982 como contadora e, em 1992, passou a gerenciar o Departamento de Orçamento. Atuou como Diretora de Controladoria a partir de 2001 e, em 2010, tornou-se nossa Diretora de Administração e Controle. Atualmente, é membro do conselho de administração da Luizaseg Seguros S/A, companhia do setor de seguros, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2007. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Frederico Trajano Inácio Rodrigues - 253.929.608-47

Frederico Trajano Inácio Rodrigues – Tem graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e especialização pelo Programa para Executivos de Stanford - Califórnia. Iniciou sua carreira atuando nos setores de varejo e bens de consumo na Deutsche Bank Securities entre os anos de 1998 e 1999. Iniciou suas atividades na Companhia em maio de 2000, onde respondeu pelo departamento de E-commerce. Em 2002, assumiu nossa Diretoria de Marketing. Em 2005, foi eleito Diretor Comercial estatutário, em 2010, eleito Diretor Executivo de Vendas e Marketing e em 2015, eleito Diretor Presidente. Atualmente, é também membro efetivo do Conselho de Administração da Luizaseg Seguros S/A, companhia do setor de seguros, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2005. É membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A., companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Fabício Bittar Garcia - 212.460.718-94

Fabício Bittar Garcia – Graduiu-se em administração de empresas pelo Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF) e fez especialização em administração de empresas pela Universidade de São Paulo. Iniciou sua carreira atuando na área comercial da Companhia em 1996. Assumiu o cargo de Gerente Adjunto de Compras em 2003 e passou a Diretor Adjunto de Compras e Diretor de Compras entre os anos de 2006 e 2009. De agosto de 2010 a fevereiro de 2016, ocupou o cargo de Diretor Comercial e, a partir de fevereiro de 2016 foi eleito Diretor Vice-Presidente do Magazine Luiza. Atualmente, é membro suplente do Conselho de Administração da Luizacred S/A, companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2009. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70

Carlos Renato Donzelli – Formou-se como técnico em contabilidade pela Escola Estadual Torquato Caleiro em 1987; graduado em Administração pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 1991; pós-graduado em Administração Financeira com ênfase em Auditoria e Marketing pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação – FACEF/INPG em 1993; e mestre em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 2002. Especialização no Curso de Extensão no Programa de Gestão Avançada – PGA – Turma 26/2015 - Programa realizado pela Fundação Dom Cabral em parceria com INSEAD. Passou por vários cargos no Banco do Brasil entre 1985 e 1995, sendo o último Gerente de Atendimentos Especiais. Iniciou seu trabalho na Luiza Factoring em 1995 e, em 1997, passou a gerenciar o departamento financeiro da Holding do Grupo – MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. Atuou como gerente financeiro da Companhia em 2000 e, em seguida, assumiu a posição de Diretor Financeiro. Desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia. Conselheiro na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), desde sua criação em 2014. É também membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor da Companhia, e membro suplente do Conselho de Administração da Luizacred S/A., companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2013. Presta serviços de conselheiro para o INEPAD Consulting, desde janeiro de 2019. Membro do Conselho deliberativo da Flormel Indústria de Alimentos S/A, desde agosto de 2019 e Membro Observador no Conselho de Administração da Empresa Tecsoil Automação e Sistemas S/A – Solinfitec, desde fevereiro de 2020. Atuante em associações e empresas do terceiro setor: ONG Franca Viva, como Vice-Presidente e Conselheiro a partir de janeiro de 2010, na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) desde a criação em 2014, , no Instituto Brasil a Gosto como conselheiro, Presidente do Conselho no Franca Basquete desde 2014, além de Vice Presidente Financeiro da Liga Nacional de Basquete (LNB) desde 2018 e docente das disciplinas Administração Financeira e Gestão Empresarial nos cursos de graduação e pós graduação no Uni-FACEF. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

Inês Corrêa de Souza – Graduiu-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil S.A. entre 1973 e 1975. Posteriormente foi Diretora Financeira da Companhia Vale do Rio Doce, onde exerceu diversos cargos executivos entre 1976 e 1999, tendo atuado também como Membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo Vale. Foi Presidente do Banco UBS S.A. e diretora geral do UBS AG no Brasil, tendo sido responsável também pelas áreas de Operações, Finanças Corporativas e Wealth Management do Banco UBS Warburg entre 1999 e 2004. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, membro independente, coordenadora do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, logística e facilities, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, membro do Conselho de Administração da Radix Engenharia e Software S.A., companhia do setor de tecnologia, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade da BBM Logística S.A, companhia do setor logístico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, atuando também em diversos comitês. Conselheira certificada pelo IBGC e Co-Chair da Women Corporate Directors – Brasil (WCD). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito de Franca em 1972. É mãe de Frederico Trajano Inácio Rodrigues, hoje, Diretor Presidente da Companhia, sobrinha dos fundadores Luiza Trajano Donato e Pelegrino José Donato. Iniciou suas atividades profissionais em nossa Companhia, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, após participar da criação da holding que veio para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupou de 2009 a 2015. Foi membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010) e, em 2008, passou a fazer parte do Conselho Superior Estratégico da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No mesmo ano foi nomeada como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), posição que ocupou até 2018. Assumiu também a Presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para os biênios 2009-2010 e 2015-2016, entidade onde atualmente é Conselheira. É Presidente do Grupo Mulheres do Brasil, do qual participou de sua fundação em 2013. Faz parte do Conselho de Administração da Companhia desde a sua criação, em junho de 2005, sendo atualmente Presidente do Conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Participou do Conselho de Administração da Luizacred S.A. de 2002 a 2013, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho em 2012. Além disso, realiza trabalhos voluntários na "ONG – Franca Viva", entidade em que ela participou da fundação na Cidade de Franca e já realizou a formação de mais de 2 mil alunos em cursos de informática. Ocupou também uma das cinco vice-presidências do Conselho Diretor do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Foi indicada pela Presidência da república para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Público Olímpico da Autoridade Pública Olímpica, cargo que ocupou até 30 de março de 2017, motivo pelo qual declara que é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada. Também participa como Conselheira da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, da ONG Mulheres em Construção, da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, do Grupo Consultivo do Fundo de População da ONU no Brasil, do Grupo IBMEC Educacional, da Comissão Internacional de Anticorrupção e Responsabilidade Corporativa da ICC (International Chamber of Commerce) no Brasil, da Câmara Consultiva de Empresas e Estruturadores – B3 BM&FBOVESPA, da UNICEF Brasil, bem como ocupa o cargo de Vice-Presidente da ACSP - Associação Comercial de São Paulo. Além disso, é fundadora do Instituto de Desenvolvimento do Varejo – IDV, conferencista em diversos eventos, em que relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas. Em 2019, foi eleita para o Conselho de Administração da Arezzo&co, companhia do setor calçadista, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP). Iniciou sua carreira no Banco dos Plantadores de Cana de Pernambuco (1966 a 1971), atuou na área de auditoria na Arthur Andersen & Co (1971 a 1978). Trabalhou no Grupo Bompreço, como CFO/CEO (1978 a 2001). Atuou como CEO na G Barbosa (2002) e nas Casas Pernambucanas (2002 a 2009). De 2009 a 2015, ocupou o cargo de CEO do Magazine Luiza. É membro do Conselho de Administração: Raymundo da Fonte Participações S/A, Companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2013; Movida Participações S/A, empresa do setor de aluguel de carros, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2018; Grupo Avenida, empresa do setor de varejo de vestuário, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2016; Raia Drogasil S/A, empresa do setor de varejo farmacêutico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2018. É membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Em agosto de 2012, foi negado, pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, o recurso interposto pelo Sr. Marcelo contra decisão da CVM em processo administrativo envolvendo atividades relacionadas ao cargo de Diretor de Relações com Investidores da Bompreço S.A. Supermercados do Nordeste, no qual lhe foi imposta multa pecuniária, sendo devidamente quitada.

José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53

José Paschoal Rossetti - Economista. Professor e pesquisador da Fundação Dom Cabral, nos cursos MBA e em programas de gestão avançada, realizados em parceria com a INSEAD e com a Kellogg School of Management. Desde a segunda metade dos anos 70, atuou como consultor de mais de 50 grandes empresas, em análise de cenários para planejamento estratégico e estruturação de sistemas de governança corporativa. Nos últimos anos, tem conduzido trabalhos de estruturação de sistemas de governança corporativa em grandes empresas. Fundador e Sócio Diretor da empresa de consultoria em governança corporativa Rossetti & Associados, que atua em aliança com o Centro de Governança de Empresas de Controle Familiar da PwC. Conselheiro de grandes grupos empresariais. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração da Companhia, do Grupo Boticário, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Química Amparo/YPÊ, companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da CSD – Companhia Sulamericana de Distribuição, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Ex-professor titular dos Departamentos de Economia das seguintes escolas de Ensino Superior: Instituto Presbiteriano Mackenzie (Mackenzie), Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-Campinas) e Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Autor de diversos livros, nas áreas de economia e governança corporativa, tendo mais de 200 artigos em publicações especializadas, dentre elas, Introdução à economia, Economia monetária, Contabilidade social, Economia de mercado: fundamentos, falácias e valores e Transição 2000: tendências, mudanças e estratégias. Seu mais recente livro é Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências (S. Paulo, Atlas, 8ª edição 2019). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Betânia Tanure de Barros - 385.001.086-49

Betânia Tanure de Barros – Graduiu-se em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (“PUC/MG”). É pós graduada em Management Consulting pela Henley Management College (Inglaterra) e doutora pela Brunel University (Inglaterra). Sócia fundadora da Betania Tanure Associados, foi professora da PUC/MG nos cursos de mestrado e doutorado realizados em parceria com a Fundação Dom Cabral, e atuou durante 15 (quinze) anos como diretora pela Fundação Dom Cabral responsável por toda a área de desenvolvimento de executivos, empresas e parcerias empresariais. É professora convidada do INSEAD (França), do TRIUM (New York University, London School of Economics, HEC) e da London Business School (Inglaterra) e também conferencista em eventos no Brasil e no exterior nas áreas de gestão empresarial, desenvolvimento de executivos, gestão de cultura em processos de transformação, em fusões e aquisições, liderança e equipes de alta performance, impacto da cultura do país nos processos de internacionalização, gestão de pessoas e governança. Atua em projetos de diversas empresas nacionais e internacionais como por exemplo ArcelorMittal, Banco Itaú, Banco Central do Brasil, Gol, Natura, Localiza, entre outras. Autora de diversos livros, artigos, papers e cases publicados no Brasil e no exterior, inclusive artigos na Harvard Business Review. Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de Pessoas da MRV Engenharia e Participações S/A, companhia do setor de construção civil, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, tendo sido conselheira em outros grandes grupos brasileiros como o Grupo RBS (RBS Participações S.A.), companhia do setor de comunicação, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário e Medial Saúde S.A., companhia do setor de serviços de saúde, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Participa de várias iniciativas pro bono tendo em vista o desenvolvimento do nosso país e é membro do Conselho Consultivo do Centro Ruth Cardoso. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34

Sílvio Romero de Lemos Meira – Graduiu-se em engenharia eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1977; é mestre em informática pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e PhD em computação pela University of Kent at Canterbury, Inglaterra. É professor emérito do Centro de Informática da UFPE – RECIFE; professor extraordinário da CESAR.SCHOOL, RECIFE; fundador e presidente do Conselho de Administração do Porto Digital, fundador e cientista-chefe da TDS.company. É professor titular aposentado do Centro de Informática da UFPE. Fundou e foi o cientista-chefe do C.E.S.A.R, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife até julho de 2014, foi professor associado da Escola de Direito da FGV-RIO entre 2014 e 2017 e foi Fellow e Faculty Associate do Berkman Center, Harvard University, de 2012 a 2015. É consultor e palestrante em políticas e estratégias de negócios digitais, TICs, criatividade, inovação e empreendedorismo. Autor de mais de trezentos artigos científicos e centenas de textos sobre tecnologias da informação e seu impacto na economia, sociedade e pessoas, além de autor do livro “Novos Negócios Inovadores de Crescimento Empreendedor no Brasil”, orientou mais de 200 dissertações de mestrado e teses de doutorado em Ciência da Computação. Detém as ordens nacionais do mérito científico (1996), do Rio Branco (2001) e a medalha do conhecimento do MDIC (2008). Em 2006, recebeu do Governo de Pernambuco a mais alta comenda do estado, a ordem do mérito dos Guararapes. Em 2007, a época o elegeu um dos 100 brasileiros mais influentes. Em 2011 foi escolhido por O Globo como personalidade do ano da economia brasileira. Em 2013, a Revista Galileu o escolheu um dos 100 brasileiros mais influentes na web. Não trabalhou, nos últimos 5 anos, em qualquer empresa que integre o grupo econômico da Companhia ou que seja controlada por acionista da Companhia. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Gestão do Porto Digital, associação civil de direito privado sem fins econômicos. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Márcio Kumruian - 168.764.418-73

Marcio Kumruian – Graduiu-se em economia pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie e fez extensão em Inovação e Liderança pela Stanford Graduate School of Business, Estados Unidos. Fundou a Netshoes no ano 2000, em dezembro de 2014, foi apontado como o maior e-commerce de artigos esportivos do mundo com presenças no Brasil, Argentina e México. Lançou também a marca Zattini, plataforma do grupo voltada ao mercado de moda e artigos de beleza. À frente da Netshoes, liderou diversas iniciativas pioneiras para o mercado sul-americano, sendo recorrentemente apontado como um empreendedor de destaque em tecnologia e a Netshoes como uma das empresas mais inovadoras no Brasil. Ao longo da trajetória, capitaneou diversas rodadas de investimento com os mais renomados fundos de private equity do mundo, como Temasek, GIC, IFC, Riverwood e Kaszek, e liderou o primeiro IPO brasileiro exclusivamente na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE em 2017. Em 2019, gerindo mais de 2 mil colaboradores e um faturamento superior a R\$ 2,5 bilhões, esteve à frente do processo de venda do controle acionário da Netshoes ao Magazine Luiza no Brasil e a venda das operações Internacionais. Atualmente é mentor do programa de aceleração de startups da Endeavor e lidera duas Startups: Ziyou, uma startup com serviço inovador de assinatura de equipamentos e conteúdos fitness, e a Tunne, uma startup busca descomplicar o complexo setor de serviços automotivos, companhias não integrantes do grupo econômico da Companhia e não controladas por acionistas da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Robinson Leonardo Nogueira - 201.470.788-06

Robinson Leonardo Nogueira - É graduado em administração de empresas pela Universidade Luterana do Brasil, MBA em controladoria e finanças pela UNIFACEF, técnico em contabilidade e especialização profissional pela ANBIMA CPA-20. Iniciou suas atividades na MTG Participações em 2001, exercendo suas atividades no departamento de contabilidade fiscal e gerencial. Em 2005, assumiu a gestão de controladoria. Atualmente responde pela gestão de investimentos, riscos e tesouraria da MTG, companhia do setor de administração e participações, integrante do grupo econômico da Companhia e, em 29 de abril de 2013, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Thiago Costa Jacinto - 010.562.761-50

Thiago Costa Jacinto - Cursa o 8º ano de Ciências Econômicas na Fundação Armando Álvares Penteado. Iniciou sua carreira na área de contabilidade para pessoa jurídica na LC Contabilidade Ltda., entre 2004 e 2006. Atuou como analista de empresas e trader de ações na CM Capital Markets Asset Management de 2006 a 2007. Trabalhou na Ashmore Brasil Gestão de Recursos Ltda de 2007 a 2009 como analista de empresas e trader de renda fixa, moedas e derivativos, local e offshore. Em 2009 fundou o TCJ Capital, fundo de investimento em ações, onde atuou como analista de empresas e gestor. Em 2015 o TCJ Capital foi incorporado pela Alaska Asset Management, companhia do setor financeiro, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, onde atua no time de gestão, exercendo a função de analista de empresas brasileiras e estrangeiras. Foi conselheiro fiscal da Unicasa Indústria de Móveis S/A de 2015 a 2017, da Login Logística S/A e Magnesita S/A de 2016 a 2020, da Rumo S/A e Celesc S/A de 2017 a 2020. Foi Conselheiro Fiscal da Comgás S/A de 2018 a 2019 e Conselheiro de Administração da Unicasa Indústrias de Móveis S/A. É membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2016. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Walbert Antônio dos Santos - 867.321.888-87

Walbert Antônio dos Santos – Graduiu-se em Ciências Contábeis pela Faculdade Visconde de Cairu, em 1996. Iniciou suas atividades profissionais na área bancária, onde trabalhou na Caixa Econômica Federal de 1976 a 1980. Posteriormente atuou durante 35 anos como auditor e consultor empresarial, tendo sido Sócio da Arthur Andersen & CO e após 2002, Sócio da Deloitte Touche Thomatsu auditores, onde encerrou sua carreira em 2015. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Estefan George Haddad - 564.042.128-20

Estefam George Haddad – graduado em Ciências Contábeis pelo CEUB Brasília/DF e pós Graduado em Contabilidade, Auditoria e Legislação Tributária pela Universidade de São Paulo (USP - FUNDACE/FEA). Atuou como professor convidado junto a Fundace/FEA/USP de Ribeirão Preto, ministrando o módulo de Introdução à Contabilidade e Nivelamento no curso de MBA em Contabilidade, Auditoria e Legislação Tributária e o módulo de Auditoria Avançada. Atuou como Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Marfrig Alimentos S.A, de abril/2011 a novembro/2011.De 2011 a 2020, participou de diversas conferências de Contabilidade e Auditoria ministradas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Em 2020, atuou como Coordenador do Grupo Técnico de Agribusiness do IBRACON. Atuou como sócio na BDO até Dezembro/2020, por ter aposentado compulsoriamente. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Roberto Bellissimo Rodrigues - 251.674.028-08	
N/A	
Eduardo Benjamin Galantenick - 028.384.327-61	
N/A	
André Luiz de Souza Fatala - 306.571.038-29	
N/A	
Maria Isabel Bonfim de Oliveira - 046.688.188-60	
N/A	
Frederico Trajano Inácio Rodrigues - 253.929.608-47	
N/A	
Fabício Bittar Garcia - 212.460.718-94	
N/A	
Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70	
N/A	
Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00	
N/A	
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02	
N/A	
Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68	
N/A	
José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53	
N/A	
Betânia Tanure de Barros - 385.001.086-49	
N/A	
Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34	
N/A	
Márcio Kumruian - 168.764.418-73	

N/A
Robinson Leonardo Nogueira - 201.470.788-06
N/A
Thiago Costa Jacinto - 010.562.761-50
N/A
Walbert Antônio dos Santos - 867.321.888-87
N/A
Estefan George Haddad - 564.042.128-20
N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/10/1948	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
052.571.868-02	Comitê de Estratégia e Inovação	Empresária		30/04/2021	5	100.00%
Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional.						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/03/1951	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
018.752.214-68	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional	Economista		30/04/2021	5	100.00%
Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e do Comitê de Estratégia e Inovação.						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/03/1951	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
018.752.214-68	Comitê de Estratégia e Inovação	Economista		30/04/2021	5	100.00%
Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance.						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/03/1951	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
018.752.214-68	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance	Economista		30/04/2021	5	100.00%
Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação.						
Marcelo José Ferreira e Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/03/1951	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
018.752.214-68	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor	Economista		30/04/2021	5	100.00%
Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação.						
Emília Telma Nery Rodrigues Geron	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/10/1962	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
058.907.558-62	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional	Assistente Social		30/04/2021	5	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Não há.						
Sílvio Romero de Lemos Meira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/02/1955	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
851.577.168-34	Comitê de Estratégia e Inovação	Engenheiro		30/04/2021	5	100.00%
Membro do Conselho de Administração.						
Márcio Kumruian	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/01/1974	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
168.764.418-73	Comitê de Estratégia e Inovação	Economista		30/04/2021	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração.						
Betânia Tanure de Barros	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/04/1961	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
385.001.086-49	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional	Psicóloga e Empresária		30/04/2021	4	100.00%
Membro do Conselho de Administração.						
José Paschoal Rossetti	Outros Comitês		Outros	18/09/1941	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
016.391.880-53	Comitê de Auditoria,Riscos e Compliance	Professor	Membro Independente do Comitê	30/04/2021	0	100.00%
Membro Independente do Conselho de Administração.						
Carlos Renato Donzelli	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/10/1969	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
122.456.288-70	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor	Administrador de Empresas		30/04/2021	9	100.00%
Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Estratégia e Inovação.						
Carlos Renato Donzelli	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/10/1969	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
122.456.288-70	Comitê de Estratégia e Inovação	Administrador de Empresas		30/04/2021	0	0.00%
Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor.						
Inês Corrêa de Souza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/08/1950	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
299.870.677-00	Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor	Administradora de Empresas		30/04/2021	9	100.00%
Membro do Conselho de Administração.						
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/10/1948	30/04/2021	Até a posse dos eleitos na primeira RCA após a AGO 2022
052.571.868-02	Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional	Empresária		30/04/2021	5	100.00%
Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Estratégia e Inovação.						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza. Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito de Franca em 1972. É mãe de Frederico Trajano Inácio Rodrigues, hoje, Diretor Presidente da Companhia, sobrinha dos fundadores Luiza Trajano Donato e Pelegrino José Donato. Iniciou suas atividades profissionais em nossa Companhia, e passou por todos os departamentos do grupo: da cobrança à gerência, das vendas à direção comercial. Em 1991, assumiu o cargo de Superintendente, após participar da criação da holding que veio para profissionalizar as empresas e definir o processo sucessório do grupo e, posteriormente, assumiu a Presidência, cargo que ocupou de 2009 a 2015. Foi membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010) e, em 2008, passou a fazer parte do Conselho Superior Estratégico da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No mesmo ano foi nomeada como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), posição que ocupou até 2018. Assumiu também a Presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para os biênios 2009-2010 e 2015-2016, entidade onde atualmente é Conselheira. É Presidente do Grupo Mulheres do Brasil, do qual participou de sua fundação em 2013. Faz parte do Conselho de Administração da Companhia desde a sua criação, em junho de 2005, sendo atualmente Presidente do Conselho. Em 2008, participou do Conselho de Administração da Sadia S.A. Participou do Conselho de Administração da Luizacred S.A. de 2002 a 2013, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho em 2012. Além disso, realiza trabalhos voluntários na "ONG – Franca Viva", entidade em que ela participou da fundação na Cidade de Franca e já realizou a formação de mais de 2 mil alunos em cursos de informática. Ocupou também uma das cinco vice-presidências do Conselho Diretor do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Foi indicada pela Presidência da república para ocupar o cargo de Presidente do Conselho Público Olímpico da Autoridade Pública Olímpica, cargo que ocupou até 30 de março de 2017, motivo pelo qual declara que é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada. Também participa como Conselheira da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, da ONG Mulheres em Construção, da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, do Grupo Consultivo do Fundo de População da ONU no Brasil, do Grupo IBMEC Educacional, da Comissão Internacional de Anticorrupção e Responsabilidade Corporativa da ICC (International Chamber of Commerce) no Brasil, da Câmara Consultiva de Empresas e Estruturadores – B3 BM&FBOVESPA, da UNICEF Brasil, bem como ocupa o cargo de Vice-Presidente da ACSP - Associação Comercial de São Paulo. Além disso, é fundadora do Instituto de Desenvolvimento do Varejo – IDV, conferencista em diversos eventos, em que relata, entre outros assuntos, sua experiência em gestão de pessoas. Em 2019, foi eleita para o Conselho de Administração da Arezzo&co, companhia do setor calçadista, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68

Marcelo José Ferreira e Silva - graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP). Iniciou sua carreira no Banco dos Plantadores de Cana de Pernambuco (1966 a 1971), atuou na área de auditoria na Arthur Andersen & Co (1971 a 1978). Trabalhou no Grupo Bompreço, como CFO/CEO (1978 a 2001). Atuou como CEO na G Barbosa (2002) e nas Casas Pernambucanas (2002 a 2009). De 2009 a 2015, ocupou o cargo de CEO do Magazine Luiza. É membro do Conselho de Administração: Raymundo da Fonte Participações S/A, Companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2013; Movida Participações S/A, empresa do setor de aluguel de carros, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2018; Grupo Avenida, empresa do setor de varejo de vestuário, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2016; Raia Drogasil S/A, empresa do setor de varejo farmacêutico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, desde 2018. É membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia, Negócios e Transformação Digital da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Em agosto de 2012, foi negado, pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN, o recurso interposto pelo Sr. Marcelo contra decisão da CVM em processo administrativo envolvendo atividades relacionadas ao cargo de Diretor de Relações com Investidores da Bompreço S.A. Supermercados do Nordeste, no qual lhe foi imposta multa pecuniária, sendo devidamente quitada.

Emília Telma Nery Rodrigues Geron - 058.907.558-62

Emília Telma Nery Rodrigues Geron - Graduiu-se em serviço social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, em 1984, e em direito, pela Faculdade de Direito de Franca – FDF, em 1991. Em 1992, formou-se em Psicodrama pelo Instituto Ânimo Psicodrama e Educação - São Paulo (entidade ligada à FEBRAP – Federação Brasileira de Psicodrama). Formou-se também em Gestão Estratégica de Pessoas (GEP) pela Fundação Dom Cabral, em 2014. Em 2015, participou do Curso para Conselheiros de Administração no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Trabalhou no Magazine Luiza durante 31 anos, ocupando vários cargos dentro da área de Recursos Humanos, inclusive ocupando a cadeira de Diretora de Recursos Humanos de 2003 a março de 2016. Atualmente, é membro do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional da Companhia. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34

Sílvio Romero de Lemos Meira – Graduiu-se em engenharia eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1977; é mestre em informática pela UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e PhD em computação pela University of Kent at Canterbury, Inglaterra. É professor emérito do Centro de Informática da UFPE – RECIFE; professor extraordinário da CESAR.SCHOOL, RECIFE; fundador e presidente do Conselho de Administração do Porto Digital, fundador e cientista-chefe da TDS.company. É professor titular aposentado do Centro de Informática da UFPE. Fundou e foi o cientista-chefe do C.E.S.A.R, Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife até julho de 2014, foi professor associado da Escola de Direito da FGV-RIO entre 2014 e 2017 e foi Fellow e Faculty Associate do Berkman Center, Harvard University, de 2012 a 2015. É consultor e palestrante em políticas e estratégias de negócios digitais, TICs, criatividade, inovação e empreendedorismo. Autor de mais de trezentos artigos científicos e centenas de textos sobre tecnologias da informação e seu impacto na economia, sociedade e pessoas, além de autor do livro “Novos Negócios Inovadores de Crescimento Empreendedor no Brasil”, orientou mais de 200 dissertações de mestrado e teses de doutorado em Ciência da Computação. Detém as ordens nacionais do mérito científico (1996), do Rio Branco (2001) e a medalha do conhecimento do MDIC (2008). Em 2006, recebeu do Governo de Pernambuco a mais alta comenda do estado, a ordem do mérito dos Guararapes. Em 2007, a época o elegeu um dos 100 brasileiros mais influentes. Em 2011 foi escolhido por O Globo como personalidade do ano da economia brasileira. Em 2013, a Revista Galileu o escolheu um dos 100 brasileiros mais influentes na web. Não trabalhou, nos últimos 5 anos, em qualquer empresa que integre o grupo econômico da Companhia ou que seja controlada por acionista da Companhia. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Gestão do Porto Digital, associação civil de direito privado sem fins econômicos. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Márcio Kumruian - 168.764.418-73

Marcio Kumruian – Graduiu-se em economia pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie e fez extensão em Inovação e Liderança pela Stanford Graduate School of Business, Estados Unidos. Fundou a Netshoes no ano 2000, em dezembro de 2014, foi apontado como o maior e-commerce de artigos esportivos do mundo com presenças no Brasil, Argentina e México. Lançou também a marca Zattini, plataforma do grupo voltada ao mercado de moda e artigos de beleza. À frente da Netshoes, liderou diversas iniciativas pioneiras para o mercado sul-americano, sendo recorrentemente apontado como um empreendedor de destaque em tecnologia e a Netshoes como uma das empresas mais inovadoras no Brasil. Ao longo da trajetória, capitaneou diversas rodadas de investimento com os mais renomados fundos de private equity do mundo, como Temasek, GIC, IFC, Riverwood e Kaszek, e liderou o primeiro IPO brasileiro exclusivamente na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE em 2017. Em 2019, gerindo mais de 2 mil colaboradores e um faturamento superior a R\$ 2,5 bilhões, esteve à frente do processo de venda do controle acionário da Netshoes ao Magazine Luiza no Brasil e a venda das operações Internacionais. Atualmente é mentor do programa de aceleração de startups da Endeavor e lidera duas Startups: Ziyoun, uma startup com serviço inovador de assinatura de equipamentos e conteúdos fitness, e a Tunne, uma startup busca descomplicar o complexo setor de serviços automotivos, companhias não integrantes do grupo econômico da Companhia e não controladas por acionistas da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Betânia Tanure de Barros - 385.001.086-49

Betânia Tanure de Barros – Graduiu-se em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (“PUC/MG”). É pós graduada em Management Consulting pela Henley Management College (Inglaterra) e doutora pela Brunel University (Inglaterra). Sócia fundadora da Betania Tanure Associados, foi professora da PUC/MG nos cursos de mestrado e doutorado realizados em parceria com a Fundação Dom Cabral, e atuou durante 15 (quinze) anos como diretora pela Fundação Dom Cabral responsável por toda a área de desenvolvimento de executivos, empresas e parcerias empresariais. É professora convidada do INSEAD (França), do TRIUM (New York University, London School of Economics, HEC) e da London Business School (Inglaterra) e também conferencista em eventos no Brasil e no exterior nas áreas de gestão empresarial, desenvolvimento de executivos, gestão de cultura em processos de transformação, em fusões e aquisições, liderança e equipes de alta performance, impacto da cultura do país nos processos de internacionalização, gestão de pessoas e governança. Atua em projetos de diversas empresas nacionais e internacionais como por exemplo ArcelorMittal, Banco Itaú, Banco Central do Brasil, Gol, Natura, Localiza, entre outras. Autora de diversos livros, artigos, papers e cases publicados no Brasil e no exterior, inclusive artigos na Harvard Business Review. Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de Pessoas da MRV Engenharia e Participações S/A, companhia do setor de construção civil, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, tendo sido conselheira em outros grandes grupos brasileiros como o Grupo RBS (RBS Participações S.A.), companhia do setor de comunicação, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Química Amparo/YPÊ, companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da CSD – Companhia Sulamericana de Distribuição, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Ex-professor titular dos Departamentos de Economia das seguintes escolas de Ensino Superior: Instituto Presbiteriano Mackenzie (Mackenzie), Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-Campinas) e Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Autor de diversos livros, nas áreas de economia e governança corporativa, tendo mais de 200 artigos em publicações especializadas, dentre elas, Introdução à economia, Economia monetária, Contabilidade social, Economia de mercado: fundamentos, falácias e valores e Transição 2000: tendências, mudanças e estratégias. Seu mais recente livro é Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências (S. Paulo, Atlas, 8ª edição 2019). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53

José Paschoal Rossetti - Economista. Professor e pesquisador da Fundação Dom Cabral, nos cursos MBA e em programas de gestão avançada, realizados em parceria com a INSEAD e com a Kellogg School of Management. Desde a segunda metade dos anos 70, atuou como consultor de mais de 50 grandes empresas, em análise de cenários para planejamento estratégico e estruturação de sistemas de governança corporativa. Nos últimos anos, tem conduzido trabalhos de estruturação de sistemas de governança corporativa em grandes empresas. Fundador e Sócio Diretor da empresa de consultoria em governança corporativa Rossetti & Associados, que atua em aliança com o Centro de Governança de Empresas de Controle Familiar da PwC. Conselheiro de grandes grupos empresariais. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração da Companhia, do Grupo Boticário, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Química Amparo/YPÊ, companhia do setor industrial, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da CSD – Companhia Sulamericana de Distribuição, companhia do setor de varejo, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário. Ex-professor titular dos Departamentos de Economia das seguintes escolas de Ensino Superior: Instituto Presbiteriano Mackenzie (Mackenzie), Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP), Pontifícia Universidade Católica - Campinas (PUC-Campinas) e Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP FGV-SP). Autor de diversos livros, nas áreas de economia e governança corporativa, tendo mais de 200 artigos em publicações especializadas, dentre elas, Introdução à economia, Economia monetária, Contabilidade social, Economia de mercado: fundamentos, falácias e valores e Transição 2000: tendências, mudanças e estratégias. Seu mais recente livro é Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências (S. Paulo, Atlas, 8ª edição 2019). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70

Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70

Carlos Renato Donzelli – Formou-se como técnico em contabilidade pela Escola Estadual Torquato Caleiro em 1987; graduado em Administração pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 1991; pós-graduado em Administração Financeira com ênfase em Auditoria e Marketing pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação – FACEF/INPG em 1993; e mestre em Gestão Empresarial pela Faculdade de Ciência Econômicas, Contábeis e Administrativas de Franca - Facef em 2002. Especialização no Curso de Extensão no Programa de Gestão Avançada – PGA – Turma 26/2015 - Programa realizado pela Fundação Dom Cabral em parceria com INSEAD. Passou por vários cargos no Banco do Brasil entre 1985 e 1995, sendo o último Gerente de Atendimento Especiais. Iniciou seu trabalho na Luiza Factoring em 1995 e, em 1997, passou a gerenciar o departamento financeiro da Holding do Grupo – MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. Atuou como gerente financeiro da Companhia em 2000 e, em seguida, assumiu a posição de Diretor Financeiro. Desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia. Conselheiro na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), desde sua criação em 2014. É também membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor da Companhia, e membro suplente do Conselho de Administração da Luizacred S/A., companhia do setor financeiro, integrante do grupo econômico da Companhia, tendo assumido o cargo em 2013. Presta serviços de conselheiro para o INEPAD Consulting, desde janeiro de 2019. Membro do Conselho deliberativo da Flormel Indústria de Alimentos S/A, desde agosto de 2019 e Membro Observador no Conselho de Administração da Empresa Tecsoil Automação e Sistemas S/A – Solinfitec, desde fevereiro de 2020. Atuante em associações e empresas do terceiro setor: ONG Franca Viva, como Vice-Presidente e Conselheiro a partir de janeiro de 2010, na Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) desde a criação em 2014, , no Instituto Brasil a Gosto como conselheiro, Presidente do Conselho no Franca Basquete desde 2014, além de Vice Presidente Financeiro da Liga Nacional de Basquete (LNB) desde 2018 e docente das disciplinas Administração Financeira e Gestão Empresarial nos cursos de graduação e pós graduação no Uni-FACEF. Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019.

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

Inês Corrêa de Souza – Graduiu-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil S.A. entre 1973 e 1975. Posteriormente foi Diretora Financeira da Companhia Vale do Rio Doce, onde exerceu diversos cargos executivos entre 1976 e 1999, tendo atuado também como Membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo Vale. Foi Presidente do Banco UBS S.A. e diretora geral do UBS AG no Brasil, tendo sido responsável também pelas áreas de Operações, Finanças Corporativas e Wealth Management do Banco UBS Warburg entre 1999 e 2004. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, membro independente, coordenadora do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Manserv Investimentos e Participações S.A., companhia do setor de serviços de manutenção, logística e facilities, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, membro do Conselho de Administração da Radix Engenharia e Software S.A., companhia do setor de tecnologia, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade da BBM Logística S.A, companhia do setor logístico, não integrante do grupo econômico da Companhia e não controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário, atuando também em diversos comitês. Conselheira certificada pelo IBGC e Co-Chair da Women Corporate Directors – Brasil (WCD). Não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02	
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues - 052.571.868-02	
N/A	
Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68	
Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68	
Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68	
Marcelo José Ferreira e Silva - 018.752.214-68	
N/A	
Emília Telma Nery Rodrigues Geron - 058.907.558-62	
N/A	
Sílvio Romero de Lemos Meira - 851.577.168-34	
N/A	

Márcio Kumruian - 168.764.418-73
N/A
Betânia Tanure de Barros - 385.001.086-49
N/A
José Paschoal Rossetti - 016.391.880-53
N/A
Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70
Carlos Renato Donzelli - 122.456.288-70
N/A
Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00
N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Frederico Trajano Inácio Rodrigues Diretor Presidente	253.929.608-47	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Frederico Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	253.929.608-47	Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Fabício Bittar Garcia Diretor	212.460.718-94	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Flávia Bittar Garcia Faleiros Diretora	219.580.708-31	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Fabício Bittar Garcia Diretor	212.460.718-94	Magazine Luiza S.A.	47.960.950/0001-21	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Pessoa relacionada

Franco Bittar Garcia	219.466.798-95	Wagner Garcia Participações S.A.	01.878.512/0001-18	
Diretor				

Observação

.....

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019Administrador do Emissor

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração

052.571.868-02

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Luiza Participações S.A.
Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.

00.835.086/0001-72

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Fabício Bittar Garcia
Diretor Vice-Presidente

212.460.718-94

Controle

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Wagner Garcia Participações S.A.
Diretor Vice-Presidente e detentor de 33,33% das ações da Wagner Garcia Participações S.A., nossa controladora direta.

01.878.512/0001-18

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Frederico Trajano Inácio Rodrigues
Diretor Presidente

253.929.608-47

Subordinação

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Luizaseg Seguros S.A.
Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

07.746.953/0001-42

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Fabício Bittar Garcia Diretor Vice-Presidente	212.460.718-94	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LTD Administração e Participações S.A. Membro do Conselho de Administração, nossa controladora direta.	66.117.474/0001-26		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Fabício Bittar Garcia Diretor Vice-Presidente	212.460.718-94	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Renato Donzelli Membro do Conselho de Administração	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.	02.206.577/0001-80		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues Presidente do Conselho de Administração	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
LTD Administração e Participações S.A.	66.117.474/0001-26		
Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42		
Presidente do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo José Ferreira e Silva	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo José Ferreira e Silva	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42		
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Roberto Bellissimo Rodrigues
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

251.674.028-08

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

02.206.577/0001-80

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Maria Isabel Bonfim de Oliveira
Diretora de Administração e Controle

046.688.188-60

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Luizaseg Seguros S.A.
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta.

07.746.953/0001-42

Observação**Exercício Social 31/12/2018**Administrador do Emissor

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração

052.571.868-02

Controle

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Luiza Participações S.A.
Diretora Vice-Presidente e detentora de 50,00% do capital total da Luiza Participações S.A., nossa controladora indireta.

00.835.086/0001-72

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Carlos Renato Donzelli	122.456.288-70	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		
Membro Suplente do Conselho de Administração, nossa controlada direta.			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues	052.571.868-02	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LTD Administração e Participações S.A.	66.117.474/0001-26		
Vice-Presidente do Conselho de Administração, nossa controladora direta.			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo José Ferreira e Silva	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	02.206.577/0001-80		
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo José Ferreira e Silva	018.752.214-68	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luizaseg Seguros S.A.	07.746.953/0001-42		
Membro do Conselho de Administração, nossa controlada direta			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Em linha com a sua política de contratação de seguros, a Companhia contrata, anualmente, apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros da Companhia o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes da reparação de eventuais danos causados pelo segurado a terceiros ou à própria Companhia, bem como o pagamento parcial de multas e penalidades cíveis e administrativas impostas aos administradores da Companhia enquanto no exercício de suas funções profissionais.

As apólices (vigentes entre 30/06/2021 e 30/06/2022), estruturadas em duas camadas de cobertura, foram contratadas junto à Fairfax Seguros Corporativos S.A. (“Apólice de Primeiro Risco”) e à Liberty Seguros S.A. (“Apólice de Excesso”), com limite máximo de garantia global no valor de R\$ 90.000.000,00, sendo certo que a Apólice de Excesso somente poderá ser acionada após o esgotamento do limite máximo da Apólice de Primeiro Risco (no valor de R\$ 60.000.000,00, observados os sublimites aplicáveis a cada cobertura). O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R\$ 126.785,01. O D&O conta com (i) Cobertura A: por meio da qual as seguradoras se obrigam a pagar aos segurados as perdas indenizáveis resultantes de uma reclamação coberta, (ii) Cobertura B: por meio da qual as seguradoras se obrigam a reembolsar à Companhia as perdas indenizáveis incorridas com reclamações cobertas proposta contra os segurados e (iii) Cobertura C: por meio da qual as seguradoras se obrigam a pagar as perdas incorridas pela Companhia em decorrência de reclamação no âmbito do mercado de capitais decorrentes de atos da Companhia, no Brasil e no Exterior.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, (iii) realização de segunda convocação; e (iv) quórum de instalação:

Evento		Principais Matérias	Data	2ª Convocação	Quórum
Assembleia Ordinária Extraordinária	Geral e	AGO: i) apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, incluindo distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no Estatuto Social; (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (v) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018.	13/04/2018	Não	80%
		AGE: (i) ratificação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, reapresentadas em 30 de maio 2017; (ii) reconstituição de reserva de lucros de exercícios anteriores, em razão da reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (iii) alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para inclusão de novas regras de governança corporativa, bem como para adaptá-lo às regras do novo regulamento de listagem do segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado.			
Assembleia Ordinária	Geral	(i) apreciação do relatório de administração, das contas dos administradores, das demonstrações	12/04/2019	Não	83%

12.12 - Outras informações relevantes

Evento	Principais Matérias	Data	2ª Convocação	Quórum
	financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, incluindo distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia; e (v) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019.			
Assembleia Geral Extraordinária	(i) ratificação, nos termos do artigo 256, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, da aquisição, pela Companhia, das empresas de tecnologia Softbox Sistemas de Informação Ltda., Certa Administração Ltda. e Kelex Tecnologia Ltda. (" Operação "); (ii) ratificação da nomeação e contratação da American Appraisal Serviços de Avaliação Ltda. (" Duff & Phelps Brasil "), empresa especializada contratada pela administração da Companhia para elaboração de laudo de avaliação previsto no artigo 256, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, em razão da Operação (" Laudo de Avaliação "); (iii) aprovação do Laudo de Avaliação; e (iv) retificação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 13 de abril de 2018.	12/04/2019	Não	82%
Assembleia Geral Extraordinária	Apreciar e deliberar sobre proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adequação ao processo de	05/07/2019	Não	73%

12.12 - Outras informações relevantes

Evento		Principais Matérias	Data	2ª Convocação	Quórum
		certificação do Sistema B-Corporation, bem como para alterar a composição da Diretoria da Companhia.			
Assembleia Extraordinária	Geral	(i) proposta de desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 01 ação ordinária para 08 ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia; (ii) consequente alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para ajustar o valor do capital autorizado que será alterado em função do desdobramento de ações, caso aprovado; e (iii) autorizar à Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações mencionadas nos itens (i) e (ii) acima.	31/07/2019	Não	73%
Assembleia Extraordinária	Geral	(i) ratificação de aumento de capital; (ii) retificação da remuneração global dos administradores; e (iii) alteração e consolidação do Estatuto Social.	22/07/2020	Não	72,58%
Assembleia Ordinária	Geral	(i) apreciação do relatório de administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia; e (v) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020.	27/07/2020	Não	80,04%
Assembleia Extraordinária	Geral	Aprovação do desdobramento de ações, na proporção de 01 (uma)	07/10/2020	Não	70,45%

12.12 - Outras informações relevantes

Evento		Principais Matérias	Data	2ª Convocação	Quórum
Assembleia Ordinária Extraordinária	Geral e	ação ordinária para 04 (quatro) ações ordinárias.			
		AGE: i) alterar (a) o caput do artigo 18 do estatuto social da Companhia, para aumentar os números mínimo e máximo de membros do Conselho de Administração; (b) o artigo 22, alínea (r), e o artigo 27, do estatuto social da Companhia, para modificar a regra de aprovação das transações com partes relacionadas; e (c) os artigos 23 e 26 do estatuto social da Companhia, para modificar as denominações e competências das Diretorias da Companhia; e (ii) consolidar o estatuto social da Companhia de forma a refletir as alterações.			
		AGO: (i) apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluindo distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia; (iv) eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e definição do número de membros do referido órgão, com base nos limites previstos no estatuto social da Companhia; e (v) aprovação da remuneração global do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2021.	22/04/2021	Não	79% AGO 81% AGE

Governança Corporativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre

12.12 - Outras informações relevantes

acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

A Companhia empenha esforços contínuos no processo de aperfeiçoamento de suas práticas de governança corporativa. Em linha com as disposições do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, emitido em novembro de 2016 pelo Grupo de Trabalho Interagentes, e outras recomendações do IBGC, a Companhia adota práticas tais como:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- não vinculação de exercício de direito de voto de administradores ou membros dos órgãos de fiscalização e controle;
- não adoção de cláusulas péticas no Estatuto Social;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- processo anual de avaliação de desempenho do seu Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da secretaria de governança de forma colegiada;
- processo anual de avaliação do diretor presidente, pelo Conselho de Administração, visa permitir a revisão e análise das contribuições, a fim de que sejam alcançados os objetivos estratégicos estabelecidos pelo conselho de administração. São indicados como critérios de avaliação aspectos financeiros e não-financeiros, tais como foco em resultados, relações com clientes, foco em pessoas, foco no processo de inovação e gestão, relação com Governança Corporativa e Autodesenvolvimento. O processo de avaliação do diretor presidente é realizado pelo Conselho de Administração, com assessoramento do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional, dentro dos períodos recomendados pelas melhores práticas de Governança Corporativa. Para o exercício de 2019, tendo em vista os efeitos decorridos da Pandemia, o processo de avaliação do diretor presidente foi postergado e será concluído nos próximos meses.
- plano de integração de novos membros do Conselho de Administração;
- adoção de Política de Gestão de Riscos, Código de Ética e Conduta e Política de Divulgação de Ato ou fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários, Política de destinação de Resultados, Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e

12.12 - Outras informações relevantes

Diretoria Estatutária, Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra-Auditoria, Política para Transações com Partes Relacionadas;

- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos, impondo regras que visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Em setembro de 2017, o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários aprovou a nova versão do Regulamento do Novo Mercado, visando ampliar o rol de informações divulgadas pelas Companhias listadas, e aprimorar obrigações de divulgação e diretrizes de governança corporativa. A Companhia procedeu às adequações requeridas para adoção imediata, e está trabalhando na adequação de outras práticas requeridas cujo prazo estabelecido é a Assembleia Geral Ordinária de deliberação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

As nossas diretrizes de remuneração para os membros do Conselho de Administração, de nossos diretores estatutários e diretores não estatutários (em conjunto, “**Diretores**”) tem como objetivo garantir possibilidade de oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essas diretrizes visam a retribuição do desempenho de nossos Administradores e lhes recompensar pelas metas alcançadas. Estabelecemos a nossa remuneração com base em pesquisas realizadas no mercado. A Companhia vem trabalhando na formalização das práticas remuneratórias já consolidadas internamente.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração fixa e variável adotada, bem como as indicações de eventuais benefícios recebidos pelos nossos Administradores são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração.

Conselho da Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado, para atuar na definição, desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia. Os honorários são iguais para todos os membros, com exceção dos honorários do presidente e vice-presidente, que são diferenciados, bem como de um membro efetivo que não faz jus a remuneração por honorários fixos mensais.

Não obstante o acima, um dos nossos membros do Conselho de Administração faz jus à remuneração baseada em ações prevista no nosso plano de opção de compra.

Diretoria

A remuneração dos Diretores é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e remuneração variável, um prêmio pelo desempenho pessoal. Adicionalmente, a critério do nosso Conselho de Administração, poderá ser concedido a eles remuneração baseada em ações de nossa emissão. Além disso, nossos Diretores recebem benefícios conforme prática de mercado como, por exemplo, carro (somente Diretores estatutários), telefone, plano de saúde e vale refeição. Ademais, parte de nossos Diretores está sob regime celetista.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem o mínimo estabelecido pelo artigo 162, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações

Comitês

Os membros independentes e os externos do Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, do Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, do Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional e do Comitê de Estratégia e Inovação, que não são membros do nosso Conselho de Administração, recebem honorários fixos mensais seguindo o padrão de mercado.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento da remuneração total segue descrita abaixo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 – Valores Anuais

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	83,33%	9,92%	83,33%
Benefícios	Não há	0,32%	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	16,67%	7,25%	16,67%
Remuneração Variável	Não há	13,60%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	Não há	68,92%	Não há
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	81,66%	8,71%	82,55%
Benefícios	0,00%	0,21%	0,00%
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	16,33%	6,91%	17,45%
Remuneração Variável	Não há	34,31%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	2,00%	49,85%	Não há
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	81,34%	19,40%	82,87%
Benefícios	0,00%	0,46%	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há
Outros	16,27%	6,87%	17,13%
Remuneração Variável	Não há	55,57%	Não há
Remuneração Baseada em Ações	2,39%	17,70%	Não há
Total	100,00%	100,00%	100,00%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia específica de cálculo da remuneração. O reajuste da remuneração dos nossos Administradores se dá após a sua comparação com o mercado, quando fazemos pesquisas para avaliar a necessidade de eventual reajuste.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo para melhoria da nossa gestão e a retenção dos executivos, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável dos diretores estatutários é estabelecida anualmente e está atrelada a metas que são desdobradas das intenções estratégicas da Companhia. Estas metas consideram a avaliação comportamento e os resultados corporativos e individuais, que incluem projetos estratégicos, resultados operacionais e indicadores relacionados ao desempenho socioambiental.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável de remuneração está vinculada (i) às metas corporativas, (ii) às metas individuais e (iii) à avaliação comportamental.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração descrita acima procura incentivar os nossos Administradores a buscar maior rentabilidade aos nossos investimentos em projeto diversos.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Nos 12 (doze) meses imediatamente seguintes à alienação do controle da Companhia, caso qualquer dos Administradores seja destituído do seu cargo sem que tenha violado um de seus deveres ou atribuições, as opções detidas por tal administrador destituído, ainda que no curso do prazo de carência previsto no plano de opções, tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

Para definir a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional analisam pesquisas de mercado e, se for o caso, contratam empresas de consultoria especializadas no tema.

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional assessora o Conselho de Administração na avaliação e definição da remuneração dos administradores, emitindo seu parecer e fazendo as recomendações para a tomada de decisão do Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

O Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional analisam pesquisas de mercado e, se for o caso, contratam empresas de consultoria especializadas no tema, bem como avaliam as práticas de remuneração não só do segmento de varejo, mas também de outros setores que impactam nossos negócios.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração**

A avaliação é feita anualmente, e leva em consideração as práticas de remuneração do setor de varejo e de outros setores que impactam nossos negócios.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	6,00	3,00	16,67
Nº de membros remunerados	7,67	6,00	3,00	16,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.616.000,00	7.477.200,00	384.000,00	12.477.200,00
Benefícios direto e indireto	0,00	242.091,00	0,00	242.091,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	19.668.189,00	42.789.754,00	0,00	62.457.943,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021		
Total da remuneração	24.284.189,00	60.509.045,00	384.000,00	85.177.233,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	7,00	6,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.549.000,00	6.427.991,00	301.327,00	10.278.318,00
Benefícios direto e indireto	0,00	204.188,00	0,00	204.188,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	709.800,00	12.855.067,00	60.265,00	13.625.132,00

Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	R\$ 12.855.067 informado no campo "Outros", R\$ 9.989.557 corresponde ao INSS patronal e R\$ 2.685.510 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	8.807.348,00	0,00	8.807.348,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	44.646.835,00	0,00	44.646.835,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021	
Total da remuneração	4.258.800,00	64.783.297,00	361.592,00	77.561.820,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.822.000,00	6.470.754,00	300.536,00	10.593.290,00
Benefícios direto e indireto	0,00	157.224,00	0,00	157.224,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	764.400,00	5.130.016,00	63.529,00	5.957.945,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$ 5.130.016 informado no campo "Outros", R\$ 4.050.532 corresponde ao INSS patronal e R\$ 1.079,484 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	25.484.101,00	0,00	25.484.101,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	93.835,00	37.025.467,00	0,00	37.119.302,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021	
Nº total de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.822.000,00	6.470.754,00	300.536,00	10.593.290,00
Benefícios direto e indireto	0,00	157.224,00	0,00	157.224,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	764.400,00	5.130.016,00	63.529,00	5.957.945,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$ 5.130.016 informado no campo "Outros", R\$ 4.050.532 corresponde ao INSS patronal e R\$ 1.079,484 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	25.484.101,00	0,00	25.484.101,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	93.835,00	37.025.467,00	0,00	37.119.302,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021	
Total da remuneração	4.680.235,00	74.267.562,00	364.064,00	79.311.861,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.194.000,00	5.387.602,00	300.536,00	8.882.138,00
Benefícios direto e indireto	0,00	126.667,00	0,00	126.667,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	638.800,00	1.908.086,00	62.106,00	2.608.992,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	Do montante total de R\$ 1.908.086 informado no campo "Outros", R\$ 1.520.758 corresponde ao INSS patronal e R\$ 387.328 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.	O montante informado no campo "Outros" corresponde ao INSS patronal.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	15.430.220,00	0,00	15.430.220,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	93.835,00	4.913.353,00	0,00	5.007.188,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021	
Total da remuneração	3.926.635,00	27.765.928,00	362.642,00	32.055.205,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Prevista para 31/12/2021 (estimado)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	6,00	3,00	16,67
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 10.000.000,00	Não há	R\$ 10.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 10.000.000,00	Não há	R\$ 10.000.000,00

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 8.807.348,09	Não há	R\$ 8.807.348,09

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 8.807.348,09	Não há	R\$ 8.807.348,09
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$0,00	R\$ 8.807.348,09	R\$0,00	R\$ 8.807.348,09

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 30.580.921,43	Não há	R\$ 30.580.921,43
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 25.484.101,19	Não há	R\$ 25.484.101,19
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	Não há	R\$ 25.484.101,19	Não há	R\$ 25.484.101,19

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 18.516.264,00	Não há	R\$ 18.516.264,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 15.430.220,00	Não há	R\$ 15.430.220,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	R\$ 15.430.220,00	Não há	R\$ 15.430.220,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(a) termos e condições gerais

Plano 2011

O nosso plano de opção de ações ordinárias de nossa emissão ("**Plano 2011**") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2011 e extinto em 20 de abril de 2017. De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de nossa emissão ("**Opções**"), nos termos do Plano 2011, os administradores ou empregados da Companhia ou de suas controladas ("**Pessoas Elegíveis**").

O Plano 2011 é administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as disposições legais pertinentes, constituir um comitê ("**Comitê**"). O Conselho de Administração e o Comitê, conforme o caso e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2011, incluindo(a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano 2011, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano 2011; (b) o estabelecimento de metas relacionadas o desempenho das Pessoas Elegíveis, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; e (d) emissão de novas ações de nossa emissão dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações de nossa emissão em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano 2011. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2011, podendo tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob controle da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano 2011.

Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano 2011, fixando o preço de exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

A outorga de Opções, nos termos do Plano 2011, é realizada mediante a celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e os Beneficiários ("**Contrato de Opção**"), os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o Preço de Exercício e condições de pagamento.

Cada Opção dará direito ao Beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção.

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas. As Opções outorgadas, nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Plano 2017

O nosso plano de incentivo atrelado às ações de emissão da Companhia ("**Plano 2017**") foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017. De acordo com suas disposições, o Plano 2017 tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração ("**Programa**"), sendo elegíveis a participar do Plano 2017 e dos Programas os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades coligadas e controladas ("**Beneficiários**").

O Plano 2017 será administrado pelo nosso Conselho de Administração e na medida em que for permitido por lei e pelo nosso Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2017, incluindo (a) eleger, a seu exclusivo critério, os Beneficiários que farão jus aos incentivos concedidos pelos Programas que serão instituídos no âmbito do Plano 2017; (b) tomar as medidas necessárias para a administração do Plano 2017 e dos Programas, inclusive quanto à interpretação e aplicação de suas disposições; (c) decidir quanto às datas de concessão dos incentivos atrelados a ações no âmbito dos Programas; (d) determinar as consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos acerca dos incentivos afetando os respectivos Beneficiários nos casos de desligamento, falecimento, invalidez permanente, aposentadoria e/ou dissolução e/ou liquidação da Companhia; (e) decidir quanto aos direitos dos Beneficiários em razão de cada um dos Programas; (f) deliberar e decidir acerca dos termos e condições dos Programas e aprovar os Programas, bem como seus respectivos regulamentos e contratos de adesão; (g) aprovar a emissão de novas ações no limite do capital autorizado da Companhia ou autorizar a utilização de ações em tesouraria para cumprimento dos termos deste Plano 2017 e dos Programas; (h) aditar os regulamentos dos Programas e respectivos Contratos de Adesão (abaixo definido); e (i) alterar ou extinguir os Programas. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Plano 2017, podendo tratar de maneira diferenciada os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades coligadas e/ou controladas da Companhia que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia e analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano 2017.

A outorga dos incentivos a cada Beneficiário, nos termos do Plano 2017, é realizada mediante a celebração de contratos de adesão entre a Companhia e o respectivo Beneficiário, os quais deverão fixar todos os termos e condições de cada incentivo, conforme previsto no respectivo Programa ("**Contratos de Adesão**").

1º Programa de *Matching* de Ações

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de junho de 2017, o nosso 1º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – *Matching* de Ações ("**1º Programa de *Matching* de Ações**") instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos diretores elegíveis ao Programa ("**Beneficiários do 1º Programa de *Matching* de Ações**").

O 1º Programa de *Matching* de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

2º Programa de *Matching* de Ações

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2018, o nosso 2º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – *Matching* de Ações (“**2º Programa de *Matching* de Ações**”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos diretores elegíveis ao Programa (“**Beneficiários do 2º Programa de *Matching* de Ações**”).

O 2º Programa de *Matching* de Ações é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

1º Programa de *Performance Shares*

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 20 de abril de 2019, o 1º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – *Performance Shares* (“**1º Programa de *Performance Shares***”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos seus beneficiários (“**Beneficiários do 1º Programa de *Performance Shares***”).

O 1º Programa de *Performance Shares* é um mecanismo de incentivo de longo prazo para os Beneficiários do 1º Programa de *Performance Shares* administrado pelo Conselho de Administração da Companhia que visa (i) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos *administradores e empregados em geral*, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia; e (iii) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de suas metas empresariais e a consecução dos seus objetivos sociais, alinhado aos interesses de seus acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos Beneficiários do 1º Programa de *Performance Shares*.

4º Programa de Ações Restritas

Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 30 de julho de 2019, o nosso 4º Programa de Incentivo Atrelado a Ações – Ações Restritas (“**4º Programa de Ações Restritas**”) instituído no âmbito do Plano 2017, bem como a definição dos beneficiários elegíveis ao Programa (“**Beneficiários do 4º Programa de Ações Restritas**”).

O 4º Programa de Ações Restritas é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, a quem cabe tomar as decisões relativas ao Programa e sanar eventuais dúvidas dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas pelo Plano 2017.

(b) principais objetivos do plano

Plano 2011

Os objetivos principais do nosso Plano 2011 são os seguintes: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos nossos objetivos sociais; (b) alinhar os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano 2011; e (c) possibilita-nos e a outras sociedades sob o nosso controle atrair e manter vinculados aos Beneficiários.

Plano 2017

Os objetivos principais do nosso Plano 2017 são os seguintes: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis, nos termos do Plano 2017; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos Beneficiários.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Plano 2011

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento das Opções ainda estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano 2011.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

Plano 2017

Ao possibilitar que os Beneficiários se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor, bem como para exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos nossos planos de crescimento, assim maximizando nossos lucros, bem como gerando uma relação de longo prazo destes profissionais com a nossa Companhia. O oferecimento dos incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia estimula os Beneficiários, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscarem a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometerem o crescimento e a valorização futura das ações. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos nossos ganhos, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano 2017.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das nossas ações.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Plano 2011

O Plano 2011 insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as opções outorgadas nos termos do Plano 2011, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Plano 2017

O Plano 2017 insere-se em nossa política de remuneração, na medida em que tal política busca, além da retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

recompensa para os nossos executivos. Porém, os Programas não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Plano 2011

As outorgas realizadas com base no Plano 2011 trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

Plano 2017

Os incentivos realizados com base no Plano 2017 trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em lotes anuais e a existência de períodos de carência diferenciados fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

(f) número máximo de ações abrangidas

Plano 2011

As ações obtidas mediante o exercício das Opções outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano 2011, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

Plano 2017

As ações a serem concedidas no âmbito do Plano 2017 e dos Programas não poderão ultrapassar, durante todo o prazo de vigência do Plano 2017, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Plano 2011

Conforme o item (f) acima, o total de Opções outorgadas no âmbito do Plano 2011 não pode ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano 2011, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

Plano 2017

Conforme o item (f) acima, o total de ações a serem concedidas no âmbito do Plano 2017 e dos Programas não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano 2017, o limite máximo acumulado de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de ações do nosso capital social subscrito e integralizado.

(h) condições de aquisição de ações

Plano 2011

O Conselho de Administração tem competência para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano 2011, fixando o

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas atais Opções.

Plano 2017

O nosso Conselho de Administração tem competência para implementar os Programas em seu favor, estabelecendo todas as condições dos Programas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia aprovará a implementação dos Programas, elegendo os Beneficiários que farão jus aos incentivos concedidos pelos Programas, fixando o preço de exercício das opções de compra de ações de nossa emissão, as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício e impondo quaisquer outras condições relativas aos Programas.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano 2011

Conforme o Plano 2011, o preço de exercício das opções outorgadas será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, quando da outorga das Opções e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

Para o exercício de 2012, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado pelo preço da ação na abertura de capital (IPO), com o desconto de 15%, que é o mesmo desconto para aquisição das ações concedido aos funcionários. Para o exercício de 2013, o critério para fixação do preço de exercício da outorga foi apurado mediante cálculo da média da cotação das ações de nossa emissão dos últimos 6 (seis) meses imediatamente anteriores a data de outorga.

Nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 não houve outorga de opções de ações.

Plano 2017

Conforme o Plano 2017, o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano 2017 será fixado pelo Conselho de Administração, quando da implementação dos Programas e outorga das opções de compra de ações de nossa emissão e será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos por ele determinados.

1º Programa de *Matching* de Ações

Conforme o 1º Programa de *Matching* de Ações, os Beneficiários poderão adquirir ações ordinárias da Companhia listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo valor de R\$184,46, valor este correspondente à média ponderada das ações nos 30 pregões ocorridos no período entre 01/03/2017 e 11/04/2017.

Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários 1º Programa de *Matching* de Ações, a Companhia outorgará aos Beneficiários do 1º Programa de *Matching* de Ações o direito de receber, gratuitamente, 3 (três) ações ordinárias da Companhia. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 1º Programa de *Matching* de Ações não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

2º Programa de *Matching* de Ações

Conforme o 2º Programa de *Matching* de Ações, os Beneficiários poderão adquirir ações ordinárias da Companhia listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo valor de R\$ 71,73, valor este correspondente a 80% da média ponderada das ações nos 30 pregões ocorridos no período entre 14/02/2018 e 27/03/2018.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos Beneficiários 2º Programa de *Matching* de Ações, a Companhia outorgará aos Beneficiários do 2º Programa de *Matching* de Ações o direito de receber, gratuitamente, 3 (três) ações ordinárias da Companhia. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 2º Programa de *Matching* de Ações não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

1º Programa de *Performance Shares*

Conforme o 1º Programa de *Performance Shares*, os Beneficiários do 1º Programa de *Performance Shares* poderão receber ações ordinárias da Companhia nos respectivos períodos de carência.

O preço de exercício no âmbito do 1º Programa de *Performance Shares* não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

4º Programa de Ações Restritas

Conforme o 4º Programa de Ações Restritas, a Companhia outorgará aos Beneficiários nas datas dos períodos de carência uma determinada quantidade de ações, de forma gratuita. Neste sentido, o preço de exercício no âmbito do 4º Programa de Ações Restritas não é aplicável, tendo em vista que as ações ordinárias serão entregues aos participantes a título não oneroso.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Plano 2011

Conforme o Plano 2011, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, foi definido que as Opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que o Beneficiário permaneça ininterruptamente vinculado, como administrador ou colaborador da Companhia entre a data da outorga e as datas especificadas a seguir: (a) no caso de exercício do Programa 1 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas no ato da outorga e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) das Opções, a partir de 1º de março de 2012, poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; (b) para o Programa 2 da 1ª Outorga, 20% (vinte por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 1º de março de 2012 e, a partir desta data, adicionais 20% (vinte por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia; e (c) para todos os contratos da 2ª Outorga, 25% (vinte e cinco por cento) das Opções podem ser exercidas a partir de 29 de outubro de 2014 e, a partir desta data, adicionais 25% (vinte e cinco por cento) poderão ser exercidas a cada ano de vinculação do Beneficiário à Companhia. Tais Opções, quando exercidas, serão liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais da Companhia.

Plano 2017

O nosso Conselho de Administração tem competência para administrar o Plano 2017 e os Programas a serem instituídos e aprovar todas as decisões relativas ao Plano 2017 e aos Programas. O Conselho de Administração estabelecerá os termos e condições dos Programas a serem instituídos, incluindo os critérios para fixação do prazo de exercício das opções de compra de ações de nossa emissão a serem outorgadas.

(k) forma de liquidação

Plano 2011

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Nos termos da cláusula 6.2 do Plano 2011, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

Plano 2017

Nos termos da cláusula 5.5(g) do Plano 2017, poderemos, a critério do nosso Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria.

(l) restrições à transferência das ações

Plano 2011

Nos termos do nosso Plano 2011, caberá ao nosso Conselho de Administração ou Comitê impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para nós opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

Plano 2017

Nos termos do nosso Plano 2017, caberá ao nosso Conselho de Administração impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções outorgadas.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano 2011

O Plano 2011 foi extinto em 1º abril de 2017. O término de vigência do Plano 2011 não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas anteriormente com base no referido Plano.

Contudo, deve-se ressaltar que o Plano 2011 extinguir-se-á automaticamente, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano 2011 ou em Contrato de Opção, cessando-se todos os seus direitos e efeitos, nos seguintes casos: a) mediante o seu exercício integral; b) após o decurso do prazo de vigência da Opção; c) mediante o distrato do Contrato de Opção; d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou e) nas hipóteses previstas no item n), abaixo.

Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras negociações.

Porém, caso necessário, para dar fiel execução à eventual Opção firmada, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado no Estatuto Social, ou alienar ações mantidas em tesouraria.

Ainda, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Plano 2017

O Plano 2017 entrou em vigor na data de sua aprovação pela nossa Assembleia Geral e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da nossa Assembleia Geral. O término de vigência do Plano 2017 não afetará a eficácia dos incentivos ainda em vigor nos termos dos respectivos regulamentos de cada Programa.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Nos termos do nosso Plano 2017, o nosso Conselho de Administração terá total autonomia na administração e estruturação dos Programas, dispondo dos poderes necessários para alterá-los ou extingui-los.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano 2011

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano 2011 poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo, se o beneficiário (a)desligar-se de nossos quadros por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado de nossos quadros por nossa vontade, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, sendo que, se o desligamento ocorrer dentro do prazo de 12(doze) meses após uma mudança no nosso controle acionário, tais direitos tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 30 (trinta)dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se de nossos quadros por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e(e) desligar-se de nossos quadros por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis, antecipando-se o prazo de carência, e poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

Plano 2017

O nosso Conselho de Administração determinará as consequências e procedimentos relativos a perda de direitos acerca dos incentivos afetando os respectivos Beneficiários nos casos de desligamento, por qualquer motivo, falecimento, invalidez permanente, aposentadoria e dissolução ou liquidação da Companhia.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

	Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2021)			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	7,67	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	6,00	6,00
Preço médio ponderado de exercício:	4ª Outorga "Restritas"	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"	1ª Outorga "Performance"
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,02%	0,13%	0,07%	0,66%

	Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	7,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	0	6,00	6,00	6,00
Preço médio ponderado de exercício:	-	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"	1ª Outorga "Performance"
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

	Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,13%	0,07%	0,66%

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária			
Nº total de membros	7,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,00	5,00	5,00	5,00
Preço médio ponderado de exercício:	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"	1ª Outorga "Performance"
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 1,70	R\$ 1,36	-	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	R\$ 2,34	-	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,11%	0,24%	0,13%	0,07%	0,62%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

	Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	7,00	4,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,00	4,00	4,00
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "SOP"	1ª Outorga "Matching"	2ª Outorga "Matching"
Data de outorga	04/01/2012	04/01/2012	29/06/2017	05/04/2018
Quantidade de opções outorgadas	116.563	484.902	200.640	115.476
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	01/03/2012 01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016	20% 30/04/2019 20% 30/04/2020 30% 30/04/2021 30% 30/04/2022	20% 06/04/2020 20% 06/04/2021 30% 06/04/2022 30% 06/04/2023
Prazo máximo para exercício das opções	04/01/2020	04/01/2020	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 20,27	R\$ 20,27	-	-
(b) das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 21,09	R\$ 21,09	-	-
(d) das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	R\$ 6,44	R\$ 6,44	R\$ 31,06 (preço de fechamento)	R\$ 98,42 (preço de fechamento)
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,06%	0,25%	0,11%	0,06%

13.6 - Opções em Aberto

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	6,00
Nº de membros remunerados	1,00	6,00
Opções ainda não exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tomarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	29/10/2025	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,30	R\$ 0,30
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,19	R\$ 0,19
Opções exercíveis		
Quantidade	284.928	-
Prazo máximo para exercício das opções	29/10/2025	29/10/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 0,30	R\$ 0,30
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,19	R\$ 0,19
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	R\$ 53.958,24	R\$ 0,00

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	6,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,00
Opções exercidas		
Número de ações	280.000	4.772.352
Preço médio ponderado de exercício	10,56	9,57
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	10,14	9,15
Ações entregues		
Número de ações entregues	0	2.654.784
Preço médio ponderado de aquisição	0	0,00
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	12,61

31/12/2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	6,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Opções exercidas		
Número de ações	0	1.308,544
Preço médio ponderado de exercício	0,00	2,34
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	22,68
Ações entregues		
Número de ações entregues	0	565.568
Preço médio ponderado de aquisição	0	0,00
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	23,39

31/12/2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,00
Opções exercidas		
Número de ações	84.488	143.972
Preço médio ponderado de exercício	13,59	19,07
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	85,82	74,63
Ações entregues		
Número de ações entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0	0
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	0

13.8 - Precificação Das Ações/opções

(a) modelo de precificação

Plano 2011

Nos últimos três exercícios sociais, precificamos as opções com o modelo de precificação da Black & Scholes. Quando relevante, a expectativa de vida de nossas opções foi ajustada com base na melhor estimativa da nossa administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício e aspectos comportamentais.

Plano 2017

Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações de “*matching*” é o valor de fechamento da data de outorga.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano 2011

São utilizadas as seguintes premissas em nosso modelo de precificação da Black & Scholes:

<u>Premissa</u>	<u>1ª Outorga</u>	<u>2ª Outorga</u>
Expectativa de vida média das opções ⁽¹⁾	5,5 anos	5,5 anos
Volatilidade média atualizada	43,5%	37,98%
Taxa de juros livre de risco	10%	5,92%
Valor justo das opções concedidas	R\$ 6,44	R\$ 6,06
Preço do exercício	R\$13,60	R\$9,45
Prazo de vida das opções	08 anos	12 anos

⁽¹⁾ Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o *turnover* médio dos beneficiários do plano.

Plano 2017

1º Programa de *Matching* de Ações

Foram outorgadas em 28 de junho de 2017, 17.646.336 ações (após desdobramentos em 2017, 2019 e 2020) em forma de *matching* aos beneficiários do programa, sendo que 20% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 30 de abril de 2019; 20% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2020; 30% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2021 e 30% serão transferidas após 30 de abril de 2022.

2º Programa de *Matching* de Ações

Foram outorgadas em 28 de março de 2018, 9.353.376 ações (após desdobramento em 2019 e 2020) em forma de *matching* aos beneficiários do programa, sendo que 20% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 05 de abril de 2020; 20% das ações serão transferidas após 05 de abril de 2021; 30% das ações serão transferidas após 05 de abril de 2022 e 30% serão transferidas após 05 de abril de 2023.

1º Programa de *Performance Shares*

Serão utilizadas até 43.020.608 ações (após desdobramento em 2019 e 2020) para atender o 1º Programa de *Performance Shares*, que representam 0,71% do capital social da Companhia.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

As metas serão apuradas anualmente, conforme a seguir (“**Período de Apuração**”), sendo que cada Período de Apuração corresponderá a 20% do total da premiação definida para cada Beneficiário do 1º Programa de *Performance Shares*: (i) Período 1: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019; (ii) Período 2: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2020; (iii) Período 3: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2021; (iv) Período 4: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2022; e (v) Período 5: 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2023.

Para cada Período de Apuração, o lote de ações correspondente a cada Beneficiário será definido pelo percentual de alcance das metas, respeitando os limites mínimos e máximos estabelecidos na tabela abaixo:

Média Ponderada da Meta	% da Premiação Alvo
Até 80%	Zero
Entre 80,1 e 100%	Proporcional ao alcance da Média Ponderada da Meta (ex: 90% da meta = 90% da Premiação Alvo)
Acima de 100%	Limitado a 100% da Premiação Alvo

4º Programa de Ações Restritas

Foram outorgadas em 30 de julho de 2019, 5.657.728 ações (após desdobramentos em 2017, 2019 e 2020) aos beneficiários do programa, sendo que 30% das ações outorgadas serão transferidas aos beneficiários após 30 de abril de 2022; 30% das ações serão transferidas após 30 de abril de 2023 e 40% serão transferidas após 30 de abril de 2024.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização de nossos órgãos societários competente, e este é responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Plano 2011

Por ser uma entidade recém listada à época de Outorga dos Programas, a volatilidade histórica também não expressa suficiente informação sobre a volatilidade das ações, tendo em vista, inclusive, os prazos contratuais de exercício das opções. Dessa forma, a Companhia utilizou como estimativa a média do histórico anual das empresas do mesmo setor da Companhia.

Plano 2017

Não aplicável.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, todas as características já estão descritas neste item 13.8.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Companhia		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	715.884	0,01%
Diretoria Estatutária	11.738.108	0,18%
Conselho Fiscal	512	0,00%

Luiza Participações S.A.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	64.840.816	50,00%
Diretoria Estatutária	-	-
Conselho Fiscal	-	-

Wagner Garcia Participações S/A		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	29.778.635	33,33%
Conselho Fiscal	-	-

Magalu Pagamentos Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	1,00%
Conselho Fiscal	-	-

Donatelo Desenvolvimento De Software E Marketing Digital Ltda. – ME		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	0,01%
Conselho Fiscal	-	-

Magalu Log Serviços Logísticos Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	-	-
Diretoria Estatutária	1	0,01%
Conselho Fiscal	-	-

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	6,00	5,00	4,00	7,00	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,00	4,00	7,00	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	30.347.473,58	36.263.283,21	18.455.919,96	1.738.800,00	1.886.400,00	1.584.000,00	120.530,67	121.355,00	120.880,67
Valor da menor remuneração(Reais)	6.775.480,05	3.633.155,67	2.905.153,76	352.800,00	374.400,00	316.800,00	120.530,67	121.355,00	120.880,67
Valor médio da remuneração(Reais)	12.156.904,83	14.853.512,40	6.941.482,00	608.400,00	668.605,00	560.947,86	120.530,67	121.355,00	120.880,67

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

Conselho de Administração	
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores**13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Órgão	2020	2019	2018
Conselho de Administração	40,83%	42,31%	42,73%
Diretoria Estatutária	11,26%	13,45%	12,47%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Exercício social 2020 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 1.550.222,12	R\$ 0,00	R\$ 1.239.940,37	R\$ 2.790.162,49
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 1.150.744,12	R\$ 0,00	R\$ 1.602.067,74	R\$ 2.752.811,86

Exercício social 2019 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 367.345,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 367.345,93
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 2.029.029,42	R\$ 0,00	R\$ 942.975,05	R\$ 2.972.004,53

Exercício social 2018 - Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 5.349.853,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.349.853,27
Controladas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sociedades sob controle comum	R\$ 1.932.409,03	R\$ 0,00	R\$ 898.071,47	R\$ 2.830.480,51

Não houve pagamento de remuneração para administradores e membros do conselho fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas em função do exercício do cargo na Companhia nos três últimos exercícios sociais.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Comitês

Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*: 02 (dois) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro independente recebe remuneração mensal.

Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor: os membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro independente recebe remuneração mensal.

Comitê de Pessoas e Cultura Organizacional: 03 (três) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i). Um membro externo recebe remuneração mensal.

Comitê de Estratégia e Inovação: 03 (três) membros do comitê não recebem qualquer tipo de remuneração, por já serem membros do Conselho de Administração, conforme informado no item 13.1(b)(i).

Desdobramento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de outubro de 2020, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2020. Dessa forma, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 6.498.926.848 (seis bilhões, quatrocentos e noventa e oito milhões, novecentos e vinte e seis mil, oitocentos e quarenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em razão disso, o número de opções outorgadas e ainda não exercidas, para todos os planos, será desdobrado na mesma proporção, com reflexos no preço de exercício.

Encargos sociais da remuneração dos Administradores

Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, os valores de remuneração em relação ao previsto para o exercício 2021 estão líquidos de encargos sociais. O quadro abaixo apresenta a previsão dos encargos para o Conselho de Administração, para a Diretoria Estatutária e para o Conselho Fiscal.

Encargos Sociais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
INSS	R\$ 923.200,00	R\$ 3.668.489,88	R\$ 76.800,00
FGTS	-	R\$ 1.028.444,74	-
Total	R\$ 923.200,00	R\$ 4.696.934,62	R\$ 76.800,00

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Segue abaixo tabela com o número de empregados da Companhia, sem considerar suas controladas, em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, bem como em 31 de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2018		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Loja	519
Alagoas	Depósito	28
Bahia	Loja	1453
Bahia	Depósito	222
Ceará	Loja	920
Ceará	Depósito	99
Goiás	Loja	627
Goiás	Depósito	85
Maranhão	Loja	611
Minas Gerais	Loja	2656
Minas Gerais	Depósito	296
Mato Grosso do Sul	Loja	504
Mato Grosso do Sul	Depósito	5
Paraíba	Loja	647
Paraíba	Administrativo	104
Paraíba	Depósito	378
Pernambuco	Loja	1064
Pernambuco	Depósito	0
Piauí	Loja	154
Piauí	Depósito	113
Paraná	Loja	1739
Paraná	Depósito	190
Rio Grande do Norte	Loja	465
Rio Grande do Sul	Loja	1624
Rio Grande do Sul	Depósito	186
Santa Catarina	Loja	1127
Santa Catarina	Depósito	114
Sergipe	Loja	261
São Paulo	Loja	7139

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2018		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
São Paulo	Depósito	1679
São Paulo	Administrativo	2567
Total		27.576

Em 31 de dezembro de 2019		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Loja	552
Alagoas	Depósito	33
Bahia	Loja	1547
Bahia	Depósito	246
Ceará	Loja	957
Ceará	Depósito	118
Goiás	Loja	778
Goiás	Depósito	132
Maranhão	Loja	686
Minas Gerais	Loja	2928
Minas Gerais	Depósito	307
Mato Grosso	Depósito	78
Mato Grosso	Loja	458
Mato Grosso do Sul	Loja	509
Mato Grosso do Sul	Depósito	6
Pará	Loja	1335
Pará	Depósito	243
Paraíba	Loja	744
Paraíba	Administrativo	117
Paraíba	Depósito	445
Pernambuco	Loja	1286
Piauí	Loja	172
Piauí	Depósito	117
Paraná	Loja	1843
Paraná	Depósito	239
Rio de Janeiro	Depósito	14
Rio Grande do Norte	Loja	526

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2019		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Rio Grande do Sul	Loja	2100
Rio Grande do Sul	Depósito	234
Santa Catarina	Loja	1287
Santa Catarina	Depósito	112
Sergipe	Loja	314
São Paulo	Loja	7991
São Paulo	Depósito	1514
São Paulo	Administrativo	3137
Total		33.105

Em 31 de dezembro de 2020		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Loja	539
Alagoas	Depósito	33
Bahia	Loja	1659
Bahia	Depósito	90
Ceará	Loja	1068
Ceará	Depósito	141
Distrito Federal	Loja	326
Distrito Federal	Depósito	22
Espírito Santo	Loja	5
Goiás	Loja	786
Goiás	Depósito	206
Maranhão	Loja	691
Mato Grosso	Loja	427
Mato Grosso	Depósito	80
Mato Grosso do Sul	Loja	574
Mato Grosso do Sul	Depósito	6
Minas Gerais	Loja	3026
Minas Gerais	Depósito	588
Pará	Loja	1327
Pará	Depósito	228
Paraíba	Loja	795
Paraíba	Administrativo	123

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2020		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Paraíba	Depósito	676
Pernambuco	Loja	1390
Piauí	Loja	224
Piauí	Depósito	353
Paraná	Loja	1934
Paraná	Depósito	272
Rio de Janeiro	Loja	79
Rio de Janeiro	Depósito	282
Rio Grande do Norte	Loja	607
Rio Grande do Sul	Loja	2178
Rio Grande do Sul	Depósito	286
Santa Catarina	Loja	1314
Santa Catarina	Depósito	155
Sergipe	Loja	314
São Paulo	Loja	8321
São Paulo	Depósito	2325
São Paulo	Administrativo	5077
Total		38.527

Em 31 de março de 2021		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Loja	565
Alagoas	Depósito	33
Bahia	Loja	1669
Bahia	Depósito	72
Ceará	Loja	1115
Ceará	Depósito	142
Distrito Federal	Loja	325
Distrito Federal	Depósito	28
Espírito Santo	Loja	6
Goiás	Loja	808
Goiás	Depósito	195
Maranhão	Loja	704
Mato Grosso	Loja	429

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Em 31 de março de 2021		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Mato Grosso	Depósito	85
Mato Grosso do Sul	Loja	577
Mato Grosso do Sul	Depósito	6
Minas Gerais	Loja	2965
Minas Gerais	Depósito	624
Pará	Loja	1293
Pará	Depósito	231
Paraíba	Loja	814
Paraíba	Administrativo	119
Paraíba	Depósito	701
Pernambuco	Loja	1385
Piauí	Loja	221
Piauí	Depósito	399
Paraná	Loja	1905
Paraná	Depósito	272
Rio de Janeiro	Loja	255
Rio de Janeiro	Depósito	281
Rio Grande do Norte	Loja	620
Rio Grande do Sul	Loja	2142
Rio Grande do Sul	Depósito	295
Santa Catarina	Loja	1312
Santa Catarina	Depósito	157
Sergipe	Loja	316
São Paulo	Loja	8212
São Paulo	Depósito	2412
São Paulo	Administrativo	5041
Total		38.731

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Segue abaixo tabela com o número de terceirizados, referentes aos contratos de empresas especializadas, baseados em níveis de serviço de limpeza e segurança, em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, bem como em 31 de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2018		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Segurança	5
Bahia	Segurança	26
Ceará	Segurança	5
Goiás	Segurança	22
Maranhão	Segurança	4
Mato Grosso do Sul	Segurança	0
Minas Gerais	Segurança	72
Paraíba	Segurança	20
Paraná	Segurança	23
Pernambuco	Segurança	0
R. Grande do Norte	Segurança	0
Rio Grande do Sul	Segurança	29
Santa Catarina	Segurança	25
São Paulo	Segurança	279
Sergipe	Segurança	1
Alagoas	Limpeza	1
Bahia	Limpeza	1
Ceará	Limpeza	1
Goiás	Limpeza	27
Minas Gerais	Limpeza	105
Mato Grosso do Sul	Limpeza	2
Paraíba	Limpeza	3
Paraná	Limpeza	91
Rio Grande do Sul	Limpeza	66
Santa Catarina	Limpeza	62
São Paulo	Limpeza	253
Total		1.124

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2019		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Segurança	5
Bahia	Segurança	6
Ceará	Segurança	20
Goiás	Segurança	40
Maranhão	Segurança	4
Mato Grosso do Sul	Segurança	0
Minas Gerais	Segurança	84
Pará	Segurança	66
Paraíba	Segurança	22
Paraná	Segurança	29
Pernambuco	Segurança	0
Piauí	Segurança	16
R. Grande do Norte	Segurança	0
Rio Grande do Sul	Segurança	50
Santa Catarina	Segurança	12
São Paulo	Segurança	294
Sergipe	Segurança	0
Alagoas	Limpeza	0
Bahia	Limpeza	0
Ceará	Limpeza	0
Goiás	Limpeza	20
Minas Gerais	Limpeza	104
Mato Grosso do Sul	Limpeza	0
Paraíba	Limpeza	0
Paraná	Limpeza	93
Rio Grande do Sul	Limpeza	67
Santa Catarina	Limpeza	62
São Paulo	Limpeza	240
Total		1.237

Em 31 de dezembro de 2020		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Segurança	6
Bahia	Segurança	23

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2020		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Ceará	Segurança	12
Distrito Federal	Segurança	24
Goiás	Segurança	56
Maranhão	Segurança	30
Mato Grosso	Segurança	20
Minas Gerais	Segurança	92
Pará	Segurança	108
Paraíba	Segurança	54
Paraná	Segurança	23
Rio de Janeiro	Segurança	28
Rio Grande do Sul	Segurança	54
Santa Catarina	Segurança	28
São Paulo	Segurança	368
Sergipe	Segurança	4
Goiás	Limpeza	23
Minas Gerais	Limpeza	101
Paraná	Limpeza	93
Rio Grande do Sul	Limpeza	66
Santa Catarina	Limpeza	62
São Paulo	Limpeza	240
Total		1531

Em 31 de março de 2021		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Alagoas	Segurança	6
Bahia	Segurança	31
Ceará	Segurança	12
Distrito Federal	Segurança	24
Goiás	Segurança	72
Maranhão	Segurança	30
Mato Grosso	Segurança	24
Mato Grosso do Sul	Segurança	2
Minas Gerais	Segurança	93
Pará	Segurança	108

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Em 31 de março de 2021		
Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Empregados
Paraíba	Segurança	62
Piauí	Segurança	16
Paraná	Segurança	43
Rio de Janeiro	Segurança	24
Rio Grande do Sul	Segurança	72
Santa Catarina	Segurança	28
São Paulo	Segurança	349
Sergipe	Segurança	4
Goiás	Limpeza	23
Minas Gerais	Limpeza	99
Paraná	Limpeza	93
Rio Grande do Sul	Limpeza	63
Santa Catarina	Limpeza	60
São Paulo	Limpeza	237
Total		1575

(c) Índice de rotatividade

Para o cálculo do índice de rotatividade (turnover) anual, consideramos a média entre (i) os colaboradores admitidos no ano e (ii) os colaboradores demitidos no ano, divididos em relação ao quadro médio total de colaboradores do ano.

Consideramos no cálculo somente os colaboradores demitidos por iniciativa da empresa e, para o número de quadro total, são considerados os colaboradores em atividade normal e férias.

Índice de rotatividade			
31/03/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
8%	26%	31%	30%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(a) política de salários e remuneração variável

Temos por prática e política de remuneração, salários e remuneração variável alinhados às melhores práticas do mercado de varejo. Para assegurar isso, anualmente participamos de pesquisas comparativa com as maiores empresas de varejo do país, conduzidas por consultorias independentes.

Os salários dos nossos empregados são corrigidos anualmente nos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas em cada região onde possuímos colaboradores. Além disso, concedemos reajustes salariais aos colaboradores de acordo com seu desempenho, potencial e comprometimento e levando em consideração os resultados do painel de metas e avaliação comportamental.

Com relação à remuneração de curto prazo (ICP – Incentivo de Curto Prazo) possuímos um Modelo de Gestão com metas cruzadas e alinhadas entre as diversas áreas de negócio que são oriundas das metas estratégicas da empresa. Cada colaborador possui um Painel de Metas, individual ou espelho do líder, no qual cada bloco é composto por metas e pesos específicos. Todos os painéis estão distribuídos em Metas Corporativas, Metas Estratégicas/de Área e Avaliação Comportamental e dão origem à uma nota individual, que dá origem à uma distribuição anual, com regras claras e meritocráticas. O Modelo de Gestão é revisitado anualmente e tem por objetivo alinhar todos os colaboradores aos desafios, objetivos estratégicos e aos valores da empresa.

(b) política de benefícios

Nossos colaboradores são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo e de acordo com as convenções coletivas ou por liberalidade da empresa. Oferecemos a nossos empregados os seguintes benefícios: (i) seguro de vida; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) vale alimentação/refeição; (v) previdência privada; (vi) empréstimo consignado; (vii) vale transporte; (viii) cooperativa de crédito; (ix) auxílio creche; (x) licença maternidade de 180 dias e (xi) licença paternidade de 20 dias.

Os benefícios são oferecidos de acordo com a localidade e o nível hierárquico de nossos colaboradores, sendo que nem todos fazem jus a todos os benefícios.

Além dos programas de formação e do ensino à distância temos ainda o benefício da bolsa de estudos oferecida para colaboradores com mais de um ano de empresa. Qualificam-se para fins da bolsa de estudo, cursos nos níveis de graduação, técnicos, idiomas e pré-vestibular independente da área de atuação do colaborador, dessa forma oferecemos oportunidade aos nossos colaboradores, investimos na concretização de um futuro melhor para todos

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores (grupos de beneficiários, condições para o exercício, preços de exercício, prazos de exercício, quantidade de ações comprometidas pelo plano)

São elegíveis ao Plano 2017, os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas. Os termos e condições do Plano 2017 serão estipulados pelo Conselho de Administração por meio de programas a serem implementados. As características do Plano 2017 encontram-se descritas no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A maioria de nossos colaboradores é representada pelos sindicatos dos empregados do comércio nos municípios em que atuamos, os demais são representados pelo sindicato dos condutores de veículos rodoviários e sindicato dos movimentadores de mercadorias. Acreditamos possuir boas relações com nossos colaboradores e com os sindicatos que os representam, não havendo histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho nos últimos três exercícios sociais.

Segue lista refletindo os principais sindicatos com os quais a Companhia se relaciona:

Sindicato	Base Territorial	Data Base	Categoria
Sind. Com. Sao Paulo	Sao Paulo	Setembro	Comércio
Sind. Emp. Com. Caxias do Sul	Caxias do Sul	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. Caxias do Sul	Flores da Cunha	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao	Curitiba	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao	Sao Jose dos Pinhais	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao	Fazenda Rio Grande	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao	Colombo	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao	Araucária	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao	Campina Grande do Sul	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao	Rio Branco do Sul	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao	Mandirituba	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao	Almirante Tamandaré	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao	Campo Largo	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao	Pinhais	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. Curitiba e Regiao	Piraquara	Maio	Comércio
Sind. Emp. Com. de Fortaleza	Fortaleza	Janeiro	Comércio
Sind. Emp. Com. de Salvador	Salvador	Março	Comércio
Sind. Emp. Com. Franca	Franca	Setembro	Comércio
Sind. Emp. Com. Franca	Pedregulho	Setembro	Comércio
Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital	João Pessoa	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital	Cabedelo	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital	Santa Rita	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital	Bayeux	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. João Pessoa - Capital	Sao Paulo	Julho	Comércio
Sind. Emp. Com. Jundiaí e Região	Louveira	Setembro	Comércio
Sind. Emp. Com. Jundiaí e Região	Jundiaí	Setembro	Comércio
Sind. Trab. Com. Var. Araxá e Tapira	Araxá	Janeiro	Comércio
Sind. Trab. Mov. de Merc. e Logística de Jundiaí e Região	Louveira	Fevereiro	Movimentadores

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há quaisquer outras informações julgadas relevantes para os fins deste item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Fabrício Bittar Garcia						
212.460.718-94	Brasileira-SP	Não	Sim	07/10/2020		
Não						
6.090.341	0,094%	0	0,000%	6.090.341	0,094%	
Ismael Borges Trajano						
042.416.678-05	Brasileiro-SP	Não	Sim	07/10/2020		
Não						
21.258.032	0,327%	0	0,000%	21.258.032	0,327%	
Flávia Bittar Garcia Faleiros						
219.580.708-31	Brasileira-SP	Não	Sim	07/10/2020		
Não						
4.158.784	0,064%	0	0,000%	4.158.784	0,064%	
Wagner Garcia Participações S.A.						
01.878.512/0001-18	Brasileira-SP	Não	Sim	07/10/2020		
Não						
208.224.180	3,204%	0	0,000%	208.224.180	3,204%	
Administradores (Conselho de Administração e Diretoria)						
	Brasileira-SP	Não	Não	14/04/2021		
Não						
12.782.957	0,197%	0	0,000%	12.782.957	0,197%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues					
052.571.868-02	Brasileira-SP	Não	Sim	07/10/2020	
Não					
59.788.496	0,920%	0	0,000%	59.788.496	0,920%
Franco Bittar Garcia					
219.466.798-95	Brasileiro-SP	Não	Sim	07/10/2020	
Não					
3.466.608	0,053%	0	0,000%	3.466.608	0,053%
LTD Administração e Participações S.A.					
66.117.474/0001-26	Brasileira-SP	Não	Sim	07/10/2020	
Não					
3.468.947.168	53,377%	0	0,000%	3.468.947.168	53,377%
Fernando Henrique Borges Trajano					
077.884.598-28	Brasileiro-SP	Não	Sim	07/10/2020	
Não					
21.854.560	0,336%	0	0,000%	21.854.560	0,336%
Conselho Fiscal					
	Brasileira-SP	Não	Não	19/04/2021	
Não					
9.612	0,001%	0	0,000%	9.612	0,001%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OUTROS					
2.642.228.798	40,656%	0	0,000%	2.642.228.798	40,656%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 29/04/2021					
50.117.312	0,771%	0	0,000%	50.117.312	0,771%
TOTAL					
6.498.926.848	100,000%	0	0,000%	6.498.926.848	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LTD Administração e Participações S.A.				66.117.474/0001-26		
Luiza Participações S.A.						
00.835.086/0001-72	Brasileira-SP	Sim	Sim	26/01/2011		
Não						
38.649.261	60,616	0	0,000	38.649.261	60,616	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
63.760.815	100,000	0	0,000	63.760.815	100,000	
Wagner Garcia Participações S.A.						
01.878.512/0001-18	Brasileira-SP	Sim	Sim	26/01/2011		
Não						
25.111.554	39,384	0	0,000	25.111.554	39,384	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Wagner Garcia Participações S.A.				01.878.512/0001-18	
Fabrício Bittar Garcia					
212.460.718-94	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
Não					
34.454.865	33,333	0	0,000	34.454.865	33,333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Flávia Bittar Garcia Faleiros					
219.580.708-31	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
Não					
34.454.865	33,333	0	0,000	34.454.865	33,333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Franco Bittar Garcia					
219.466.798-95	Brasileiro-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
Não					
34.454.865	33,333	0	0,000	34.454.865	33,333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Wagner Garcia Participações S.A.				01.878.512/0001-18	
TOTAL					
103.364.595	100,000	0	0,000	103.364.595	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Composição capital social					
Luiza Participações S.A.					
00.835.086/0001-72					
Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues					
052.571.868-02	Brasileira-SP	Sim	Sim	26/01/2011	
Não					
66.730.124	52,632	0	0,000	66.730.124	50,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Onofre de Paula Trajano					
026.538.268-87	Brasileira-SP	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
1.889.329	1,490	0	0,000	1.889.329	1,416
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Onofre P. Trajano Participações Ltda.					
28.446.667/0001-31	Brasileiro-SP	Não	Sim	28/04/2017	
Não					
58.167.783	45,878	6.673.012	100,000	64.840.795	48,584
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Luiza Participações S.A.				00.835.086/0001-72	
TOTAL					
126.787.236	100,000	6.673.012	100,000	133.460.248	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Wagner Garcia Participações S.A.			01.878.512/0001-18		
Fabrício Bittar Garcia					
212.460.718-94	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
Não					
34.454.865	33,333	0	0,000	34.454.865	33,333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Flávia Bittar Garcia Faleiros					
219.580.708-31	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
Não					
34.454.865	33,333	0	0,000	34.454.865	33,333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Franco Bittar Garcia					
219.466.798-95	Brasileiro-SP	Sim	Sim	30/04/2014	
Não					
34.454.865	33,333	0	0,000	34.454.865	33,333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Wagner Garcia Participações S.A.				01.878.512/0001-18	
TOTAL					
103.364.595	100,000	0	0,000	103.364.595	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Onofre P. Trajano Participações Ltda.			28.446.667/0001-31		
Fernando Henrique Borges Trajano					
077.884.598-28	Brasileiro-SP	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
55.405.427	33,334	0	0,000	55.405.427	33,334
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Franco Bittar Garcia					
219.466.798-95	Brasileiro-SP	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
55.405.426	33,333	0	0,000	55.405.426	33,333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Gisele Trajano					
159.841.838-62	Brasileira-SP	Sim	Sim	28/04/2017	
Não					
55.405.426	33,333	0	0,000	55.405.426	33,333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Onofre P. Trajano Participações Ltda.				28.446.667/0001-31	
TOTAL					

166.216.279	100,000	0	0,000	166.216.279	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	22/04/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	545.422
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2.263
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	863

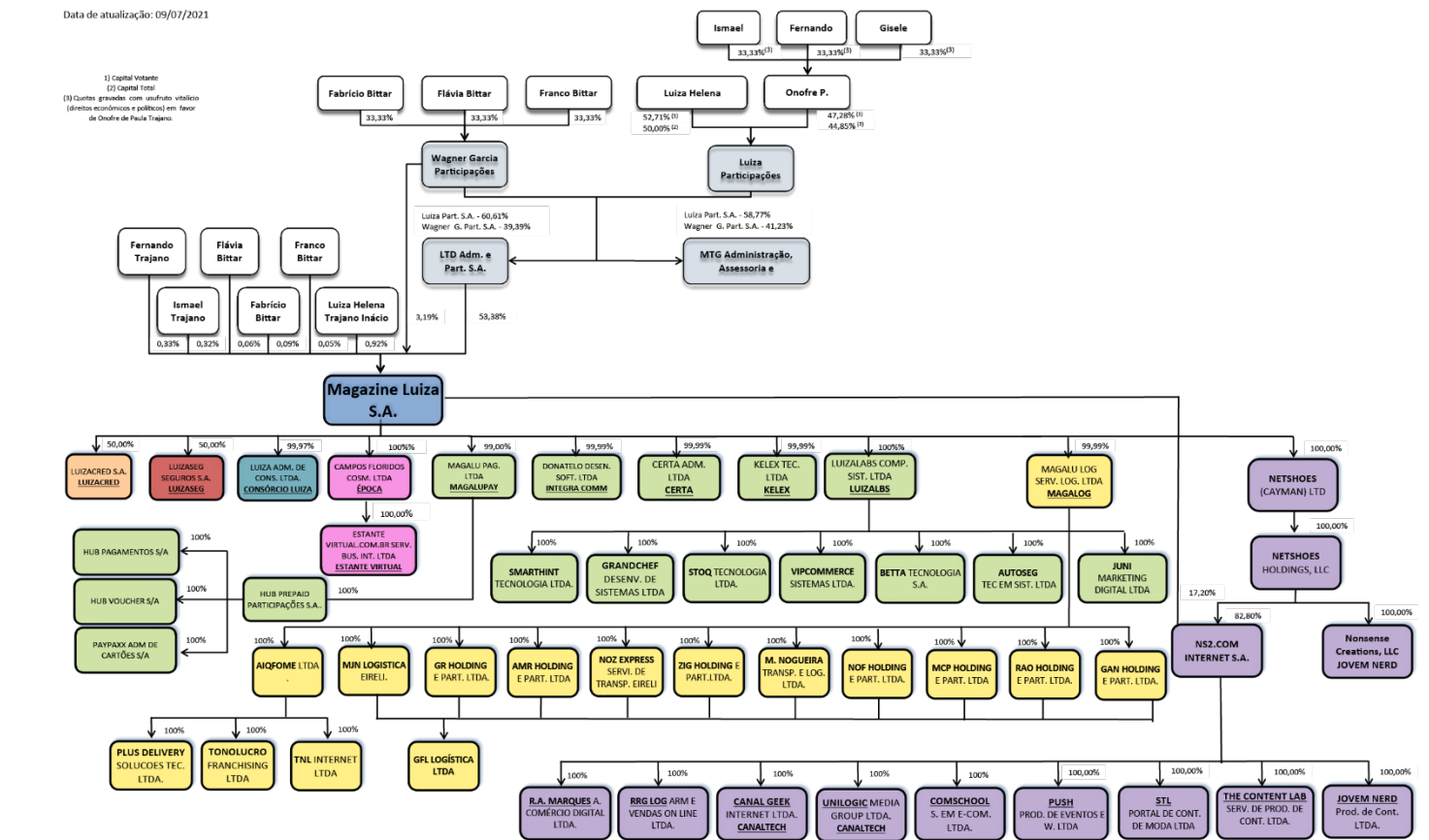
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	2.642.288.798	40,656%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	2.642.288.798	40,656%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(a) partes

Wagner Garcia Participações S.A., Luiza Participações S.A., Pelegrino José Donato, Luiza Trajano Donato, Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, Onofre de Paula Trajano, Fabrício Bittar Garcia, Flávia Bittar Garcia Faleiros e Franco Bittar Garcia.

(b) data de celebração

O acordo de acionistas foi celebrado pelas partes em 01 de abril de 2011.

(c) prazo de vigência

O acordo de acionistas vigorará pelo prazo de vinte anos, facultada a prorrogação por decisão unânime dos signatários.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Todas as disposições sobre direito de voto no acordo de acionistas indicam que as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos membros do conselho de administração da Companhia ou da assembleia geral da LTD Participações S.A.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

O acordo de acionistas contém disposição sobre a profissionalização da administração das empresas pertencentes ao Grupo Luiza (incluindo-se a Companhia), nos seguintes termos:

- (i) os administradores serão obrigatoriamente eleitos pela controladora LTD Participações S.A.;
- (ii) a escolha dos administradores recairá, como regra geral, em profissionais não pertencentes e nem ligados às famílias integrantes do Grupo Luiza;
- (iii) como exceção, poderão ser admitidos como administradores os profissionais das famílias integrantes do Grupo Luiza, herdeiros dos acionistas controladores, desde que: (a) apresentem folhas de serviços prestados a empresas integrantes do Grupo Luiza ou outras empresas; e (b) a decisão favorável à contratação seja tomada pela maioria dos membros do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral da LTD Participações S.A.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

O acordo de acionistas prevê regras para a venda de ações das empresas pertencentes ao Grupo Luiza (incluindo-se a Companhia), nos seguintes termos:

- (i) como regra geral, serão realizadas entre os próprios signatários, seus herdeiros e empresas por eles controladas, observado que: (a) serão realizadas proporcionalmente às respectivas participações no capital social; e (b) serão antecedidas de notificação escrita feita pelo acionista que deseja vender suas ações para que os demais acionistas se manifestem no prazo de 90 dias sobre eventual interesse na aquisição das ações;

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(ii) excepcionalmente será admitida a venda de ações a terceiros após esgotadas, comprovadamente, as negociações entre os próprios signatários e desde que aprovado pela maioria dos signatários; e

(iii) comprovada a impossibilidade de negociação das ações entre os signatários, por respostas às notificações regularmente feitas ou pelo silêncio diante de tais notificações, o acionista que deseja alienar suas ações notificará os demais signatários de que colocará suas ações à venda, cientificando-os quanto às condições da negociação, tais como quantidade a ser negociada, preços, condições de pagamento e outras inerentes ao negócio, que somente será concretizado com a aprovação pela maioria dos Acionistas.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Não há cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle da Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Item não aplicável, considerando que não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Aquisição Prepaid Participações S.A. e suas subsidiárias (“ Hub Fintech ” ou “ Hub ”)
b. principais condições do negócio	Em 20 de dezembro de 2020, a Magalu Pagamentos, subsidiária da Companhia, celebrou contratos para aquisição de 100% da Hub pelo valor de R\$ 290 milhões. Em 05 de julho de 2021, a Companhia obteve as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e do Banco Central do Brasil para a transferência do controle da Hub Fintech e para a Magalu Pagamentos, concluindo a aquisição. Entre as principais soluções desenvolvidas pela Hub estão (i) estrutura bancária para a oferta de produtos e serviços financeiros através de conta digital; (ii) conexão direta com participantes relevantes do mercado, incluindo lotéricas e caixas eletrônicos; (iii) plataforma de APIs capaz de processar e conciliar milhões de transações; (iv) sistema completo para emissão e processamento de cartões pré-pago das principais bandeiras; e (v) centro de personalização de cartões.
c. sociedades envolvidas	Magalu Pagamentos Ltda. e Hub Prepaid Participações S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Com a implementação da Operação, a Hub se tornará uma subsidiária integral da Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	Item não aplicável, haja vista que não houve alteração do quadro societário da Companhia em decorrência da operação.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que os acionistas da Companhia não foram diluídos em decorrência da aquisição.

a. evento	Aquisição (por incorporação) da Netshoes (Cayman) Ltd. (“ Netshoes ”)
b. principais condições do negócio	Em 29 de abril de 2019, a Companhia celebrou o “Agreement and Plan of Merger”, que disciplina a aquisição (por incorporação), pela Companhia, da totalidade das ações representativas do capital social da Netshoes por um preço por ação de USD2,00, perfazendo um preço total estimado de aproximadamente USD62 milhões (“Operação”). A conclusão da Operação foi condicionada à satisfação de determinadas condições precedentes estabelecidas no “Agreement and Plan of Merger”, incluindo, entre outras, sua aprovação pelos acionistas da Netshoes em assembleia geral (“Assembleia Netshoes”), de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e a aprovação obtida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Posteriormente, foi celebrado com a Netshoes um aditivo ao “Agreement and Plan of Merger” que regula a Operação, através do qual o preço por ação ofertado foi elevado para USD3,70, totalizando aproximadamente USD115 milhões.

15.7 - Principais Operações Societárias

	Adicionalmente, a Companhia celebrou com acionistas detentores de aproximadamente 47,9% do capital social da Netshoes o "Voting and Support Agreement", por meio do qual os acionistas signatários se comprometeram a votar de forma favorável à Operação na Assembleia Netshoes. A Operação foi realizada através da fusão da Netshoes e de uma subsidiária da Companhia, constituída nas Ilhas Cayman e, dessa forma, não esteve sujeita ao disposto no artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.
c. sociedades envolvidas	Magazine Luiza S.A. e Netshoes (Cayman) Ltd.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Com a implementação da Operação, a Netshoes se tornou uma subsidiária da Companhia e os seus atuais acionistas receberão o valor de suas ações exclusivamente em dinheiro.
e. quadro societário antes e depois da operação	Antes  ----- Depois  Para maiores informações sobre o quadro societário da Companhia, vide item 15.4 deste Formulário de Referência.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, tendo em vista que os acionistas da Companhia não foram diluídos em decorrência da aquisição.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Aquisição da Kabum Comércio Eletrônico S.A.

Em 14 de julho de 2021, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças com os acionistas da Kabum Comércio Eletrônico S.A. ("**Kabum**") referente à aquisição da totalidade das ações do capital social da Kabum ("**Aquisição Kabum**").

Nos termos acordados entre as partes, a Aquisição Kabum compreenderá as seguintes etapas, todas interdependentes e vinculadas entre si e a ocorrerem na data de fechamento da Aquisição Kabum: (a) pagamento pela Companhia em recursos financeiros no valor de R\$1 bilhão; (b) incorporação das ações de emissão da Kabum pela Companhia ("**Incorporação de Ações**"), em razão da qual a Kabum se tornará uma subsidiária integral da Companhia e a Companhia emitirá em favor dos acionistas da Kabum: (i) 75 milhões de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia (MGLU3); e (ii) bônus de subscrição a serem exercidos em 31 de janeiro de 2024, sendo o exercício condicionado ao cumprimento de meta de performance, que conferirão aos acionistas da Kabum o direito de subscrever até 50 milhões de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia (MGLU3).

A emissão das ações e dos bônus de subscrição e a Incorporação de Ações serão submetidas à deliberação dos acionistas da Companhia e eventuais acionistas dissidentes da Incorporação de Ações terão direito de recesso nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Além da aprovação pelos acionistas da Companhia, o fechamento da Aquisição Kabum está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo, sem limitação, a aprovação da sua consumação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE de forma definitiva.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia adota uma Política para Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras e consolidar procedimentos e controles consonantes com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, com o Regulamento do Novo Mercado da B3 e com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, a fim de assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, de forma a assegurar a comutatividade das transações, com plena independência e absoluta transparência. Ela se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas.

De acordo com a nossa Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia, as operações celebradas entre a Companhia e qualquer parte relacionada devem obedecer às mesmas normas, critérios e termos equivalentes de contratação que utiliza para selecionar prestadores de serviços e fornecedores que não sejam partes relacionadas. É condição precedente também, que as operações sejam contratadas em bases comutativas, ou seja, em condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação, sempre pautado pelo respeito às normas legais e éticas.

São consideradas condições de mercado aquelas para as quais foram observados, durante a negociação, os princípios: (i) da competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (ii) da conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); e (iii) da transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações contábeis da Companhia).

Cabe ao Conselho de Administração aprovar a celebração de quaisquer contratos entre a Companhia e partes relacionadas de acionistas controladores, de diretores estatutários, bem como de membros do próprio Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, considerando-se a exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes. Cabe ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e/ou ao Comitê de Finanças e Crédito ao Consumidor, no escopo de suas atribuições, dar o devido suporte ao Conselho de Administração conforme previsto no item 2 da Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia. As avaliações das transações com partes relacionadas são suportadas pelos trabalhos da área de Compliance, Integridade e PLD, juntamente com a área de Auditoria Corporativa que auxilia nas diretrizes de adequação quanto à celebração das transações, e periodicamente aplica procedimentos de auditoria para verificação de aderência à Política e à regulamentação e melhores práticas vigentes.

A Política ainda prevê que sejam seguidas determinadas premissas: i) vedações às concessões de empréstimos ou adiantamentos em favor dos acionistas controladores, bem como dos Administradores; ii) assegurar de tratamento equitativo para todos os acionistas em reestruturações societárias envolvendo partes relacionadas; iii) o Conselho de Administração deve solicitar à Diretoria Executiva, alternativas de mercado a transações com partes relacionadas de controladores, ajustadas pelos fatores de risco envolvidos, e pelas demais condições de mercado aplicáveis; iv) as transações com partes relacionadas de acionistas controladores devem ser embasadas por laudos de avaliação independentes (ou outra forma de análise independente disponível mais adequada à transação em pauta), sem a participação de partes envolvidas na operação (banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros).

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

(iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada nos seguintes endereços:

(i) sede da Companhia: na Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, Franca/SP; e (ii) internet: website da Companhia (ri.magazineluiza.com.br), website da CVM (www.cvm.gov.br) e website da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/).

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As informações relativas ao item 16.2 foram prestadas na seção 16.4 deste Formulário de Referência.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Para tratar conflitos de interesse, adotamos práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, e do Regulamento do Novo Mercado da B3. De acordo com a Política para Transações com Partes Relacionadas, bem como com o Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho de Administração, havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve imediatamente manifestar seu conflito de interesses, adicionalmente deve ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Executivo, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

A Companhia ainda possui uma Política para Neutralização de Conflitos de Interesse (“Política de Conflitos”) que unifica diretrizes relacionadas a conflitos de interesse e reforçam aspectos relacionados a responsabilização e consequências, sendo aplicável irrestritamente, a todos os administradores, colaboradores, acionistas e parceiros do Magazine Luiza.

De acordo com a Política de Conflitos, os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar.

Caso solicitado pelo Conselho de Administração, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria. A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Executivo, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertença, que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo. Neste caso, a não manifestação voluntária do Administrador é considerada uma violação da política de conflitos de interesse da Companhia, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação da aplicação de eventual ação corretiva.

Os acionistas da Companhia também devem manifestar-se imediatamente sempre que identificarem situações de potencial conflito de interesse, devendo ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar.

São vedadas as formas de remuneração de assessores, consultores, ou intermediários da Companhia que gerem conflito de interesses próprio e/ou de seus Administradores, acionistas ou classe de acionistas.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial. As transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

compensatório adequado, sendo que a Companhia utiliza as práticas abaixo para garantir tal tratamento:

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial. As transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado, sendo que a Companhia utiliza as práticas abaixo para garantir tal tratamento:

- (i) As contratações de aluguéis de imóveis comerciais entre a Companhia e suas partes relacionadas são suportadas por laudos de avaliação elaborados por empresa terceira independente reconhecida no mercado, e sem ressalvas de escopo. Por se tratarem de transações celebradas com partes relacionadas de acionistas controladores da Companhia, as aprovações são realizadas pelo Conselho de Administração, e a neutralização de conflitos de interesse se dá com a abstenção de voto das partes conflitadas;
- (ii) A transação de contratação de serviços de publicidade e propaganda (veiculação de mídia e comissão de agenciamento) é suportada por avaliação interna envolvendo informações de práticas de mercado obtidas através de estudo realizado por empresa especializada no segmento. Por se tratar de transação celebrada com parte relacionada de acionista controlador da Companhia, a aprovação é realizada pelo Conselho de Administração, e a neutralização de conflitos de interesse se dá com a abstenção de voto das partes conflitadas; e
- (iii) As transações contratadas junto às controladas e joint-ventures (referentes a serviços de correspondente bancário, desconto de recebíveis, convênio de rateio de custos comuns, distribuição e oferta de garantias estendidas, e representação e oferta de cotas de consórcio, serviços de fretes, serviços de geolocalização, serviços de venda via plataforma de marketplace) são praticadas de acordo com as diretrizes previstas em acordos estratégicos que orientam as operações, sendo complementares e estritamente vinculados aos negócios da Companhia. Conforme diretrizes da Política, tais transações são aprovadas pelos membros da Diretoria Executiva, que devem manifestar qualquer conflito de interesse existente, e, nesse caso, ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	19.469.961	4.542.991	37.278	31/05/2029	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	8.215.175	1.916.874	16.559	31/05/2029	NÃO	NI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	24.170.454	5.639.773	0	31/05/2029	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	17.454.872	4.072.804	133.899	31/05/2029	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	7.803.004	1.820.701	17.470	31/05/2029	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	12.743.718	5.440.980	79.626	15/10/2028	NÃO	NI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/10/1998	17.965.900	4.784.397	39.853	31/05/2029	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	8.447.947	2.746.091	20.322	15/02/2026	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	9.588.470	2.237.210	20.996	31/05/2029	NÃO	NI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	4.444.948	2.237.310	33.065	15/02/2026	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	16.418.725	1.733.088	64.440	31/05/2024	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	14.565.650	3.398.652	23.135	31/05/2029	NÃO	NI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	10.184.097	2.376.289	45.384	31/05/2029	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	17.577.764	4.101.478	30.028	31/05/2029	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	4.715.681	1.532.880	24.614	15/02/2026	NÃO	NI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	5.651.056	1.836.933	35.284	15/02/2026	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	18/12/2010	3.852.224	0	39.087	17/12/2020	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	2.569.084	835.107	39.087	15/02/2026	NÃO	NI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	4.279.165	1.462.319	19.887	15/02/2026	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	16/02/2011	3.767.122	1.224.541	33.207	15/02/2026	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/02/2007	94.042.727	8.089.697	544.669	31/07/2022	NÃO	NI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	39.116.314	9.127.140	99.434	31/05/2029	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	01/06/1994	148.222	1.819	501	31/07/2021	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	18/12/2010	2.771.730	-	72.839	17/12/2020	NÃO	NI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	18/12/2010	1.272.912	-	26.146	17/12/2020	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	18/12/2010	362.765	-	10.973	17/12/2020	NÃO	NI
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
M.T.G. Administração, Assessoria e Participações	18/08/2010	3.141.418	-	23.769	17/08/2020	NÃO	NI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A M.T.G. Administração, Assessoria e Participações. é sociedade controladora da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial entre a M.T.G. Administração, Assessoria e Participações S.A., como locadora, e a Companhia, como locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
P.J.D. – Agropastoril Ltda.	01/11/1983	12.056.972	2.022.657	26.889	15/10/2028	NÃO	NI
Relação com o emissor	Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
P.J.D. – Agropastoril Ltda.	01/04/2006	2.233.826	558.534	11.528	30/03/2026	NÃO	NI
Relação com o emissor	Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, referente à loja 014, localizada na cidade de Uberlândia/MG, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
P.J.D. – Agropastoril Ltda.	01/12/2005	1.560.805	542.407	0	31/05/2029	NÃO	NI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, referente a anexo administrativo do escritório 500, localizado na cidade de Franca/SP, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
P.J.D. – Agropastoril Ltda.	01/01/2009	1.301.762	75.102	0	31/12/2021	NÃO	NI
Relação com o emissor	Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, referente a outro anexo administrativo do escritório 500, localizado na cidade de Franca/SP, sendo a P.J.D. – Agropastoril Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária.						
Garantia e seguros	Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda.	01/03/2010	59.119	0	O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no exercício encerrado em 31 de março de 2021.	Prazo indeterminado	NÃO	NI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A sociedade LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda., é controlada diretamente pela Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues.						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de publicidade e propaganda por sociedade em conta de participação, cujo sócio ostensivo é a Ogilvy & Mather Brasil Comunicação Ltda. ("Ogilvy") e que tem a LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda. ("LH") como uma de suas sócias participantes. A LH, antiga controladora direta da ETCO – Empresa Técnica de Comunicação Ltda. ("ETCO"), passou a ser sócia participante da sociedade em conta de participação após a incorporação da ETCO pela Ogilvy ("Incorporação"). Na data da Incorporação, a LH não detinha mais qualquer participação societária na ETCO, em função da cisão parcial desproporcional da ETCO arquivada na Junta Comercial competente em 31 de janeiro de 2013.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato, a qualquer tempo, mediante notificação escrita com antecedência de 60 (sessenta) dias à outra parte. O contrato poderá ser rescindido de pleno direito por qualquer parte, a qualquer tempo, mediante notificação à outra parte, no caso de (i) descumprimento de qualquer disposição contratual; e (ii) falência, processo de recuperação judicial ou extrajudicial, estado de insolvência ou dissolução judicial ou extrajudicial de uma das partes.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda.	01/07/2017	14.719.910	9.202.500	183.285	30/06/2027	NÃO	NI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A sociedade LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda., é controlada diretamente pela Sra. Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel comercial, sendo a LH Agropastoril, Administração e Participações Ltda. a locadora e a Companhia, a locatária						
Garantia e seguros	Garantia da locação: LTD como fiadora; Seguro do imóvel locado contra sinistro.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas à locação comercial de imóveis.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
Luizacred	18/05/2010	190.783.000	1.200	O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.	31/12/2029	Não	Não aplicável

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A Luizacred é instituição financeira controlada pelo Emissor em conjunto com o Banco Itaucard S/A.						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário da Luizacred.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Qualquer das partes poderá solicitar a rescisão do Convênio, sem ônus, mediante aviso com 15 dias de antecedência.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Credor.						
Especificar							
Luizacred	27/11/2009	115.358.000	1.614.925	O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no período findo em 31 de dezembro de 2020	31/12/2029	Não	105,0% a 108,0% do CDI

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A Luizacred é instituição financeira controlada pelo Emissor em conjunto com o Banco Itaucard S/A.						
Objeto contrato	Operações para desconto de recebíveis oriundos das vendas nos cartões de crédito emitidos pela Luizacred.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer condição de rescisão ou extinção, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							
Luizacred	18/05/2010	90.308.000	4.075	O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	31/12/2029	Não	Não aplicável

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A Luizacred é instituição financeira controlada pelo Emissor em conjunto com o Banco Itaucard S/A.						
Objeto contrato	Convênio de Rateio de Custos Comuns, através do qual a Luizacred reembolsa as despesas incorridas pelo Emissor nas operações de crédito celebradas pela Luizacred, tais como estrutura material e de pessoal.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Qualquer das partes poderá solicitar a rescisão do Convênio, sem ônus, mediante aviso com 30 dias de antecedência.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Credor.						
Especificar							
Luizaseg	13/12/2005	404.658.000	25.170	O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no período findo em 31 de dezembro de 2020	31/12/2025	Não	Não aplicável

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A Luizaseg é seguradora controlada pelo Emissor em conjunto com NCVP Participações Societárias S/A.						
Objeto contrato	Acordo de Distribuição para oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes do Emissor, através do qual são pagas comissões pelos serviços prestados.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há qualquer disposição contratual estabelecendo qualquer outra condição de rescisão ou extinção além do prazo contratualmente estabelecido, observadas, ainda, as hipóteses legalmente previstas.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Credor.						
Especificar							
Luiza Adm. Consórcio	30/08/1993	10.840.000	960	O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no período findo em 31 de dezembro de 2019	Prazo indeterminado	Não	Não aplicável

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A Luiza Adm. De Consórcios é empresa controlada pelo Emissor.						
Objeto contrato	Contrato de representação comercial para ofertar cotas de consórcio aos clientes do Emissor, através do qual são pagas comissões pelos serviços prestados.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	-						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Credor.						
Especificar							
P.J.D. – Agropastoril Ltda.		1.583.000	-	O montante envolvido no negócio refere-se ao valor incorrido no período findo em 31 de dezembro de 2019	Prazo indeterminado	Não	Não aplicável

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Os Srs. Pelegrino José Donato e Luiza Trajano Donato detêm o usufruto das quotas da P.J.D. – Agropastoril Ltda. e são controladores indiretos da Companhia, por intermédio da Luiza Participações Ltda.						
Objeto contrato	Contrato de arrendamento de veículos para transporte e entrega de mercadorias adquiridas nas lojas do Emissor						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	A rescisão do contrato se realizará efetivamente com a devolução e entrega das chaves dos veículos à Arrendante.						
Natureza e razão para a operação	Não.						
Posição contratual da companhia	Devedor.						
Especificar							

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
07/10/2020	6.070.911.472,00	Totalmente integralizado	6.498.926.848	0	6.498.926.848
Tipo de capital	Capital Subscrito				
07/10/2020	6.070.911.472,00	Totalmente integralizado	6.498.926.848	0	6.498.926.848
Tipo de capital	Capital Integralizado				
07/10/2020	6.070.911.472,00	Totalmente integralizado	6.498.926.848	0	6.498.926.848
Tipo de capital	Capital Autorizado				
07/10/2020	0,00		1.200.000.000	0	1.200.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
12/11/2019	Conselho de Administração	12/11/2019	4.300.000.000,00	Subscrição pública	100.000.000	0	100.000.000	2,42812815	43,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço por ação foi calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por ações coletadas junto a investidores profissionais, por meio do Procedimento de Bookbuilding, considerando a cotação das ações de emissão da Companhia na B3, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações da Companhia com esforços restritos de colocação.								
Forma de integralização		Integralização em moeda corrente nacional, em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM.								

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
31/07/2019	190.591.464	0	190.591.464	1.524.731.712	0	1.524.731.712
Desdobramento						
07/10/2020	1.624.731.712	0	1.624.731.712	6.498.926.848	0	6.498.926.848

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 15,0% do saldo de lucro líquido, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as nossas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de votar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	N/A

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

- Aquisição direta ou indireta do controle da Companhia (inclusive por meio de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações), nos termos e condições previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Adicionalmente, o adquirente do controle da Companhia deverá ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos seis meses anteriores à data da alienação de controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data de aquisição do controle da Companhia, devidamente atualizado até o momento do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações de emissão da Companhia nos pregões em que o adquirente do controle realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;
- caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, o acionista controlador da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações, se a saída ocorrer (i) para negociação de seus valores mobiliários fora do Novo Mercado, ou (ii) por reorganização societária na qual os valores mobiliários da Companhia resultantes de tal reorganização não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a operação. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação nos termos do Estatuto Social da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis
- na hipótese de não haver acionista controlador, caso a Assembleia Geral delibere (i) pela saída da Companhia do Novo Mercado, em razão de registro para negociação de seus valores mobiliários fora do referido segmento de listagem, ou (ii) pela reorganização societária da Companhia, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 dias contados da realização da Assembleia Geral que aprovou a referida operação; a saída do Novo Mercado estará condicionada à realização de oferta pública nas mesmas condições previstas acima. Nesse caso, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública prevista neste item, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Em relação à Assembleia Geral que deliberar pela reorganização societária, na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da oferta pública, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta pública
- na hipótese de a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, caso o descumprimento decorra (i) de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) de ato ou fato da administração, os administradores deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. Na hipótese (ii) acima, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública ali indicada, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta; (v) na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, haverá obrigatoriedade de oferta pública, a ser lançada pelo acionista controlador ou pela Companhia, nos termos da legislação vigente e do estatuto social da Companhia; e

- é facultada a formulação de uma única oferta pública, visando a mais de uma das finalidades previstas nesta seção, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. Após uma operação de alienação de controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública, o adquirente do controle, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações de emissão da Companhia em circulação, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do poder de controle. Nos casos de oferta pública de saída do Novo Mercado e cancelamento de registro de companhia aberta, o preço da oferta pública deverá ser estabelecido em laudo, que deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8º. Nesses casos, a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos das Ações em Circulação manifestados na Assembleia Geral que (i) se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação; ou (ii) se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de ações em circulação.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O Estatuto Social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações nas emissões de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social		31/12/2020								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	40.928.557.630	14,94	6,23	R\$ por Unidade	12,33
30/06/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	50.685.246.192	18,17	8,31	R\$ por Unidade	14,03
30/09/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	66.367.487.003	24,06	17,27	R\$ por Unidade	21,10
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	60.630.133.543	28,26	21,86	R\$ por Unidade	24,57
Exercício social		31/12/2019								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.728.720.381	5,77	4,91	R\$ por Unidade	5,40
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.708.609.912	6,71	4,93	R\$ por Unidade	5,77
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	22.984.915.487	9,61	6,49	R\$ por Unidade	8,40
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.385.548.342	12,42	8,96	R\$ por Unidade	10,98
Exercício social		31/12/2018								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.514.777.098	5,65	3,74	R\$ por Unidade	4,98
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.181.205.592	4,53	3,51	R\$ por Unidade	3,97
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.932.296.936	4,00	2,84	R\$ por Unidade	3,34
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.307.129.961	3,14	2,23	R\$ por Unidade	2,62

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	9ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária
Data de emissão	15/01/2021
Data de vencimento	15/01/2024
Quantidade (Unidades)	800.000
Valor total (Reais)	800.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidor profissional, conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM 539 ("Investidores Profissionais"), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, salvo, sem prejuízo do disposto na Deliberação da CVM n.º 849, de 31 de março de 2020, na hipótese de exercício da garantia firme pelos Coordenadores (ou por instituições por eles designadas, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, sob o Regime de Garantia Firme de Distribuição, da 9ª (nona) Emissão do Magazine Luiza S.A." ("Contrato de Distribuição") no momento da subscrição, nos termos do inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, e desde que a Companhia esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a qualquer momento a partir da Data de Emissão das Debêntures, mediante deliberação em reunião do conselho de administração da Companhia, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade do Debenturista, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante aviso individual enviado à totalidade dos Debenturistas ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), o qual também deverá ser enviado com cópia para o Agente Fiduciário e para a B3, com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total"). Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (i) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, que deverá ser um Dia Útil; (ii) a forma de cálculo do Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; (iii) o percentual do prêmio a ser aplicado; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, e do prêmio de resgate, correspondente a uma taxa flat expressa na forma percentual incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"). Para o período entre 15/01/2021 (inclusive) até 15/01/2022 (exclusive) o resgate facultativo incorrerá em prêmio equivalente a 0,48%, para o período entre 15/01/2022 (inclusive) até 15/01/2023 (exclusive) o resgate incorrerá em prêmio equivalente a 0,17% e para o período entre 15/01/2023 (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive) o resgate incorrerá em prêmio equivalente a 0,12%.
Características dos valores mobiliários de dívida	Juros: 100% CDI + 1,25% a.a. Vencimento antecipado: A emissão possui hipóteses de vencimento antecipado padrão para esse tipo de oferta, tais como: (i) inadimplemento de obrigação pecuniária; (ii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; (iii) mudança do acionista controlador direto ou indireto; e (iv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras que estejam sujeitas a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00. Garantia: As debêntures não contam com garantia, sendo classificadas como crédito quirografário. Restrições: De acordo com a escritura de emissão, a realização de distribuição de dividendos, adicionais ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das S.A. classifica-se como vencimento antecipado. Adicionalmente, a Companhia deve manter a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,00x. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Deliberação em sede de Assembleia Geral de Debenturistas.
Outras características relevantes	A amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, ("Amortização") será realizada em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento ou na Data de Amortização Antecipada Facultativa, se for o caso.
Valor mobiliário Identificação do valor mobiliário Data de emissão Data de vencimento Quantidade (Unidades)	Nota Comercial 4ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia, em série única 18/06/2019 18/06/2021 160

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor total (Reais)	800.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	848.602.312,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Promissórias Comerciais somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, resgatar antecipadamente esta Nota Comercial, sem necessidade de anuência prévia do titular da Nota Comercial, desde que a totalidade das Notas Comerciais seja resgatada antecipadamente na mesma data, a partir do 366º dia contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de junho de 2020, inclusive ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado será operacionalizado de acordo com os procedimentos a serem estabelecidos na Cártula da Notas Promissórias Comerciais. O valor a ser pago aos detentores da Notas a título de Resgate Antecipado, o qual será correspondente ao valor nominal unitário das Notas acrescido da remuneração das notas, calculada desde a data de emissão das Notas até a data do efetivo Resgate Antecipado.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado: A emissão possui hipóteses de vencimento antecipado padrão para esse tipo de oferta, tais como: (i) inadimplemento de obrigação pecuniária; (ii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; (iii) mudança do acionista controlador direto ou indireto; e (iv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras que estejam sujeitas a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00. Juros: 104% DI. Garantia: As Notas Promissórias não contam com garantias, sendo, portanto, um crédito quirografário. Restrições: De acordo com a cártula das Notas Promissórias, a Companhia não poderá distribuir dividendos, pagar juros sobre o capital próprio ou realizar qualquer outro pagamento a seus acionistas, caso esteja em mora com quaisquer das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, ressalvado o pagamento do dividendo obrigatório. Adicionalmente, a Companhia deve manter a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada/EBITDA menor ou igual a 3,00x.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Os pagamentos do principal e dos juros serão liquidados na data de vencimento das Notas Promissórias Comerciais da série única (bullet).
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia, em série única
Data de emissão	30/04/2021
Data de vencimento	29/04/2024
Quantidade (Unidades)	1.500
Valor total (Reais)	1.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidor profissional, conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM 539, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, resgatar antecipadamente as Notas Promissórias, sem necessidade de anuência prévia do titular da respectiva Nota Promissória, desde que a totalidade das Notas Promissória seja resgatada antecipadamente na mesma data, a partir do 366º dia contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 01 de Maio de 2021, inclusive ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado de acordo com os procedimentos a serem estabelecidos na Cártula das Notas Promissórias. O valor a ser pago aos detentores da Notas Promissórias a título de Resgate Antecipado Facultativo, o qual será correspondente ao valor nominal unitário das Notas Promissórias acrescido da remuneração das notas, calculada desde a data de emissão das Notas Promissórias até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os titulares das Notas Promissórias farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão, conforme o caso, inclusive, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, e do prêmio de resgate, correspondente a uma taxa flat expressa na forma percentual, de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, após 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da Data de Emissão até a Data de Vencimento, incidente sobre o Valor Nominal Unitário.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento Antecipado: A emissão possui hipóteses de vencimento antecipado padrão para esse tipo de oferta, tais como: (i) inadimplemento de obrigação pecuniária; (ii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; (iii) mudança do acionista controlador direto ou indireto; e (iv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras que estejam sujeitas a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00. Juros: 100% DI + 1,25% a.a. Garantia: As Notas Promissórias não contam com garantias, sendo, portanto, um crédito quirografário. Restrições: De acordo com a cártula das Notas Promissórias, a Companhia não poderá distribuir dividendos, pagar juros sobre o capital próprio ou realizar qualquer outro pagamento a seus acionistas, caso esteja em mora com quaisquer das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, ressalvado o pagamento do dividendo obrigatório. Adicionalmente, a Companhia deve manter a relação Dívida Financeira Líquida Ajustada/EBITDA menor ou igual a 3,00x.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Os pagamentos do principal e dos juros serão liquidados na data de vencimento das Notas Promissórias da série única (bullet).

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	0
Nota Comercial	2096	110	13

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob o código MGLU3.

As notas comerciais e as debêntures descritas no item 18.5 deste Formulário de Referência são admitidas à negociação no Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários também da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Abaixo apresentamos as emissões públicas realizadas pela Companhia no exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais.

9ª Emissão de Debêntures

O conselho de administração da Companhia, em 12 de janeiro de 2021, autorizou a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$800.000.000,00 e foram emitidas 800.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 cada.

8ª Emissão de Debêntures

O conselho de administração da Companhia, em 06 de abril de 2020, autorizou a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$800.000.000,00 e foram emitidas 800.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 cada. As debêntures foram quitadas em 12 de março de 2021.

Quarta Emissão de Notas Promissórias Comerciais

O conselho de administração da Companhia, em 14 de junho de 2019, autorizou a quarta emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$ 800.000.000,00 e foram emitidas 160 Notas Promissórias Comerciais com valor nominal unitário de R\$ 5.000.000,00 cada.

Quinta Emissão de Notas Promissórias Comerciais

O conselho de administração da Companhia, em 22 de abril de 2021, autorizou a quinta emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão foi de R\$ 1.500.000.000,00 e foram emitidas 1.500 Notas Promissórias Comerciais com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 cada.

Oferta Pública com Esforços Restritos de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias

Em novembro de 2019, a Companhia realizou oferta pública com esforços restritos de distribuição primária e secundária de 110.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, compreendendo: (i) a distribuição primária de 100.000.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) a distribuição secundária de 10.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade de determinados acionistas vendedores, realizada no Brasil com esforços de colocação no exterior, com a exclusão do direito de preferência dos então acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, ao preço de R\$43,00 por ação, perfazendo o montante de R\$4.730,00 milhões.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Debêntures e Notas promissórias

Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures e das notas promissórias comerciais foram destinados ao alongamento do perfil de endividamento, otimização do fluxo de caixa e/ou gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Oferta Pública de Ações com Esforços Restritos (novembro de 2019)

Os recursos obtidos no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia com esforços restritos de colocação foram destinados para fins de (i) investimentos em ativos de longo prazo, incluindo (a) a expansão da plataforma de marketplace, (b) investimentos em tecnologia, inovação, pesquisa e desenvolvimento, (c) automação dos centros de distribuição, (d) iniciativas em serviços digitais, (e) expansão de novas categorias, (f) abertura de novas lojas, (g) transformação das lojas existentes em mini-centros de distribuição ("shoppable distribution centers") e (h) aquisições estratégicas; e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo reforço de capital de giro.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme as propostas de aplicação.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas às ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Informações adicionais ao item 18.4

Os valores apresentados no quadro do item 18.4 foram ajustados pelos desdobramentos na ordem de 1:8, referente ao desdobramento ocorrido no dia 11 de julho de 2019, e na ordem de 1:4, referente ao desdobramento ocorrido no dia 14 de outubro de 2020, correspondendo assim ao valor da ação vigente no dia 31 de dezembro de 2020.

Oferta pública de distribuição de ações da Companhia

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 15 de julho de 2021, foi aprovada a realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("Ações"), com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita").

A Oferta Restrita consiste na oferta pública de distribuição primária com esforços restritos de 175.000.000 Ações (considerando as Ações Adicionais (conforme definido abaixo)) ("Oferta Primária"), a realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM 476, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor ("Código ANBIMA") e demais disposições legais aplicáveis, incluindo o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e o Ofício Circular B3 087/2014-DP, sob a coordenação de Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), o Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley"), o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Goldman Sachs"), o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS BB") e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual, o Bank of America, o J.P. Morgan, o Bradesco BBI, o Morgan Stanley, o Santander, o Goldman Sachs e o UBS BB, os Coordenadores da Oferta"), nos termos "Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão do Magazine Luiza S.A.", celebrado entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta ("Contrato de Colocação").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta Restrita, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior, pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo BofA Securities, Inc., pelo J.P. Morgan Securities LLC, pelo Bradesco Securities Inc., pelo Morgan Stanley & Co. LLC, pelo Santander Investment Securities Inc., pelo Goldman Sachs & Co. LLC, pelo UBS Securities, LLC e pela XP Investments US (em conjunto, os "Agentes de Colocação Internacional"), nos termos do "Placement Facilitation Agreement", celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"), sendo, nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Rule 144A, editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América ("SEC"), e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (Non U.S. Persons), em conformidade com os procedimentos previstos no Regulation S, editado pela SEC ao amparo do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado ("Securities Act"), em ambos os casos, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no Securities Act, e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, respeitada a

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, desde que tais investidores estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, pela CVM e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Investidores Estrangeiros"). Não foi realizado e não se pretende realizar nenhum registro da Oferta Restrita ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

A Oferta Restrita está sendo realizada exclusivamente para: (i) os acionistas, no âmbito da Oferta Primária destinada prioritariamente aos acionistas que desejarem exercer seu direito de prioridade ("Oferta Prioritária") e, caso haja Ações (considerando as Ações Adicionais, se emitidas) remanescentes após o atendimento da Oferta Prioritária; (ii) investidores profissionais, conforme definidos pelo artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio ("Investidores Profissionais"), limitados a, no máximo, 75 Investidores Profissionais e a subscrição de Ações limitada a, no máximo, 50 Investidores Profissionais, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476; e (iii) Investidores Estrangeiros (os Investidores Profissionais e os Investidores Estrangeiros, em conjunto, "Investidores Institucionais"), sem a necessidade, portanto, de solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

A quantidade de Ações inicialmente ofertada, foi, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em 16,67% do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em 25.000.000 Ações de emissão da Companhia, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais foram destinadas a atender o excesso de demanda que foi constatado no momento em que foi fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo) ("Ações Adicionais").

No âmbito da Oferta Restrita: (i) não houve opção de outorga de ações suplementares; e (ii) não foi admitida distribuição parcial.

Restrições à Negociação das Ações (Lock-up)

A Companhia, os Acionistas Controladores, e os Administradores da Companhia, se comprometeram por meio de acordos de restrição à venda de ações de emissão da Companhia ("Instrumentos de Lock-up"), a não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, por 90 dias contados da data da fixação do Preço por Ação ("Período de Lock-up"), quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta Restrita, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, exceto em algumas hipóteses a serem previstas nos Lock-up Agreement ou desde que obtenham autorização expressa dos Agentes de Colocação Internacional. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

As vedações listadas acima não se aplicarão, dentre outras hipóteses, nos casos de: (i) transferência dos valores mobiliários adquiridos após a data de assinatura do Instrumento de *Lock-up*; (ii) transferência para qualquer afiliada do signatário do Instrumento de *Lock-up* (conforme definido no Contrato de Colocação Internacional), desde que tal transferência não seja efetuada em mercado aberto; (iii) doações de boa-fé; e (iv) emissões de ações como forma de pagamento no contexto de uma operação de fusão, aquisição, joint venture ou parceria estratégica celebrada pela Companhia, desde que tais emissões não excedam 5% do capital social da Companhia na data de assinatura do

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Instrumento de *Lock-up* e o subscritor das ações se vincule por escrito aos termos do Instrumento de *Lock-up*, incluindo o Período de *Lock-Up*.

Preço por Ação

O preço por Ação de R\$ 22,75 ("Preço por Ação") foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Profissionais, no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e, no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional, tendo como parâmetro: (i) a cotação de fechamento das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 na data de fixação do Preço por Ação; e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas Ações, coletadas junto a Investidores Institucionais ("Procedimento de Bookbuilding"), e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O Preço por Ação não é indicativo de preços que prevalecerão no mercado após a Oferta Restrita.

A escolha do critério para determinação do Preço por Ação foi justificada na medida em que o preço de mercado das Ações subscritas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Profissionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta Restrita e a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, e, portanto, não promoveu diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

Os Acionistas que aderiram exclusivamente à Oferta Prioritária não participaram do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participaram do processo de determinação do Preço por Ação.

Custos de Distribuição

As despesas relacionadas à Oferta Restrita serão pagas exclusivamente pela Companhia. As comissões relacionadas à Oferta Restrita serão pagas pela Companhia, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Custos⁽¹⁾	Custo Total⁽²⁾⁽³⁾	% em relação ao Valor Total da Oferta Restrita⁽²⁾⁽³⁾	Custo por Ação⁽²⁾⁽³⁾	% em relação ao Preço por Ação⁽²⁾⁽³⁾
	(R\$)		(R\$)	
Comissões da Oferta⁽⁴⁾				
Comissão de Coordenação.....	11.943.750,00	0,30%	0,07	0,30%
Comissão de Colocação	35.831.250,00	0,90%	0,20	0,90%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	11.943.750,00	0,30%	0,07	0,30%
Comissão de Incentivo ⁽⁵⁾	39.812.500,00	1,00%	0,23	1,00%
Total das Comissões	99.531.250,00	2,50%	0,57	2,50%
Despesas da Oferta Restrita				
Advogados e Consultores	3.300.000,00	0,08%	0,02	0,08%
Auditores Independentes	2.200.000,00	0,06%	0,01	0,06%
Taxas da B3.....	1.393.437,50	0,04%	0,01	0,04%
Taxa de registro ANBIMA.....	76.937,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros ⁽⁶⁾	500.000,00	0,01%	0,00	0,01%
Tributos e Outras Retenções.....	10.630.620,50	0,27%	0,06	0,27%
Total de Despesas.....	18.100.995,00	0,45%	0,10	0,45%
Total de Comissões e Despesas	117.632.245,00	2,95%	0,67	2,95%

(1) Custos estimados da Oferta Restrita assumidos pela Companhia.

(2) Com base no Preço por Ação de R\$22,75.

(3) Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

(4) Incluindo tributos. Os percentuais indicados são incidentes sobre o valor total da Oferta Restrita, excluindo as Ações subscritas pelos referidos acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, e correspondem a (i) 1,5% com relação às Comissões de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação, consideradas em conjunto; e (ii) 1,0% com relação à Comissão de Incentivo.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, independe de parâmetros objetivos e paga a exclusivo critério da Companhia utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta Restrita. A Comissão de Incentivo é de 1,0% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações ofertadas; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) entre outros custos da Oferta Restrita.

Além da remuneração prevista acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Colocação ou do Contrato de Colocação Internacional, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Destinação dos Recursos

Com base no Preço por Ação de R\$22,75, os recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita, após a dedução das comissões e das despesas, serão de aproximadamente R\$ 3.863,6 milhões, considerando a colocação das Ações Adicionais.

Pretendemos utilizar integralmente os recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita para investimentos em ativos de longo prazo, com destaque para: (a) expansão da logística, incluindo automação e novos centros de distribuição e cross dockings; (b) investimentos em tecnologia, inovação, pesquisa e desenvolvimento; e (c) aquisições estratégicas.

Conforme mencionado acima, parte dos recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita será utilizado para financiar aquisições estratégicas pela Companhia. Dentre tais aquisições, a Companhia pretende pagar, com os recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita, a Parcela à Vista, no âmbito da Aquisição Kabum. Para mais informações sobre a Aquisição Kabum, vide seções 4.1 e 15.8 deste Formulário de Referência.

A destinação dos recursos da Oferta Restrita será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que atuamos, bem como pelas oportunidades de investimento que identificarmos, além de outros fatores que não podemos identificar na data deste Formulário de Referência. Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular de nossos negócios, os recursos captados na Oferta Restrita poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando a preservação do nosso capital e investimentos com

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Dentre os principais impactos na nossa situação patrimonial e nos nossos resultados, acreditamos que o uso dos recursos, especialmente aqueles que afetem a Aquisição Kabum, captados resultará no aumento de nossas atividades operacionais, elevando nosso valor patrimonial em montante proporcional ao incremento da nossa receita e dos nossos resultados operacionais.

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em nossas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos, especialmente aqueles que afetem a Aquisição Kabum, podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Restrita quando de sua efetiva utilização.

A aplicação dos recursos captados conforme o aqui exposto, depende de vários fatores que a Companhia não pode garantir que venham a se concretizar, dentre os quais, a concretização da Aquisição Kabum, o comportamento do mercado em que a Companhia atua, a habilidade de dar continuidade às atividades regulares da Companhia, desenvolver novos negócios e/ou a capacidade de entrar em novos projetos em condições aceitáveis e a capacidade da Companhia de obter novos financiamentos.

Capitalização

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, que corresponde a soma dos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes mais patrimônio líquido em 31 de março de 2021, indicando a situação real naquela data e a posição ajustada para considerar os recursos líquidos estimados, após a dedução do montante estimado das comissões e despesas, em R\$ 3.863.617.755,00, a serem recebidos pela Companhia em função da Oferta Restrita, considerando a colocação das Ações Adicionais. Para mais informações, veja as seções “3 – Informações Financeiras Seleccionadas”, “10 – Comentários dos Diretores” e “18 – Valores Mobiliários” deste Formulário de Referência.

As informações abaixo, referentes à coluna “Real”, foram extraídas das nossas informações contábeis intermediárias consolidadas relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) (demonstrações intermediárias) e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*. O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com os itens “3 – Informações Financeiras Seleccionadas” e “10 – Comentários dos Diretores” deste Formulário de Referência, bem como com nossas informações contábeis intermediárias consolidadas e demonstrações financeiras da Companhia.

Em 31 de março de 2021	
Real	Ajustado
(em R\$ mil)	Pós Oferta Restrita ⁽¹⁾
Empréstimos e financiamentos (circulante)	847.484
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	822.294
Patrimônio Líquido	11.134.311
Capitalização Total⁽²⁾	12.804.089

⁽¹⁾ Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos estimados provenientes da Oferta Restrita, considerando a colocação das Ações Adicionais, após a dedução do montante estimado das comissões e das despesas, em R\$ 3.863.617.755,00, com base no Preço por Ação de R\$22,75.

⁽²⁾ Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e patrimônio líquido. Ressalta-se que a definição de “Capitalização” pode variar de acordo com outras sociedades.

Não houve mudanças relevantes na capitalização da Companhia desde 31 de março de 2021.

Diluição

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Os Acionistas e os Investidores Profissionais que participaram da Oferta Restrita sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta Restrita e o nosso valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta Restrita.

Em 31 de março de 2021, nosso patrimônio líquido total consolidado era de R\$7.270,7 milhões e o valor patrimonial por ação ordinária de nossa emissão correspondia a R\$1,13. Esse valor patrimonial representa o valor contábil total dos nossos ativos menos o valor contábil total do nosso passivo, dividido pelo número total de ações em 31 de março de 2021.

Com base no Preço por Ação de R\$22,75 e após a dedução das comissões e das despesas, nosso patrimônio líquido total consolidado e ajustado após a Oferta Restrita seria de R\$11.134,3 milhões, representando um valor de R\$1,68 por ação. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por ação de R\$0,55 para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do nosso patrimônio líquido por ação de R\$21,07 para os novos investidores que subscreverem Ações no âmbito da Oferta Restrita. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta Restrita e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta Restrita.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação, com base em nosso patrimônio líquido em 31 de março de 2021:

	Após a Oferta Restrita
	<i>(em R\$, exceto percentagens)</i>
Preço por Ação ⁽¹⁾	22,75
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2021 ⁽²⁾	1,13
Valor patrimonial por ação em 31 de março de 2021 ajustado pela Oferta Restrita ⁽²⁾	1,68
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação para os atuais Acionistas.....	0,55
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os novos investidores da Oferta Restrita ⁽³⁾	21,07
Percentual de diluição dos novos investidores da Oferta Restrita⁽⁴⁾.....	92,62%

⁽¹⁾ Calculado a partir do Preço por Ação de R\$22,75.

⁽²⁾ Considera o número total de ações ordinárias ex-tesouraria de emissão da Companhia na data deste Formulário de Referência.

⁽³⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta Restrita.

⁽⁴⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta Restrita não guarda relação com o valor patrimonial das nossas ações e foi fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Profissionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*.

Aquisição Kabum

Conforme detalhado nos itens 7.9 e 15.8 deste Formulário de Referência, a Companhia está implementando a Aquisição Kabum.

Nos termos acordados entre as partes, a Aquisição Kabum compreenderá as seguintes etapas, todas interdependentes e vinculadas entre si e a ocorrerem na data de fechamento da Aquisição Kabum:

(a) pagamento pela Companhia em recursos financeiros no valor de R\$1 bilhão ("Parcela à Vista");
 (b) incorporação das ações de emissão da Kabum pela Companhia ("Incorporação de Ações"), em razão da qual a Kabum se tornará uma subsidiária integral da Companhia e a Companhia emitirá em favor dos acionistas da Kabum:

(i) 75 milhões de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia (MGLU3); e

(ii) bônus de subscrição a serem exercidos em 31 de janeiro de 2024, sendo o exercício condicionado ao cumprimento de meta de performance.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

O valor da Parcela à Vista e a Incorporação de Ações serão atribuídos a todos os acionistas da Kabum que detém ações da Kabum na data da assinatura do Contrato de Compra e Venda, em igualdade de condições, passando tais acionistas da Kabum a deter, conjuntamente, observadas as demais premissas do Contrato de Compra e Venda, 75 milhões de ações ordinárias de emissão da Companhia na data do fechamento da Aquisição Kabum.

Os acionistas da Companhia terão direito de recesso em razão da Aquisição Kabum, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Na data do fechamento da Aquisição Kabum, serão emitidos bônus de subscrição para os acionistas da Kabum que detém ações da Kabum na data da assinatura do Contrato de Compra e Venda, em conformidade com o que dispõe o artigo 75 da Lei das Sociedades por Ações.

Os bônus de subscrição conferirão aos acionistas da Kabum o direito de subscrever até 50 milhões de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia (MGLU3) ("Bônus de Subscrição").

A diluição patrimonial dos acionistas da Companhia em decorrência do exercício dos Bônus de Subscrição será verificada caso o preço de exercício dos bônus de subscrição seja inferior ao valor patrimonial das ações de emissão da Companhia no momento do exercício, sendo que o percentual de tal diluição dependerá, substancialmente, da diferença entre o preço de exercício e o valor patrimonial da ação.

Para mais informações sobre a Aquisição Kabum, vide seções 7.9 e 15.8 deste Formulário de Referência.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2021 e considerando os impactos da realização da Oferta Restrita e da Aquisição Kabum (considerando a Incorporação de Ações e os Bônus de Subscrição):

<u>Após a Oferta Restrita e a Aquisição Kabum</u>	
Preço por Ação ⁽¹⁾	22,75
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2021 ⁽²⁾	1,13
Valor patrimonial por ação em 31 de março de 2021 ajustado para refletir a Oferta Restrita e a Aquisição Kabum ⁽²⁾	1,65
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação para os atuais Acionistas	0,52
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os novos investidores da Oferta Restrita ⁽³⁾	21,10
Percentual de diluição dos novos investidores da Oferta Restrita e da Aquisição Kabum⁽⁴⁾.....	92,75%

⁽¹⁾ Calculado a partir do Preço por Ação de R\$22,75.

⁽²⁾ Considera o número total de ações ordinárias ex-tesouraria de emissão da Companhia na data deste Formulário de Referência.

⁽³⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta Restrita e da Aquisição Kabum (considerando a Incorporação de Ações e os Bônus de Subscrição).

⁽⁴⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
26/08/2020	26/08/2020 à 25/02/2022	1.451.923.000,00	Ordinária		40.000.000	1,494833	29.608.200	23,00	R\$ por Unidade	74,020500
Objetivo: o principal objetivo é maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar as ações para permanência em tesouraria, cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações do plano de opções de ações e do plano de remuneração baseado em ações dirigidos a executivos e colaboradores da Companhia e/ou para entrega em pagamento pela aquisição de participação societária em outras sociedades realizadas ou a serem realizadas pela Companhia ou por suas controladas. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: (i) Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (ii) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (iii) Credit Suisse Brasil S/A CTVM, Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 12º andar, São Paulo/SP, CEP 04542-000; e (iv) Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Av. Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 14º Andar, São Paulo/SP, CEP 04.794-000. O montante de lucro acumulado para recompra refere-se a data base 31 de dezembro de 2020.										
21/02/2019	21/02/2019 à 21/08/2020	546.850.000,00	Ordinária		144.000.000	6,639711	27.070.000	8,68	R\$ por Unidade	18,798610
Objetivo: o principal objetivo é maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar as ações para permanência em tesouraria, cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações do plano de opções de ações e do plano de remuneração baseado em ações dirigidos a executivos e colaboradores da Companhia. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: (i) Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (ii) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (iii) Credit Suisse Brasil S/A CTVM, Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 12º andar, São Paulo/SP, CEP 04542-000; e (iv) Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Av. Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 14º Andar, São Paulo/SP, CEP 04.794-000. O montante de lucro acumulado para recompra refere-se a data base 31 de dezembro de 2018.										
22/02/2018	22/02/2018 à 22/02/2019	288.371.000,00	Ordinária		96.000.000	4,421247	27.788.800	3,17	R\$ por Unidade	28,946670
Objetivo: o principal objetivo do Programa de Recompra é maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma a mini administração eficiente da estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar as ações para permanência em tesouraria, cancelamento e/ou para fazer frente às obrigações do plano de opções de ações e do plano de remuneração baseado em ações dirigidos a executivos e colaboradores da Companhia. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: (i) Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (ii) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, São Paulo/SP, CEP 04538-132; (iii) Credit Suisse Brasil S/A CTVM, Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 12º andar, São Paulo/SP, CEP 04542-000; e (iv) Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Av. Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 14º Andar, São Paulo/SP, CEP 04.794-000. O montante de lucro acumulado para recompra refere-se a data base 31 de dezembro de 2017.										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/03/2021****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	35.539.688	
Quantidade adquirida	16.926.900	21,19
Quantidade alienada	1.108.817	15,88
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	51.357.771	
Relação valores mobiliários em circulação	1,924136%	

Exercício social 31/12/2020**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	16.516.624	
Quantidade adquirida	30.583.100	18,75
Quantidade alienada	11.560.036	0,42
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	35.539.688	
Relação valores mobiliários em circulação	1,331504%	

Exercício social 31/12/2019**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	52.072.736	
Quantidade adquirida	17.070.000	8,36
Quantidade alienada	52.626.112	5,78

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	16.516.624
Relação valores mobiliários em circulação	0,624009%

Exercício social 31/12/2018

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	43.521.920	
Quantidade adquirida	27.788.800	3,16
Quantidade alienada	19.237.984	0,49
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	52.072.736	
Relação valores mobiliários em circulação	2,406549%	

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Informações adicionais ao item 19.1 deste Formulário de Referência

2020

Contempla o Programa de Recompra aprovado em 26 de agosto de 2020, com a quantidade máxima de ações a serem adquiridas até o final do programa (40.000.000 ações, considerando o desdobramento das ações aprovado em 07 de outubro de 2020).

2019

Contempla o Programa de Recompra aprovado em 21 de fevereiro de 2019, com a quantidade de ações adquiridas até o final do programa (144.000.000 ações, considerando o desdobramento das ações aprovado em 31 de julho de 2019 e o desdobramento aprovado em 07 de outubro de 2020).

2018

Contempla o Programa de Recompra aprovado em 22 de fevereiro de 2018, com a quantidade de ações adquiridas até o final do programa (96.000.000 ações, considerando o desdobramento das ações aprovado em 31 de julho e o desdobramento aprovado em 07 de outubro de 2020).

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação 27/09/2018

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função Acionistas controladores diretos e indiretos; membros do Conselho de Administração e de seus Comitês de assessoramento, da Diretoria, do Conselho Fiscal ou outros órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia; Diretores Estatutários, Diretores Executivos, Diretores de Departamento, Gerente de Departamento e lideranças dos escritórios e dos centros de distribuição, bem como colaboradores empregados ou terceirizados qualificados pelo DRI como Pessoa Vinculada em razão das atividades que desenvolvem, incluindo os colaboradores que atuam no departamento financeiro e controladoria, entre outros; sociedades coligadas de forma direta ou indireta; procuradores de Pessoas Vinculadas; cônjuges de Pessoas Vinculadas dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda; a própria Companhia; clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas destes clubes e/ou fundos de investimento.

Principais características e locais de consulta

Estabelecer critérios para que todas as Pessoas Vinculadas ao Magazine Luiza atuem de acordo com preceitos instituídos pela Instrução Normativa nº 358/2002 e alterações posteriores, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários, e, ainda, estabelecer as diretrizes a serem observadas pelo Diretor de Relações com Investidores para a adequada divulgação de informações relevantes para os negócios, bem como as regras que devem ser seguidas pelas Pessoas Vinculadas para negociação de valores mobiliários de emissão do Magazine Luiza ("Companhia"). A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Rua Voluntários da Franca, nº 1.465, Centro, CEP 14400-490, Franca/SP; e (ii) internet: website da Companhia (ri.magazineluiza.com.br); website da CVM (www.cvm.gov.br) e website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br/pt_br/).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM 358, assim, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, por nós ou pelas Pessoas Vinculadas, de Valores Mobiliários de nossa emissão, desde a data em que tomamos conhecimento de ato ou fato relevante, ou Ato ou Fato Relevante, até a sua divulgação ao mercado. Essa e demais vedações estão descritas no item 20.2 desta Seção 20.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Períodos de vedação

Em complemento às informações prestadas no item 20.1 deste Formulário, nos termos da Política de Negociação, as Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia ou prestar qualquer tipo de aconselhamento:

- A partir da data em que tomem conhecimento de ato ou fato relevante relativo à Companhia, conforme definido na Instrução Normativa CVM nº 358/2002 até a sua divulgação ao mercado;
- Durante o período de vedação à negociação anterior à divulgação das demonstrações financeiras da Companhia: período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, cabendo à diretoria de Relações com Investidores informar, com antecedência, as datas previstas para divulgação dessas informações;
- Entre a data da deliberação da Assembleia Geral ou Conselho de Administração, quando aplicável, de aumentar o capital social, distribuir dividendos, aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações, aprovar pagar juros sobre o capital próprio e bonificações em ações ou seus derivativos e desdobramentos, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios (ou a partir do momento em que as pessoas vinculadas tiverem acesso a informação relevante a respeito de tais assuntos);
- Em todos os períodos em que a Companhia, mesmo sem divulgação de justificativa, tenha determinado a proibição de negociação – que, neste caso, deverá ser tratada de forma sigilosa;
- Nas datas em que a Companhia negociar ações de sua emissão, com base em programa de recompra; e
- Sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

Ainda são vedadas as negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia nas seguintes situações:

- Alienação de valores mobiliários adquiridos nos últimos 30 dias por pessoas vinculadas, independentemente da quantidade ou valor negociado;
- Aluguel/empréstimo de ações ou qualquer outro valor mobiliário, ou a ele referenciado;
- Operações com opções de compra ou de venda de ações, quando aplicável, exceto situações específicas na seção 6.3 da Política;
- Sempre que a negociação puder ser considerada enganosa ou de manipulação, ou puder violar a lei ou regulamentação aplicável;
- Sempre que puder causar até mesmo a aparência de uma vantagem injusta ou inadequada ou levantar um potencial conflito de interesses.

As Pessoas Vinculadas, ao se afastarem da Companhia anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de atuação na Companhia, não poderão negociar Valores Mobiliários desde a data em que tenham tomado conhecimento de ato ou fato relevante até a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia ou, na ausência de divulgação, até 6 (seis) meses após o seu afastamento. Mesmo após a publicação de informação relevante, esta deve continuar

20.2 - Outras Informações Relevantes

a ser tratada como não tendo sido publicada até que tenha decorrido período de tempo mínimo para que os participantes do mercado tenham recebido e processado tal Ato ou Fato Relevante.

As vedações mencionadas acima não se aplicam às negociações realizadas por fundos de investimento dos quais as Pessoas Vinculadas sejam quotistas, desde que não sejam fundos de investimento exclusivos ou fundos de investimento cujas decisões de negociação do administrador ou gestor da carteira sejam determinadas ou influenciadas por Pessoas Vinculadas ao Magazine Luiza.

Descrição dos procedimentos de fiscalização

- O descumprimento da Política estará sujeito a sanções internas e aos procedimentos e penalidades previstos em lei, além da responsabilização por perdas e danos causados à Companhia e a terceiros.
- As Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição da Política obrigam-se a ressarcir a Companhia e outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento, independentemente e sem prejuízo das sanções aplicáveis pela CVM e por outras autoridades competentes.
- Quaisquer violações da Política verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores ou ao Canal de Denúncias www.disquedenunciamagazineluiza.com / 0800 792 1007.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;
- estabelecem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, realize negócio ou conjunto de negócios por consequência do qual sua participação direta ou indireta ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Companhia, referida pessoa deverá divulgar as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Adicionalmente, a Companhia adota uma política de divulgação de ato ou fato relevante e negociação de valores mobiliários, a qual está descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Em observância às normas da CVM e da B3, em 27 de setembro de 2018, a Companhia adotou a “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários” (“Política”), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 (“Pessoas Vinculadas”). As Pessoas Vinculadas deverão assinar o Termo de Aceite à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários.

O Magazine Luiza preza pela transparência e divulgação, em conformidade com a legislação vigente e as boas práticas de mercado, de todas as informações relevantes e de interesse para sociedade e para seus investidores. A Companhia tem como princípio monitorar, coibir e punir a divulgação e/ou utilização indevida de suas informações acerca de ato ou fato relevante. Por intermédio do Diretor de Relações com Investidores, o Magazine Luiza divulga e comunica por escrito, à CVM e à Bolsa de Valores Mobiliários, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zela pela sua imediata e ampla disseminação de forma simultânea junto ao público investidor em geral.

A informação relevante deve ser divulgada ao público por meio de (i) anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia ou (ii) através de publicação em pelo menos um portal de notícias na internet, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade. Caso a divulgação seja feita na forma do item (i) acima, o anúncio poderá conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na rede mundial de computadores onde esteja disponível a descrição completa da informação relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, à Bolsa de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

Sempre que for veiculada informação relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a informação relevante deverá ser obrigatoriamente comunicada simultaneamente à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma informação relevante deverá comunicá-los imediatamente, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações relevantes em razão do cargo ou posição que ocupam, devem guardar sigilo absoluto acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, nos termos da política e da Instrução CVM 358, até que tais informações sejam divulgadas ao mercado. Devem ainda zelar para que terceiros também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Não devem ser discutidas informações relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados às informações relevantes com aqueles que tenham necessidade de conhecê-las.

Com o intuito de orientar seus colaboradores acerca dos cuidados necessários com as informações do Magazine Luiza, foi publicada uma política específica sobre tratamento da informação, a qual estabelece a obrigatoriedade do aceite ao Termo de Compromisso e Confidencialidade para todos que tenham acesso a informações essenciais e relevantes.

Adicionalmente, informações relevantes poderão, excepcionalmente, deixar de ser divulgadas, se seus acionistas controladores ou administradores entenderem que a sua revelação colocará em

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

risco o interesse legítimo da Companhia. A Companhia poderá submeter tal decisão à apreciação da CVM.

Os acionistas controladores e os administradores da Companhia ficam obrigados a providenciar a imediata divulgação das informações relevantes referidas acima à CVM, à Bolsa de Valores e ao público em geral, nas seguintes situações: (i) as informações relevantes tenham se tornado de conhecimento de pessoas diversas das que tiveram originalmente conhecimento, ou daqueles que decidiram e/ou que possuam o compromisso de manter sigiloso sobre as mesmas; (ii) as informações relevantes tenham se tornado de conhecimento do mercado (público em geral), informalmente; e (iii) os valores mobiliários de emissão da Companhia sofram oscilações atípicas na cotação, preço ou quantidade negociada, desde que existam informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao mercado.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 21.